



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**DIANA RÔDE DE LIMA**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA AO REVÉS:  
DE MOVIMENTO À REDE DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA**

Salvador

2023

**DIANA RÔDE DE LIMA**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA AO REVÉS:  
DE MOVIMENTO À REDE DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), na Linha de Pesquisa Organização, Poder e Gestão da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra.

Área de Concentração: Administração.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ariadne Scalfoni Rigo.

Salvador

2023

Escola de Administração - UFBA

L732 Rôde, Diana de Lima.

A construção de uma política pública ao revés: de movimento à Rede de Turismo Comunitário da Bahia / Diana Rôde de Lima. – 2023.

217 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Ariadne Scalfoni Rigo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Cultura e turismo – Bahia. 2. Turismo de base comunitária/turismo comunitário – Turismo sustentável. 3. Turismo – Política governamental. 4. Integração social. 5. Cultura e turismo - Redes sociais - Bahia. 6 Ciências da política. 7. Políticas públicas. 8. Políticas públicas do turismo comunitário. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.4791

**DIANA RÔDE DE LIMA**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA AO REVÉS:  
DE MOVIMENTO À REDE DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ariadne Scalfoni Rigo, UFBA (Orientadora)

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edilaine Albertino Moraes, UFJF

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dra. Janaina Lopes Pereira Peres, UnB

Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília

---

Dr. Laerson Morais Silva Lopes, UFBA

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia

## AGRADECIMENTOS

Com olhos marejados agradeço a vocês, pessoas e seres por meio dos quais esta dissertação se tornou real.

Aos meus amigos e colegas de trabalhos da ITES, “meus anjos da guarda encarnados”:

À Laís Nascimento, por todas as discussões, todos os intercâmbios, dias de compartilhamento, de trabalho, de lágrimas dos nossos trabalhos); a Iago Itã, por toda sua atenção a cada pedido de textos, dúvidas e tudo mais; a Magno, pelo seu imenso incentivo na inscrição de seleção do mestrado; Nita, pelo seu essencial apoio nos momentos de qualificação – algumas madrugadas cedidas; a Ian e suas surpresas e ao Prof. Dr. Genauto, por toda sua existência na EAUFBA, ternura e pelo acolhimento.

A ITES enquanto lugar físico e abstrato, um oásis no deserto!

Ao Movimento e então Rede Batuc, por manifestar o “esperançar-se” para uma sociedade melhor e por ser um *movimento* quando o mundo parou (durante a pandemia da Covid-19): Aline, Ananias, Júlia, Mana, Alberto, Andresa, Gabriel, Rosa, Marta, Salete, Nitnawã, Patrícia, Tati, Evaldo, Gilson, Dona Jô, Juscely, Dani, Evaldo, Ninha, Fafã, Mc Xandão, Wallace, Rainara, Teógenes, Jorge, Lurdinha, Jamira...

À Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura e aos trabalhos do Grupo de Pesquisa Mirada ao Revés;

A minha “ori” Ariadne Rigo, pelas sugestões e propostas que permitiram que eu saísse da inércia;

A minha filha Lua Miranda e suas vigilantes perguntas: “E aí? Já terminou?”, que me davam incentivo para hoje dizer “terminei, meu amor!”.

Ao cachorro Thaz, a cada lugar, cada árvore, céu ensolarado, visita de beija-flores, micos, e de jiboias (verdade), plantas, rios, mares pelos quais sinto-me mais viva, respeitosa e resiliente; a minha casa, espaço de acolhimento e aprisionamento (rsrsr);

A UFBA, UNEB, FAPESB e à sociedade que as mantém por meio dos tributos; ao universo e a todos os seres aos quais acredito estarmos conectados...

Que Jah continue nos alimentando de ideias e força para pô-las em ação! Agradeço à melhor secretária de todos os tempos, a Sra. Anaélia Almeida Secretária – NPGA. Agradeço aos trabalhos de Laís Nascimento; Janaína Peres; Edilaine Moraes; Aline Bispo e Rosana Boullosa.

Aline, Elenita, Edilane, Helenice, Iago, Janaína, Júlia, Laís, Luana e Rosana, vocês são maravilhosas! Paz de Jah!

Muita e luz e gratidão a todes!

RÔDE, Diana de Lima. **A construção de uma política pública ao revés: de movimento à Rede de Turismo Comunitário da Bahia.** Orientadora: Ariadne Scalfoni Rigo. 217 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

Essa pesquisa investiga políticas públicas por meio de uma abordagem sociocêntrica. Para isso, analisamos o tema do Turismo Comunitário trabalhado na Rede de Turismo Comunitário da Bahia – Rede Batuc. Nosso objetivo geral foi Analisar como a as ações coletivas e a arena pública em prol do Turismo Comunitário por meio da Rede Batuc têm construído a Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia (2015 – 2022). Buscamos responder à questão: Como a Rede Batuc vem construindo *fluxos* de política pública de turismo comunitário na Bahia? fazendo uma análise interpretativa. Essa análise foi construída com base nos Estudos Críticos em Políticas Públicas da abordagem da Mirada ao Revés (BOULLOSA, 2013; 2019), bem como em leituras críticas do turismo. Ao *mirar ao revés* foi possível visibilizar e interpretar problemáticas do turismo, bem como identificarmos importantes categorias das políticas públicas que estavam presentes no turismo comunitário baiano, a saber: multiatorialidade; problemas públicos; ações coletivas e arena pública. Com essa finalidade, privilegiamos o Método Autoetnográfico de pesquisa para respaldar a experiência vivida no trabalho em Rede Batuc. Com inspiração na análise da narrativa, acessamos múltiplos materiais de pesquisa: fotos, reuniões, eventos, premiações, discussões, organização de eventos, capacitações, visitas, intercâmbios, anotações autobiográficas enquanto membro na Rede e entrevistas semiestruturadas com os membros da Rede, somada a escuta de outros atores responsáveis pelo germinar do turismo comunitário na Bahia. A nossa pesquisa inaugura o estudo sociocêntrico de políticas públicas do turismo comunitário bem como revela contribuições importantes tanto para o campo do turismo quanto para o campo das políticas públicas, além de contribuir para análises futuras das políticas públicas do turismo comunitário.

**Palavras-Chave:** Turismo. Turismo Comunitário. Mirada ao Revés nas Públicas. Rede Batuc. Políticas Públicas do Turismo Comunitário na Bahia.

RÔDE, Diana de Lima. **The construction of a public policy in reverse: Bahia's Community Tourism from movement to network.** Thesis advisor: Ariadne Scalfoni Rigo. 217 s. Dissertation (Master in Administration) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## ABSTRACT

This research investigates public policy using a sociocentric approach. To this end, we analysed the topic of Community Tourism developed in Bahia's Community Tourism Network – Rede Batuc. Our main objective was to analyse how collective actions and the public arena, in support of Community Tourism, via the Rede Batuc, have built Community Tourism Public Policy in Bahia (2015 – 2022). We sought to respond to the question “How Rede Batuc has been building fluxes of community tourism public policy in Bahia?” by carrying out an interpretative analysis. This analysis was developed based on the Critical Studies in Public Policies *Mirada ao Revés* (reverse angle) approach (BOULLOSA, 2013; 2019), as well as on critical readings on tourism. On looking from a reverse angle, it was possible to visualise and interpret problems in tourism, as well as to identify important categories of public policy that were present in Bahian community tourism, namely, multiatorialidade, public problems, collective actions and the public arena. For this purpose, we privileged the Autoethnographic Research Method to support the experience lived in the work of Rede Batuc. With inspiration from narrative analysis, we accessed multiple research materials: photos, meetings, events, awards, discussions, events organisation, training, visits, exchanges, autobiographical notes by network members and semi-structured interviews with network members, as well as listening to other actors responsible for the germination of community tourism in Bahia. Our research inaugurates the sociocentric study of community tourism public policies as well as revealing important contributions as much to the field of tourism as to the field of public policies, and also contributing to future analyses of community tourism public policies.

**Keywords:** Tourism. Community Tourism. Public Policies. *Mirada ao Revés* on the Public Policies. Community Tourism Public Policies in Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Organicidade da Rede Batuc.....	34
<b>Figura 02</b> –Mapa da Bahia com parte as Comunidade de Turismo Comunitário na Rede Batuc.....	36
<b>Figura 03</b> – Folder do evento Ciranda do Turismo Comunitário.....	51
<b>Figura 04</b> – Manual do Guia – Turismo Comunitário.....	52
<b>Figura 05</b> – Coletivo de Mulheres do Calafate.....	54
<b>Figura 06</b> – Quintal Feminista.....	54
<b>Figura 07</b> – Folder de Divulgação do I Encontro Estadual de Articulação do Turismo Comunitário da Bahia (2015) .....	72
<b>Figura 08</b> – Registro final do Encontro Estadual de Articulação para Encontro Nacional da Rede TURISOL, em Itapuã, Salvador - Bahia.....	77
<b>Figura 09</b> - II FGTS na Fachada da Escola de Belas Artes da UFBA – 2018.....	80
<b>Figura 10</b> - Reunião do Movimento de Turismo Comunitário da Bahia em 05/09/2019.....	85
<b>Figura 11</b> - Frente do Stand na FEBAFES.....	86
<b>Figura 12</b> - Folder de divulgação do stand de Turismo Comunitário.....	87
<b>Figura 13</b> - Encontros e Reuniões: Lei 14.126/19.....	96
<b>Figura 14</b> - Matéria sobre a Regulamentação da Lei 14.126.....	96
<b>Figura 15</b> - Certificado “Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável” .....	97
<b>Figura 16</b> - Registro do I Encontro da Rede Batuc em 2021: Pós-Pandemia.....	101
<b>Figura 17</b> – Logo da Rede Batuc.....	102
<b>Figura 18</b> – Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc, Uruguai, Salvador.....	103
<b>Figura 19</b> -Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc, Uruguai, Salvador.....	104
<b>Figura 20</b> - Apresentação prévia dessa pesquisa.....	107
<b>Figura 21</b> - Mesa de Abertura.....	108
<b>Figura 22</b> - Registro dos encontros/das capacitações virtuais.....	109
<b>Figura 23</b> - Registro dos encontros/das capacitações virtuais.....	110
<b>Figura 24</b> - Registro dos encontros/das capacitações virtuais.....	111
<b>Figura 25</b> - Modelização da ação problematizada do conjunto de atores resultante da compreensão do processo de políticas públicas pela Mirada ao Revés.....	155
<b>Figura 26</b> - PRODETUR/NE: Fase I.....	163
<b>Figura 27</b> - PRODETUR/NE: Fase I.....	163
<b>Figura 28</b> - PRODETUR/NE: Fase II.....	163
<b>Figura 29</b> – PRODETUR/NE: Fase II.....	163
<b>Figura 30</b> – Municípios estratégicos.....	167

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Textos e seus análogos.....	26
Quadro 02 – Quadro empírico metodológico.....	27
Quadro 03 – Questões geradoras para interpretação e reflexão.....	82
Quadro 04 – Dinâmica do encontro ampliado da comissão da Rede Batuc 2021.....	105
Quadro 05 – Quadro síntese dos “pais fundadores” .....	142
Quadro 06 – Teorias e seus principais autores.....	144
Quadro 07 – Quadro valorativo.....	156
Quadro 08– Panorama do Nordeste.....	165
Quadro 09 – Mirando ao Revés na Rede Batuc .....	170

## SUMÁRIO

<b>EU-PESQUISADORA: SEJAM BEM-VINDOS!</b> .....	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 NOS CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>21</b>
1.1 ANFITRIÕES NA VIAGEM: A REDE BATUC E O TURISMO COMUNITÁRIO!.....	21
1.2 A PAISAGEM METODOLÓGICA.....	22
1.3 MÉTODO AUTOETNOGRÁFICO.....	24
1.4 AS ESCALAS DE ANÁLISE.....	28
<b>1.4.1 Por uma Macroescala de Análise</b> .....	<b>28</b>
<b>1.4.2 Por uma Mesoescala de Análise</b> .....	<b>30</b>
<b>1.4.3 Por uma Microescala de Análise</b> .....	<b>32</b>
<b>2. NO BALANÇO DA REDE DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA: O MOVIMENTO E A REDE BATUC</b> .....	<b>33</b>
2.1 ORGANIZAÇÕES NO TURISMO COMUNITÁRIO.....	37
2.2 COLABORADORES.....	42
2.3 PARCEIROS.....	44
2.4 APOIADORES.....	45
2.5 HISTORICIDADES E CONTEXTOS DA REDE BATUC E DO MOVIMENTO.....	45
<b>2.5.1 Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia</b> .....	<b>47</b>
<b>2.5.2 Estrela Brasil/ComuniCulturi</b> .....	<b>49</b>
<b>2.5.3 Coletivo de Mulheres do Calafate</b> .....	<b>53</b>
<b>2.5.4 Etnoturismo Pataxó</b> .....	<b>57</b>
<b>2.5.5 Grãos de Luz e Griô</b> .....	<b>60</b>
<b>2.5.6 Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape – CECVI</b> .....	<b>62</b>
<b>2.5.7 Turismo de Base Comunitária do Cabula</b> .....	<b>64</b>
<b>2.5.8 Blog Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor</b> .....	<b>66</b>
<b>2.5.9 Vivertur-Matarandiba/ASCOMA</b> .....	<b>68</b>
2.6 AÇÕES COLETIVAS: PERFORMANDO A ARENA PÚBLICA DO TURISMO COMUNITÁRIO.....	70
<b>2.6.1 Do I Encontro Estadual de Articulação do Turismo Comunitário da Bahia (2015)</b> .....	<b>72</b>
<b>2.6.2 As Discussões do Encontro Baiano de Turismo Comunitário</b> .....	<b>73</b>
<b>2.6.3 II Fórum Global sobre Turismo Sustentável (II FGTS)</b> .....	<b>79</b>

2.6.4	Conquista de Stand de Turismo Comunitário na FEBAFES 2019.....	86
2.6.5	Conquista da Lei 14.126 – Ferramenta que Institui a Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia.....	90
2.6.6	Participação e Premiação - Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da Organização Não Governamental Ashoka Brasil e CTG.....	95
2.6.6.1	<i>Precisamos falar da Mentoria!</i> .....	98
2.6.7	Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc – novembro de 2021.....	102
2.6.8	Apoio na Elaboração da Conferência Internacional de Turismo Comunitário da Bahia (I CITICON) .....	107
2.6.9	Capacitação e Trocas de Aprendizagem junto à Rede Batuc (2022) .....	109
2.7	PROBLEMA PÚBLICO: DO EMARANHADO DAS PROBLEMÁTICAS DO TURISMO AO PROBLEMA PÚBLICO E BENS DE PÚBLICA RELEVÂNCIA.....	112
3	<b>UMA VIAGEM POLÍTICA: DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO COMUNITÁRIO.....</b>	<b>120</b>
3.1	EFEITOS ADVERSOS DO TURISMO CONVENCIONAL.....	122
3.1.1	Turistificação, Gentrificação Turística, <i>Overturism</i> e <i>Tourismphobia</i> .....	122
3.1.2	Dos Atores Internacionais no Turismo Nacional .....	124
3.1.3	Das Mídias e o Fetiche do Turismo.....	125
3.2	DESEMBARCANDO NO TURISMO COMUNITÁRIO OU TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	127
3.2.1	O Germinar do Turismo de Base Comunitária (TBC).....	128
3.2.2	O Turismo Comunitário no Âmbito das Pesquisas Acadêmicas.....	129
3.2.3	Comunidades Locais e Comunidades Tradicionais e Seus Territórios.....	130
3.2.4	Ações e Atores Conformando o Contexto Político do Turismo Comunitário.....	132
3.2.5	Sobre o Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR Nº 001/2008.....	135
3.2.6	Formação de Redes, Organização e Colaboração para Políticas Públicas do Turismo Comunitário.....	138
4	<b>EMBARCANDO NO TREM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM DESTINO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO COMUNITÁRIO.....</b>	<b>140</b>
4.1	POR QUE PRECISAMOS ALARGAR AS FRONTEIRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	141
4.1.1	Os Precusores do Campo de Políticas Públicas.....	142
4.1.2	Dos Estudos Críticos em Políticas Públicas.....	144
4.2	MIRADA AO REVÉS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	145
4.2.1	Multiatorialidade.....	148
4.2.2	O Público: Problemas Públicos e Problemas Sociais.....	149
4.2.3	Das Arenas Públicas e Ações Coletivas.....	151
4.2.4	Da Apreensão à Argumentação.....	154

<b>4.2.5 Da Argumentação à Interpretação de Potenciais Experiências Públicas.....</b>	<b>155</b>
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	156
<b>4.3.1 Políticas Públicas de Turismo a Partir de Seus Atores: Ação Federal Brasileira no Esforço para Regulamentação do Setor.....</b>	<b>157</b>
4.3.1.1 <i>Um pouco do que nos afeta: Situando o PRODETUR-NE.....</i>	160
4.3.1.2 <i>Pistas de Problemáticas Vinculadas ao Prodetur na Bahia.....</i>	165
4.4 INTERPRETANDO OS PROBLEMAS PÚBLICOS COMO PROPOSTAS: MIRANDO AO REVÉS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA.....	168
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS “RETRATOS” DA NOSSA VIAGEM.....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO A – Declaração de Salvador.....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXO B – Regimento da Rede Batuc (em construção) .....</b>	<b>204</b>
<b>ANEXO C – Lei Nº 14.126 de 24 de Setembro de 2019: Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências.....</b>	<b>214</b>

## **EU-PESQUISADORA: SEJAM BEM-VINDOS!**

Durante a banca de qualificação do projeto de pesquisa dessa dissertação, fui questionada sobre o porquê do interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a temática do Turismo Comunitário: “Quando a chave mudou, Diana?”. Nesse momento, notei a importância de contar, compartilhar as escolhas e posturas assumidas nessa pesquisa.

É importante enunciar que essa pesquisa foi constituída a partir de um trabalho que vivenciei/vivencio como parte do coletivo, da organização da qual nasce essa análise. Porém, de forma anterior a isso, tive outras vivências e experiências na vida acadêmica, social e profissional, as quais, imprescindivelmente, colaboram para a formação da minha perspectiva sobre o sujeito (objeto) estudado – o Turismo Comunitário. A partir desse objeto/sujeito de interesse, de prática e, junto à Rede BATUC, foi possível “dialogarmos” através das abordagens teóricas das políticas públicas, e nos deslocarmos para suas abordagens críticas - estudos críticos das políticas públicas (íntimos à filosofia pragmatista). Dessa forma, indo e vindo “ao revés”, do campo para a teoria, indagamos como uma organização – que não é Estado ou ente estatal - tem construído a Política Pública do Turismo Comunitário? Assim, ao demonstrar como essa dissertação foi construída, desejo “boas-vindas” a você, leitor, e apresento-lhe o *Eu-Pesquisador*, a Pesquisadora imbricada nessa análise.

Nasci em Salvador - Bahia, filha de pais com segundo grau completo, mulher negra moradora dos bairros de Nazaré (centro antigo) e, atualmente, de Plataforma (subúrbio ferroviário de Salvador). Me formei no ensino médio e graduei-me em instituições públicas, nas quais me tornei Bacharel em Turismo e Hotelaria; Bacharel em Estudos das Relações Internacionais e graduanda em Administração (de forma concomitante ao mestrado em Administração). Trabalhei em receptivos de turismo, hotéis e eventos, na aplicação de pesquisa de turismo, como também ministrando aulas em cursos técnicos em disciplinas de gestão e turismo. Em 2014, ingressei na ITES/EAUFBA<sup>1</sup> como estagiária em um projeto de pesquisa sobre Turismo e Economia Solidária – o Projeto ECOSOLTUR<sup>2</sup>. Após esse, continuei como técnica no Projeto ECOSMAR<sup>3</sup>, no qual acompanhava o recém-formado Grupo de Turismo de

---

<sup>1</sup> A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/EAUFBA – é um Programa de pesquisa e extensão vinculado à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. A ITES atua no desenvolvimento e implantação de projetos de economia solidária junto à Organizações da Sociedade Civil e possui importante expertise na metodologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e na construção de Redes Locais de Economia Solidária (RLES).

<sup>2</sup> O Projeto ECOSOLTUR foi desenvolvido pela ITES/EAUFBA a partir do Convênio MTur / FINEP no município de Vera Cruz/BA. Teve por objetivo desenvolver uma metodologia inovadora de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a partir da cadeia produtiva do turismo, ao redefinir a noção de sustentabilidade, associando-a a uma visão ampliada de desenvolvimento territorial.

<sup>3</sup> Projeto ECOSMAR – Compreende um Programa de Extensão em Incubação da Rede Matarandiba de Economia

Base Comunitária, o Vivertur - Matarandiba. Desde então, a extensão universitária me proporcionou a prática do turismo de base comunitária ou turismo comunitário.

Essa prática de extensão em comunidade fez emergir antigas inquietações feitas por clientes e turistas: “onde as pessoas comuns moram em Salvador?”; “porque em certas zonas turísticas e de lazer em Salvador não se vê pessoas negras na mesma proporção de brancas?”; “onde fica a periferia de Salvador?” etc. Essas inquietações se somavam a questões sobre o planejamento e a utilização de espaços turísticos; os ganhos financeiros versus os investimentos; a gestão dos efeitos negativos da prática do turismo; o excesso de padronização dos serviços turísticos e a descaracterização de elementos identitários e culturais baianos; o uso de elementos das culturas negra e indígena em publicidade turística, ao passo que territórios de comunidades tradicionais enfrentam diversos problemas, dentre os quais se tangenciam a posse da terra, a luta por direitos sociais e a demanda por políticas públicas mais equânimes de distribuição de recursos e de avaliação de resultados.

A partir da ITES, fui privilegiada ao transitar por diversas partes de Salvador, da Bahia e do Brasil para participar de diversos eventos, diversas palestras, diversos cursos, seminários, intercâmbios, os quais discutiam o turismo de base comunitária e, eventualmente, me permitiam conhecer e estar do lado de pessoas com os mesmos questionamentos e as mesmas reflexões. Foi nesse contexto que me tornei voluntária em 2015, no movimento de turismo comunitário da Bahia, a atual Rede de Turismo Comunitário da Bahia – Rede BATUC. No Encontro Nacional da Rede TURISOL, em 2015, em Brasília, engajei-me ainda mais, conheci, vi, senti, vivi, aprendi, inquiri temas e conheci pessoas que me energizaram. Epifanias me vinham a todo momento. Pensava “Nossa! Nós não estamos sozinhos”! Não estamos “viajando na maionese”! Isso é real! Isso é vida!

Porém, a mesma energização coletiva e emancipadora trouxe uma série de questionamentos, de barreiras críticas e autocríticas. Como poderia ver o “turismo” como algo emancipador de comunidades? Precisava de ainda mais experiência em outras práticas fora do Brasil, a fim de perceber como era ser turista em terras estrangeiras, e se ver como outro – o turista – seria estranho em relação ao que buscávamos desenvolver no turismo comunitário. Então, em 2018, fui à Europa e passei 55 dias visitando amigos (brasileiros morando fora, e outros amigos outrora hospedados em minha casa, através do *CouchSurfing*<sup>4</sup>) e fazendo novos amigos em Portugal, na França e Inglaterra. O estranhamento, o choque, os encontros e as linguagens reanimaram a crença, os medos e os valores que forjaram a minha vivência nos

---

Solidária e Cultura, na Vila de Matarandiba – Vera Cruz – Bahia.

<sup>4</sup> Plataforma online de compartilhamento pelo Turismo em nível mundial.

turismos. De casa em casa, recebida por outras famílias, experienciei com todos os sentidos, com meu corpo, o quanto a relação com o outro gera aprendizados para quem chega e para quem fica. E, quando eu regresssei para Plataforma, me vi ainda mais pertencente à investigação do turismo e do turismo comunitário, e internamente (re)concordei que nós (enquanto coletivo baiano do movimento de turismo comunitário) podíamos realmente fazer um turismo diferente porque somos diferentes! Também somos diferentes porque o outro existe!

Assim, em 2018, escrevi o projeto de pesquisa que deu início a esse trabalho. Por muito tempo interrompido pelas crises que nós passamos (Pandemia da Covid-19), entre isolamentos, quarentenas, medos, mortes e perdas diversas, tive o privilégio e a oportunidade de continuar de forma remota, online, em trabalho voluntário no Movimento/Rede de Turismo Comunitário. Essa oportunidade me amparou, sustentou-me, refugiou-me em um lugar de compartilhamento de crenças, valores pessoais, acadêmicos e políticos para não desistir, embalada em sentimentos de tristeza e depressão. Esse trabalho não seria o mesmo se não tivesse ocorrido nessas circunstâncias, nesse contexto do Eu-pesquisadora, da pesquisa, além da compreensão e humanidade de colegas e de minha orientadora.

Desses direitos, privilégios, dessas conquistas e oportunidades foi possível ter uma perspectiva reflexiva imbricada na prática, sendo demandante de uma base teórica que abrangesse a minha perspectiva como membro na Rede BATUC e fornecesse embasamento teórico suficiente para a perspectiva que vivenciava na prática. Vínhamos desenvolvendo políticas públicas do turismo comunitário através da organização de ações coletivas (ou seja, em processo de gestão social), que se materializavam no “fazer” da experiência de um coletivo complexo, de organizações sociais para/e o/do turismo comunitário.

Foi a partir de uma das conversas - no processo de orientação dessa dissertação - com a Profa. Dra. Ariadne Rigo, que identificamos a *Mirada ao Revés* (BOULLOSA, 2013) como um “terreno” teórico oportuno e como uma escolha metodológica adequada à nossa pesquisa. Também nessas orientações, definimos o Método Autoetnográfico como meio de coconstrução de dados, a fim de recuperar memórias da Organização (de Movimento à Rede). Essa escolha adequou-se de forma serena ao nosso ser/estar sujeito/objeto aqui apresentado. Dessa forma, você, leitor, é convidado a viajar e engajar-se nessa análise. Para isso, após essa “movimentada” apresentação do “eu”, daremos sequência a uma breve apresentação de um dos nossos sujeitos de pesquisa – a Rede de Turismo Comunitário da Bahia – Rede Batuc.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, o Turismo no Brasil tem passado por transformações relacionadas à ação das tecnologias informacionais, as oscilações econômicas e, a mais recente, à crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19. A esse cenário, somam-se os questionamentos sobre os efeitos negativos do turismo e a continuidade/descontinuidade de políticas públicas que não abarcam outras necessidades do contexto atual do turismo nacional. Concomitante a isso, observa-se um crescimento no número de iniciativas e organizações da sociedade civil exercendo uma “nova” modalidade de turismo, a qual denominam Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário (TC). Essas iniciativas e atores constroem argumentos próprios, em autolegitimação, e criam para si uma nova arena pública do turismo, que se diferencia da arena do turismo convencional ao exercer ações coletivas que têm problematizado situações, temas e valores argumentados em coletivo – que são aqui interpretados como fluxos de construção de políticas públicas do Turismo Comunitário.

No Brasil, a arena política do turismo foi formada historicamente pela padronização de um modelo de turismo - o turismo convencional. Esse modelo é o mais encontrado e globalmente legitimado como uma atividade que dinamiza a economia. Ele compreende a oferta de produtos e serviços de lazer e hospitalidade, cujas principais características são a padronização e a comercialização, e quando em grandes volumes, configura o chamado “turismo de massas”. O discurso que sustenta esse modelo está associado à geração de postos de trabalho, ao aumento de renda e à geração de divisas financeiras para a balança de pagamentos brasileira. Por esses motivos, o termo indústria sem chaminé fora por vezes empregado para enfatizar a funcionalidade econômico-financeira desse modelo, aludindo a uma fictícia inexistência de efeitos adversos do turismo.

Nesse sentido, críticas aos problemas advindos do turismo convencional/de massa têm exposto problemas antigos com novos nomes, e feito emergir o debate acerca das vantagens e desvantagens da atividade turística para os destinos turísticos. Em grande parte, a maioria das críticas ao turismo tem se apresentado sobre problemáticas já conhecidas descritas sob

conceitos/termos: turistificação<sup>5</sup>; gentrificação turística<sup>6</sup>; *overtourism e tourismphobia*<sup>7</sup>. Tais problemáticas têm sido discutidas por acadêmicos, pela população residente de destinos turísticos e pelos próprios turistas de “boca a boca” através das mídias sociais (BISPO, 2020; RODRIGUES, 2020; WALMSLEY, KOENS e MILANO, 2021).

Órgãos internacionais vêm apresentando o Modelo de Turismo ‘Convencional’ como “modelos de turismo” cuja rentabilidade e êxito promovem o desenvolvimento das economias internas dos países - o que levaria, como consequência, ao desenvolvimento social. Um exemplo disso pode ser demonstrado por meio da referência para o Brasil da análise do modelo turístico da Catalunha<sup>8</sup> que, ao tecer comparações com o estado do Espírito Santo apresentou o caso como “uma referência mundial para o turismo” (Petrocchi, 2002, p. 347). Porém, conforme nos atualiza Rodrigues (2021), se discute sobre a problemática do *overtourism* na cidade espanhola Barcelona como um exemplo negativo frente aos cenários e às narrativas contra o turismo e os turistas.

Faz-se então necessário refletirmos e questionarmos sobre os Modelos de Turismo importados como “exemplos”. Vemos a partir dessas problemáticas acerca do Turismo como ele tem sido operacionalizado no nosso país, por meio de políticas públicas baseadas em modelos de turismo convencional e de massas, como os da Europa, assim como têm resultado em um Modelo em que as políticas públicas do Estado brasileiro são prioritariamente voltadas para a construção de infraestrutura e políticas nacionais de fomento e investimentos aos/em grandes empresa privadas.

---

<sup>5</sup> Turistificação pode ser compreendida como o processo pelo qual os elementos usados pelo turismo, ainda aqueles que têm potencial para serem usados “se circunscrevem a um processo de planejamento, que tem por objetivo convertê-las, material ou simbolicamente, em recursos e produtos substancialmente destinados ao consumo turístico” (BENEVIDES, 2003, p. 47).

<sup>6</sup> Gentrificação turística é um fenômeno atribuído a uma demanda/oferta turística, cujas consequências são evidenciadas pelo aumento do custo de vida e a transformação e saída da população de suas residências para usufruto de turistas e visitantes, estando atrelada à resistência. O advento da resistência social a esse fenômeno, conforme evidência González-Pérez (2019), pode estar atrelado aos impactos sociourbanos decorrentes dessa especulação turística: “financeiras (especulação imobiliária e aumento dos preços dos imóveis), sociais (despejos), funcionais e paisagísticos (transformação simbólica e comercial)” (GONZÁLEZ-PÉREZ, 2019, p. 2, tradução nossa).

<sup>7</sup> Os termos *overtourism* e *turismofobia* se constituíram no desenrolar de práticas de turismo de massa e nas respostas que elas geraram para acadêmicos, praticantes e movimentos sociais, que começaram a discutir e evidenciar o uso prejudicial de recursos urbanos, rurais e espaços costeiros, entre outros, para fins turísticos (MILANO *et al.*, 2019).

<sup>8</sup> Catalunha é uma região situada no nordeste da Espanha. Em 2002, era a principal região do turismo espanhol (PETROCCHI, 2002). A Catalunha é uma comunidade autônoma espanhola em busca de status oficial de “nacionalidade”. Revoltas separatistas têm aparecido em notícias entre 2012 e 2019. O território compreende quatro províncias: Barcelona, Girona, Lleida e Arragona. A capital e maior cidade é Barcelona, que também é a segunda maior cidade de toda a Espanha, depois de Madrid.

Nessa arena do Turismo brasileiro, sob o modelo de turismo convencional, as decisões políticas são também tomadas a partir de diretrizes gerais da Organização Mundial do Turismo (OMT) – órgão internacional, e do Ministério do Turismo (MTur) – responsável por formular e regulamentar a política nacional do setor. Já o empreendimento das atividades econômicas é realizado, majoritariamente, por organizações das iniciativas privadas, como as agências de turismo e cadeias de hotéis (BRANDÃO, 2013).

Ainda a exemplo das ações dentro da arena brasileira, destacam-se: a inclusão da temática da sustentabilidade no turismo como diretriz da OMT; a formulação e implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRODETUR), sob a gestão do MTur; e a iniciativa privada empreendendo em atividades de lazer, eventos, esportes, alimentação, hospedagem etc., a fim de proporcionar retorno financeiro de seus investimentos nessas atividades. Juntam-se a esses os formadores de opinião – a mídia –, os estudantes, professores e assessores técnicos de suporte em áreas de gestão e do campo de turismo, que muito corroboraram com o *status quo* do Modelo Convencional, ao passo que outros o denunciam. Essas denúncias, principalmente na atualidade, têm refletido, a dimensão social invisibilizada no modelo de turismo convencional. São esses atores que tradicionalmente incidem nas Políticas Públicas de Turismo (PPTur) e que predominam na arena política do turismo no Brasil.

A sustentabilidade, por exemplo, pautada nas diretrizes da OMT, influenciou o MTur e as iniciativas privadas a tratarem do tema em suas narrativas, como também fez emergir o termo ‘turismo sustentável’, caracterizando-o como um elemento de qualidade nas atividades de turismo. A mídia e os acadêmicos também incluíram esse termo em suas narrativas, seja como publicidade ou como critério qualitativo de análise, muito embora, no modelo de turismo convencional e de massas, a sustentabilidade pareça se referir a “qualquer coisa considerada melhor para o meio ambiente” (ENGELMAN, 2013).

Em um contraponto, têm surgido outros atores – invisibilizados, pormenorizados – buscando atuar nos âmbitos político e prático do turismo. Criam para si uma arena em que debatem sobre os problemas públicos (sociais, políticos, ambientais, culturais etc.) advindos do turismo convencional, ao passo que executam um outro valor de turismo – o turismo comunitário. O Turismo Comunitário tem gerado reflexões para o “processo de construção de diferentes saberes e conhecimentos” (MORAES, 2019, p. 29), como também possibilidades de construção de políticas públicas a partir de suas organizações em redes.

Na arena do turismo comunitário (ou turismo de base comunitária), tem-se uma “arena cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem os seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (CEFAÏ, 2017, p. 200). A arena

pública do turismo comunitário tem se constituído sob o cruzamento de outras arenas sociais (a arena do turismo convencional, a arena da cultura, da economia, do meio ambiente, da economia solidária, da política nacional e internacional, da academia etc.). Esse cruzamento de arenas tem se ordenado sob o campo de estudos e práticas do turismo comunitário, visando promover um bem público ou, ainda, evitar um mal público (CEFAI, 2017).

A visibilização dessa arena do Turismo Comunitário se constituiu tendo o turismo comunitário como um catalizador de valores, no qual as diversas organizações e os diversos atores sociais reivindicam para si a propriedade e gestão social da atividade turística em seus territórios. Essa multiatorialidade (BOULLOSA, 2013), aparentemente, envolve povos, comunidades tradicionais e uma diversidade de atores, o que, segundo Moraes (2019), torna possível identificar atores sociotécnicos (BOULLOSA, 2013; MORAES, 2019).

A argumentação do Turismo Comunitário denuncia e critica o turismo convencional, atribuindo-lhe processos de desterritorialização pela privatização de áreas naturais, e de exploração de culturas, identidades, modos de ser e fazer dos povos e das comunidades tradicionais que, após serem usados como atrativos turísticos do modelo convencional, são descartados e excluídos majoritariamente dos ganhos econômicos e sociais, restando-lhes grandes problemas. Dessa forma, a prática do turismo comunitário tem buscado transgredir o modelo convencional de turismo, mas também gerar reflexões e provocações sobre os problemas sociais decorrentes do turismo convencional. Os atores do turismo comunitário agem na defesa do que consideram como bens públicos, ao passo que também buscam refletir e evitar os efeitos do turismo convencional. Isso indica que também é necessário refletir criticamente sobre o próprio turismo comunitário, para que não venha ser considerado como desencadeador de efeitos maléficos para os seus desenvolvedores, ou ainda ser a solução definitiva de todos os problemas enfrentados por eles.

O turismo comunitário mobilizado por seus atores pretende ser uma atividade prioritariamente social, menos desigual economicamente, socialmente mais inclusivo e uma atividade que seja aliada nas questões de sustentabilidade dos povos e das comunidades afetados. É essa configuração que, inicialmente, dá contorno aos problemas públicos trabalhados na argumentação desse turismo. Ao definirem sobre o que se trata o turismo comunitário, ao se organizarem executando ações coletivas que buscam interferir no que identificam como “os problemas do turismo”, esses atores buscam estar mobilizados, energizados e engajados para interferirem ou frearem questões que lhes afetam. O(s) problema(s) público(s) do turismo comunitário mobilizado(s) por seus atores oferece(m)

evidências significativas para a visibilidade da dimensão política do turismo, bem como para a atualização e o “alargamento das fronteiras” das políticas públicas.

Esses valores caracterizam e mobilizam a ação desses atores, lançando luz aos problemas públicos anteriormente invisibilizados pelas políticas públicas do Turismo Convencional. Sendo assim, o binômio – aparentemente antagônico – entre turismo de base comunitária e o turismo convencional se baseia em problemas sociais que têm se tornado públicos em narrativas que propõem e dão governabilidade a um outro valor, que se difere da concepção de modelo: o turismo de base comunitária. Embora estejam espalhadas pelo país, as organizações e iniciativas de turismo comunitário lutam para não serem vistas como mais uma moda ou um tipo de turismo (convencional), ou consideradas amadoras, improvisadas e pouco críveis em termos de ganhos financeiros. Por trás disso, tem-se uma luta por resistência, assim acontece para os praticantes da cultura popular que lutam contra a redução analítica que tende a taxar como inviáveis, inadequadas e insustentáveis as formas de organização da cultura popular (ITÃ ALMEIDA, 2020), que não obedecem aos tradicionais referenciais instrumental/utilitários.

As organizações de turismo comunitário têm se articulado e formado redes com abrangências territoriais diversas, como a nacional, Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol); as redes locais estaduais, como a Nhandereko (RJ), a Jundo (SP), a Tucun (CE), a Caiçara (PR), a Acolhida na Colônia (SC) e a Batuc (BA); como também instâncias, a exemplo do Fórum de Turismo do Baixo Rio Negro (AM), inclusive a partir da internet, confundindo muitas vezes os seus contornos geográficos. A consequência do protagonismo desses atores tem reverberado em discussões dentro da academia sobre os impactos do atual modelo de turismo e sobre outras possibilidades de práticas, valores de análises do turismo, da mesma forma que os atores da academia têm influenciado na formação dessas redes.

Direcionamos o olhar analítico e interpretativo para a Rede de Turismo Comunitário da Bahia – Rede Batuc, para as consequências de sua atuação que tem composto fluxos de políticas públicas para o turismo comunitário, anteriormente inexistentes. Nessa análise, compreendemos as políticas públicas como um fluxo de ações e intenções acionadas por diferentes atores que buscam governar/agir/interpretar os problemas públicos ou bens públicos, estando de acordo com seus poderes de governabilidade, capacidades para mobilizar recursos e influenciar outros atores; ou seja fluxos axiológicos de uma multiatorialidade ativada em experiência “potencialmente pública” (PERES, 2020, p.82), que organizam contextos de

governo de problemas considerados de pública relevância ou em contextos de preservação de bens públicos (BOULLOSA, 2013, 2020, 2021; PERES, 2020).

É possível observar a ação coletiva na articulação política, gestão, comunicação, capacitação e comercialização por uma série de fluxos e evidências que apontam para a constituição da Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia. Dentre as práticas em ação, têm-se: a realização de formações e capacitações sobre as temáticas do Turismo Comunitário; a inserção da temática do Turismo Comunitário em espaços de articulação e tomada de decisão política do Turismo Convencional; a elaboração da Carta Manifesto de Salvador, em 2018 (ANEXO A), sob a temática do Turismo Sustentável; a busca por apoio e fomento do Estado e de entidades privadas para as iniciativas de Turismo Comunitário; a articulação e elaboração do projeto que culminou na aprovação da Lei 14.126/2019 (BRASIL, 2019); a mobilização do Comitê interinstitucional para a execução do que foi instituído pela Lei, dentre outras.

Um olhar mais atento às consequências por meio da multiatorialidade – em Rede - ainda tem revelado ações para a construção de uma narrativa sobre o que é o turismo comunitário na Bahia. Dessa forma, do campo das Políticas Públicas, mais especificamente dos *Critical Policy Studies*, é que se fundamenta essa análise interpretativa da construção da política pública de turismo comunitário na Bahia, outrora ininteligível e invisibilizada no território baiano. Conforme Peres (2020), nos conduzimos nessa análise, de forma ontológica, por outras perspectivas que nos permitem alargar as fronteiras do conhecimento. Adicionam-se a esses estudos críticos o resgate do político no campo das políticas públicas como um elemento fundamental, ao mesmo tempo que alerta para o reducionismo operacional que muito permeabilizou os processos cíclicos de implementação, análise e avaliação de políticas públicas (PERES, 2020; BOULLOSA, 2013, 2019).

Nesse sentido, esse trabalho se ampara na abordagem teórica *Mirada ao Revés* (BOULLOSA, 2013, 2019), pela qual as Políticas Públicas podem ser analisadas por seus “fluxos multiatoriais, multissensoriais, multifatoriais de ações, de instrumentos, de intenções e de problematizações”. A nossa escolha pela abordagem dos Estudos Críticos da *Mirada ao Revés* se justifica por que essa abordagem privilegia a análise interpretativa e atores sociais, configurando uma análise sociocêntrica. Essa abordagem reconhece que atores não estatais bem como materiais não tradicionais de pesquisa são relevantes para compreender a mesoescala de práticas em políticas públicas e movimentos como o que a Rede Batuc tem realizado. Soma-se a isso, o fato de os Estudos Críticos não serem afeitos a modelos predeterminados, e buscarem evidenciar as abordagens mais democráticas e inclusivas que permitem estudar atores pequenos - não estatais-, atores periféricos, “os pequenos” convencionalmente irrelevantes nas

abordagens convencionais do *mainstream* de políticas públicas, por conseguinte, do turismo convencional.

A Mirada ao Revés permite assumir a perspectiva do observador/analista em direção ao problema público que surge, como um sujeito partícipe nas análises de políticas públicas. O delineamento do “problema” da política pública é assumido como um construto analítico, que se torna útil à interpretação da análise de políticas públicas, e/ou também acaba sendo útil à interpretação dos atores que buscam intervir no problema (BOULLOSA, 2013, 2019).

Dado esse arcabouço multidisciplinar, a reflexão geral desse trabalho é construída a partir da questão: *Como a Rede Batuc vem constituindo fluxos de políticas públicas do turismo comunitário na Bahia?* Buscaremos respondê-la conforme nosso objetivo geral ao “*Analisar como as ações coletivas e a arena pública em prol do Turismo Comunitário por meio da Rede Batuc têm construído a Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia (2015 – 2022)*”, ou seja, como se têm construído a Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia, configurando-se o nosso objetivo geral.

Nossos objetivos específicos são:

1. Rastrear os atores (multiatorialidade) que compõem a arena pública do Movimento de Turismo Comunitário à Rede;
2. Identificar as ações coletivas da Rede Batuc na construção da arena pública do turismo comunitário na Bahia;
3. Discutir os problemas públicos e bens de pública relevância identificados e debatidos dentro do movimento de turismo comunitário na Rede Batuc.

Em suma, identificamos como importantes categorias analíticas para nosso estudo a Multiatorialidade; a Ação Coletiva e Arena Pública; os Públicos (Problemas Públicos e bens de pública relevância). Os questionamentos, conhecimentos, sentimentos e as inquietações advindos da vivência prática como membro da Rede Batuc foram fundamentais para que identificássemos as categorias e a fundamentação teórica adequadas. Logo, compreendemos que há uma situação problemática no Campo do Turismo, e que outras formas organizacionais têm proposto outros valores para esse âmbito, como analisaremos na Rede Batuc na Bahia.

Nessa pesquisa, o Eu-pesquisador - a pesquisadora que vos escreve - é parte do coletivo atuante nas ações da Rede Batuc no turismo comunitário desde 2015. É a partir dessa experiência enquanto membro da Rede que essa análise se desenvolve. Nesse sentido, convidamos o leitor para uma “viagem”, metaforicamente expressa nos quatro capítulos a seguir, por expressões e termos que aludem aos elementos do turismo, aos elementos de uma “viagem”, como formas de demarcar o roteiro analítico escolhido para esse trabalho.

No primeiro capítulo, “Nos Caminhos Metodológicos”, demonstramos como e porque realizamos as escolhas metodológicas que fizemos. No segundo capítulo, “No Balanço da Rede de Turismo Comunitário na Bahia: o Movimento e a Rede” expomos a experiência em Rede Batuc, como uma “fotografia” atual da Rede Batuc, como ponto de partida que nos possibilitou construir e materializar uma mesoescala em nossa análise. No terceiro capítulo, “Uma Viagem Política: Do Turismo Convencional ao Turismo Comunitário” discutimos o contexto macro e as situações problemáticas que, nessa análise, se embasa pela compreensão crítica sobre os turismos – o convencional e o comunitário -, bem como a origem das políticas públicas que dão forma às (in)existências desses turismos. No quarto capítulo, “Embarcando no Trem das Políticas Públicas: Com Destino as Políticas Públicas do Turismo Comunitário” posicionamos do Campo da Política Pública, e apresentamos a Abordagem da Mirada ao Revés pela qual identificamos as categorias que nos permitem ver políticas públicas como fluxos. A saber: 1. Multiatorialidade; 2. Ação Coletiva e Arena Pública; 3. Problemas Públicos e bens de pública relevância. Por fim, elaboramos as “Considerações Finais dos “Retratos da Nossa Viagem”, onde tecemos considerações e contribuições dessa dissertação para pesquisa futuras em turismos e políticas públicas por meio da construção dos fluxos da política pública do turismo comunitário baiana.

## 1. NOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo, compartilhamos como e por que realizamos as escolhas metodológicas dessa pesquisa. Iniciamos com um breve apresentação dos *Anfitriões de Viagem: a Rede Batuc no trabalho com o Turismo Comunitário*. Caminhamos para *A Paisagem Metodológica* para demonstrar de onde partimos ontológica e epistemologicamente, identificando o que trouxemos em nossa ‘bagagem’ através da apresentação do nosso *Quadro Síntese de Formação da Paisagem Metodológica*, bem como a nossa orientação empírico-metodológica, sintetizados nas *Escalas de Análise*. As escolhas de métodos, técnicas e tipos de análise são expostas em forma e conteúdo nessa dissertação – como a perspectiva de escrever em primeira pessoa (sustentada pelo método autoetnográfico) no qual se interliga com a nossa escolha teórica dentre os estudos críticos das políticas públicas que compreende o análises de políticas públicas como mais um ator no fluxo dessas políticas.

### 1.1 ANFITRIÕES NA VIAGEM: A REDE BATUC E O TURISMO COMUNITÁRIO

Nessa viagem, temos como anfitriões a Organização Rede Batuc<sup>9</sup> e o turismo comunitário. De acordo com a nossa postura crítico-reflexiva, os admitiremos como “sujeitos da pesquisa” (PERES, 2020, p.114).

Anfitrião<sup>10</sup> é aquele que recebe pessoas em sua casa. Para que evitemos dúvidas como “Qual é mesmo seu objeto de pesquisa? É o Turismo Comunitário ou é a Rede Batuc?”, de nossa perspectiva, temos dois anfitriões indissociáveis. A Rede Batuc no trabalho com o turismo

---

<sup>9</sup> O nome BATUC foi eleito em votação por um aplicativo de mensagem; ele indica a abreviação da expressão “Bahia Turismo Comunitário” e faz alusão ao som de instrumentos de percussão, muito comuns na Bahia. A diferença entre batuque e samba na Bahia e a passagem entre ambos dificilmente será esclarecida, pois as fontes históricas são poucas, muitas vezes imprecisas e geralmente são proferidas de um olhar hegemônico e racista que pouco percebeu as sutilezas e diferenças entre as diversas manifestações culturais e musicais da população negra e escravizada. A deduzir pelas fontes literárias, os batuques aconteciam em praça pública, muitas vezes ligados às festas religiosas oficiais do calendário católico baiano, como também nos momentos de folga dos africanos e seus descendentes, tanto escravos como libertos (DÖRING, 2004).

<sup>10</sup> Anfitrião se refere àquele que recebe, recepciona, acolhe, hospeda ou convida pessoas em sua casa. Tem como referência a Mitologia Greco-Romana, exposta na tragicomédia de *Titus Maccios Plautus – Anfitrião*, do ano 206 a.C. Nessa paródia do Mito Grego, *Plautus* expõe no enredo os enganos causados pelo deus Júpiter, que se transfigurou na personagem principal, Anfitrião, para usufruir dos amores de sua mulher, *Acmena*. Após desconfiar de sua esposa e tentar matá-la, Anfitrião muda de ideia quando o “deus dos deuses” Júpiter explica que ele foi o causador de tudo. Então, Anfitrião sente-se lisonjeado, pois sua esposa foi escolhida por Júpiter (FERNANDES, 2015).

comunitário na Bahia compõe dois sujeitos: sujeito empírico (A Rede Batuc) e sujeito temático (o turismo Comunitário).

A Rede Batuc é uma organização sem espaço físico próprio, que engloba, em 2022, aproximadamente 38 iniciativas, sendo esse número considerado incerto. Surgiu do Movimento de Turismo Comunitário (assim chamado de 2015 a 2019), que discutia e trocava experiências e aprendizados do turismo protagonizados por comunidades, autodenominando-se Rede em 2019. É uma articulação de organizações comunitárias - também de outros membros, como colaboradores, parceiros e apoiadores – que, juntos, trabalham em prol do valor de turismo comunitário, pautado em princípios da sustentabilidade dos povos e das comunidades tradicionais, da solidariedade e da ancestralidade como elementos de resistência dos saberes e fazeres tradicionais através do turismo. As comunidades e povos organizados do campo e da cidade, como Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Marisqueiras e Pescadores, Assentados da Reforma Agrária, Comunidades de Fundo de Pasto e de Bairros Periféricos têm trabalhado para gerir e planejar o turismo comunitário em prol do reconhecimento e da sustentabilidade de seus fazeres cotidianos. Apresentaremos a experiência da Rede Batuc turismo Comunitário no terceiro capítulo - “No Balanço da Rede de Turismo Comunitário na Bahia: o Movimento e a Rede”, porém, a priori, tornou-se importante apresentarmos brevemente a Rede Batuc a fim de que o leitor compreenda a indissociabilidade dos nossos anfitriões e a nossa paisagem metodológica.

## 1.2 A PAISAGEM METODOLÓGICA

A paisagem metodológica demonstra como construímos essa pesquisa e quais questões nos conduziram da experiência, minha vivência como membro na Rede Batuc, à fundamentação teórica discutida nos Capítulos 2 e 3. Dessa forma, sintetizo abaixo o que identifiquei pelas minhas escolhas nos planos de pesquisa ontológico, epistemológico, deontológico e metodológico. As minhas apreensões dos planos de pesquisa tiveram inspiração em Peres (2020) por meio da “Matriz de análise de ‘experiências públicas’ em movimento” (2020, p. 119), um construto analítico que colabora para ver e interpretar “experiências ‘potencialmente’ públicas” (PERES, 2020). Aprendemos a enxergar e localizar a experiência, vivência por meio de escalas (*macro*, *micro* e *meso* escalas) de análises, enfatizando as mesoescala e microescalas como lócus de fluxos de políticas públicas (PERES, 2020, p.114). Ciente de que fazer ciência é também um processo político, e que a ciência não dá conta de apreender todas as realidades,

não capturamos o coletivo, e sim apresentamos uma visão desse coletivo, estando parte dele. É dessa forma como construímos nossa pesquisa, amparados em ideias, abordagens e métodos que “defendem a compreensão dinâmica e processual tanto do fazer científico quanto do fazer política pública” (PERES, 2020, p.46)

Ontologicamente, essa pesquisa é qualitativa interpretativa, na forma de análise, seguindo práticas e inspirações presentes na filosofia crítica que me energizam para a ação. Sou simpatizante da ‘esperança em ação’, implicada na filosofia de Paulo Freire. Meu fazer científico se ampara nas leituras críticas do turismo e do lazer, e das ciências sociais aplicadas. Essas inspirações auxiliam a (re)ver minhas trilhas para poder interpretar, questionar e refletir fluxos de temáticas, significados, atores, experiências, dados e fatos (anteriormente) co-construídos nas ações coletivas do turismo comunitário, mobilizados através da Rede Batuc (da qual faço parte).

No plano epistemológico, a minha forma de analisar parti da vivência e experiência no turismo comunitário através da Rede Batuc, onde emerge a necessidade de discutir políticas públicas. Assim nos movimentamos pelas vertentes brasileiras nos estudos críticos em políticas públicas junto as abordagem da *Mirada ao Revés* (BOULLOSA, 2013, 2019) e da *Reinterpretação dos Fluxos de Políticas Públicas* (PERES, 2020). Esse processo de “por lentes” para rever o que já tinha experienciado resolveu a questão de ‘*como discutir e pesquisar algo que as convencionais teorias e abordagens não invisibilizam?*’.

Tal solução enriqueceu essa análise, pois visibilizou ‘fluxos’ que se tornaram inteligíveis pela interpretação e reflexão dos materiais de pesquisa que dispunha: textos e seus análogos - os quais coproduzimos. Logo, assumimos “a construção coletiva de múltiplos materiais de pesquisa (em lugar da coleta de dados)” (PERES, 2020, p.220).

Deontologicamente, as formas e os lugares que ocupei/ocupo influenciam o que vejo, interajo e interpreto. Venho do trabalho técnico da Incubação de Territórios de comunidades que praticam Economia Solidária, Gestão Territorial e Turismo de Base Comunitária. Acredito nas potencialidades humanas para construir e fazer o bem, na transformação do mundo por uma ética ligada a prática, e na conscientização coletiva para fazer valer a democracia tão necessária à vida.

No plano metodológico, assumimos a escolha pelo método autoetnográfico pois ele é coerente as lentes epistemológicas que incluem o olhar do analista de políticas públicas como mais um componente nos fluxos de políticas públicas em análise, compreendendo que “política pública é um construto analítico resultante do olhar de um observador, o analista de políticas

públicas” (BOULLOSA, 2013, p. 79). Portanto, torna-se imprescindível adentrarmos na concepção do método autoetnográfico e como elaboramos a combinação de técnicas e de instrumentos que permitiram a construção dos dados e materiais que embasam esta análise.

### 1.3 MÉTODO AUTOETNOGRÁFICO

O método autoetnográfico pode ser compreendido, ao mesmo tempo, como um processo e como um produto que combina características da etnografia e da autobiografia. Enquanto método, as autoetnografias permitem iluminar e interrogar temáticas e circunstâncias advindas da experiência dos pesquisadores, destacando os estudos corporificados, como também possibilitam a construção de formas de denúncia, resistência, expressão artística e experiências de escrita que despertam sentimentos, significados, valores e princípios (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011).

Adams e Herrmann (2020) caracterizam a “autoetnografia” através de três componentes inter-relacionados: *auto-*, *-etno-* e *-grafia*. Logo, pesquisas e projetos autoetnográficos usam individualidade, subjetividade e experiência pessoal (auto) para descrever, interpretar e representar (grafia) crenças, práticas e identidades de um grupo ou de uma cultura (etno). Diversas temáticas emergem dos formatos autoetnográficos, sejam enquanto abordagem, processo ou método (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011). Públicos diversos podem ser alcançados, ao passo que outras vozes podem ser ouvidas através das formas autoetnográficas. Desse modo, é possível chegar aos temas das autoetnografias: raça (SANTOS, 2017); gênero (SOUZA JÚNIOR, 2021); classe (PORTELA, 2020); educação (DA SILVA e DE OLIVEIRA, 2021); capacidades (DE SOUSA ARRUDA e MIKLOS, 2020); sexualidade (DA SILVA DIAS e COLLING, 2021); religião (CAMPANARO, 2021), entre outros.

O método autoetnográfico referenciado aqui compreende as “autoetnografias comunitárias”, conforme figuram Adams e Herrmann (2020, p.2) pois, em semelhança com as entrevistas interativas, possibilitam usar nossa experiência pessoal para ilustrar como uma comunidade manifesta questões sociais/culturais particulares, como desenvolvemos aqui a interpretação analítica do turismo comunitário baiano por meio das políticas públicas.

Enquanto pesquisadora que integra o fluxo de atores da Rede Batuc, tenho colaborado na elaboração de documentos, na organização e realização de eventos e nas ações e concepções que dão contorno ao tema do turismo comunitário publicizado pela Rede. Em coletivo, refletimos e realizamos debates, acordos, lidamos com desacordos, conflitos, tensões, reflexões

e ressignificações, os quais geraram diversas estratégias de atuação em prol do turismo comunitário baiano. Para nós, esse método, junto aos procedimentos de construção de dados e das técnicas de análise de resultados, torna possível o testemunho sobre um evento, problema ou uma experiência (ELLIS e BOCHNER, 2006).

Ao ter como método de pesquisa a autoetnografia, foi possível identificar outros problemas que estão implícitos, inclusive para nós mesmos – por exemplo, a questão dos vínculos entre as pessoas e o território, as emoções e a solidariedade no turismo comunitário, implícitos na temática de pertença, identidade e dos territórios de comunidades tradicionais. Como testemunhas, esse trabalho não apenas atua com os outros para validar o significado da política pública do turismo comunitário, como também permite que participantes e leitores do campo se sintam validados e/ou mais capazes de lidar ou mudar suas circunstâncias. Para isso, questionar, criticar e interrogar a minha própria perspectiva e/ou meu discurso cultural (*etno*) (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2011).

A participação nas ações coletivas da Rede Batuc, nas arenas coletivas de discussão, de discórdias, de críticas, de choros, de busca por aceitação e legitimação, de autoquestionamentos e questionamentos dos meus colegas e membros na rede, de doação de horas e horas de trabalho, de aporte de recursos para colaborar nas ações da Rede e em Rede, com os quais estava imersa, foram bases importantes porém geradoras de um certo desconforto que me empurrou para a ação de realizar entrevistas e conversas com meus parceiros em Rede, para compor os nossos artefatos de pesquisa gerando-me a sensação de conforto para continuar a análise.

Assim, ao interpretar como um trabalho coletivo tem constituído uma política pública, conforme acentua Wall (2006), confiro/conferimos/se confere valor à experiência para ampliar a compreensão sobre um fenômeno social. A metodologia junto ao método da autoetnografia pode diferir de pesquisador para pesquisador, pois seu processo é altamente personalizado e contextualizado (KAMALI, 2021).

Esse panorama depende de questões de legitimação (HOLT, 2003), da crença e do compromisso assumidos em Rede nos processos de publicização e de comunicação política, de um ato socialmente justo, que se une para “alargar” as fronteiras da política de turismo e, portanto, alargar as fronteiras do campo de políticas públicas, a partir de uma realidade vivida, experienciada de um coletivo que nos permitiu coconstruir dados, os quais analiso e interpreto como artefatos de pesquisas.

Nesse contexto, o trabalho no Movimento e na Rede demandou a realização de documentos, atas e registros diversos que serviam para sistematização e recuperação das ações,

decisões tomadas. Cotidianamente coconstruíamos através da sistematização, dispositivos que geravam conhecimentos diversos sobre a história da Rede. Constata-se uma vultuosa quantidade de documentos e fotos que apreendemos como textos e seus análogos, pelos quais tive acesso privilegiado por que os construímos coletivamente, além de ter o acesso ao arquivo interno da Rede Batuc, possibilitando recuperar datas, fatos, locais e embasar os meus registros memorialísticos – artefato que articula o processo de realização desta pesquisa - , com aproximadamente 15 horas de entrevistas feitas com 9 membros da comissão da Rede, bem como das conversas via aplicativos de mensagens com outros integrantes. Abaixo, listo os artefatos de pesquisa que mediam essa análise:

#### Quadro 01 – Textos e seus análogos

<b>TEXTOS E SEUS ANÁLOGOS</b> <b>Dispositivos de Produção de Conhecimento</b>	<b>Período</b>
Registro de Levantamento sobre Comunicação e Comercialização e Políticas Públicas/Território – Documento Resultante do Encontro Estadual de Articulação para o Encontro Nacional da Rede Turisol - 2015.	2015
Atas de Reuniões/Imagens e Fotografias.	2015-2022
Declaração de Salvador para o Turismo Sustentável – Documento Resultante do II Fórum Global Sobre Turismo Sustentável (II FGTS) realizado no âmbito do Fórum social Mundial em Salvador -2018.	2018
LEI Nº 14.126 DE 24 DE SETEMBRO DE 2019: Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências.	2018-2019
Organização e participação de diversos encontros/reuniões (virtuais e presenciais).	2018-2022
Projeto Rede Batuc - Turismo Comunitário da Bahia em Movimento – Documento Resultante do Desafio realizado pela CTG Brasil e a Ashoka: Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável – 2020/2011.	2019-2020
Registros de Memórias (pessoais) de participação/atuação na Rede.	2019-2022
Processo de sistematização de Registro Histórico da Rede Batuc.	2019-2022
Realização e Registros Transcritos das Entrevistas com Membros da Comissão Gestora 2021-2022.	2021-2022
Capacitações sobre turismo comunitário em parceria com a Comuniculturi para: ACTUR(Alagados/Salvador); Gente do Conduru (Serra Grande/Uruçuca; Vivertur-Matarandiba/Vera Cruz).	2020 - em andamento
Desenvolvimento de Portifólio sobre as Organizações em Rede Batuc e de Levantamento das práticas de Organizações de Turismo comunitário da Rede Batuc.	2021 - em adamento
Representação da Rede Batuc no Encontro da rede Turisol para elaboração de Propostas de Plano de Turismo para o candidato a presidencia Luiz Inácio Lula da Silva.	2022
Apresentação sobre a Pesquisa em adamento na I Conferência Internacional de Turismo Comunitário da Bahia - CITCOM -BA.	set/22
Capacitação para a Rede sobre Economia Solidária e Turismo Comunitário.	nov/22
Início de Planejamento do Encontro da Rede Batuc s ser realizado em 2023.	2022

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Referimo-nos a memória da participação, a contida nos artefatos de pesquisa acima identificados, compreendendo-os também como materialização de argumentos e narrativas. Isso nos levou a ver que as narrativas emergiam transpassando todos os artefatos, materiais de pesquisa que dispunha. Diante desse contexto, buscamos inspiração na técnica de análise da narrativa como forma de materializar a nossa os resultados presentes nessa análise. Ainda

apontamos o contexto de pesquisa, e como as descrições narrativas desse contexto demonstram o ponto chave para a análise da experiência de como nós - os Membros da Comissão Gestora da Rede Batuc - narramos as nossas ações coletivas e a participação na coconstrução das representações e singularidades próprias. Registrar a voz dos [nossa voz] que ficam à margem da construção oficial da história contribui, conforme detalhou Mishler (1999), para uma análise, dada a especificidade do contexto social que pode ter em perspectiva “o como configurações narrativas são elaboradas a fim de construir identidades específicas” (MISHLER, 1999, 34).

As 9 entrevistas realizadas com Comissão Gestora da Rede 2021-2022 (8 on-line no ano de 2022) e 1 presencial (a entrevista piloto realizada em 2021), foram posteriormente transcritas, e culminaram uma média de 1h30min por entrevista. Entrevistei 9 dos 11 membros que compõem a comissão, usando um Roteiro de Entrevistas (ANEXO A), e essas entrevistas ficaram registradas nos documentos internos da Rede, como mais um documento para composição do arquivo interno da Rede.

As entrevistas fizeram emergir temas e questões *issues*, tanto internas quanto externas à Rede. Esse desafio tornou-se crucial para que registrássemos a partir dos dados que construímos o nosso foco interpretativo, que por vezes revelará a necessidade de reafirmar o que eu vinha desenvolvendo a partir da perspectiva de analista, com a perspectiva de outros atores da Rede Batuc. Isso nos levou a realizarmos as entrevistas com a Comissão da Rede ao passo que minha interpretação se tornava documentada. O quadro empírico metodológico foi construído a partir dessa perspectiva de articulação geral dos artefatos e se revelou uma ferramenta de orientação própria.

**Quadro 02 – Quadro empírico metodológico**

QUADRO EMPÍRICO METODOLÓGICO				
Registro de Dados	Técnicas de Análise	Foco Interpretativo	Pontos Emergentes/ Pontos Velados	
Registro Caderno de Campo	Inspiradas na Análise da Narrativa análise crítico-reflexiva 'com' sujeitos de pesquisa em movimento	Confrontar minhas memórias com narrativas dos outros membros	Memória; sentimentos; Medo; Angústia; Insights Valores; Motivações	Autoquestionamentos; questionamento a outros; Autoanálise
Documentos Rede Batuc	Conteúdos trabalhados a construção coletiva de múltiplos materiais de pesquisa	Multiatorialidade e Experiencia Pública	Multiatorialidade; Ações Coletivas e Arena Pública; Problemas públicos e bens de Pública relevância	Territórios; Questão da Terra
Entrevistas; conversas, reuniões; processo de mentoria; etc.	Inspiradas em Análise da Narrativa análise crítico-reflexiva 'com' sujeitos de pesquisa em movimento	Argumentação de temáticas Formas de práticas diversas no Turismo Comunitário	Organização Comunitária Confiança Protagonismo Local Controle Resignificações diversas	Emoções Vínculo

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O método autoetnográfico permitiu refletir sobre o estudar as relações entre a (minha) experiência pessoal (enquanto pesquisadora) e o fenômeno investigado, fato esse que mostrou um ‘certo aprisionamento’ das metodologias etnográficas pelos pesquisadores das ciências sociais, como se fosse naturalmente delimitado quais os campos da ciência e seus pesquisadores que podem ou não podem aplicar as etnografias (não importando os estudos e pesquisas de acadêmicos de outros campos)<sup>11</sup>. Outro desafio que superamos nessa análise. Não obstante, houve o desafio constante em promover o estranhamento sobre o sujeito pesquisado, a fim de não afunilar demais a perspectiva da Rede Batuc e do turismo comunitário, assegurando que a nossa lente serve como motor de refinamento, ao invés de tê-la como motor de aprisionamento.

Por meio desse contexto, analiso a reação ao problema atual do da Rede Batuc em prol do turismo comunitário considerando as escalas “macro, meso e micro” que Peres (2020, p. 114) apresenta como uma forma de superar a invisibilidade de sujeitos e “... a ininteligibilidade de determinados temas e o desperdício de experiências no campo das políticas públicas”, tão imprescindíveis nessa pesquisa.

#### 1.4 AS ESCALAS DE ANÁLISE

Essa perspectiva por meio de escalas visibiliza que há formas e caminhos possíveis para a análise das políticas públicas. A macroescala é muito difundida e estudada, estão os grandes *players*, as políticas nacionais e internacionais que incidem no turismo, atores que tem elevado poder de atuação. A mesoescala – a qual visibilizaremos sua materialização nesta análise, é a que permite apresentar as ações coletivas e a formação da arena pública promovidas pela Rede Batuc. E, na microescala vemos as “práticas individuais, pontuais ou isoladas” (PERES, 2020, p.114). Visibilizando os contextos microlocais onde as ações de membros e comunidades organizadas localmente são afetados ao ter no cotidianos de seus territórios o turismo. Isso faz com que a nossa análise materialize uma mesoescala “construindo pontes entre o mundo da política cotidiana e o mundo da política institucional” (PERES, 2020, p.52).

##### 1.4.1 Por uma macroescala de análise

Em uma macroescala de análise, identifico o turismo convencional, de massas e seus

---

<sup>11</sup> Essa discussão pode ser evidenciada pelo Painel Publicando Autoetnografia no Brasil, presente no Canal Autoetnografia Brasil. Para saber mais acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=9dO87JR00Ko>.

efeitos adversos discutida no terceiro capítulo. É por meio dessa apreensão que identifico que parte do problema/bem público visibilizados por meio da em Rede Batuc se configura também por leituras críticas do turismo. Dessa forma precisamos questionar certos modelos, compreendendo sua historicidade e situatividade no tempo-espaço, como por exemplo, recordar o nosso passado que está atrelado aos processos de colonização que dominou territórios brasileiros, e ver o nosso presente por meio do turismo, também atrelado a certas funções atribuídas por diretrizes internacionais.

O turismo convencional, de massas desde sua origem em território brasileiro foi concebido e implementado pelo Estado, e pelas diretrizes dos organismos internacionais. Esse processo de concepção e implementação se deu por meio de políticas públicas do turismo brasileiro que buscou resolver o dado problema público do subdesenvolvimento social e econômico do Brasil. Dessa forma, o turismo foi apreendido como atividade econômica “industrial” que foi configurado como uma alternativa de solução para fazer-se crescer, e desenvolver a economia, subjazendo dessa a crença do desenvolvimento social das diferentes porções sociais brasileiras. Junto a essa escolha política foi se constituindo a educação para o turismo, embasada pela formação dos especialistas no ensino superior ao mesmo tempo em que as políticas públicas eram implementadas de cima para baixo, ou seja, do Estado para a sociedade. Foi pela dimensão política que as decisões tomadas reduziram o turismo de sua complexidade enquanto fenômeno social, para um fenômeno econômico.

Aliado a isso, identificamos também a racionalidade instrumental que imperou no início de formação e expansão do campo das políticas públicas para o Brasil. As múltiplas racionalidades na concepção das políticas públicas também se reduziram a um *mainstream* da Análise Racional das Políticas Públicas. Esse problema das apreensões em políticas públicas terminou por esterilizar a política da política pública, como se somente existisse uma única possibilidade de solução, de alternativa para um determinado problema público, pois as análises racionais assumiram um lócus de prestígio. Vimos então por meio de leituras críticas discutir e visibilizar a presença de múltiplas racionalidades coexistentes nos campos do turismo.

Turistificação, turismofobia, gentrificação turística e overturismo são consequenciais do desequilíbrio na concepção política do turismo, consequência dessas reduções. O que chamamos como efeitos adversos do turismo, são na realidade consequências das apreensões reduzidas do turismo e de suas políticas públicas, redução de sua complexidade sociopolítica, sociocultural, socioeconômica, socioambiental para uma atividade econômico-industrial.

Assim, muitos colegas pesquisadores e especialistas tendem a se referir que a má gestão e o planejamento públicos são responsáveis por tais problemas, mas eu os vejo relegarem a

dimensão política do turismo. Isso é o que leva as análises do turismo para o campo da organizacional, o campo da geografia, da urbanização, da administração, da economia etc., deixando implícitas as pistas de sua dimensão política.

Aos que insistem em manter os padrões políticos do turismo - que tem promovido urbanização, padronização estética dos lugares por meio de requalificações e paisagismos, profissionalização de pessoas etc. justificando para isso ‘arrumar a casa para receber visitantes, em detrimento de arrumar a casa para os seus residentes’ - então realmente, será necessário atribuir à gestão e ao planejamento públicos, a comercialização, a atração de turistas etc. a resolução dos efeitos adversos. Porém, nesse intermeio surgem os afetados pela ausência da discussão dos valores no turismo elaborando ações coletivas e costurando arenas públicas de discussão política problematizando uma busca por mudanças.

#### **1.4.2 Por uma Mesoescala de Análise**

Enfatizar a mesoescala é mostrar como construímos nossa pesquisa, justificando aqui a presença, já no capítulo 2, da apresentação de nossa experiência. Dito isso, retomamos o lugar ou a posição pela qual essa pesquisa tem se realizado – uma mesoescala.

Construir essa mesoescala, que não é definida pelo número ou pelo tamanho dos membros que a compõem, mas pelo movimento, pela articulação, pela capacidade de conectar, pela multidimensionalidade e pelo alcance de suas consequências é, precisamente, debruçar-se sobre práticas, arenas e experiências públicas e esforçar-se para construir sua inteligibilidade (PERES, 2020, p.84).

Trata-se de uma análise intermediária, que significa os fluxos observados e experienciados a partir da Rede Batuc junto ao turismo comunitário e trazem a busca por atuação política no turismo. Essa busca é também consequência do que discutimos na macro escala de análise, no atribuir a política em nossa perspectiva de se coletivizar, agir e configurar uma arena pública do turismo comunitário na Bahia.

Isso se reflete, em grande parte, diante da situação problemática resultante do Prodetur/Ne, significada a partir das consequências nas transformações territoriais (socioespaciais) que esse instrumento da política pública do turismo tem promovido na Bahia.

Junto aos projetos de requalificações urbanísticas e qualificação de mão de obra, o Prodetur na Bahia buscou ressignificar o território do Estado para o turismo, promovendo sua divisão em 13 regiões turísticas: a Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Sudoeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste, Costa dos Coqueiros, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Chapada Diamantina, Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste e Salvador. A mudança de nomes, ou a colocação de nomes, perpassa por

uma atribuição de sentido e significados de usos desses territórios que reflete nos comércio locais, nas relações de trabalho e renda, nas relações de melhoria na qualidade de vida de alguns em negligência a muitos outros. Essas transformações perpassam ainda, nas transformações de como os residentes se relacionam com os espaços, considerando à estruturação destes espaços par uma determinado uso e usufruto dos espaços. Vemos isso a partir das áreas litorâneas, da restrição de acesso a essas áreas ocupadas empreendimentos de lazer e imobiliários que são de usufruto de uma porção social que pode pagar por elas, ao passo que outras porções da iniciativa privada recebem o lucro da exploração dos territórios - espaço-físico e social-mão de obra locais. Tal transformação perpassa ainda pela ressignificação de atributos socioculturais baianos (religiosos, manifestações culturais, gastronomia etc.) como produtos voltados para o turismo. Ritos, festejos e manifestações populares diversas são apreendidas enquanto produtos turísticos – uma redução estéril dos sentidos e significados que esses atributos representam desde a formação dos seus povos.

Assim, há um levante de organizações sociais afetadas com o que tem ocorrido e imersas ou não nesses territórios, têm sentido e ressentido os impactos desse contexto. Partem para buscar ressignificar politicamente o turismo através do turismo comunitário, a possibilidade de alternativas para assegurar a manutenção de seus elos com seus territórios. Os níveis de atuação são múltiplos e perfazem-se o individual, o comunitário e ganham adensamento em redes. Nesses níveis, temos as questões étnico-raciais levantadas pelos povos de comunidades locais e tradicionais, as suas formas de sustentabilidade ligadas ao ambiental (preservação dos biomas), preservação dos modos de ser e fazer tradicionais que se refletem na relação territorial homem-natureza, na educação das novas gerações, nos outros (turistas e visitantes) para a compreensão das outras formas de vida em territórios que têm sido usados, invisibilizados e negligenciados.

De forma lúdica, de forma estética, o turismo comunitário na Bahia, mobilizado através da Rede Batuc, busca sensibilizar, o outro, o político, o especialista, o visitante, o turista, para ver, ouvir e vivenciar outras realidades que tem ressentido as problemáticas do turismo. Com isso, por meio do compartilhamento dos problemas e em busca de alternativas, é que os princípios do protagonismo comunitário e da autogestão, da solidariedade e da sustentabilidade são mobilizados em Rede, ativados politicamente, por meio da gestão social<sup>12</sup> para o turismo.

---

<sup>12</sup> “Nesta perspectiva, gestão social, para a mirada ao revés, pode ser compreendida como o conjunto de processos e dinâmicas que ativam e conformam o fazer juntos (ou a vontade de) de atores que agem no fluxo de políticas públicas, mobilizados pelo e no interesse público para o governo de problemas de pública relevância ou para a preservação de bens públicos. Esta compreensão certamente não está entre as mais difusas neste novo campo de práticas e conhecimento também em construção, o qual, como afirma Bouldosa (2012) vai sendo construída dentro

Nesse momento, a gestão assume um caráter importante, pois sem essas gestões sociais das organizações e iniciativas, a política pode perder-se de vista e passarmos a conceber a dimensão comercial como dominante para essas organizações e iniciativas em seus territórios - ou seja em sua microescala.

### 1.4.3 Por uma Microescala de Análise

Em uma escala micro de análise, compreendemos as práticas locais de organizações e iniciativas e de indivíduos que estão trabalhando para o apoio e a formação de grupos e empreendimento no turismo comunitário.

“...buscamos enfatizar a importância de experiências que pulsam nas escalas microlocais e que, por sua capacidade de articulação e de interlocução com outras escalas, podem colaborar com o desenvolvimento de outros arranjos governativos e com o desenho de outros instrumentos de políticas públicas (PERES, 2020, p.26).

Ao olhar por dentro da Rede Batuc, podemos identificar diversos estágios das organizações, e microrealidades tanto organizacionais quanto individuais. Enquanto algumas têm fluxos regulares de visitantes e turistas, outras têm fluxos esporádicos. São diversas as intenções subjacentes a esse trabalho, e estas não abandonam a atividade de comercialização de roteiros, planejados e organizados de forma comunitária. Porém, no cotidiano, importam o compartilhamento de vivência dos modos de vida e seus cotidianos, perpassando por uma autogestão territorial onde planejamento e controle se misturam a outras preocupações e tarefas locais desenvolvidas pelos grupos e lideranças comunitárias. As comunidades locais e tradicionais não são supermercados de mercadorias, elas não estão disponíveis integralmente às necessidades dos visitantes e turistas. Essa é uma racionalidade difícil de compreender por outros que não são de comunidades locais, tradicionais. Há uma série de problemas e trabalhos locais que essas organizações estão imersas, desde as questões de violência, a participação em espaços públicos como Conselhos, Câmaras, o respeito às temporalidades das práticas religiosas que solicitam reclusão, a temporalidade dos ciclos das águas e das marés, a necessidade de saúde e de sustento mínimo das vidas dos envolvidos que estão ativos nesses movimentos, dentre tantas outras. Ou seja - uma comunidade não pode abrir falência! Nesse sentido, chamamos atenção para a microescala, que alimenta a Rede (mesoescala) de múltiplas racionalidades coexistindo no turismo comunitário, como veremos capítulo no seguinte.

---

de uma dinâmica muito mais próxima a uma experiência de *doing by teaching* do que de *learning by doing*” (BOULLOSA, 2013, p. 82).

## **2 NO BALANÇO DA REDE DE TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA: O MOVIMENTO E A REDE BATUC**

A Rede Batuc surgiu do Movimento de Turismo Comunitário, que discutia e trocava experiências e aprendizados do turismo protagonizado por comunidades, e se autodenominou como Rede Batuc em 2020. Nesse processo, movimento e “balanço”, aos 02 de julho de 2020 – em uma coincidente alusão à data comemorativa de Independência da Bahia - o Movimento iniciou a publicização de mais um “movimento” publicizando-se como Rede – Rede de Turismo Comunitário da Bahia. Importante salientar, que essa apresentação do Movimento à Rede representa um ‘retrato’ da Rede reconstruídos em tela entre os anos de 2015 e novembro de 2022. Isso nos é relevante por conceber que concebemos a incontingência da Rede, pois ela viva e, portanto, mutável.

A Rede é uma articulação de organizações comunitárias - também de outros membros, como colaboradores, parceiros e apoiadores – que, juntos, trabalham em prol do modelo de turismo comunitário. Tem sido pautada sob diversos princípios, perpassados também pelos da Economia Solidária, como a sustentabilidade dos povos e das comunidades tradicionais, a solidariedade, a confiança, a reciprocidade, a ancestralidade, a autogestão, o protagonismo local, como formas de orientação para a resistência dos saberes e fazeres locais através do turismo.

As comunidades/os povos organizados do campo e da cidade como Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Marisqueiras e Pescadores, Assentados da Reforma Agrária, Comunidades de Fundo de Pasto e Comunidades de Bairros Periféricos junto à pesquisadores, estudantes e alguns profissionais da esfera pública e privada tem trabalhado no agir coletivo e político para gerir e planejar o turismo comunitário sob formas e argumentos diversos que se coadunam em rede sob narrativas diversas, desde, do reconhecimento, legitimação de seus fazeres cotidianos à propostas de formas alternativas de fazer e estudar.

A Rede é uma forma assumida para dar sequência às práticas de Gestão, de Articulação Política, de Comunicação e Capacitação, com previsão futura de atuação do GT de Comercialização por meio de Grupos de Trabalho (GT). Traz orientações que perpassam pela perspectiva de que o turismo é mais um elemento que “cria pontes”, ao passo que pode gerar resultados positivos para a economia - concebida de forma plural quando autogestionada por suas comunidades organizadas. Junto a isso, há a ênfase de que o turismo comunitário é uma atividade auxiliar frente às diversas atividades do cotidiano das comunidades, sendo ele – o turismo - tratado como um meio, e não como uma finalidade.



Ao buscarmos analisar como é o Turismo Comunitário argumentado por meio da Rede Batuc, interpretamos como:

Um modelo de autogestão do turismo das comunidades ‘feito pelas comunidades’, cujos princípios se baseiam no protagonismo comunitário, economia solidária, sustentabilidade, valorização da vida, da cultura e do meio-ambiente. Somado à construção e manutenção de políticas públicas e ações independentes que as comunidades mobilizam em favor do conhecimento em movimento, da criatividade, afetividade, força e alegria dos atores comunitários (Arquivo Interno Rede Batuc, 2021).

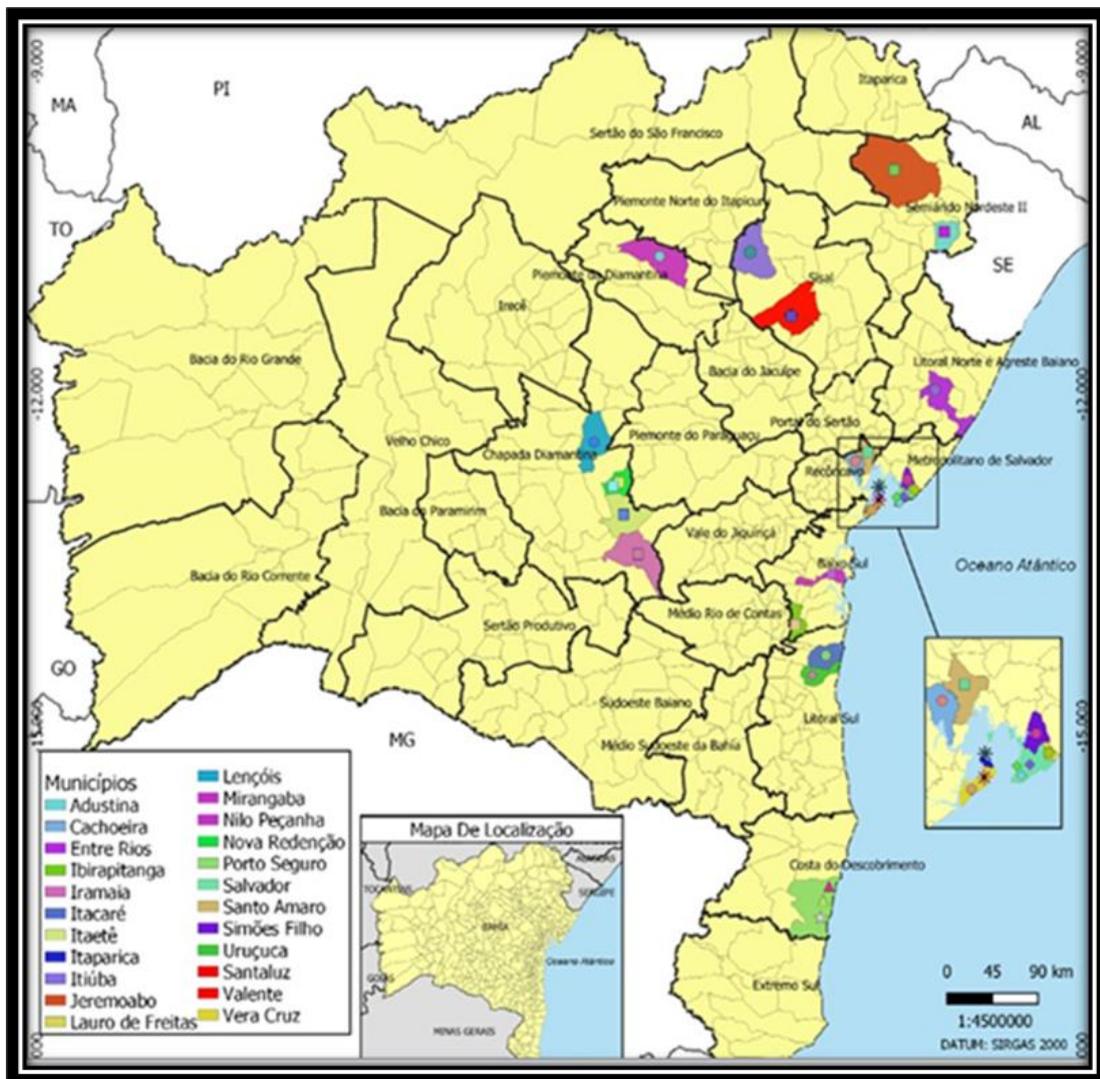
Registramos a assunção dos Objetivos da Rede BATUC, identificados por meio do Encontro Estendido da Comissão Estadual da Rede Batuc, ocorrido em novembro de 2021 na Comunidade de Alagados, Bairro do Uruguai, na cidade de Salvador-BA:

- Proporcionar o fortalecimento das organizações de turismo comunitário pertencentes à rede
- Difundir e conhecer novas vivências no turismo e fora dele
- Sensibilizar a sociedade/comunidades para o turismo comunitário
- Promover o conceito do turismo comunitário
- Estimular a trocas de experiências, vivências e saberes entre culturas entre os atores pertencentes a rede
- Construir relações com organizações públicas, privadas e do terceiro setor relacionadas com o turismo.

No arquivo da Rede Batuc, registram-se que as organizações, iniciativas e os grupos de turismo comunitário estão em 07 Zonas Turísticas, conforme classificação da Política Nacional e Estadual de Turismo, e em 10 Territórios de Identidade. Trinta e quatro iniciativas estão difusas entre os municípios classificados como turísticos; 04 iniciativas estão localizadas fora de zonas turísticas (Santa Luz/Valente, Itiúba, Ibirapitanga e Saúde). As Zonas Turísticas com incidência de turismo comunitário são a Bahia de Todos os Santos, a Chapada Diamantina, Recôncavo, Caminhos do Sertão, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau e Costa dos Coqueiros. Dos Territórios de Identidade, têm-se o Metropolitano, a Chapada, o Recôncavo, o Descobrimento e Litoral Sul.

Em nossa análise fazemos um registro simbólico do momento atual da Rede Batuc, em 2022, consideramos a fluidez e o movimento que são inerentes aos seus públicos. Salientamos ser uma análise, cuja leitura por nós aqui expressa e argumentada está passível de mudanças e alterações. A Rede, considerada em seu processo de autorizar-se, pode ser vista atualmente, sob o *locus* da Multiatorialidade, que estão imersos parcialmente entre: organizações, colaboradores, parceiros e apoiadores. Sob análise do Mapa, pensado por Salete Vieira em sua pesquisa de doutoramento podemos imaginar a abrangência geográfica de boa parte das organizações que integram a Rede Batuc. Como foi elaborado em 2021, carece de atualizações.

Figura 2: Mapa da Bahia com parte as Comunidade de Turismo Comunitário na Rede Batuc



Fonte: Arquivo Interno da Rede Batuc 2021 (por Salete Vieira – 2021).

#### Aseentamentos

- Assentamento 2 Riachões
- Assentamento Andaraí/Poço Azul
- Assentamento Boa Sorte Una
- Assentamento Caimã /Santa Cruz Ponta da Serra
- Assentamento Caritá
- Assentamento Mocambo/Beira Rio – Olhos D'água
- Em Cantos da Chapada
- Rota do Sisal
- Turismo em Movimento

#### Povos originários

- Aldeia Velha
- Reserva Pataxó da Jaqueira

#### Quilombolas

- Casa do Boneco/Quilombo Dóiti
- Grota Quilombola
- Quilombo Dandá
- Quilombo Jatimane
- Quilombo Massarandupió
- Quilombo Quingoma
- Quilombo Tereré e Maragopinho
- Remanso Quilombola
- Rota da Liberdade

#### Povos do Mar

- Pé na Maré
- Vivertur Matarandiba

#### Urbano

- Alagados (Rede Reptol) Uruguai
- Coletivo Calafate
- Gente do Conduru
- Platatur

#### Outros

- Assentamento e agricultura familiar
- Fundos de Pastos/A. Familiar
- Ong/diversos

Fonte:  
Base Cartográfica: Divisão Político-Administrativa,  
SEI, 2019

## 2.1 ORGANIZAÇÕES NO TURISMO COMUNITÁRIO

As organizações no Turismo Comunitário autorizadas na Rede Batuc possuem diversas formas de identidades, associadas aos modelos do turismo comunitário. O foco de suas práticas se baseia em identidades, que podem aparecer articuladas às nomenclaturas registradas nas definições do turismo convencional, como a que tipifica o perfil dos locais onde acontece o turismo: cultural; ecológico; religioso; educativo; pedagógico; gastronômico; de eventos; de saúde etc. Essas predefinições terminológicas podem ou não aparecer junto ao termo turismo comunitário, ou turismo de base comunitária, sendo as mais comuns identificadas por nós as de: Etnoturismo; Ecoturismo; Ecoturismo Indígena e Étnico-afro. Seja qual for a identidade escolhida, aparecem correlatas ao termo Turismo Comunitário, ou Turismo de Base Comunitária, como referência identificadora do modelo sob o qual o turismo é organizado.

Em um rastreamento interno entre o período de 2021-2022, listamos:

- Rota da Liberdade
- Vivetur Matarandiba
- Platatur
- Alagados Turismo Comunitário
- Gente do Conduru
- Assentamento Caimã /Santa Cruz Ponta da Serra
- Em Cantos da Chapada
- Quilombo Tereré e Maragogipinho
- Quilombo Quingoma
- Quilombo Jatimane
- Casa do Boneco/Quilombo D'Oiti
- Reserva Pataxó da Jaqueira
- Reserva Pataxó Aldeia Velha
- Aldeia Pataxó Mirapé
- Quilombo Gruta dos Brejões
- Associação Despertar Trancoso
- Serra Norte Ecoturismo Rural
- Turismo em Movimento
- Rota do Sisal
- Assentamento Boa Sorte Uma
- Grota Quilombola
- Quilombo Dandá
- Assentamento Salobrinho
- Portal do Turismo Rural/ PFP Testa Branca
- Quilombo Massarandupió
- Pé na Maré
- Turismo Comunitário do Calafate

- Assentamento Andaraí/Poço Azul
- Remanso Quilombola
- Assentamento Mocambo/Beira Rio – Olhos D'água
- Assentamento 2 Riachões
- Aldeia Tukum
- Assentamento Caritá
- Resex de Cassurubá (Tapera/Miringaba; Barra Velha; Tribaúnas; Ilha das Perobas; Nova Viçosa)
- Trilhas Griôs de Lençóis
- Assentamento Dandara
- Assentamento Frei Vantuy
- Quilombo Pitanga dos Palmares
- Manguezal Meu Quintal
- Berimbau Arte Projeto Social
- Coletivo Guardiões da Mata Branca

Há possibilidade de futura articulação em Rede de outras iniciativas como:

- Lagoa da Paz - Camaçari
- Quilombo Monte Recôncavo - São Francisco do Conde
- Memória Viva Abadia - Jandaíra
- Assentamento Pancada Grande - Itacaré
- Assentamento Pau Brasil - Itamaraju
- Assentamento Terra Vista - Arataca
- Quil Tubarão - Quilombo Aldeia Tubarão - Tubarão/Subúrbio/ Salvador
- Centro Cultural Mamulengo - São Tomé/Subúrbio/Salvador
- Instituto Comunitário Princesa Anastácia - São Caetano

Identificamos em meio à Rede Batuc numerosas organizações de comunidades Quilombolas; Indígenas e de Marisqueiras e Pescadores sob iniciativas de turismo extrativistas (RESEX)<sup>13</sup> e/ou em Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>14</sup>. Os territórios de comunidades

---

<sup>13</sup>As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegidos, cujos objetivos são a proteção dos meios de vida e da cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. O sustento dessas populações se baseia no extrativismo e, de modo complementar, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. As áreas das RESEX pertencem ao domínio do poder público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da unidade, assim como a pesquisa científica, que é permitida e incentivada, desde que autorizada pelo órgão ambiental responsável (Consultar <https://meioambiente.am.gov.br/resex/>).

<sup>14</sup>A Área de Proteção Ambiental (APA) é definida como uma extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população, sendo que certas atividades são permitidas desde que não representem uma ameaça para os recursos ambientais renováveis e processos ecológicos. As APAs foram criadas pela Lei 6902/1981, hoje pertencendo ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulado pela Lei 9.985 de 18 de

tradicionais nutrem fatores de atratividade baseados nos seus aspectos naturais e culturais Mata Atlântica<sup>15</sup> e Manguezal<sup>16</sup>, com espaços de florestas preservadas, perto de praias, rios e mangues. Nesse processo, as práticas de turismo comunitário se articulam a outras atividades comunitárias, através do processo de gestão dos territórios feito por meio da criação e desenvolvimento de grupos de turismo comunitário, vinculadas às organizações comunitárias já preexistentes nas comunidades. O meio ambiente é questão de sobrevivência das comunidades, pois por meio dele as atividades de alimentação e sustento provém do extrativismo e de cultivos para a subsistência ou para comercialização em pequenas escalas, sendo o meio ambiente um integrante da vida das pessoas, e, portanto, foco de atenção para sua preservação.

As organizações comunitárias locais costumam estabelecer grupos gestores para atuar no desenvolvimento e gestão do turismo comunitário local. Esses grupos buscam outros apoiadores comunitários para o fornecimento de hospedagem, alimentação e transportes. Articulam-se em reuniões, discussões, levantamentos e pesquisas sobre seus territórios, promovendo o resgate e difusão de memórias, práticas costumeiras e históricas de seus povos,

---

julho de 2000. De acordo com a legislação, uma APA pode ser estabelecida tanto em áreas de domínio público quanto privado, pela União, pelos estados ou municípios, sendo as atividades e usos dessas áreas determinados por regras específicas. No caso de área pública, as condições são estabelecidas pelo órgão gestor. Já nas propriedades privadas, o proprietário estabelece as regras, seguindo as exigências legais. De acordo com informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o Brasil registra 375 APAS, sendo 37 federais, 200 estaduais e 138 municipais. As áreas federais são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), enquanto as estaduais e municipais ficam a cargo dos órgãos ambientais de cada esfera governamental. A gestão também pode contar com a participação de um conselho presidido pelo órgão responsável e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, seguindo regulamento (<https://www.ibram.df.gov.br/voce-sabe-o-que-e-uma-apa/>).

<sup>15</sup>A Mata Atlântica é composta por formações florestais nativas (Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual) e ecossistemas associados (manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste). (<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/mata-atlantica>).

<sup>16</sup>O manguezal é considerado um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho. Característico de regiões tropicais e subtropicais, está sujeito ao regime das marés, dominado por espécies vegetais típicas, as quais se associam a outros componentes vegetais e animais. O ecossistema manguezal está associado às margens de baías, barras, enseadas, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a água do mar, ou diretamente expostos à linha da costa. A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, instala-se em substratos de vasa de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra. A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam os grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies características desses ambientes, como para peixes e outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de sua vida ([http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70&Itemid=409](http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=409)).

bem como, práticas desenvolvidas para o desenvolvimento local endógeno. Por meio de empreendimentos econômicos solidários e de empreendimentos comunitários e locais, sempre há um acúmulo de conhecimento a transacionar entre essas organizações, associações, cooperativas e ou grupos de trabalho em temáticas importantes para as comunidades. No trabalho de gestão das organizações para o turismo comunitário, há também o elemento de controle, cuja forma é estabelecida de acordo aos protocolos e regras locais. Junto ao de gestão dessas organizações comunitárias para o turismo, tem o aspecto de controle e acompanhamento do que os visitantes e turistas podem acessar nas comunidades.

Dessa forma, em Rede, tem-se publicizado e se atorizado sob as narrativas que reafirmam e inspiram a multiatorialidade em Rede para a organização de seus processos de gestão. Isso perpassa para os grupos decidirem quando querem/podem receber visitantes e turistas, quando não querem ou não podem, quais são os períodos do ano, os limites do que querem compartilhar com os visitantes e turistas. Essa ação coletiva é fundamental para o protagonismo local e aparece sempre nas narrativas elaboradas anteriormente no planejamento e na gestão do turismo comunitário. Essa ativação não é ingênua, mas sim tomada reflexivamente frente à diversidade e importância de o trabalho das organizações no turismo comunitário definirem qual é o seu turismo comunitário, qual é sua identidade; quais são os seus atrativos, quais os limites do turismo na comunidade, qual preço justo a ser cobrado pela atividade, qual limite de pessoas a comunidade suporta, com quais parceiros (agências e guias de turismo) se relacionar para comercializar etc.

As organizações presentes em Rede estão em momentos/ou estágios diferentes, assimetricamente. Umas mais antigas com processos bem ancorados oriundos de arenas sociais como: agricultura familiar, ecogastronomia, economia solidária, feminismo, cultura popular, questões agrárias e rurais, urbanas e periféricas, feminismo, étnico-raciais, juventude etc. que comercializam regularmente roteiros turísticos comunitários. Outras realizam receptivo eventualmente. Em todos os casos, legítima para si o direito de fazer turismo comunitário, e participam de ações coletivas bem como articulam-se em trocas e intercâmbios virtuais, por meio dos quais compartilham as suas dificuldades, pedem auxílio em Rede; apresentam desafios e oportunidades atreladas ao turismo comunitário baiano. Em trocas de experiências, nos encontros online, e, nas recentes capacitações virtuais, essas organizações têm individualmente, seus caminhos (suas arenas), e contam com apoio, junto as suas redes, micro redes, apoios de universidades, Sebrae, ONGs, Editais da iniciativa pública e privada. Articulam-se, portanto, em Movimento e em Rede Batuc como forma de melhor serem compreendidas e pautar por

políticas públicas que estejam de acordo com suas práticas. Porém, vemos uma sinérgica troca de aprendizagem e interesse mútuos. Uma das questões apreendidas em coletivo, é a dificuldade de órgãos públicos compreenderem o turismo comunitário, sem o rótulo de “mais um tipo de turismo”. Também de compreenderem que nos territórios das comunidades, existe um trabalho, uma organização local que realiza gestão e mediação entre visitantes e turistas e a comunidade. A visão de produto, ou de eterna disponibilidade da comunidade - como se estivesse em prateleiras - é comum, porém antagônica, frente a dimensão política assumida por meio do turismo comunitário em Rede. Aliado a isso, via Estado incrementam-se as preocupações da gestão dos seus territórios frente ao incremento do interesse por territórios que ainda possuem ambientes de natureza e com fauna, flora e biomas naturais. Esse fato tem exigido maior cuidado e busca de alternativas para alguma forma de controle de propriedade nesses territórios. Em coletivo, pareiam-se conflitos, e as diferenças tendem serem – momentaneamente suprimidas – para fazer-se o diálogo político para “fora” da Rede.

O receptivo e a comercialização são as partes visíveis de todo um trabalho coletivo pensado na segurança da comunidade e dos visitantes, bem como dos elementos do meio ambiente. Dessa forma, por meio do trabalho de gestão, articulam-se outras práticas que perpassam por planejamento e organização de roteiros para visitação; organização e implantação de trilhas e práticas de contemplação, lazer e descanso, desenvolvimento, apoio à Hospedagem Familiar, apoio e divulgação de artesanatos e artistas locais, reconhecimento das personalidades das comunidades, reconhecimento das pessoas que vivem e têm conhecimentos diversos, como por exemplo: sobre os tipos de peixes, mariscos e crustáceos; sobre as formas tradicionais de pesca e extrativismo; sobre o conhecimento do clima e das marés; dos tipos e usos da fauna e da flora, da alimentação local etc. A multiatorialidade, quando em conflito de posturas e racionalidades, solicita as falas dos respeitosamente considerados mais velhos para aconselhar os comportamentos, compartilhar suas vivências anteriores.

Soma-se a isso, a importância atribuída aos saberes e fazeres tradicionais como base da sustentabilidade das comunidades de povos e territórios tradicionais. As vivências do turismo comunitário são narrativas construídas com fundamento nesses saberes e fazeres, nos quais as diferentes pessoas que portam esses conhecimentos dão singularidade às vivências, pois as tornam únicas em cada comunidade e essenciais para o turismo comunitário. A partir do turismo como um *meio* de atividades econômicas plurais, as suas práticas representam uma dimensão política relevante, chegando a ser óbvia, mas que não costuma ser discutida nas bibliografias de turismo comunitário/turismo de base comunitária. Por meio do turismo comunitário, podemos

identificar a afirmação de uma dimensão política, muitas vezes pouco visibilizada, principalmente pelos apoiadores pesquisadores que atuam no turismo comunitário baiano, porém as organizações de turismo comunitário possuem um arcabouço de conhecimento político advindo de suas arenas sociais. Essa sinergia multiatorial é que propicia esse aprendizado coletivo apresentado em tela, com efeito observado na composição dos colaboradores.

## 2.2 COLABORADORES

Colaboradores são profissionais, técnicos, professores, estudantes, pesquisadores, agentes de associações de bairro e/ou comunitários, agentes na gestão dos grupos de turismo das comunidades, funcionários públicos (em níveis municipal e estadual) e da iniciativa privada etc.

Os colaboradores são, raramente, chamados de ‘técnicos’, ao nosso ver, uma variação para situar os sujeitos que realizam trabalhos internos de registro, sistematização, e acompanhamento e realização de ações representativas para a comunicação externa. Nesse contexto, atividades de elaboração de textos, organização de arquivo da Rede, coleta e arquivamento de textos e análogos de textos, visitas, elaboração de eventos (congressos, seminários, feiras etc.), colaboração na releitura, e rescrita da redação do Projeto de Lei que se firmou sob a Lei 14.126, mobilização e escuta mútua, redação de projetos, encontros, reuniões, conversas, capacitações, articulações etc. Os colaboradores têm dedicação voluntária nas atividades que proporcionam as ações coletivas e a atorização em Rede. São, atualmente a maioria que forma a Comissão Estadual da Rede, escolhidos para a gestão até 2021-2022, abaixo listada:

1. Ananias Viana (Rota da Liberdade, Cachoeira), suplente: Andreza Viana
2. Elizângela Lopes (ASCOMA/Vivertur-Matarandiba), suplente: Evaldo Pereira
3. Gabriel Dias (REPROTAI/ACTUR, Uruguai, Salvador), suplente: Tatiane Anjos
4. Rosa Leite (Platatur, Salvador), suplente: Raiza Ramos
5. Neomarques Souza (Em Cantos da Chapada, Itaetê), suplente: Rainara Gomes
6. Gilson Machado (Turismo em Movimento/MST Santo Amaro)
7. Juari Bonfim (Rede Pataxó de turismo, Porto Seguro)
8. Alberto Viana (Blog Turismo e Gastronomia por um Mundo Melhor/INCRA)
9. Aline Bispo (UFSB; Rede Estadual de Educação)

10. Diana Rôde [Eu-Pesquisadora/ EAUFBA-ITES]

11. Julia McNaught da Silva (ComuniCulturi)

12. Salete Vieira (UNEB - Turismo e Hotelaria/ Rede Estadual de Educação).

Estão articulados por atividades de Gestão, Articulação Política, Comunicação, Capacitação e Comercialização – práticas que passaram, em 2021, a nomear os GTs de Trabalho da Rede Batuc para alcançar objetivos e demandas coletivos rastreados nos Encontros do movimento e da Rede. Em 2021, quanto aos GTs, se responsabilizaram os membros, enquanto guardiões e mobilizadores das ações coletivas para:

- Grupo de Trabalho de Articulação Política

Ananias Viana (Rota da Liberdade, Cachoeira)

Alberto Viana (Blog Turismo e Gastronomia Por um mundo Melhor; INCRA)

Rosa Leite (Platatur, Salvador)

- Grupo de Trabalho de Capacitação

Gilson Machado (MST/Turismo em Movimento, Santo Amaro)

Julia McNaught da Silva (ComuniCulturi)

Salete Vieira (UNEB Turismo e Hotelaria)

- Grupo de Trabalho de Comunicação

Andreza Viana (Rota da Liberdade, Cachoeira)

Evaldo Pereira (ASCOMA/Vivertur-Matarandiba – Vera Cruz)

Gabriel Dias (REPROTAI/ACTUR, Salvador)

Tatiane Anjos (REPROTAI/ACTUR, Salvador)

- Grupo de Trabalho de Gestão

Aline Bispo (SEC – Salvador)

Diana Rôde (ITES-EAUFBA – Salvador)

Elizângela Lopes (ASCOMA/Vivertur-Matarandiba – Vera Cruz)

Nitawã (Rede Pataxó – Porto Seguro).

Os colaboradores estão também espalhados por arenas sociais diversas de suas comunidades, universidades, escolas, espaços locais, nacionais e internacionais etc., também ativos na organicidade, atuando sob frentes de trabalho que correlacionam o turismo comunitário na Bahia. A exemplo de Marta Leeiro (Coletivo de Mulheres do Calafate – 30 anos de atuação, em 08 de outubro de 2022); Jorge Freitas (Professor); Jamira e Lurdinha (Gestora

do Espaço Cultural de Alagados e Coordenadora na Escola Luiza Mahin do Bairro do Uruguai); Daniela e Juscely do Quilombo d’oiti em Itacaré; Joselita Machado ‘D. Jó’ e Fabiane do Gente do Conduru em Serra Grande - Uruçuca; Eleildes Rosario do Quilombo Jatimane de Nilo Peçanha; Malú Suelen do Vivertur e Rosangela Tigre da Ascoma-Matarandiba-Vera Cruz; Luzia e o Pé na Maré de Itaparica; Patrícia Oliveira de Santa Cruz Ponta da Serra em Ajustina; Professor Tássio do Ciclo turismo em Lauro de Freitas; Atanaelso, “Reitel” do quilombo do Tereré e Maragogipinho; Guia e Rogério Mucugê; dentre outros.

### 2.3 PARCEIROS

A existência da Rede e o seu apoio tem origem para além de nossas territorialidades e do nosso espaço geográfico no estado da Bahia. São diversas organizações com seus arcabouços de conhecimento e práticas que fortalecem o que conhecemos, colaboram com o desenvolvimento de seus territórios e campos de atuação com e sobre o Turismo Comunitário. Esses parceiros, sob formatos diferentes de existir, tangenciam as práticas do turismo, contribuindo com as ações coletivas e a arena do turismo comunitário na Rede Batuc, pois temos aprendido muito através de suas histórias contextualizadas. Por isso, os parceiros, direta ou indiretamente, nos têm tangenciado com seus exemplos de atuação, seus desafios, suas oportunidades, com os pontos de atenção e trocas de aprendizagem etc. A exemplo disso, elencamos nossas parcerias com: ComuniCulturi, Blog Turismo e Gastronomia Por um Mundo Melhor; Rede Turismo Solidário e Sustentável – Rede TURISOL, a cearense Rede Tucum, Rede Nhandereko, Projeto Bagagem Brasil, Rede Caiçara, Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da UFBA, ALBA SUD, Tours Bahia, Tatur Turismo, Planeterra, Movimento *Slow Food*, Komuntravel, Mecenas da Vida, Rota da Liberdade (São Paulo), Travind, *Red de Turismo Comunitario del Altiplano* (RETCA/Guatemala), *La Red Nacional de Turismo Indígena del Perú* (REDNATI /Perú), dentre outros. Os parceiros colaboram para a argumentação da problematização e dos contornos de signos, significados, valores e práticas do turismo comunitário, e alcançam amplo espaço territorial. As trocas de experiências, os grupos de conversação em aplicativos de mensagens, encontros e intercâmbios virtuais e presenciais disseminam o debate dos temas e problemas.

## 2.4 APOIADORES

São organizações e instituições diversas que são/foram buscadas para o apoio das atividades da Rede, correspondendo ou não correspondendo ao apoio solicitado, concedendo acesso ou bloqueando acesso aos pedidos e demandas buscadas, configuram-se imprescindíveis às ações coletivas de articulação política em Rede Batuc. A exemplo dessas tem-se: Gabinete do Deputado Estadual Bobô, e outros deputados que apoiaram de maneira mesmo contundente, Coordenação Ecumênica de Serviço (CESE), Fórum Social Mundial (FSM), Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR-Ba); Ashoka Brasil, Bemtivi, Favelas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Alguns apoiadores estão ‘há tempo’ em processo de articulação, como: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR-BA).

## 2.5 HISTORICIDADE E CONTEXTOS DA REDE BATUC E DO MOVIMENTO

Ao olhar “de dentro” da Rede – no contexto baiano -, vemos um conjunto de fluxos que pode ser apresentado a partir de um contexto histórico, no qual essa análise está atenta. Esse contexto tem, como veremos a seguir - e como vimos anteriormente – origens diversas. Porém, sentimos a necessidade de demarcarmos aqui que é desse momento e lugar de fala que as nossas apreensões estão descritas, de forma a olhar para o problema/bem público, vendo-nos como uma multiatorialidade em um contexto de ação coletiva, delineando a arena pública do turismo comunitário. Nesse sentido passado e presente estão nas origens do Movimento à Rede Batuc como na presença de atores importantes que consideramos como germinadores do Movimento.

A Rede BATUC foi originada de um Movimento formado por iniciativas, organizações, pessoas e temáticas-sujeitos implicados no/do trabalho de organizações em arenas sociais diversas. Um emaranhado de sujeitos que possuem vivências, repertórios anteriores de trocas de experiência, de viagens de trabalho, de seus trabalhos individuais, de suas crenças e valores no trabalho de/em comunidades/sociedade no agir coletivamente. Esses sujeitos transpassaram o local, suas comunidades, intercambiando comunicações entre iguais e desiguais, se articularam ao/no turismo (juntando-se aos que já estavam nessa área de atuação) enquanto campo potencial de práticas comuns, alargando as fronteiras de suas territorialidades,

desaguando no turismo comunitário e perfazendo a criação de uma arena pública onde temáticas diversas tornaram-se mais fluidas, e configuraram processos de fazer-aprendendo coletivos entre esses sujeitos.

Dos sujeitos e temáticas identificados no contexto do turismo comunitário na Bahia e do ‘germinar’, elencamos: a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, a Associação Estrela/ComuniCulturi, o Coletivo de Mulheres do Calafate, o Etnoturismo Pataxó, Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape (CECVI), TBC Cabula e Entorno/UNEB, Grãos de Luz e Griô, Blog Turismo e Gastronomia Por um Mundo Melhor e a Associação comunitária de Matarandiba (Vivertur-Matarandiba).

É importante ressaltar a existência possível de outras organizações e sujeitos na Bahia desenvolvendo o turismo comunitário/ turismo de base comunitária. Os atores que apresentarei a seguir, foram os que identifiquei nas entrevistas como influenciadores direta ou indiretamente no movimento, e podem ou não integrar o movimento/Rede Batuc atualmente.

Com o esforço de, nessa análise, não cometer reducionismos, é importante frisar a partir disso que a Rede Batuc não comporta todas as iniciativas e organizações de Turismo comunitário da Bahia, pois há muitas outras que não se atizam na Rede Batuc, mas que existem e têm práticas, porém nós ainda não temos contato. A Rede Batuc comporta as organizações que coincidiram participar de Encontros e Eventos onde as pessoas que lá estavam puderam conhecer-se, estabelecer e manterem-se em contato.

Dentre as organizações na Rede Batuc, não há determinação de quem colabora mais ou menos. Algumas organizações têm contribuído mais outras menos, porém, todas tem se esforçado para manter o movimento em Rede, com a intenção de fortalecer as suas práticas. Não temos colaboração financeira definida. Introduzo aqui essa narrativa, para que você, leitor, compreenda que não trataremos de cada ator da multiatorialidade na Rede Batuc, mas teço comentários como pistas de atuação sobre algumas, das quais tenho mais aproximação. Cada organização abaixo caberia uma pesquisa exclusiva, porém o nosso objetivo é ver e interpretar-nos enquanto multiatorialidade, conforme defendido por Boullosa (2013, 2019).

Abaixo, busco apresentar as organizações que identifiquei/identificamos como germinadoras do contexto do turismo comunitário na Bahia, e que levaram a multiatorialidade em Movimento para ‘vestir-se’ com a Rede Batuc. Uso essa metáfora pois, ao realizar essa pesquisa reflexivamente, compreendi que as intenções e ações sedimentaram o turismo comunitário na Bahia, e que o movimento vai continuar existindo – inclusive, é possível que

surjam novos outros com princípios e valores, pois em Rede não temos o controle total das ações em escala micro, e essa ação não é atribuída por nós mesmos. Por isso, buscamos identificar os princípios e valores que já se encontravam, de alguma maneira, nos atores germinadores do movimento e suas arenas iniciais de atuação.

### **2.5.1 Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia**

A Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia é uma organização da sociedade civil, não empresarial e sem fins lucrativos que tem como princípio básico a “Valorização das pessoas e o respeito às diferenças”, na missão de “Lutar para formar cidadãos aptos para combater as desigualdades e buscar soluções dos problemas e desafios da sociedade, e cada vez mais criar mecanismos de luta em defesa de uma qualidade de vida para os seus moradores na formação ética, social e humana”. A Associação surgiu em 1989 de um contexto de luta por direitos sociais frente ao contexto de invisibilidade das pessoas de um Estado ineficiente e, frente às condições de moradias em palafitas – que integrava a região de Alagados - e da inexistência dos direitos assegurados por meio da Constituição de 1988.

Alagados nomeava o território de Salvador formado a partir da década de 1940 pela ocupação de terrenos próximos ao mar e em construções de residências elevadas que ficavam sobre o mar na Enseada dos Tainheiros, na Península de Itapagipe (cujos bairros principais são: Alagados, Boa Viagem, Bonfim, Monte Serrat, Ribeira, Uruguai, Mares, Roma, Caminho de Areia, Vila Ruy Barbosa e Massaranduba), e na Enseada do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário (atualmente bairros do Boiadeiros, Plataforma e São João do Cabrito), em Salvador. As primeiras ocupações tinham uma proximidade da zona industrial<sup>17</sup> que existia na época (1940-1960) ativa na Península de Itapagipe, e do Subúrbio Ferroviário de Salvador. As pessoas que construíram suas residências tinham migrado do interior e/ou buscavam o território para ocupar e morar, por diversos motivos, principalmente pela realidade de não possuírem o montante de dinheiro para comprar imóveis ou terrenos já ocupados anteriormente e em situação de venda.

Duramente e criativamente construíam suas casas com madeira e materiais de descarte – essas construções chamavam-se palafitas - quando sobre a maré - e barracos - quando nas proximidades da maré, e sobre o aterramento feito sobre a maré, conformando uma firmeza que

---

<sup>17</sup>A decadência do período de industrialização da área veio a partir do desenvolvimento de outras áreas industriais no estado da Bahia, como os Pólos industriais de Aratu na década de 60 e Camaçari em 70, além da crescente pressão populacional a respeito da poluição ambiental causada pelas fábricas (CAMMPI, 2000).

simulava a terra firme. Adiante no contexto social, Alagados foi centro de narrativas sobre a pobreza e a violência, bem como sob narrativas de culpabilização de serem “invasores” em jornais, mídias diversas, boca a boca, letra de música<sup>18</sup>, incluindo as narrativas correlacionadas à visita Papal – João Paulo II<sup>19</sup> em 1980.

As narrativas feitas sobre Alagados e seus moradores corroboraram para estigmatizar negativamente as pessoas residentes, ao passo que geraram uma série de atuações, apoio de projetos por ONGs nacionais e internacionais, universidades e Projetos oriundos do estado para diversas atuações. Segundo Tatiane Anjos (2022), liderança comunitária, a partir deste contexto social, foram construídos processos organizativos de resistência coletiva e luta pelo direito de morar, ao passo que os próprios moradores reconstruíam sobre si suas próprias narrativas.

Desse contexto territorial, a atual Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia emerge sob o trabalho de mulheres, as Mulheres da Lage, onde em 1990, reunidas já sob Associação, organizaram-se e “bateram a Lage” para sediar a casa onde elas implantaram a Escola Comunitária Luiza Mahin.

Atualmente a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia<sup>20</sup> trabalha em articulação com outras organizações que surgiram a partir dela, como: a Escola Comunitária Luiza Mahin; Creche Comunitária Ruby; Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI); Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (ADOCCI); O Espaço Cultural de Alagados; o Banco Comunitário de Desenvolvimento Santa Luzia; Alagados Turismo Comunitário (Actur), dentre outros diversos grupos e atuação em espaços no território, e em articulações externas. Cursos, formações e palestras para jovens e mulheres-mães, sob eixos de intervenção que perpassam saúde, educação, cultura, desenvolvimento comunitário,

---

<sup>18</sup> "Alagados" é título da letra escrita por Bi Ribeiro, João Barone e Herbert Vianna, no grupo Os Paralamas do Sucesso, lançada no terceiro álbum da Banda - *Selvagem* (1986). No excerto da letra: “*Todo dia o Sol da manhã vem e lhes desafia/ Traz do sonho pro mundo, quem já não o queria/Palafitas, trapiches, farrapos/Filhos da mesma agonia/ E a cidade que tem braços abertos num cartão postal/Com os punhos fechados na vida real/Lhes nega oportunidades/Mostra a face dura do mal/ Alagados, Trenchtown, Favela da Maré/A esperança não vem do mar/Nem das antenas de TV/A arte de viver da fé/Só não se sabe fé em quê*”. Disponível em: <https://versoseprosas.com.br/historia-da-musica/historia-da-musica-alagados-dos-paralamas-do-sucesso/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

<sup>19</sup>Em discurso, o Papa João Paulo II fala a todos: “[...] Mas os menos favorecidos de bens da terra, porque têm mais necessidade de ajuda e conforto, ocupam sempre um lugar especial nesta preocupação de ser fiel e continuar a missão de Cristo: anunciar aos pobres a Boa Nova da salvação de Deus” (cf. Lc 4, 18). Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1980/july/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19800707\\_favela-bahia.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1980/july/documents/hf_jp-ii_spe_19800707_favela-bahia.html). Acesso em: 23 dez. 2022.

<sup>20</sup> Para saber mais sobre a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, acesse: <https://luizamahin.wixsite.com/associacaosantaluzia/quem-somos>.

desenvolvimento econômico, desenvolvimento de lideranças, turismo comunitário, gestão de projetos e direitos humanos têm buscado o desenvolvimento humano integral da população local, tornando-se fonte de pesquisas, interesses, intercâmbios, turistas e visitação de um público externo à comunidade.

Dessa forma, participaram das trocas culturais realizadas pela Estrela Brasil na década de 2000, bem como por capacitação via ComuniCulturi, em 2021, quando decidem dar nome ao trabalho que faziam com o turismo comunitário desde 2007, e destinar esforços para que novos sujeitos locais, principalmente os jovens, se engajassem junto aos mais velhos. Dessa maneira, nomearam o grupo turismo Actur (Alagados Turismo comunitário), o qual tem desenvolvido bastante a comunicação e articulação política dentro da Rede. Sinergicamente, vem trazendo toda uma capilaridade de outras redes (locais, nacionais e internacionais), colocando-as em contato com a multiatorialidade em Rede Batuc. Pessoas da Actur, como Tatiane Anjos e Gabriel, integram a Comissão de Gestão da Rede Batuc 2021/2022.

### **2.5.2 Estrela Brasil/ComuniCulturi**

A ONG Estrela era uma instituição inglesa com objetivos de trabalhar com comunidades no Brasil e na Grã-Bretanha para promover o desenvolvimento inclusivo e o entendimento intercultural, trabalhando com comunidades no Brasil (São Paulo e em Fortaleza) e na Grã-Bretanha, propondo por meio da educação a reunião dos povos de realidades e culturas diferentes como forma de desenvolver maneiras criativas de superar o preconceito e a pobreza.

Em 1989, a Estrela se instituiu enquanto uma entidade filantrópica na Grã-Bretanha, cuja função era arrecadar fundos para projetos, ONGs e iniciativas populares em São Paulo e em Fortaleza. Ao mesmo tempo, a ONG realizava palestras e oficinas sobre o Brasil, iniciativas populares, a cultura popular e a realidade social em comunidades. Essas ações eram voltadas para escolas, universidades e grupos na Grã-Bretanha, para fortalecer a curiosidade e o incentivo de trocas culturais a partir dos fundos arrecadados no território.

Em 1997 eu vim para Salvador e aí parte processo mais coletivo de começar a construir projetos aqui no Brasil em parceria com iniciativas populares e foi um processo orgânico de construção de parcerias já em Salvador nos Alagados, com grupos de teatro popular, em Fazenda Grande [...] (MCNAUGHT, 2022).

Entre os anos de 1989 e 1999, Julia McNaught foi voluntária da ONG na função de articulação entre Grã-Bretanha e Brasil. Iniciou seu trabalho na ONG, enquanto voluntária,

auxiliava na arrecadação e conscientização relacionados ao processo de arrecadação e aplicação dos fundos. Nesse período, em 1997, a Estrela, através de Júlia chegou em Salvador no intuito de começar a construir projetos aqui no Brasil em parceria com iniciativas populares. Em 2006, a Estrela torna-se uma associação no Brasil, intitulada Estrela Brasil. Foi nesse movimento, que a cultura serviu de articulação orgânica para a construção de parcerias com as Comunidades soteropolitanas que já desenvolviam atividades associativas de protagonismo local.

A Estrela Brasil se articula à Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, região chamada de Alagados, no bairro do Uruguai, em Salvador, com foco no teatro, com articulação de moradores dos bairros do Lobato e da Fazenda Grande, também com o Coletivo de Mulheres do Calafate e da Platatur em Plataforma, em Salvador. Essas articulações reuniam comunidades de Salvador, estudantes e intercambistas da Inglaterra através da ONG Estrela, sob a articulação de Júlia. Os intercambistas tinham sido conquistados pelas palestras e oficinas feitas pela ONG na Grã-Bretanha, que já contava com uma equipe maior de voluntários. Essa articulação culminou na ida de instrutores de grupos de capoeira para a Inglaterra, para fazer oficinas de capoeira em solo inglês. Grupos de dança, grupos das manifestações populares de bonecos ou “bonecões” faziam parte das atividades de trocas culturais entre povos, realizadas pela Estrela Brasil.

Através da cultura e das formas artísticas culturais entre Salvador e Grã-Bretanha é que os vínculos de confiança e conscientização proporcionaram a articulação de Júlia McNaught a diversas organizações comunitárias soteropolitanas. Ao passo que os intercambistas, ingleses em sua maioria, buscavam viajar e conhecer os territórios que conheciam. Isso ocasionou uma demanda de preparação das comunidades para receber, hospedar esses intercambistas, que *a priori*, ficavam em hotéis e pousadas, passando aos poucos a alugar casas, a conviver em casas de pessoas nas comunidades.

Esse processo de aprender com a prática movimentou tanto a Associação Estrela Brasil para trabalhar com o turismo, quanto as associações parceiras para a prática do receptivo em comunidades, levando os intercambistas a se habilitarem para o convívio comunitário, bem como para a construção das possíveis vivências em comunidades. Ao nos contar sobre as trocas propostas pela Estrela Brasil, Júlia nos lembrou sobre os intercambistas, narrando que “Cada um tinha sua história e a gente acompanhava e buscava encaixar para fazer o trabalho melhor se fosse, uma capacitação de teatro ou construção de um web site ou ensino de inglês de acordo com suas habilidades e as necessidades da comunidade” (MCNAUGHT, 2022).

No Brasil, a Associação Estrela Brasil possuía funcionários e escritório físico, uma estrutura que se tornou custosa. Os intercambistas vinham como voluntários pela Estrela, também as Comunidades receptoras passavam a ter mais trabalho na orientação dos intercambistas e organização das ações de receptivo, principalmente pelas diferentes trajetórias de vida dos intercambistas que chegavam, e pelo baixo pagamento cobrado pela Estrela.

[...] estava cansando um pouco essa realização de muitos intercâmbios voluntariados sem dinheiro, né porque não ficava nada para a Estrela às vezes tinha que pagar para alguém acompanhar ou traduzir ai comunidade também não ganhava nada e às vezes precisava gastar tempo com um voluntário, às vezes falavam [os intercambistas] que dominavam português mas depois na prática não dominava e precisava mais apoio, mudavam de ideia e resolviam viajar e tudo isso a ficou trabalhoso de planejar e gerenciar né...” “Cada um tinha sua história e a gente acompanhava e buscava encaixar para fazer o trabalho melhor se fosse, uma capacitação de teatro ou construção de um web site ou ensino de inglês de acordo com suas habilidades e as necessidades da comunidade [...] (MCNAUGHT, 2022).

A Estrela Brasil buscou desenvolver um projeto de turismo, apoiado inicialmente pela *Travel Foundation*, entre 2007 e 2013, financiando o desenvolvimento de receptivo turístico pelas comunidades, cuja organização se dava em conselhos com representantes das comunidades parceiras, discutindo o progresso e a estratégia de construção coletiva das ações para o turismo. A partir do evento chamado “Ciranda do Turismo Comunitário”, organizado pela Estrela Brasil, em Salvador, tem-se os primeiros intercâmbios entre grupos urbanos que atualmente conformam a Rede Batuc, e outros parceiros no movimento, e agora em Rede.

**Figura 03** - Folder do evento Ciranda do Turismo Comunitário



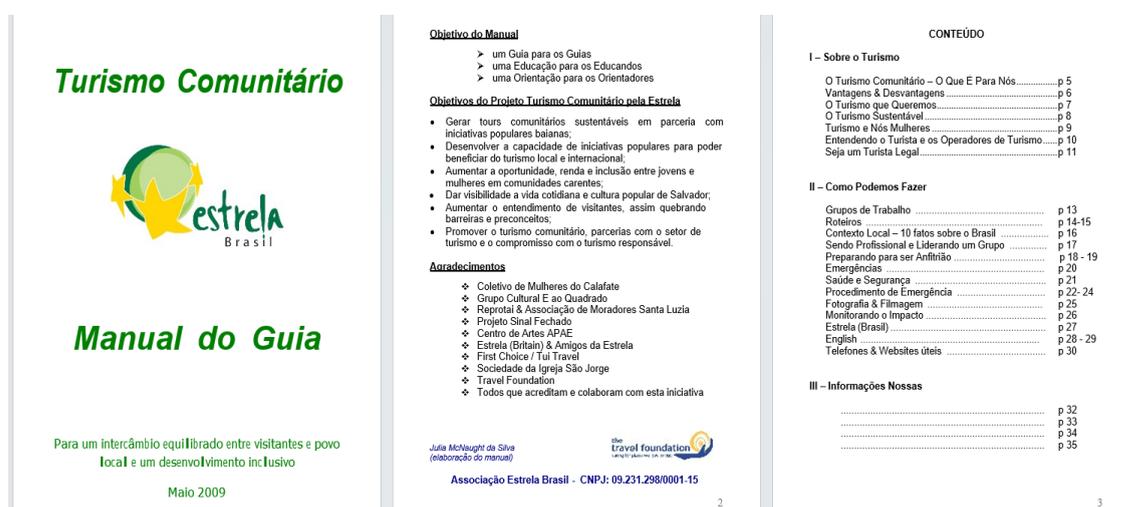
Fonte: Arquivo ComuniCulturi – Arquivo Rede Batuc, 2022.

A partir dos trabalhos coletivos, a Estrela Brasil elaborou o Manual do Guia- Turismo Comunitário, cujas temáticas para receptivo em turismo comunitário foram se solidificando, associando novos conhecimentos das práticas e criando conexões com o setor de turismo privado e público, tais como operadoras de turismo e órgãos públicos. A Associação Estrela, por motivos de escassez de recursos financeiros e de pessoal, encerrou suas atividades em 2013, totalizando 25 anos trabalhados.

Júlia McNaught continuou no turismo, se formando como Guia Regional/Nacional de Turismo, e atuando no receptivo para uma diversidade de agências de turismo. Sob sua organização constituiu a ComuniCulturi<sup>21</sup>, ao lado disto continuou com a mobilização do movimento de turismo comunitário. Atualmente, tanto Julia quanto a ComuniCulturi integram a Rede Batuc, respectivamente, como membro do Conselho Gestor da Rede 2019/2022, e como Membro apoiador em da Rede Batuc.

Um dos primeiros materiais de consulta do turismo comunitário para as comunidades da Bahia foi desenvolvido pela Estrela Brasil, e ainda hoje é referenciado nas capacitações e formações diversas desde o Movimento à Rede.

**Figura 04 - Manual do Guia - Turismo Comunitário**



Fonte: Arquivo Interno ComuniCulturi, 2022.

Dos desenvolvimentos e da extinção da Estrela Brasil, atualmente Júlia tem tecido a ComuniCulturi como uma iniciativa independente, porém de extrema importância para a Rede

<sup>21</sup> Para saber mais sobre a ComuniCulturi, acesse: <http://comuniculturi.com/index.html>.

Batuc frente a contribuições da identificação de como são as reais necessidades de capacitação, comercialização e relacionamento com o setor de turismo convencional pelas iniciativas comunitárias. Júlia McNaught explicita a definição de que

ComuniCulturi é um empreendimento focado na Capacitação e a Comercialização do Turismo Comunitário da Bahia... [cujos] valores são de: Promover o turismo de protagonismo comunitário, de propriedade, gestão e benefício coletivo, e buscar sempre um serviço de excelência tanto para parceiros locais como para clientes e visitantes com Metas de:

1. Modelo de capacitação e consultoria aprimorado, para implementação flexível e profissional;
2. Realização de capacitações e consultorias com iniciativas de turismo comunitário, para operacionalização eficaz, independente e sustentável;
3. Conexões facilitadas entre iniciativas de turismo comunitário e operadoras, plataformas e outros mercados de turismo (MCNAUGHT, 2022).

A ComuniCulturi é um empreendimento individual, porém a mesma Júlia – proprietária da iniciativa - que faz parte do germinar do turismo comunitário na Bahia e que é integrante da Comissão da Rede Batuc, nutre e é nutrida pelo movimento e pelas iniciativas no turismo comunitário. É a partir do contexto histórico entre o passado e o presente que podemos identificar, sem conseguir dar contornos específicos a cada atuação da complexidade das relações transacionais da multiatorialidade em Rede.

### **2.5.3 Coletivo de Mulheres do Calafate**

O Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC) há 30 anos tem realizado um trabalho pautado na garantia dos direitos das mulheres e do empoderamento comunitário e de resistência e luta centradas na/pela mulher. Com atuação histórica no movimento feminista baiano e brasileiro, o CMC realiza ações importantes para o fortalecimento de um Estado democrático com participação efetiva das mulheres nas diferentes esferas, a partir do controle social permanente das políticas públicas direcionadas as mulheres, principalmente, no campo da saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos; do enfrentamento a violência; da economia popular, do lazer e trabalho feminino, entre outras.

**Figura 05 - Coletivo de Mulheres do Calafate**



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

**Figura 06 - Quintal Feminista**



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Criado em 08 de outubro de 1992, apenas quatro anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda sob resquícios do período pós Regime Ditadura Militar, no âmbito da comunidade do Calafate existia um forte movimento de moradia, que envolvia moradores/moradoras da comunidade em prol do desenvolvimento da comunidade e da luta por direitos sociais, para garantir o exercício da cidadania e da democracia. Nesse contexto, apesar do cenário favorável à mobilização e à articulação comunitárias, a situação de vida das mulheres era de opressão e exploração. Dessa forma, oito mulheres da comunidade do Calafate,

indignadas com os casos de violência doméstica e a situação de subordinação que viviam, se reuniram para realizar ações em defesa dos direitos das mulheres da comunidade.

A organização comunitária feminista realiza atividades para o fortalecimento da autoestima, autonomia e empoderamento das mulheres da comunidade. O Grupo<sup>22</sup> tem a missão de acabar com a violência contra as mulheres, promover a saúde e os direitos humanos. Em meio a palestras, oficinas, rodas de conversa e grupos focais de estudo, o grupo também desenvolveu o projeto Turismo Comunitário do Calafate, que teve o objetivo de desmistificar a imagem negativa em reportagens sobre a comunidade. Em 2022, antes da celebração de 30 anos do Grupo, a liderança Jacinta Marta Tavares Leiro, Assistente Social de formação e “militante” após frear o receptivo de grupos de visitantes e turistas no Calafate, tem proposto uma atual versão do Grupo de Mulheres do Calafate em relação as ações e concepção do turismo comunitário.

Marta Leiro é colaboradora na formação do início do Movimento de Turismo comunitário da Bahia e atualmente na Rede Batuc: “íntegro a rede como participante e tendo em vista que tem uma iniciativa que agrega esse campo aí do turismo comunitário na minha avaliação” (LEIRO, 2022). Nos contou que, diante da experiência do grupo e do contexto social do Calafate durante a pandemia da Covid-19, inverteram a lógica do pensar e fazer lazer, da mulher e do lazer. Ela criou o “Quintal Feminista”, um “privilégio” que ela considera com estima um espaço de acolhimento, frente ao que muitas mulheres não dispuseram de um quintal durante a pandemia, e daí ela resolve compartilhar o seu

Então diante de uma pandemia, você fica... eu fiquei “poxa tô sem poder fazer política, inclusive me reunir, não sei o que...” por mais que tivesse a questão de reuniões, mas até pegar mesmo o clima de reunião online, ficou assim: o vazio. E foi uma parada pra compreender o cuidado que se tem à terra, o cuidado que se tem à natureza. Essa relação que a gente, seres humanos, tem com a natureza também, e me aproximar muito mais das mulheres né, entender, compreender a relação delas com a terra, porque a gente de movimento feminista temos a bandeira de luta e parecia que era algo distante da gente, a luta das mulheres de comunidades indígenas. Lutar por terra, lutar por água. Então me fez abrir mais a minha sensibilidade, a minha compreensão da luta de tantas outras mulheres, dessa diversidade nossa do cotidiano, de realidades né. E assim, como eu falei, é compreender também as lutas das mulheres do campo né, das mulheres rurais que estão lá na batalha e... Essa foi um momento da parada minha, do ativismo, daquela militância muito ativa, que às vezes a gente vai até no automático e eu me desarme pra dizer [que]

---

<sup>22</sup> Para saber mais sobre o grupo de Mulheres do Calafate, acesse: <https://www.facebook.com/mulhercalafate/>.

existe outras maneiras de atuar politicamente. E essa aproximação com o quintal foi muito isso né [...] (LEIRO, 2022).

É junto com Marta Leiro, em sua participação nos encontros de trocas, capacitação e apresentações que tem sido identificada ainda mais, a importância dos intercâmbios e trocas entre os grupos.

Então eu comecei a me questionar... Massa, nós recebemos turistas, eles deixam um pouquinho do dinheiro aqui, dinheiro ali em dona Dálva pra poder comer mocotó, ali as toalhinhas de prato... Deixa a parte econômica distribuída na comunidade, mas outro movimento não é feito. Agente da comunidade não temos aquisição financeira pra ser turista. E eu até ensaiei fazer isso né, fui no Ceará mas não tive condições de visitar as iniciativas de turismo comunitário. E hoje eu te digo, hoje realmente se não é o apoio de um projeto a gente não ia visitar Matarandiba. Que existe um custo né... Duas dificuldades, uma que não tem grana voltada pra classe trabalhadora realizar essa prática de lazer, que é o turismo. E outra, que culturalmente tiraram da gente esse sair da nossa realidade, sair da nossa comunidade. Tirou da gente esse espírito aventureiro de conhecer, de ir pra outros lugares né. Eu digo isso porque quando a gente tem possibilidade, a grana – eu venho observando isso na comunidade – vamos visitar [algum lugar], “ah não, poderia fazer outra coisa, vamos comprar cesta básica”, por exemplo, “é melhor que viajar.” Saca? Eu digo, não gente, esse dinheiro é pra a gente sair. Não é pra bater laje, não é pra botar piso em casa. A gente sabe que as nossas casas precisam de muito mais coisas, mas esse dinheiro pro caixa do coletivo é pra gente ir passear, a gente ir conhecer outras comunidades, outras histórias, a gente se enriquecer com outras histórias, a gente aprender, dialogar com a nossa história né. Com as histórias de outras mulheres que a gente conheça .... Que quando a gente recebe outras culturas, outras regiões, até de estrangeiros da europa e tudo... a gente nem imaginava que as mulheres francesas ... falava da violência contra as mulheres na França né, e a gente pensava que lá Paris era o paraíso. A gente foi pra Santiago do Iguape, que é perto lá de Ananias, é um quilombo, acho que o quilombo Santiago do Iguape o nome. A gente foi, visitou lá a igreja né. As meninas ficavam “que horas a gente vai chegar no quilombo?”, eu disse “gente, a gente já chegou no quilombo”, [ela] “com essas casas?”. Tem casa de laje no quilombo mulher. Olha como é bom, né, em outro estado... Olha como a gente coloca, o que idealiza, os estrangeiros também acham. Muita gente da Europa pensa que a gente tem nossas casas em cima de árvore ainda, e sai gritando uh-uh [onomatopeia] (LEIRO, 2022).

No processo de movimento do Calafate, por Marta Leiro é que têm sido questionadas as práticas de lazer, do fazer do Turismo Comunitário pelos membros, em um movimento ao revés, o de “sair” da comunidade para encontrar outros sujeitos e no qual, pós pandemia, se firma o “Quintal Feminista: memórias e afetos”, que se ancora com o apoio do Coletivo de Mulheres

do Calafate e mulheres da comunidade, como um espaço de trocas e de busca por novas formas práticas de conviver.

#### **2.5.4 Etnoturismo Pataxó**

Outro exemplo pioneiro parte da comunidade Pataxó do Sul da Bahia, que em paralelo à inserção na atividade turística, reorganizaram sua economia, recuperaram suas tradições e até seu idioma. Por meio de um projeto de Etnoturismo ecológico desenvolvido na reserva florestal Reserva da Jaqueira onde os turistas e visitantes são acompanhados por guias indígenas que contam a história, seu modo de vida e mostram, a partir do ponto de vista dos Pataxó, como se relacionam com a natureza.

A Reserva Pataxó da Jaqueira está localizada ao sul do Estado da Bahia, a 720 Km da capital Salvador (BR-101), a 15 Km ao sul da cidade de Porto Seguro e a 8 Km ao norte da cidade de Santa Cruz Cabrália (BR-367). O local corresponde à área de mata (gleba B) da demarcação da Terra Indígena (TI) Coroa Vermelha. A Terra Indígena de Coroa Vermelha é uma área de 1492 hectares, composta pela Gleba A (área da praia, estendendo-se por 72 hectares entre a pista da BR-367 e os seis quilômetros do total de praia do sítio histórico da Coroa Vermelha) e a Gleba B (que abrange a área da agricultura e da mata, com cerca de 1420 hectares). A área da Reserva da Jaqueira possui 827 hectares de Mata Atlântica, considerada a floresta tropical mais ameaçada do planeta.

A história da Reserva da Jaqueira começou em 1997, quando Coroa Vermelha foi demarcada e homologada como Terra Indígena. Ainda no ano de 1997, os Pataxós ficaram sabendo que a empresa Góis Cohabita, ligada ao ramo imobiliário, começou a degradar a área que já estava em processo de demarcação para a área indígena. A empresa iria lotear e retirar os recursos naturais de parte da Gleba B, retirando as árvores, plantas e animais que ali existiam, para então realizar a construção de imóveis. Diante do fato, com o apoio de Pataxós de outras aldeias como Mata Medonha, Boca da Mata, Barra Velha e Pataxó Hã hã hã da Aldeia Caramuru Paraguaçu, os Pataxó ocuparam o local que pertencia a eles por direito e comunicaram à Polícia Federal, à FUNAI e ao IBAMA, que compareceram ao local. Paralelo a isto, lideranças foram à Brasília para resolver a questão da demarcação da área, que em 14 de outubro foi declarada “de posse permanente indígena”, através da portaria publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 1997 (BONFIM, 2012).

Em agosto de 1998, um grupo de 30 pessoas, entre jovens e adultos, saíram de Coroa Vermelha para fazer um passeio na mata. Lá vivenciaram como os seus antepassados viveram no seu verdadeiro lugar e perceberam a importância da floresta para fortalecer o espírito e a cultura. Assim, determinados a desenvolver um trabalho de conscientização e valorização cultural, além de preservar a mata, com grandes dificuldades, o grupo percorria a pé 12 km todos os dias, enfrentando a falta de recursos para construir os kijemes (casas tradicionais), sem ajuda externa, enfrentando chuva, lama e morros para coletar os materiais de construção necessários.

Foram as irmãs Jandaia, Nitnawã e Naiara Pataxó que iniciaram e colocaram em prática a criação das primeiras atividades voltadas para o turista na reserva. Nitynawã descreve a motivação para criação do projeto:

Abrir para visitação de turistas foi a forma que encontramos para manter o local. Além disso, fazemos palestras de educação ambiental e cultural para alunos e turistas que nos visitam. Hoje entendemos que esse trabalho é conhecido como etnoturismo, já que é realizado em uma área indígena. Assim, a visita não envolve apenas o passeio na mata, mas também o conhecimento da nossa cultura. Nosso objetivo principal é o fortalecimento da cultura e a preservação da mata e o etnoturismo é um complemento que nos ajuda a manter a Reserva (NITYNAWÃ, 2011, p. 28-35).

Desse modo, através do “Projeto Jaqueira” - atualmente desenvolvido pelo Instituto Pataxó de Enoturismo<sup>23</sup> (ASPECTUR), associação indígena fundada para essa atividade -, a comunidade indígena se organizou para desenvolver um projeto que aliasse educação ambiental, fortalecimento de sua cultura, e que pudesse ser uma forma de complementar a renda. Foram construídos 8 kijemes, incluindo um maior, onde funciona o Centro de Reunião, e sete menores, para as vivências culturais. Naiara relata que:

A vontade deles era ter um kijeme grande, fazer uns kijemes pequenos em volta pra gente ficar lá nos kijemes e o centro grande é onde a gente ia fazer as danças, onde os parentes iam se reunir lá, fazer encontros, essa era a ideia. Era uma coisa pequena, agente não pensava que ia ser uma coisa grande como tá hoje a Reserva da Jaqueira (BONFIM, 2012, p. 69).

Atualmente, em 2022, a Reserva da Jaqueira está aberta para a visitação de turistas, estudantes e pesquisadores com acompanhamento de guias Pataxó da ASPECTUR. As visitas são feitas em pequenos grupos e acompanhadas por guias e instrutores vestidos com roupas tradicionais que explicam detalhadamente as características da região e do povo que a habita. A

---

<sup>23</sup>Para saber mais, acesse: <https://www.facebook.com/institutopataxoetnoturismo/>.

visitação, que dura aproximadamente 3 horas, inclui palestras e passeio por uma trilha na mata com demonstração de armadilhas e apresentação do conhecimento tradicional da flora e da fauna, danças, degustação da culinária tradicional (como o peixe feito na folha da patioba) e de bebidas não alcoólicas (como o *cauim*, feito de mandioca), visitação ao museu indígena, pintura corporal, jogos indígenas, entre outras atividades.

Não existe serviço de transporte público para ter acesso à Reserva Pataxó da Jaqueira, sendo necessário ir com veículo próprio ou contratar um serviço de táxi ou agências de viagens. Os turistas que vêm pelas agências de viagens pagam diretamente para a empresa e não para a ASPECTUR. Quem vem de forma independente, faz o pagamento direto, no momento da chegada, numa guarita que fica na entrada da Reserva. Trata-se de um programa de replantio de mudas nativas da Mata Atlântica, entre elas espécies raras e ameaçadas de extinção, como o pau-brasil e o jacarandá, supridas por um viveiro com mais de 5 mil mudas. Durante os mais de 20 anos de existência do projeto, os 827 hectares de mata continuam preservados, cumprindo o objetivo proposto inicialmente quando do surgimento do projeto.

Resultado do esforço indígena constituído a partir da cosmovisão e visão que os Pataxó têm da atividade turística e que revela, significativamente, o seu entendimento do turismo, dos turistas e de como deve ser o modelo turístico indígena (COSTA, 2020), é inegável ressaltar o pioneirismo do Projeto Jaqueira, não apenas para prática do turismo dentro da comunidade indígena, que já se estende para outras aldeias Pataxó da região, bem como hoje é uma referência para a gestão do turismo sustentável em nível nacional. Cabe ressaltar, inclusive, que iniciativas como esta não eram regulamentadas até o ano de 2015, quando entrou em vigor a Instrução Normativa 3/2015, da Funai, a qual regulamenta e estabelece normas para a visitação em Terras Indígenas para fins turísticos. Esta regulamentação é resultado da luta ativa dos povos indígenas, notadamente dos Pataxó, para o reconhecimento de sua autonomia sobre seus territórios. Nesse processo, os Pataxó tomaram para si estruturas e ideias desenvolvidas por agências de turismo, guias de turismo e pacotes turísticos, produzindo modelos próprios de cada um deles.

Assim como outras ações desenvolvidas pela comunidade indígena, o Etnoturismo praticado pelos Pataxó está na contracorrente da lógica hegemônica, tendo em si o potencial de revelar a própria resistência e autodeterminação dos povos indígenas. Os Pataxó, ainda que com um apoio limitado e deficiente do Estado, têm buscado construir autonomamente projetos interculturais que garantam que as futuras gerações sejam educadas na cultura ou cresçam na cultura (COSTA, 2020).

A inserção dos Pataxó na Rede BATUC se dá a partir do ano de 2019 e vem somar esforços num movimento de luta organizada pela inserção dos sujeitos marginalizados no processo de desenvolvimento (planejamento) turístico. Essa luta vem sendo empreendida por diferentes grupos com atuação em realidades geográficas e temporais diversas no estado da Bahia, mas interconectadas em seus esforços coletivos em prol da comunidade e na construção de uma narrativa que desvele um regime de memória (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016) construído a partir dos seus próprios pontos de vista.

### 2.5.5 Grãos de Luz e Griô

Grãos de Luz e Griô<sup>24</sup> é uma ONG fundada em 2001 por Márcio Griô e a educadora Lílian Pacheco. O Grãos de Luz e Griô é um ponto de cultura, uma associação comunitária, uma rede de famílias e comunidades que nasceu em 1995 e que foi fundada juridicamente em 2001. Premiada em primeiro lugar no Brasil pelo Prêmio Itaú Unicef 2003, entre 1834 projetos no Brasil, também foi a primeira premiada no Prêmio Democratização Cultural 2008, pelo Instituto Votorantim, sendo também Destaque no Prêmio Cultura Viva 2007, além de outros prêmios regionais, tendo participado de 4 festivais e encontros internacionais de culturas populares e tradições orais.

Dentro das ações do Grãos de Luz e Griô se envolve os públicos na luta pelo direito à Educação, Arte, Cultura e Desenvolvimento Sustentável. Assim, iniciaram o trabalho de organização de trilhas – as chamadas Trilhas Griôs desenvolvidas pelos Grãos de Luz e Griô em Lençóis e a criação de roteiros das Trilhas Griôs em outros municípios e comunidades da Chapada Diamantina.

---

<sup>24</sup> **Griô** é uma palavra abrigada pelo Grãos de Luz e Griô e tem origem na palavra *criole griot*, que traduz a palavra *dieli*, numa língua do império do Mali, que significa “o sangue que circula”. Os Griôs são contadores de histórias, cantadores, genealogistas da tradição do noroeste da África, responsáveis pela biblioteca viva da tradição oral. São famílias que, no universo da tradição oral, no qual o livro não tem um papel social prioritário, guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. **Os Mestres Griôs são** os pajés, pais e mães de santo, capoeiras, cantadores, contadores de histórias, cordelistas, brincantes, bonequeiros, erveiros, curandeiros, artesões e todas as pessoas que têm histórias de vida repleta de saberes e fazeres que não estão escritos nos livros, que pertencem ao universo da tradição oral, ou seja, são transmitidos através da oralidade, da corporeidade e da vivência, que fazem parte da formação da história e identidade das comunidades e do povo de nosso país. Cada pessoa ou grupo de tradição oral tem sua própria prática pedagógica de transmissão de geração em geração, bem como sua política e economia de criação e produção culturais (GRÃOS DE LUZ E GRIÔ, 2022). Para saber mais, acesse: <http://graosdeluzegrio.org.br/>.

As Trilhas Griôs desenvolvidas pelos Grãos de Luz e Griô, em Lençóis, se tornaram uma referência pelo Ministério de Turismo do Brasil (MTUR), nas publicações por meio do MTUR. Com a missão de “Potencializar a educação, a cultura e o desenvolvimento sustentável de comunidades de periferia e rurais do Brasil para o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro e a celebração da vida” (TRILHAS GRIÔ, 2022), ainda em 2022 publicizam a comercialização de roteiros que perpassam pelos municípios de Lençóis, Ibicoára, Itaetê, Palmeira e Rio de Contas. Esses são os municípios através dos quais o Grãos de Luz e Griô elaborou e comercializou roteiros e visitas. Assim, o Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô colabora para o fortalecimento da identidade étnico-racial, ao elaborar saberes e produzir materiais didáticos para as ações educativas com 14 grupos culturais locais, alinhando às práticas de Turismo Comunitário à ONG Grãos de Luz e Griô, desenvolvendo a chamada “Pedagogia Griô”, na qual Alves (2022, p. 26) afirma ser uma

[...] proposta pedagógica criada pela pensadora, educadora aprendiz, mulher de ancestralidade negra e indígena e escritora Lillian Pacheco, a partir da sua prática pedagógica no Projeto Educativo Grãos de Luz e Griô, desenvolvido no município de Lençóis, Estado da Bahia.

Alves (2022) afirma que a lógica pedagógica ainda se articula ao trabalho do Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô na busca por educar “crianças, adolescentes e jovens por meio de oficinas de identidade, arte, artesanato e economia solidária, tendo como tema gerador tradição oral e cidadania” (ALVES, 2022, p.26).

É importante identificar o trabalho, a participação da entidade 2015 no Encontro Nacional da Rede Turisol. A Grãos de Luz e Griô está em Rede Batuc, e enquanto sujeito da Rede, tem uma contribuição ancorada no início do movimento, que continua em atividade em seu território. A organização tem contribuído para que outras comunidades passem a criar roteiros de turismo dentro da própria região da Chapada Diamantina, como vem protagonizando dentro de Itaetê a Em Cantos da Chapada.

Lilian Pacheco teceu pesquisas que contribuíram para a pedagogia Griô e a oralidade na Bahia principalmente. Nesse sentido, Alves (2022), em sua monografia *Da Raiz Ancestral aos Saberes Culturais: Práticas educativas em Educação das Relações Étnico-raciais no Projeto PROLICEN Pedagogia Griô da Universidade Federal da Paraíba (2017-2019)*, dialoga com o nosso olhar para interpretar as contribuições dos atores germinadores, neste caso, lançando luz para a Pedagogia Griô, amparada nas contribuições macro que ressoam do trabalho do Grãos

de Luz e Griô, enfatizando que “tradição oral é um processo cultural elaborado a parte da oralidade e memória da comunidade” (ALVES, 2022, p.28). Sem as práticas de memória e oralidade nos territórios, o turismo comunitário e tecido atuais não seriam os mesmos (ALVES, 2022)

### **2.5.6 Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape – CECVI**

O CECVI - Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape -, fundado em 2002, é uma instituição civil sem fins lucrativos, com sede própria na comunidade de Santiago do Iguape, na Rua Gonçalo s/n - Distrito rural do município de Cachoeira - Bahia. Surgiu como iniciativa da Companhia de Dança Afro do Vale do Iguape, a partir da necessidade de se ter uma organização registrada juridicamente para aumentar o fortalecimento das ações da Companhia nas comunidades quilombolas da Bacia e do Vale do Iguape.

Na sua história de existência, o CECVI atuou na mobilização para o reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas de Kaonge, Dendê, Kalemba, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo, Kalole, Imbiara, Engenho da Vitoria, Kaibongo, Guaiba, Engenho da Cruz, Engenho Novo e Santiago do Iguape – comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. O CECVI contribuiu na mobilização e fundação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e no apoio do levantamento socioeconômico nas comunidades quilombolas, por meio da realização de levantamento de diagnóstico para estruturação de propostas de desenvolvimento de ações que contribuíssem para a sustentabilidade de povos tradicionais.

A CECVI desenvolveu trabalhos de implantação de projetos produtivos de pesca e de agricultura, construídos por pesquisas sobre o potencial produtivo e econômico dessas comunidades, sendo uma iniciativa que vem fomentando a consolidação de núcleos produtivos de cultivo de ostra, de artesanato e de produção de azeite de dendê, e do Núcleo de turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade<sup>25</sup>. A instituição engloba ainda um Ponto de Cultura e um Banco Comunitário Solidário Quilombola do Iguape.

O CECVI tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, cultura e meio ambiente. Entre essas atividades assume o fomento e a

---

<sup>25</sup>Para saber mais sobre o Grupo de Turismo Étnico Rota da Liberdade, acesse: <https://pt-br.facebook.com/rotadaliberdade.turismo/> [https://www.instagram.com/turismo\\_rotadaliberdade/](https://www.instagram.com/turismo_rotadaliberdade/).

estruturação de processos produtivos integrados e diversificados a partir da cultura local, com respeito ao saber tradicional.

A dedicação às suas atividades configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas por meio de convênios, doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. Possui parceiros como a Incubadora de Economia Solidária da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – ITES EAUFBA, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a AAR - Associação dos Apicultores do Recôncavo, a CEPASC - Centro de Estudo Pesquisa e Ação Sociocultural, Fundação de Desenvolvimento da Pesca, Comissão Justiça e Paz e a Companhia de Ação Regional (CAR), e o Centro Público de Economia Solidária do Recôncavo da Bahia. Também integra o Conselho Territorial do Recôncavo da Bahia, o Movimento Quilombolas, o Fórum Baiano de Economia Solidária e a Reserva Extrativista - RESEX da Baía do Iguape, dentre outros. A CECVI está articulada com o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, estando a sua sede no Quilombo Santiago do Iguape, a maior comunidade da Bacia e do Vale do Iguape.

De acordo com o Estatuto Social do CECVI, em seu capítulo segundo, tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, cultural e projetos visando:

[...] o resgate de conhecimentos tradicionais, do artesanato, do saber científico, da democratização e acesso à tecnologia de informação; promoção da geração de trabalho e renda comunitário, através do ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativistas de valor cultural e ou econômico; fomento de ações que contribuam para manter viva a memória cultural popular relacionada com os usos, costumes e tradições; promoção de intercâmbio com entidades científicas, de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas, preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável [...] (CENTRO CULTURAL VALE DO IGUAPE, 2013, p.13).

A CECVI atualmente abriga o Grupo de Turismo Étnico Rota da Liberdade, com atuação no Vale do Iguape, sob a liderança comunitária de Ananias Viana. Foi uma das primeiras organizações a problematizar a aplicação do termo turismo de base comunitária, e atuar frente a utilização do termo turismo comunitário como abrangência as todas as nomenclaturas que coadunam a Rede Batuc.

### 2.5.7 Turismo de Base Comunitária do Cabula

O trabalho no território do Cabula teve início “oficialmente” em 2010, com a aprovação do Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno da UNEB FAPESB, no Edital 021/2010, conforme elucidou a Professora Francisca de Paula Santos da Silva, idealizadora da iniciativa:

[...] já em aulas na graduação e na pós-graduação realizava atividades no território do Quilombo/Bairro do Cabula. No Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, em 2008, mas só consideramos oficialmente, em 2010 (DE PAULA, 2022).

O trabalho desenvolvido no TBC Cabula<sup>26</sup> no território do Quilombo Cabula, tem como perspectivas o Turismo de Base Comunitária para o “apoderamento do legado sócio-histórico e cultural das comunidades dos 17 bairros do Quilombo Cabula” (DE PAULA, 2022). Em nossa conversa, a Professora Francisca de Paula, identificou que o processo pelo qual os conhecimentos da Comunidade com "as tecnologias sociais por meio de educação formal, informal e não formal” (DE PAULA, 2022) se articulam ao desenvolvimento da “consciência política para que sejam autogestores dos processos de produção da existência” (DE PAULA, 2022).

Atualmente, o Turismo de Base Comunitária do Cabula e seu entorno tem continuado sua trajetória, perfazendo 12 anos de produção de conhecimento junto às comunidades, possibilitando a “utilização da metodologia nas escolas das redes do município e do estado da Bahia” (DE PAULA, 2022), bem como um processo de Educação para o Turismo de Base Comunitária.

O TBC desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem gerado contribuições para a sedimentação do turismo, bem como no âmbito do Turismo de Base Comunitária. Atrelado ao Projeto, é defendida a apreensão de diferenciações entre os termos turismo de base local; turismo comunitária e turismo de base comunitária. A atuação do Projeto envolve também a realização de Eventos e produções acadêmicas resultantes de mais de uma década de trabalho. A obra *Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno*, organizada, em 2013, pela professora

---

<sup>26</sup> Para saber mais, acesse: <http://www.tbccabula.com.br>.

Francisca de Paula tem contribuído na ampliação das perspectivas que o turismo mobiliza quando correlaciona a extensão universitária e os territórios.

Ao buscarmos identificar a historicidade e situatividade dos atores germinadores do turismo comunitário na Bahia, identificamos, através das entrevistas com membros da Comissão da Rede, o TBC Cabula como ator de importância, não articulado à Rede Batuc até 2022, momento em que desenvolvemos essa análise.

Dessa forma, visibilizamos a atuação dessa iniciativa de TBC Cabula, assim como há diversas outras iniciativas de turismo comunitário ou de base comunitária que não se articulam em Rede Batuc, por diversas questões de articulação; distância geográficas ou desarticulação por conta do termo. Identificamos um choque em relação as concepções das terminologias, conceitos para o qual o TBC no Cabula entorno ressalta essa diferenciação, como identificado na publicação de 2013, *Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno obra acima citada*, na qual o termo turismo comunitário é enquadrado como uma tipologia, fato este que vai de encontro as assunções e escolhas da Rede Batuc

[...] se contrapõe ao turismo convencional, enquanto o Turismo Comunitário (TC) caracteriza-se como segmento, ou tipologia do turismo, o que implica em práticas de turistas que se hospedam e convivem com e nas comunidades (SILVA *et al.*, 2013, p. 283).

A perspectiva da compreensão - terminológica, literária, acadêmica - conflita em correlação ao consenso assumido pela Rede Batuc, e que adotamos nessa análise. Em Rede Batuc, essa diferenciação foi abolida pelo fato de terem comunidades protagonizando organizações do turismo comunitário que comunicam, conforme constam ambos os termos na nomeação e publicização de suas organizações. A organização de textos, livros, eventos, encontros e seminários, a exemplo da ‘Cartilha (in)formativa sobre o Turismo de Base Comunitária: O “ABC” do TBC’’, a realização do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), dentre outros, têm grande importância e contribuição para apreensão de outras lógicas do turismo, sendo a sedimentação do turismo (comunitário e/ou de base comunitária) realizada no âmbito dos desenvolvimentos do TBC Cabula, principalmente ao articular a UNEB enquanto um ator importante em sua difusão de práticas de extensão correlacionadas à pesquisa no campo do turismo.

### 2.5.8 Blog Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor

O Blog *Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor*, anteriormente denominado *Turismo Por Um Mundo Melhor*, surgiu em 2011, da iniciativa de Alberto Viana de Campos Filho com o intuito de dar visibilidade ao turismo rural em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária promovido pela equipe do Programa de Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e Atividades Pluriativas Solidárias do Programa TERRA SOL do INCRA - BA, criado em 2004. De acordo com Leite *et al* (2021), a região do nordeste brasileiro possui a maior quantidade de famílias e assentamentos das cinco Regiões do país.

O Programa Nacional TERRA SOL nasceu como um projeto especial do INCRA, em 2004, em que uma das linhas era composta por atividades não agrícolas. Na Bahia, tentou estimular práticas de turismo rural em Assentamentos da Reforma Agrária. Contudo, a modalidade do turismo rural apresentada como proposta aos assentados de reforma agrária não se aplicava à realidade dos assentamentos, dada a forte ênfase na estruturação de edificações para servir ao mercado de turismo convencional com motivação de visitação às áreas rurais. Dessa forma, a perspectiva do turismo comunitário passou a ser mobilizada no âmbito dos assentados com demandas das instituições públicas, alcançando irrelevantes respostas institucionais, porém encontrando alicerce em outros públicos, como quilombolas e povos originários, bem como em iniciativas individuais de sujeitos com vínculo com instituições públicas. A Bahia tem 689 assentamentos, ocupando a segunda posição em número de assentamentos do Nordeste. “Na Bahia foram identificados 42 assentamentos com a ocorrência do turismo, distribuídos em vários territórios do Estado” (SOUZA, 2017, p.57).

Em território brasileiro, o Programa Terra Sol aplicou R\$ 90.700.595,30 no fomento à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas solidárias, incluindo o turismo. Na Bahia o Terra Sol Bahia Turismo aplicou R\$ 2.457.601,53, valor correspondente a 2,71% do total investido em território brasileiro (SOUZA, 2017), nos 13 anos de existência do programa. Associadas e anteriores as ações do Terra Sol, Souza (2017) apontou também a presença de política pública pela ONG GAMBÁ, na região da Chapada Diamantina na década de 1980, onde desenvolveu projetos financiados com recursos do Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do SEBRAE/BA.

Na apresentação em março de 2011, Alberto Viana afirmou que o blog se destinava a

[...] divulgar trabalhos no âmbito do Turismo Rural, Turismo de Base Comunitária, Turismo Solidário e Produção Associada ao Turismo,

prioritariamente sob a minha autoria ou participação, como Turismólogo, Pesquisador e Empreendedor Individual (Treinamento Gerencial e Promoção do Turismo Local), mas sobretudo como aprendiz nessa nova jornada de possibilidades e experiências significativas em que um outro turismo é possível em alternativa ao turismo de massa, como forma de contribuição a um Mundo (Rural) Melhor! [...] (TURISMO COMUNITÁRIO, ECOGASTRONOMIA E OUTRAS CORRENTES ALTERNATIVAS E SOLIDÁRIAS, 2022).

Turismólogo e Geógrafo, Alberto Viana, é ainda Mestre em Educação do Campo, educador, consultor e Pesquisador. Ativista do *Slow Food*, Articulador da Rede de Turismo na Agricultura Familiar (REDE TRAF) e da ANDA-Brasil na Bahia. Anterior a publicização de informações no Blog, teve dois artigos aprovados sobre a temática de pesquisa Turismo Rural de Base Comunitária em Assentamentos de Reforma Agrária, acarretando busca de informações sobre a temática e movimentando interesses de pesquisadores.

[...] e quando nós submetemos esse primeiro artigo a um Congresso Internacional e foi aceito, foi aí que a equipe resolveu difundir esse conhecimento através de das redes para que fomentasse mais ainda o debate e principalmente recebesse nas contribuições de outros pesquisadores que fariam faziam a mesma coisa e muitas vezes a gente não sabia (VIANA, 2022).

Com a perspectiva inicial de fomentar as informações e discussões sobre turismo em agricultura familiar, pois não havia discussões específicas sobre o turismo nas áreas de reforma agrária, em 2011 o Blog foi posto *online*. Na época, Alberto e a equipe do INCRA chegaram a mapear iniciativas de turismo em 10 estados brasileiros em assentamentos, e nesse processo foram ampliando a pesquisa para comunidades quilombolas com intersecção na própria agricultura familiar, em comunidades de pesca artesanal, comunidades urbanas. Mais recentemente, a partir de 2019, tem se identificado o viés da ecogastronomia como uma forma de também fortalecer o turismo comunitário.

Em 2022, o Blog<sup>27</sup> conta de cerca de 200.000 acessos, com uma média de 1000 acessos por mês, sendo visitado principalmente por alunos e professores da educação do campo, do turismo e da gastronomia das universidades públicas do país. O Blog Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor, segundo Alberto Viana (2022) tornou-se “uma referência para o maior depositário de material sobre o turismo comunitário”, perfazendo assim, um meio de informação sobre os eventos, iniciativas sobre o turismo comunitário na Bahia. A importância do Blog tem ultrapassado as próprias motivações iniciais, pois acabou sendo um “repositório”

---

<sup>27</sup> Para saber mais sobre o Blog *Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor*, acesse: <http://turismoegastronomiaporummundomelhor.blogspot.com/2011/03/apresentacao.html>.

e mais um arquivo memorialístico dos passos que tornaram diversos públicos em movimento para a atual Rede Batuc, inclusive, é também elemento de ensaio de pesquisa para o doutoramento de Viana no âmbito do Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – PPGDC, da UNEB.

Junto ao Blog, podemos identificar a historicidade correlata das políticas públicas voltadas para o apoio às questões agrárias, correlacionando-as como mais um elemento emaranhado às práticas de turismo comunitário na Bahia. Também identificamos a ausência de política pública por parte das instituições de turismo do Estado (Federal e Estadual), com relação ao apoio das iniciativas de turismo comunitário. O que houve de apoio às iniciativas pelo Estado para o turismo alternativo e comunitário em territórios e comunidades participantes das políticas de reforma agrária se deu esparsamente no âmbito das tentativas de dinamizar outras atividades no campo, mas esmaeceu-se frente às descontinuidades de políticas federais frente às diferentes concepções dos políticos que assumiram a cadeira executiva no Brasil (SOUZA, 2017).

É a partir do coletivo que identificamos os movimentos sociais (a despeito do Movimento dos Sem-terra – MST), também como coadjuvantes no desenvolvimento no turismo comunitário. A presença desse Movimento, trouxe consigo a atuação de outros atores externos, como o INCRA/BA e seu Programa Terra Sol, a ONG GAMBÁ, e a mobilização do poder executivo municipal em alguns municípios baianos.

### **2.5.9 Vivertur-Matarandiba/ASCOMA**

A Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA<sup>28</sup>) é uma organização social sem fins lucrativos, criada em 2007 na Vila/Ilha de Matarandiba (zona rural do município de Vera Cruz<sup>29</sup>).

Ascoma tem desenvolvido e ancorado empreendimentos econômicos solidários locais (rádio comunitária, banco de desenvolvimento social e sua moeda local, padaria comunitária, infocentro comunitário, e o empreendimento de turismo de base comunitária – Vivertur). Além da Ascoma, há em Matarandiba a ASCOMAT<sup>30</sup> - Associação Sociocultural de Matarandiba que tem desenvolve a cultura popular também na perspectiva da economia solidaria. A Ascomat

<sup>28</sup>Para conhecer mais sobre a ASCOMA e Vivertur, acesse: <https://pt-br.facebook.com/associacaocomunitariadematarandiba/>; <https://www.instagram.com/viverturmat/>.

<sup>29</sup> Vera Cruz e Itaparica são os dois municípios que compõem o território da Ilha de Itaparica. Vera Cruz comporta 86% do território insular, e Itaparica 14%.

<sup>30</sup> Para conhecer mais, acesse: <https://pt-br.facebook.com/culturaascomat/>.

desenvolve manifestações culturais diversa (samba de roda, ponto de leitura, ponto de cultura, ponto de memória, boi estrela teatro de rua, samba mirim, boi mirim, terno de reis etc.). Também dá apoio as tradições locais, como lavagens, festas populares. Ambas as associações têm participado de diversos Editais público e privados para apoiar a realização das atividades.

O desenvolvimento desse trabalho é alicerçado sobre o Projeto/Programa Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura (Ecosmar), com acompanhamento técnico da ITES/EAUFBA (Incubadora de Economia Solidaria e Gestão do Desenvolvimento Territorial) da qual faço parte. O projeto tem financiamento da Dow Química Brasil – Empresa Mineradora Multinacional que explora Salgema em Matarandiba. A Dow Química<sup>31</sup> obteve a permissão dos governos brasileiro e baiano para minerar em Matarandiba na década de 1960, durante a ditadura militar. A concessão das terras para exploração fez com que a empresa ocupasse o território, colocando um portão na entrada da localidade, que fica a 7 km da comunidade. Ainda no período inicial de permissão de extração do minério, a empresa Dow Química construiu um aterramento, ligando a Ilha de Matarandiba à Ilha de Itaparica. Em 2007, a comunidade se reuniu e foram cobrar da empresa que apoiasse atividades que a comunidade queria desenvolver, pois aquela apoiava distribuindo cestas básicas, dentre outros auxílios pontuais. Com essa prerrogativa, a Ascoma buscou a Incubadora e, a partir disso, celebrou-se um convênio entre Dow Brasil, ITES/UFBA e ASCOMA/ASCOMAT, no qual a Dow Brasil tem financiado parte dos recursos financeiros que remuneram bolsistas-técnicos-agentes locais e da assessores técnicos da ITES.

Nesse contexto, com a diversidade de organizações atuando na Vila de Matarandiba, muitos estudantes e pesquisadores passaram a solicitar receptivo da Ascoma para visitar Matarandiba. Dessa forma, em 2012 a Ascoma ao perceber que esse receptivo gerava uma carga de trabalho extra, decidiram formar um Empreendimento exclusivo para organizar o Turismo, associando princípios da economia solidária, criaram o Grupo de Turismo de Base Comunitária Vivertur-Matarandiba.

Em 2013, enquanto estudante na graduação em Administração, conheci os membros da Ascoma e da ITES, ao ser estagiária no Projeto Ecosoltur. A partir disso, fui convidada por membros da Ascoma e da ITES para acompanhar o empreendimento que havia sido criado. Dessa simbiose, a Ascoma/Vivertur passam a apoiar o Movimento de turismo comunitário na

---

<sup>31</sup> Para ver mais sobre a Dow Química Brasil, acesse: <https://br.dow.com/pt-br.html>.

Bahia, encontrando outras iniciativas, fazendo-se presente em todo o processo do Movimento à Rede.

Tem sido a Ascoma e suas redes, uma instituição importante para o apoio a Rede Batuc atualmente. A Ascoma tem mobilizado apoio técnico e financeiro para a Rede Batuc, através da mobilização feita por Elisangela Lima (Conselheira Administrativa da Ascoma e Membro da Comissão atual da Rede Batuc). Esse apoio tem gerado a difusão da temática do turismo comunitário, a medida em que surgem solicitações de escolas de outras comunidades da Ilha de Itaparica para palestras e visitas a fim de conhecimento sobre a prática do turismo comunitário, da cultura local e da economia solidária. Dessa forma, a Ascoma foi a proponente que ‘topou’ representar a Rede Batuc para mobilizar recursos voltados a fortalecer as ações coletivas em Rede. Nessa perspectiva foi possível inscrever a Rede na Premiação da Ashoka para o Turismo Sustentável em 2019.

## 2.6 AÇÕES COLETIVAS: PERFORMANDO A ARENA PÚBLICA DO TURISMO COMUNITÁRIO

Buscamos aqui rastrear as ações coletivas que culminam em diversos fluxos de fazer prático, pensar reflexivo, argumentar novos sentidos e significados oriundos do turismo. As ações coletivas se mesclam na formação do Movimento de Turismo Comunitário na Bahia até a sua vestimenta atual – a Rede Batuc, refletindo o movimento a respeito de algo que mudou e mudará. Isso lhe confere ‘novas vestimentas’ para discutir a respeito (de) e engajar outros públicos comunitários, bem como aqueles localizados no *mainstream* de políticas públicas do turismo convencional – os técnicos da administração pública do turismo baiano. Por esse processo é que argumentamos a constituição de uma arena pública do turismo comunitário na Bahia.

No ano de 2015, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) lançava seu chamado para um Encontro Nacional da Turisol. As organizações e iniciativas baianas demonstravam interesse em participar, porém a maioria não dispunha de recursos financeiros que custeassem a logística até Brasília. Nesse contexto, a articulação baiana de interessados no Encontro Nacional, a partir de seus contextos de ações, articularam-se em uma ação coletiva para realizar um encontro estadual a fim de levantar e articular uma pauta que representasse o movimento baiano. Dessa forma, foi organizado o I Encontro Estadual de Articulação do Turismo Comunitário da Bahia para o Encontro Nacional da Rede Turisol. O Encontro baiano

foi realizado entre os dias 29 e 30 de julho de 2015, e nesse movimento de encontro, “o movimento” assume-se sob o termo de “movimento de turismo comunitário da Bahia”.

A multiatorialidade de Movimento à Rede torna-se catalisadora de articulações e publicizadores de ações coletivas por meio de encontros/intercâmbios e afetividades que tornam possível recontar e reafirmar o turismo comunitário configurando-o como uma espécie de valor.

O Encontro Estadual de 2015 foi fundamental para se construir coletivamente a conscientização da atuação que os sujeitos vinham desempenhando e para se verem enquanto comuns. Uma característica forte tomou forma: a necessidade de atuação no cenário político e a articulação das iniciativas e organizações do TC para que compartilhassem a busca de soluções para os problemas enfrentados e, ao mesmo tempo desenvolvessem o turismo comunitário para ajudar no enfrentamento das questões identificadas. A realização do I Encontro foi animada por uma Comissão de lideranças dos sujeitos de organizações: Centro de Educação e Cultura do Vale de Iguape/Rota da Liberdade, Cachoeira; ComuniCulturi, Salvador; Platatur/Coopserpp, Plataforma-Salvador; Turismo Comunitário do Calafate/Coletivo de Mulheres do Calafate, Calafate – Salvador e Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor/ Alberto Viana.

As discussões temáticas do Encontro foram divididas pelos organizadores, conforme observações da atuação de outras redes de turismo comunitário e por consulta prévia aos inscritos. As entidades que contribuíram para a formação das temáticas foram: ViverTur, Matarandiba, Vera Cruz; Projeto Somar, Itaparica; Lagoa do Boi/ FATRES, Santa Luz; Assoc. Santa Luzia / TBC Itapagipe, Ladeira da Preguiça, Grãos de Luz, Lençóis; Arte Consciente, Saramandaia, UNILAB, Acupe de Santo Amaro; Tours Bahia, Tatur Turismo, Caravel Bahia, Turismo Afins, ANDA Brasil; MalungoTour, Casa Encantada/Itapuã, Movimento *Slow Food*, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR-BA), ITES/UFBA, Centro de Educação Profissional – BA.

Enquanto membro atuante do movimento, foi nesse Encontro que eu iniciei minha participação coletiva no Movimento, mesmo tendo tido conatos anteriores mais esporádicos, desse início surge uma participação voluntária, anteriormente esporádica, e que se transformou em um contato contínuo e na assunção de compromissos morais e profissionais. Somavam-se então, os novos compromissos, aos compromissos de trabalho em assessoria técnica pela ITES na Vila de Matarandiba através do Projeto Ecosmar, no qual acompanhava o desenvolvimento do ViverTur-Matarandiba (Iniciativa de turismo de Base Comunitária). Nesse interim, a liderança do Vivertur Enerilena Bispo (a frente do Grupo de 2013 a 2016), e o amigo e colega

de Trabalho Iago Itã fomos à Brasília, para o Encontro da Rede Turisol. Esses deslocamentos contribuíram para a expansão da compreensão da complexidade brasileira de organizações de/para o turismo comunitário no Brasil, e reforçou a necessidade de estarmos sempre em coletivos.

### 2.6.1 Do I Encontro Estadual de Articulação do Turismo Comunitário da Bahia (2015)

Foi feita uma publicação aberta sob o título “Turismo Comunitário da Bahia” Encontro Estadual de Articulação para o Encontro Nacional da Rede Turisol. Entre os dias 29 e 30 de julho de 2015, pudemos nos reconhecer como um coletivo, pois pudemos nos ver, nos ouvir, apreender o que os grupos trabalhavam e trocar experiências, em meio ao objetivo geral, que buscava identificar e levantar as demandas e questões para o TBC, apresentadas por cada grupo lá presente. Durante o Encontro, era notável que as pessoas já se conheciam, que havia uma articulação e um vínculo entre algumas delas, e entre nós. Esse fato remete aos trabalhos sincronizados dos “Sujeitos Germinadores do Movimento” referido anteriormente nesse capítulo.

**Figura 07** - Folder de Divulgação do I Encontro Estadual de Articulação do Turismo Comunitário da Bahia (2015)



Fonte: Arquivo Interno Rede BATUC, 2015.

Essas articulações se davam no âmbito de apoio de ONGS, do trabalho com a Economia Solidária, da atuação dos movimentos sociais; dos projetos de extensão universitária, dos campos políticos de trabalho com a juventude, saúde, economia, resistência. Também no acesso de grupos e territórios aos quais essas pessoas participavam já terem um trabalho social forte, em diversas temáticas e áreas de atuação, dos Quilombos e a questão de demarcação das terras quilombolas, do reconhecimento; no trabalho com a agricultura familiar, a agroecologia, os

bancos comunitários e a moeda social, preconceito e questão racial; o apoio as mulheres, a questão da periferia urbana e rural, e também da vinda de estudantes, pesquisadores, ongs internacionais no apoio a essas associações e grupos.

O Encontro aconteceu no Centro de Treinamento da EBDA<sup>32</sup>, no bairro de Itapuã, com apoio da CESE, do governo do estado e da Tatur Turismo - uma das agencias sensíveis ao Turismo Comunitário -, organizados e articulados em uma comissão composta por: Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape; Coletivo de Mulheres do Calafate; ComuniCulturi; Platatur; Rota da Liberdade; Turismo Comunitário do Calafate; Turismo Por um Mundo Melhor. As discussões e reflexões do Encontro se deram a partir da seleção de quatro temáticas, que foram divididas em dois blocos: 1) Comunicação e Comercialização e 2) Territórios e Políticas Públicas. Posterior a essas discussões, adicionaram-se outros dois momentos. O primeiro foi uma Roda Geral das Temáticas junto aos Encaminhamentos para o Encontro Nacional da TURISOL, e o segundo momento foi para o estabelecimento de uma matriz de compromissos com o Turismo Comunitário da Bahia.

## 2.6.2 As Discussões do Encontro Baiano de Turismo Comunitário

No objetivo principal do Encontro baiano, tínhamos a articulação de uma pauta a ser levada para o encontro Nacional da Rede Turisol, dessa forma trabalhamos a ênfase na proposta de discussão que a Rede Turisol havia proposto.

- 1) Comunicação e Comercialização: A partir da questão de como se dava a relação das comunidades entre os mercados, foi apresentado um texto que constava na publicidade do futuro workshop que se realizaria no âmbito do Encontro Nacional da Rede Turisol:

A comercialização é fundamental ao sucesso de qualquer projeto de TBC. Acesso ao mercado e participação comunitária são os fatores vitais e neste âmbito, processos colaborativos responsáveis e cooperativos envolvendo comunidade e seus empresários, agentes e agências, operadoras e consumidores, são as bases para que possibilite fazer com o turismo cumpra seu papel no desenvolvimento sustentável (TURISOL, 2015).

---

<sup>32</sup> Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) – órgão vinculado à Secretaria da Agricultura (Seagri). “A EBDA foi criada em 1991, com a fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia – EPABA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia – EMATER-BA, com uma atuação que abrangia todo o estado da Bahia focada na assistência técnica e extensão rural. Foi extinta e suas atividades passaram a ser de responsabilidade da [atual] Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHIATER, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, com a finalidade de promover a execução das políticas de assistência técnica e extensão rural” (ROCHA; ARANHA, 2015, p. 13).

O grupo discutiu sobre obstáculos e conflitos na área de comercialização do turismo comunitário, principalmente nas relações entre comunidades e operadoras de turismo, que permeavam pela comunicação do que os grupos vinham fazendo, como se comunicar internamente, externamente, como traduzir as tais práticas do turismo comunitário frente as tipologias e perspectivas do Turismo nos contextos vários, e na dificuldade de manter diálogos com os Órgãos Públicos de Turismo da Bahia, como a Secretária de Turismo (SETUR/BA). Percebíamos já que havia uma variada gama de apreensão do turismo comunitário, mas trabalhamos dentro da perspectiva proposta, apresentando nossas perspectivas. Nesse sentido, elencamos as dificuldades levantadas, sob os tópicos seguintes:

- Dificuldade em estabelecer comunicação inicial;
- Falta de fluxo regular de tours;
- Tarifário competitivo e apresentado com antecedência às operadoras de turismo;
- Falta de preparo e orientação sobre Turismo Comunitário, setor de turismo, e com guias credenciados;
- Fortalecimento da imagem do turismo comunitário nas mídias;
- Comunicação - acesso aos meios e à produção de comunicação por comunidades;
- Material de divulgação específico para o turismo comunitário;
- Desenvolvimento de relação com guias credenciados;
- Falta de contatos das comunidades com as operadoras de turismo;
- Barreiras com línguas estrangeiras.

Os participantes apresentaram pontos fortes que geravam oportunidades para todos, e propostas que minimizariam as dificuldades apontadas:

- Potencial dos Jovens;
- Lideranças Idealistas;
- Projetos Sociais;
- Convivências e Experiências;
- Atrativos diversificados, atendendo diversos públicos;
- Receptividade e Hospitalidade.

Além da identificação das questões, construímos propostas que o coletivo identificava como possíveis para atenuar as dificuldades coletivas:

- Cartilha de Orientação para o setor de turismo / os visitantes;
- Contato direto entre as iniciativas comunitárias;
- Criação de um portal Bahia de Turismo Comunitário;

- Agendamento de encontro entre as comunidades e os guias credenciados;
- *Famtour* de Roteiros dos Empreendimentos do Turismo comunitário;
- Buscar apoio da SETUR/BA para organizar uma visita promocional de operadoras e o setor de turismo;
- Realizar uma Feira/ Stand de promoção do Turismo comunitário no Centro Histórico de Salvador;
- Cada comunidade mostrar o seu diferencial por meio de seus atrativos de turismo comunitário;
- Criação de grupo em aplicativo de mensagem e de e página em redes sociais;
- Organizar um evento específico sobre comercialização.

Os esforços iniciais de propostas animados pelos Encontros pareciam ser as urgências do coletivo, e ao mesmo tempo, o concílio que pairava reforçado na compreensão das limitações e oportunidades do Turismo Comunitário na Bahia. Este coletivo tinha um cenário/contexto histórico baiano do Turismo Convencional que parecia carecer de discussão, mas que o objetivo coletivo em formar uma pauta para Brasília era o alimento do dia.

Em 2015, eu via o Movimento de Turismo Comunitário permeado por diversos fatores que careciam de uma investigação mais aprofundada; porém, dentre esses fatores, o mais aparente para mim era o *status quo* do turismo convencional e de massas, como a indústria sem chaminés. Contudo, as construções, ações e significações do coletivo, essa multiatorialidade é sempre algo diferente do resultado da soma de indivíduos, grupos, ideias e valores.

Fizemos então o Movimento traçar suas diretrizes baseadas em valores e princípios que antagonizam-se ao Modelo Turismo Convencional, mas que reconhecia o Turismo como um meio de atividade econômica, passível de outras lógicas – lógicas da pluralidade econômica, pelas quais poderiam refletir as realidades sociais locais/ territoriais/comunitárias na resistência e defesa de seus territórios, de suas formas de existir enquanto humanos - em atividade com a possibilidade de ‘manter vivos’ - e não apenas de ‘sobreviver’ - povos, culturas e ancestralidades da Bahia.

Os Territórios e as Políticas públicas foram as temáticas discutidas no II Bloco do Encontro Baiano de 2015.

## 2) Territórios e Políticas Públicas

Nós apontamos a inexistência de Políticas Públicas para o Turismo Comunitário na Bahia durante a discussão sobre Territórios e Políticas Públicas. A partir deste momento foi

sintetizada uma lista de ‘preocupações’/soluções que viriam a nortear todo o desenvolvimento do Movimento, e que deu o contorno para o nosso “atual retrato dessa viagem” de coletivo-movimento-rede sob a lente das políticas públicas.

- Provocar a realização das Conferências Territoriais e Estaduais de Turismo
- Pressionar os governos por políticas públicas para o turismo comunitário
- Propor nova categorização para municípios turísticos com o MTUR, que garanta o atendimento aos municípios que tem iniciativas de turismo comunitário Articular a Rede Baiana de turismo comunitário A Rede Baiana provocar o diálogo com os entes públicos das 3 esferas
- Inserir no Calendário Turístico Oficial as manifestações culturais das comunidades do turismo comunitário
- Criação de Grupos de Trabalho de turismo comunitário em cada comunidade
- Documentar, nos organismos oficiais de turismo, as atividades de turismo comunitário
- Acessibilidade das comunidades às atividades náuticas
- Trabalhar a promoção e o marketing do turismo comunitário (feiras nacionais e internacionais)
- Conceber o turismo comunitário como ferramenta para as comunidades se desenvolverem
- Conceber uma ferramenta não tradicional para a avaliação do turismo comunitário
- Sair desse encontro com possibilidades para outros encontros
- Fortalecer a produção associada ao turismo a partir do turismo comunitário
- Garantir a Territorialidade e fortalecer a Identidade das comunidades localizadas nas UC e no entorno
- Realizar gestões junto ao Estado para garantir ações de apoio ao turismo comunitário no PRODETUR Baía de Todos os Santos
- Desconstruir a imagem equivocada do turismo comunitário perante a sociedade
- Pressão – voz – comunicação – articulação do Movimento baiano
- Referenciais adequados ao turismo comunitário.

Os territórios e as políticas públicas eram para nós importantes elos que animavam as discussões e que nos afetavam coletivamente. Por um lado, a inexistência de legitimação dos territórios como lugares de propriedade das comunidades, e por outro a exploração mercadológica e mercantilizada dos modos de ser e fazer tradicionais pelo Modelo de Turismo Convencional, como pano de fundo de atratividade turística, e a invisibilidade da ação e

propriedade das comunidades donas desses atributos, ‘não reconhecidas’ quanto decidem “entrar no jogo” e propor novas “regras”.

A oportunidade de representar o turismo comunitário da Bahia foi fundamental para que questões coletivas fossem orientadoras na atuação da Rede BATUC. O Encontro Nacional da Turisol aconteceu em agosto de 2015 e deu destaque para o Movimento de turismo comunitário da Bahia, pois foi o único estado que se apresentou de forma coletiva, com uma diversidade de membros, porém em uma única pauta. Alinhamento, discussões e a comunicação com iniciativas, organizações, assessores técnicos, professores e pesquisadores do Brasil, estreitaram ainda mais os laços e a crença na compreensividade dos diversos valores que cada um trazia e, que se sustentavam em princípios como solidariedade, autogestão, protagonismo local, ancestralidade e sustentabilidade.

**Figura 08** - Registro final do Encontro Estadual de Articulação para Encontro Nacional da Rede TURISOL, em Itapuã, Salvador - Bahia



Fonte: Arquivo Interno da Rede Batuc, 2015.

O Movimento, com “M”, tinha uma cara, um público que se aglutinava como força de ímãs ao turismo comunitário, com um argumento e fazer associados às práticas localizadas. As tantas inexistências que percebia ganhavam “vozes”, presença e “corpos” diversos em um encontro. O Movimento marcou em sua trajetória um ponto que se tornara uma inovação e diferenciação da Rede BATUC em comparação às outras redes brasileiras: uma agenda coletiva de articulação política e para políticas públicas do turismo comunitário, dada a constatação da fraca existência demonstrada em nível nacional. A preparação de um encontro para ir em outro

encontro possibilitou o autorreconhecimento do Movimento, a criação de um grupo específico em aplicativo de mensagens, bem como a troca de e-mails para estreitar a comunicação entre os participantes (organizações, iniciativas, técnicos e pesquisadores do Turismo Comunitário).

Após termos ido ao Encontro da Rede Turisol em Brasília, 2015, nós em coletivo esperávamos esperançosamente o desenvolvimento dos grupos de trabalho construídos durante o encontro da Turisol. Porém, além do grupo de discussão em aplicativo de mensagens e trocas constantes de informações - que ainda continua em 2023 -, a Rede Turisol não obteve recursos financeiros capazes de dinamizar nacionalmente outros passos materiais. O elo, o vínculo se mantiveram e ainda buscamos bases para se reestabelecer através de ações materializadas.

Na Bahia, nós continuamos internamente a nos mobilizar para uma articulação política que possibilitasse a sensibilização da Secretaria de Turismo na Bahia. Foram diversas tentativas, inclusive de pedidos de audiência com a gestão pública, entre 2015 e 2017. Às vezes nos respondiam, às vezes ignoravam. Justificativas chegavam, entoando sempre a escassez de técnicos frente à intensidade dos trabalhos na Secretaria de Turismo, ou a agenda lotada dos Secretários que se sobrepunham frente à “dança das cadeiras” na ocupação de cargos de Secretário do Turismo. Em meio a esse processo, identificamos que abordar o sujeito, as pessoas que ocupavam os cargos, poderia abrir um certo “precedente”, ao mesmo tempo que a concepção dos dirigentes sobre o turismo comunitário aparentava incompreensão e/ou confusão em relação ao turismo convencional.

Entre 2015 e 2017, passamos a ter 19 organizações acompanhando discussões em aplicativo de mensagens, e nenhum apoio efetivo da Secretária de Turismo. Realizamos poucas reuniões, e as nossas prioridades foram propostas: de realização de intercâmbio (em forma de feira com oficinas, ou ‘rodando as comunidades’), articulação com operadores turismo (comercialização); articulação com setor público (políticas públicas) e de divulgação de material de cada comunidade em PDF, disponibilizado na internet, site, blog, de circulação. Nas poucas reuniões desse período havia a constante tentativa por parte dos gestores públicos em classificar o turismo comunitário como inovação de um produto do turismo convencional baiano. Em meio às tentativas de diálogo com os gestores públicos, chegavam a nós os apelos para a realização do Fórum Social Mundial<sup>33</sup> em Salvador, com apoio da Universidade Federal

---

<sup>33</sup> Em fevereiro do ano 2000, representantes de organizações e movimentos sociais brasileiros se reuniram em São Paulo para discutir a proposta de realizar um Fórum Social Mundial como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que, desde 1971, realizava encontros em Davos, na Suíça. As mobilizações se espalharam por conta das reuniões do FMI, do Banco Mundial, das cúpulas da União Europeia, do G-8, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da OMC e do Fórum Econômico Mundial em várias partes do mundo.

da Bahia. As articulações do Movimento de turismo Comunitário da Bahia e da Rede Turisol se estabeleceram com maior ênfase, culminando em discussões e reuniões para elaboração de um II Fórum Global sobre Turismo Sustentável (II FGTS). Nós, então, estaríamos realizando a segunda edição de um evento mundial de turismo, isso nos mobilizou ainda mais. Dessa forma, dentro da 18ª Edição do FSM, em 2018, realizamos a 2ª<sup>34</sup> edição do Fórum Global sobre Turismo Sustentável.

### **2.6.3 II Fórum Global sobre Turismo Sustentável (II FGTS)**

O II FGTS teve como entidade proponente o Projeto Bagagem, e foi coconstruído por integrantes da Rede Turisol e do Movimento de Turismo comunitário da Bahia. Entre os integrantes, uma equipe voluntária foi formada por: Alberto Vianna; Mariana Madureira; Jussara Rocha; Elisa Spampinato; Werter Moraes; Gustavo Pinto; Júlia McNaught; Mônica Santana; Diana Rôde (eu); Ederon Marques; Fabiana Bernardes; Teresa Mendonça e Thaís Rosa. Como uma atividade autogestionária, teve como lema “Resistir é Criar, Resistir é Transformar”, e ocorreu na Escola de Belas Artes da UFBA, entre os dias 13 e 18 de março de 2018. Como parte integrante do Fórum Social Mundial, o II FGTS fez parte do Eixo Temático ‘Democratização da Economia’ e do Grupo de Trabalho de Economia Solidária. Oriundo da vontade e do engajamento coletivo de sujeitos do turismo comunitário, o processo de construção deu-se por técnicos, comunitários, educadores, movimentos sociais e organizações privadas (locais, nacionais e internacionais).

---

Em 2000, sob o slogan “um outro mundo é possível”, a proposta do fórum foi apresentada pelo coletivo de brasileiros, em junho de 2000, para cerca de 500 representantes de movimentos sociais e organizações internacionais de resistência à globalização neoliberal, reunidos em Genebra para protestar contra a Cúpula Social da ONU Copenhague + 5. As Edições 1ª, 2ª e 3ª ocorreram em Porto Alegre, passando a ser itinerante mundialmente. A 18ª Edição, em 2018, ocorreu entre 13 e 17 de março, em Salvador – BA, com fortes tendências de diálogo entre o Brasil, toda a América Latina e o continente africano, aproveitando o fato de ser sediado no estado com maior concentração de população negra do país (HADDAD, 2020). No ano de 2008, o Fórum Social Mundial não foi realizado em uma cidade específica, sendo criada a Semana de Mobilização Global, que proporcionou um Dia de Ação Global.

<sup>34</sup> A 1ª Edição do FGTS ocorreu na 9ª Edição do Fórum Social Mundial em Belém, capital do Pará, Brasil em 28 de janeiro a 1 de fevereiro de 2009.

**Figura 09** - II FGTS na Fachada da Escola de Belas Artes da UFBA - 2018



Fonte: Arquivo Interno da Rede Batuc, 2018.

*A priori*, de forma virtual, debatendo-se tanto uma pauta, como as metodologias integrativas, bem como as estratégias de promoção das ações futuras do turismo comunitário aliado à Economia Solidária. A crítica à atividade turística convencional se deu com a proposta de um turismo desejável sob os princípios da sustentabilidade e da solidariedade. A perspectiva do turismo comunitário baiano ganhou visibilidade e a relação do Turismo Comunitário com os princípios da Economia Solidária prevaleceram como uma pauta pulsante, na qual nós argumentávamos sobre o ‘guarda-chuva” mundial da sustentabilidade.

Esse encontro foi mais um ganho e uma oportunidade para a conexão de iniciativas de turismo comunitário de várias regiões do Brasil entre si e com educadores de universidades federais, com educadores populares, com representantes e colaboradores de povos e organizações internacionais. Isso trouxe como resultado o fortalecimento da Rede TURISOL, e daí surgiu a epifania concreta do movimento da Bahia pela construção de uma rede baiana de turismo comunitário.

O II FGTS mostrou na prática que é possível a argumentação nossa sobre os caminhos do turismo comunitário e solidário no percurso da apelativa temática da sustentabilidade. O Turismo Comunitário foi caracterizado como a modalidade de turismo que mais se enquadraria ao Turismo Sustentável. Apesar disso, no decorrer do II Fórum Geral de Turismo Sustentável nos questionamos sobre o termo "turismo sustentável", pois muitas vezes no campo internacional o nosso lugar de argumentos se dava sob argumentos pré-formatados no âmbito de organizações internacionais e multilaterais. Cabe ressaltar, que em 2018 o campo internacional - menos no campo nacional - o Turismo Comunitário foi muito argumentado como sendo somente parte do termo “Turismo Sustentável”. Esse cuidado nos foi, e ainda é caro frente

às práticas do modelo de turismo como atividade industrial usarem essas terminologias para enfatizar sua insípida adequação à Sustentabilidade proposta pela OMT. Fizemos então a (re)argumentação e (re)localização da sustentabilidade aos nossos contextos: baianos, brasileiros e latino-americanos. Engajados sob o desejo de que “um outro turismo é possível”, se fazia urgente visibilizar e incluir o povo, as comunidades como protagonistas do seu próprio turismo. A questão de definições, uso de termos e nomenclaturas sobre o turismo comunitário foi conciliado pelos integrantes do II FGTS que abarcando tanto os termos “Turismo Comunitário” como “Turismo de Base Comunitária-TBC” como termos que contemplava os participantes. Nesse momento, apreendi que o embate terminológico e a salvaguarda dos princípios eram questão de urgência de publicização, necessárias para resistir ao interesse de lógicas diversas, principalmente as que esterilizavam a dimensão política enaltecendo a dimensão do turismo mercadoria.

Com grandes resultados para nós, rememoramos a presença conosco de organizações<sup>35</sup> de 9 países e de 9 estados brasileiros que, juntos, elaboramos a Declaração de Salvador 2018 e assumimos o fortalecimento e a articulação para a criação da Rede Baiana de Turismo Comunitário e para uma Rede Global de Turismo Comunitário, bem como construímos coletivamente as formas de proposta de ações e de soluções para o que nos afetava. Dessa forma, por meio de questões geradoras de interpretação e reflexão, o coletivo, em 5 grupos de trabalho, listou respostas para: “De onde partimos?”; “O que Superamos?” e “O que precisamos reforçar?”.

Em meio às discussões e à organização no II FGTS, fomos “apunhalados” com a notícia do assassinato de Marielle Franco<sup>36</sup>, no dia 14 de março, segundo dia dos trabalhos no Fórum.

---

<sup>35</sup> As Organização e pessoas representantes no II FGTS foram: ABBTUR; Agência de Turismo Comunitário Rocinha-Original Tour, APTS; Apoemas; Araribá Turismo & Cultura; Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde; EBA-UFBA; ITES-EAUFBA; Casa do Boneco de Itacaré/Quilombo D’oiti; Chamman; ComuniCulturi; Coopafeba/MLT; Eco-Benin (Benin); Equations (Índia); Fórum de Turismo da Rocinha; Fundação Casa Grande; Fundação de Petitinga; Grupo Guarapés-Paraná; Grupo de Pesquisa Gestão de Territórios Criativos-UFV; GAPIS-UFRJ; Instituto de Permacultura EcoVida São Miguel; Instituto Brasil de Estudos, Pesquisas e de Gestão Estratégica de Competências; Agência Conectando Territórios; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto Cultural e Ambiental, Lopes Trovão - Vila do Pincel; Rosa e Sertão; IFBA; MNU-CE, Imagine Peace, MNLM, Movimento Regenera Rio Doce, ONG Rede Brasilidade Solidária; Na Chapada Turismo; Platatur Salvador; Projeto Bagagem; Projeto Tainha TBC; Projeto Mutirão Mais Cultura; Pueblo Mapuche (Chile); Raízes Desenvolvimento Sustentável; Rede Cearense de Turismo Comunitário-Tucum; ROC-Rio; Rede Caçara de Turismo de Base Comunitária; Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade; Movimento Slow Food; SKTour-Salvador; TAAF Tourism Advocacy and Action Forum; Teia dos Povos; Toursbahia; Tourism Watch – Bread for the World; Turismo e Afins; T+M Produções; UCSAL; UFBA; UFMG; UFRN – Natal, UFRRJ; UFSB; UFMS; UNEB; UnB; Unirio; Universidade Unisa (Austrália); ViverTur de Matarandiba; Rota do Sisal/Assentamento Lagoa do Boi, e Elisa Spampinato.

<sup>36</sup> Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública, foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Foi também

As falas da Professora Tereza, Rio de Janeiro, permearam de emoções e revoltas que ao mesmo tempo que nos paralisava sob emoções de compadecimento aos participantes, ali presentes que mantinham ligação com a mulher assassinada. Essa ‘mulher’ – a Marielle Franco passou a ser também um texto, um elemento presente, que impiedosamente nos impelia a propor mudanças, e a fazer mudanças. Os espaços de encontro são sempre espaços de intercâmbios, aprendizados, estranhamentos, dissensos e concílios, pois são “reais” acontecem no e do fazer. De forma dramática e revoltante, preciso demarcar aqui nesta análise ‘Marielle Franco Presente!’.

### Quadro 03 – Questões geradoras para interpretação e reflexão

II FGTS: QUESTÕES GERADORAS PARA INTERPRETAÇÃO E REFLEXÃO			
GRUPOS	De Onde Partimos?	O que superamos?	O que precisamos reforçar?
1	Do 1º Encontro para fortalecer, conhecer e conceituar o TBC, através das cartas, embasar os princípios do TBC; Identificar comunidades/destinos;	Evolução e formação da REDE; Evolução da consciência do turista; Avanço de material prático vindo da academia para auxiliar o TBC; Empoderamento da comunidade	Integração dos atores externos e internos, e entre os atores; Fortalecer ações em REDE; <b>Fortalecer políticas públicas;</b> Divulgar iniciativas exitosas; Reforçar economia solidária; Reforçar desenvolvimento sustentável; Necessidade da articulação das bases.
2	Necessidade de gerar renda; Necessidade de protagonismo comunitário;	Mobilização (temos dúvidas) Trabalho coletivo (idem)	Conscientização geral; Mobilização; Transparência; Fortalecimento do artesanato e da agricultura familiar
3	De uma situação de desconforto e inconformismo;	Entender/conquistar o pertencimento; Apropriação dos espaços = cuidar;	Saber divulgar e comercializar; Estabelecer continuidade com membros das famílias (envolver os jovens); Preparar mais as comunidades com treinamentos específicos de TBC; Investir em infra-estrutura local (particular = empreendimentos); Integração entre comunidades distantes = visitas técnicas.
4	De movimentos sociais organizados e de lutas de classe;	Alguns preconceitos; Visibilidade e reconhecimentos;	<b>Políticas públicas;</b> Novo olhar para o turismo – pensar diferente – fora da caixa – reinventar Qualificações mais precisas; Alinhar teoria e prática dentro do TBC; Concretizar estratégias/cartas;
5	Povos esquecidos; Governos omissos; Preconceitos; Riquezas, crenças, memórias de populações tradicionais;	Articulação; Mídia digital; Visibilidade/adeptos; Empoderamento;	Estar “dentro” dos processos; Políticas públicas Ampliação/renovação do movimento com juventude.

Fonte: Adaptado do Arquivo Interno da Rede Batuc, 2018.

A partir das discussões e suas sínteses, o reforço de nossa atenção às políticas públicas como um caminho de trabalho mostrava-se viável e inevitável. Junto à “necessidade” é que em

---

Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018, foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. Para mais informações, acesse: <https://www.institutomariellefranco.org/#4>.

nossa análise temos as políticas públicas como “perspectiva epistemológica” que permite vermo-nos, o coletivo, reveladores e construtores de fluxos das Políticas Públicas do Turismo Comunitário na Bahia.

A Declaração de Salvador foi o documento síntese que argumenta a visão macro e micro das problemáticas do turismo por meio do qual construímos o posicionamento multiatorial e seus apoiadores perante questões contemporâneas do turismo convencional e da sociedade em geral que afetam os povos e comunidades. Dessa forma, respondemos a: “Resistimos contra o quê?”; “Transformar e criar com quais ações?” e “Como e quando serão realizadas essas ações?”:

O contexto das Políticas Públicas do Turismo Convencional foi argumentado como elemento negativo, portanto carente de resistência, atenção, e ressignificação para melhor atuação. O sucesso do II FGTS para nós do Movimento de Turismo Comunitário da Bahia nos trouxe mais responsabilidades assumidas por nós mesmos, como a minha em assumir a proposta de escrever sobre o que vínhamos fazendo na Bahia, além de legitimar esses movimentos na esfera acadêmica.

No decorrer do evento, nos comprometemos a “oxigenar” a Rede Turisol em âmbito nacional, e em atuar coletivamente no fortalecimento da atuação em rede de turismo comunitário. A partir do entendimento de que a Rede TURISOL como ator importante do turismo comunitário, decidimos que o fortalecimento da Turisol se daria pela união e trabalho de voluntários em grupos de trabalho (de políticas públicas, comunicação e comercialização, e de articulação) voluntários para o fortalecimento de outro turismo. Ao buscamos responder “Quando serão realizadas essas ações?”, por meio da decisão coletiva foram estabelecidos três GTs com os temas (1) Políticas Públicas e Educação, (2) Comunicação e Comercialização e (3) Articulação em Rede.

Propomos a utilização de canais já existentes, como as redes sociais e outras plataformas de divulgação e promoção de turismo sustentável, para dar mais visibilidade às iniciativas de turismo de base comunitária do Brasil e do mundo e estímulo ao relacionamento do turismo comunitário com a economia solidária, que possibilitava práticas de consumo consciente. Ainda consideramos a criação de redes regionais para o fortalecimento local e a aproximação das iniciativas de turismo comunitário com os grupos e ações da Economia Solidária. Do registro e sistematização na Declaração de Salvador para o Turismo Sustentável, em 2018, ao olharmos localizadamente, no contexto baiano, apreendemos que as ações do Movimento de Turismo

Comunitário da Bahia eram absorvidas através dos grupos nacionais e, apesar disso, já manifestava um arcabouço acumulativo de práticas que se legitimaram ainda mais fortemente no âmbito nacional durante o II FGTS.

Para nós, a participação de novos sujeitos da Bahia durante o II FGTS fortaleceu ainda mais a multiatorialidade do Movimento baiano, como assunção de compromissos por Salete Vieira (Professora na UNEB) e Aline Bispo (amiga e Professora na Rede Estadual de Educação da Bahia). O processo de publicização coaduna públicos ao mesmo tempo em que se ampliava a arena do turismo comunitário.

É dos públicos e seus argumentos que se alimentam as arenas coletivas do turismo e, conforme resultou o II FGTS, o Movimento de Turismo Comunitário passa a buscar espaços nos quais possa compartilhar as problemáticas discutidas - economia solidária, questão agrária e agricultura familiar foram argumentos nos nossos processos de publicização, seja para resistência, transformação e/ou ressignificação.

Os participantes do Fórum foram convidados pelo Movimento a realizarem dois *tours* De Boas-Vindas (à comunidade de Plataforma junto com a Platatur) e de Despedida (Comunidade do Quilombo do Kaonge junto com a Rota da Liberdade), com a memória do II FGTS, reforçamos nossos vínculos e identificamos a possibilidade de atuação junto aos movimentos da agricultura familiar e solidária.

O Movimento baiano já tinha iniciado uma agenda de solicitações na SETUR/BA desde 2015, quando da realização do I Encontro Estadual de Articulação para o encontro da TURISOL narrado acima, mas tínhamos – e ainda temos - encontros tímidos e pouco responsivos às demandas por apoio às pautas e questões demandadas do Movimento. Esse fato levou o Movimento a iniciar articulações políticas para propor um Projeto de Lei que surgiu da inspiração na Lei Nº 7884/2018, que instituiu a Política Estadual de Turismo Comunitário no estado do Rio de Janeiro.

Partimos então para a busca por participação na Feira Baiana da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (FEBAFES), com a ação coletiva de continuar tentando o apoio da SETUR/BA, bem como da Secretaria do Trabalho Emprego e Renda da Bahia (SETRE) junto com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), então responsável pela FEBAFES. Aliado a isso, decidimos buscar apoio legislativo para construirmos um Projeto de Lei para o Turismo Comunitário na Bahia, sob a parceria conquistada, com o Deputado Estadual Raimundo Nonato Tavares da Silva (Deputado Bobô do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, reeleito em 2022).

Dessa forma, saímos do II FGTS engajados em uma ampla frente de trabalho, da qual as Políticas Públicas se constituíam como urgência de nosso foco, e a urgência em mobilizar recursos financeiros para financiar a realização de encontros presenciais dos engajados no Movimento. Para esse fim, em 05 de novembro de 2019, em reunião realizada na Escola Luiza Mahin, após discussão de viabilidade, elegemos uma Comissão Estadual Provisória, formada por Ananias do Rota, Rosa da Platatur, Alana do Vivertur e Gabriel do Actur-Uruguai em função de representar o movimento em reuniões, audiências e demandas até que se formalizasse uma Comissão permanente, a ser eleita na FEBAFES e que atuaria nos anos de 2021/2022.

**Figura 10** - Reunião do Movimento de Turismo Comunitário da Bahia em 05/09/2019



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2019.

Assim, o Movimento teve muito fluxo no ano de 2019, após o II FGTS em 2018, além da organização da FEBAFES, articulação política (SETUR, SETRE, SDR), organização de material publicitário etc. As discussões sobre a necessidade e expectativa de sanção do Projeto de Lei 23.080/2019 galgaram um esforço de cada comunidade ou iniciativa de turismo comunitário que buscaram individualmente fazer contato com os seus parlamentares de apoio para pedirem a sanção do Projeto de Lei (pelo então Governador do estado à época, Rui Costa). Houve a articulação com representações do legislativo em geral, como vereadoras(es), como por exemplo do apoio da vereadora Marta Rodrigues. Esses parlamentares passaram a ser “incomodados” pelas organizações comunitárias do turismo para “preparar” o apoio em defesa da Lei. Os deputados com alinhamento com as demandas das comunidades foram Bobô (autor da lei), Marcelino Galo, Tum, Fátima Nunes, Olívia Santana, Eduardo Salles e Fabíola Mansur, além de vereadores(as) que apoiaram a pauta no legislativo. No momento de articulação para a Lei, cada comunidade e organização já havia levantado suas necessidades (infraestruturas, capacitações, material promocional, intercâmbios e o projeto de rede baiana de turismo comunitário), para que os deputados de apoio estivessem orientados que buscaríamos que

fossem destinados recursos financeiros do Plano Plurianual (PPA) 2020/2023 para projetos de apoio ao turismo comunitário. Dessa forma, a FEBAFES 2019 tornava-se uma arena do turismo comunitário importante para a legitimação e publicização do Movimento de Turismo Comunitário da Bahia.

**Figura 11** - Frente do Stand na FEBAFES



Fonte: Arquivo Interno Rede Batuc, 2020.

#### **2.6.4 Conquista de Stand de Turismo Comunitário na FEBAFES 2019**

A participação do Movimento de Turismo Comunitário na FEBAFES foi construída por diálogos e conversas com os gestores da SDR. A conquista se deu frente a diversas reuniões, encontros, e levantamento de recursos dentro do Movimento, e de apoio com impressão das primeiras folheterias do movimento e montagem do Stand pela SDR. Seleção de Imagens, Redação de Textos, apelos, deslocamento de pessoas, alojamento etc. foram organicamente mobilizado no Movimento. Além do Stand, planejamos e realizamos o “Seminário Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar”. Com antecedência, o Movimento (nós) passamos do planejamento a execução de nossa participação na FEBAFES. No stand ficavam representantes das iniciativas, recebendo visitantes e falando diretamente com o público sobre o turismo comunitário desenvolvido em suas localidades; O stand permaneceu na Feira de 23 a 26 de novembro de 2019. No dia 25 de novembro realizamos o seminário, e em 26 de novembro uma rodada de Negócios Solidários, com o intuito de conversar e aproximar o turismo comunitário de guias, agências, operadoras, escolas capazes de ser sensibilizadas para comercialização nos termos do protagonismo local do turismo das comunidades.

A FEBAFES é promovida anualmente pelo Governo do estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e conta com a participação de diversos expositores e empreendimentos do estado que expõem e comercializam seus produtos da agricultura familiar. Vinte e sete *stands* são organizados para a exposição dos produtos, de acordo com a classificação do estado baiano de “territórios de identidade”<sup>37</sup>. No âmbito estadual, a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Agricultura Solidária (FEBAFES) foi incorporada, ou seja, ocorre no mesmo espaço e em paralelo à tradicional Feira Nacional da Agropecuária (FENAGRO), fato que, ao mesmo tempo que gera mais visitantes na FEBAFES, gera também uma baixa visibilidade para as temáticas da agricultura familiar e da economia solidária. No ano de 2019, quando conseguimos o 28º Stand do turismo Comunitário na Bahia, as feiras ocorriam no Parque de Exposições da Bahia, cuja fachada tinha publicidade somente da FENAGRO.

**Figura 12-** Folder de divulgação do stand de Turismo Comunitário



Fonte: Arquivo Interno Rede BATUC,

A FEBAFES é importante portal de visibilidade à produção das comunidades e povos tradicionais, pois podem expor e comercializar produtos locais, sendo também uma arena de discussões através de seminários, mostras e compartilhamento de aprendizado dos entes do

<sup>37</sup>“Espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (SDT/2003, p.10). Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objetos de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento. O termo “Território de Identidade” surgiu no Brasil a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) - extinto em 2016 durante o governo Temer - por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT) (DIAS, 2017; MEDEIROS e GRISA, 2020).

campo. Dessa forma, pensamos junto ao Stand, a realização do Seminário, aproveitando a estada de sujeitos do Movimento que já vinham expor na FEBAFES, além disso convidamos entidades outras do poder público e da iniciativa privada para compartilhar e discutir o turismo comunitário.

O Seminário ocorreu com apoio da SDR, em organização do movimento de Turismo Comunitário. Das organizações envolvidas em atividade e interesse do turismo comunitário, estavam presentes: Quilombo Massarandupió; Gente do Conduru; Serra Norte-Itiúba; Vivertur-Matarandiba; Quilombo Quingoma; Casa do Boneco; Quilombo Jatimane; Filhos do Congo; Turismo em Movimento - Santo Amaro; Platatur; Actur-Uruguai; Quilombo Tereré e Maragojipinho; Santa Cruz -Ponta da Serra; Assentamento Caimã; Rota do Sisal; Serra Norte, Itiúba; Grota Quilombola-Mirangaba; Encantos da Chapada; Assentamento Roseli Nunes- Itaetê; ComuniCulturi; Blog “Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor e ITES/UFBA. Também Técnicos do estado da SDR e da SETUR/BA (Tâmara Azevedo) foram importantes para reforçar a busca por apoio da SETUR, e para que a SDR ‘compreendesse’ o que a Bahia, pelo Movimento, vinha delineando como Turismo Comunitário.

Realizado estrategicamente em 2 momentos, manhã e tarde (aberto e restrito), o Seminário propiciou a elaboração de argumentos e demonstrar a “cara do Movimento”, e fortalecer as trocas e contatos entre os grupos que discutiam já, desde 2018, a formalização da proposição de um Projeto de Lei de Turismo Comunitário na Bahia. Representantes de organizações atuantes no Movimento, ali presentes, construíram e identificaram demandas para serem pautadas pelo turismo comunitário, elegeram uma Comissão de Mobilização - que substitui a delegação formada no Encontro de 2015 -, e decidiram autodenominar-se como Rede.

Havia-se acordado entre todos os presentes a continuação do mandato dos delegados oriundos do Encontro de 2015 para mais um ano, até novembro 2020, com o papel de representar a Rede em reuniões, audiências, mobilizações e demandas. A Comissão era composta por membros eleitos durante o Seminário: Ananias Viana - Rota da Liberdade, Cachoeira; Rosangela Leite - Platatur, Salvador; Gabriel Dias - Uruguai, Salvador e Elisangela Lopes - Vivertur, Vera Cruz. Durante o Seminário, ficou decidido que frente ao número e à diversidade geográfica, o movimento precisa atribuir-se enquanto Rede – naquele momento, ainda sem nome eleito. Foram levantadas demandas de Capacitação e Formação; Infraestrutura local; Recursos (projetos e editais); Comunicação e Promoção.

Na parte do Seminário aberta para convidados e públicos interessados, houve a presença de guias, agências, de representantes diversos: SETUR; Bahia ATER; IDSS; Eixo 4; UNEB, dentre outros. Momento de importante participação da Assessora da Superintendência de Serviços Turísticos e técnica responsável pela elaboração e gestão de projetos, representando a SETUR com foco no desenvolvimento de produtos turísticos. A apresentação e fala dos convidados foi importante para que o Movimento, estando fisicamente em maioria, articulasse as percepções do cenário político que estávamos imersos. Percebemos consensos e dissensos políticos, da compreensão do turismo comunitário. Por parte da SETUR, o interesse era maior do campo pessoal da Assessora, pois, segundo ela, com muita insistência, havia conseguido que os políticos administradores na SETUR acolhessem o chamado “Turismo Étnico-Afro”. O Turismo Étnico-Afro era implementado através de um projeto desenvolvido que através deste título, a gestora conseguia mobilizar apoio institucional, levando apoio à produção associada de terreiros, quilombos e comunidades da Bahia. Algumas iniciativas do Movimento inclusive foram apoiadas e já tinham em seus nomes pautados o Turismo Étnico-Afro, a exemplo do Rota da Liberdade<sup>38</sup> no Vale do Iguape em Cachoeira que se define como Turismo Étnico Comunitário; ou sob os termos “Etno Turismo Indígena”, pelos trabalhos da Reserva da Jaqueira e das Aldeias Pataxó em Porto Seguro.

A questão latente e que nos fazia “suar” era a concepção de turismo como um produto. A forma de a SETUR/BA “apoiar” as práticas de turismo comunitário era como se fosse um ‘produto’. Lembro da exclamação da assessora da SETUR, à época que demonstrando simpatia às discussões do coletivo em Movimento certas vezes se pronunciavam com a frase que todos concordavam: “*Comunidade não decreta falência!*”. Contudo, a estrutura proposta para o apoio às comunidades que perfaziam o “Etnoturismo” tinha que se “vestir” adequadamente para que o Estado cumprisse o papel que as comunidades, a sociedade lhes delegaram.

O Movimento, o coletivo então se deparava com elementos do emaranhado de problemáticas do Modelo de Turismo Convencional, e de massas, sob o qual precisava atentar e desfazer: única racionalidade ancorada na compreensão do turismo comunitário como atividade econômica.

---

<sup>38</sup> Para saber mais, acesse: [https://www.instagram.com/turismo\\_rotadaliberdade/](https://www.instagram.com/turismo_rotadaliberdade/).

### 2.6.5 Conquista da Lei 14.126 – Ferramenta que Institui a Política Pública de Turismo Comunitário na Bahia

Após os Encontros Baianos (Movimento de turismo comunitário da Bahia) e Nacional (Rede TURISOL), e com maior ênfase a partir de 2018, iniciamos conversas internas, via aplicativo de mensagem e troca de e-mail, com a pergunta: “*Há políticos (Deputados Estaduais, Vereadores etc.) que apoiam a iniciativa de turismo comunitário local, e que pode levar adiante um Projeto de Lei que seja elaborado por nós?*”. Havia possibilidades diversas, o que inclusive nos fez pensar em trabalhar com uma “frente parlamentar”, porém a possibilidade logo veio a se dissipar por conta dos “vazios” e silêncio de respostas que as iniciativas recebiam. Dessa forma, entraram em trabalho os técnicos da Comissão e representantes das iniciativas de turismo comunitário, que iam à ALBA “bater na porta de alguns deputados”, solicitar agenda de reuniões e conversas.

Muitas vezes, à espreita nos corredores da Assembleia para conseguir uma certa audiência, várias foram as tentativas e negativas. Em novembro de 2018, Alberto Viana e Ananias Viana “bateram na porta” e conseguiram protocolar e realizar uma conversa com a Secretária do Deputado Estadual do PCdoB, Raimundo Nonato Tavares da Silva, explicando-lhe o Movimento, as ausências por parte da SETUR/BA e a questão das terminologias e práticas do turismo dos povos e comunidades tradicionais, com a economia solidária, a cultura e a “ênfase” ao preconceito e à invisibilidade dessas práticas na Administração Pública do Turismo. Em algumas horas de conversa, o conhecido Deputado Bobô aceitou ‘estudar a matéria’. Aguardávamos ansiosamente a resposta de um apoio - a tal luz no fim do túnel -, quando recebemos e-mail e mensagem afirmando, em poucos dias, que tínhamos o parecer positivo para iniciarmos a condução do nosso Projeto de Lei, escrito e corrigido por nós, via troca de e-mails, com animação pela recente Lei carioca sancionada anteriormente.

Em uma publicação em sua página oficial, o Deputado descreveu sobre a aprovação pela Assembleia Legislativa do PL 23.080 confirmando sua autoria dialogada para a instituição da Política Estadual de Turismo Comunitário na Bahia, e informando o que a matéria iria transitar para sanção do Governador Rui Costa. Em uma reportagem do período, o Deputado expôs sua percepção do “pedido” ou seja, dos resultados de mais de dois anos de atuação do Movimento ‘Nada mais significativo para um político do que ver um pedido da sociedade se transformar em uma lei que vai beneficiar muita

gente” (BOBÔ, 2021). Em divulgação feita através de sua página profissional a web, aparece como narrativa

[...] Bobô lembra da luta de várias pessoas que lhe procuraram e deram a ideia. "Somos apenas uma ponte entre os desejos e sonhos população e o poder público. Quero parabenizar os empresários e lideranças dos povos tradicionais, de Senhor do Bonfim e outros municípios, que lutam há muito tempo para valorizar esse tipo de turismo", afirma (BOBÔ, 2021).

Ainda tivemos a visita do Deputado ao Stand de turismo comunitário na FEBAFES, na qual ele reafirmou a compreensão da Lei para as comunidades, falando da importância econômica, cultural, social e ambiental, e endossando que, a partir dessa tomada de decisões, o dispositivo legal pode amparar a valorização de muitas comunidades, contribuindo também para a geração de emprego e renda. Antes mesmo da Lei ou do Projeto de Lei, o turismo já era desenvolvido nos territórios e as nas áreas cuja existência dos povos e das comunidades da cidade, do campo, das florestas e das águas são organizados. Um importante marcador para nós do turismo comunitário foi a prioridade, no texto de Lei, da inclusão da “economia solidária” como forma de cercear e representar métodos e sujeitos cujos princípios se ancoram na Economia Solidária, conforme reafirmado no Art., 2º-

O desenvolvimento da atividade econômica do turismo comunitário nessas áreas deverá ser feito, prioritariamente, na forma da economia solidária, sob colaboração de um Comitê Gestor composto minimamente por organizações representativas da sociedade civil, das instituições públicas educacionais, do Governo Estadual e da iniciativa privada, coordenada pela autoridade do turismo estadual e com composição a ser definida em regulamento próprio, observando os seguintes preceitos: I - os guiamentos serão feitos por profissionais credenciados no Ministério do Turismo – Cadastur; II - o trabalho de condução de visitantes nas comunidades, compreendendo atividades informativas e interpretativas sobre os ambientes e aspectos naturais e culturais deverá ser feito por condutores locais das iniciativas de turismo comunitário; III - as agências de turismo externas às localidades deverão contratar guias, condutores de visitantes, empreendedores locais ou monitores locais, prioritariamente das respectivas comunidades para visitação nas áreas de turismo comunitário; IV - o comércio local nas áreas de turismo comunitário será incentivado com práticas de autogestão com base nos princípios da economia solidária; V - as pessoas jurídicas deverão ser constituídas sob a forma de associações ou cooperativas, prioritariamente constituídas por moradores das respectivas comunidades, ou através do microempreendedorismo; VI - fica proibida a exploração que exponha os moradores destas comunidades à tratamento cruel, desumano ou degradante, conforme prevê a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Um outro marcador importante, mas que vem dificultando o processo para implementar, de fato, a ferramenta legal, é a atribuição de um comitê gestor envolvendo organizações sociais,

instituições públicas educacionais, governo e iniciativa privada, que “deve ser coordenada pela Secretaria de Turismo do estado da Bahia”, firmado no Art. 9º

Será instituído um Comitê Gestor, sem ônus para a Secretaria de Turismo, integrado por representantes do Governo, da sociedade civil e da iniciativa privada das áreas de turismo e áreas afins como: agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, cultura, meio ambiente, segurança, assistência social e economia solidária, renovado a cada dois anos, tendo como fórum a Secretaria Estadual de Turismo, para acompanhar a implantação desta política bem como sua execução (BAHIA, 2019).

O coletivo em Rede conquistou a aprovação da Lei Estadual de Turismo Comunitário - Lei 14.126/19 – promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) em 24 de novembro de 2019. Em 2021, seguimos na busca pelo apoio da SETUR/BA, agora pautados por uma Lei, que auxilia os nossos esforços para a sua regulamentação pelo executivo estadual (Secretaria de Turismo de Bahia); a luta pela previsão de recursos orçamentários e financeiros para atender as suas demandas no Plano Plurianual de 2020 a 2023 – estabelecido no texto da Lei 14.129, em Parágrafo único

Caberá a estes funcionários o levantamento de dados necessários para a inclusão, obrigatoriamente, do turismo comunitário no Plano Plurianual (PPA) das secretarias onde exista essa demanda, bem como a gestão de termos de parceria, convênios e contratos com outros setores da administração pública e com entidades privadas e da sociedade civil na implantação desta política pública (BAHIA, 2019).

A construção de editais e políticas permanentes no âmbito de várias secretarias que dialoguem como o tema. A SETUR, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e Secretaria de Infraestrutura e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), são atores importantes para que consigamos “fazer a Lei funcionar”.

Sabemos que a força da lei, o instrumento/dispositivo legal é uma das ferramentas que compõe os fluxos de políticas públicas - ela por si mesma não garante a implementação do que está escrito. Para efetivar esse processo, o movimento/a Rede tem buscado se reunir para debater estratégias e priorizar ações para pressionar o executivo a iniciar o processo de regulamentação e garantir recursos nos próximos anos. Uma parte desses recursos será para a incubação de iniciativas e organizações da Rede BATUC. Atualmente, continuamos na tentativa de trâmites e reuniões, minimizados a partir da segunda metade do ano de 2022 pelo período e processo eleitoral. A reclusão durante a Pandemia da COVID-19 também dificultou a movimentação da Rede em meio à administração pública.

**Figura 13 - Encontros e Reuniões: Lei 14.126/19**



Fonte: Arquivo Interno da Rede Batuc, 2021.

A ação coletiva da Rede Batuc foi importante vetor para engajamento de outros públicos com intuito de articulação política com instituição de instrumentos legais. Assim como a Lei do Rio de Janeiro nos comoveu e deu incentivos emocionais para buscar a nossa, após a promulgação da Lei baiana, fomos e temos sido procurados por outros movimentos e iniciativas para buscar informações sobre o processo de constituição de nossa Lei – muito embora ainda tenhamos um longo percurso, pois a ferramenta em si, precisa ser implementada via Estado, para que alcancemos os resultados desejados por nós.

**Figura 14 - Matéria sobre a Regulamentação da Lei 14.126**



Fonte: Arquivo Interno da Rede Batuc, 2021.

Ao observarmos, por exemplo, a dinâmica do problema público correlacionado à ausência de política pública do turismo comunitário pela Instituição Estadual de Turismo da Bahia (SETUR - BA), temos a realização do Instrumento Legal - Lei 14.126. A Lei não é política pública, quanto a isso todos nós já sabemos, então no atual momento, a Rede busca implementá-

la, conforme ressaltado nas entrevistas que fiz com os membros da comissão estadual da Rede Batuc.

A busca por direito no turismo comunitário é manifestada por processos socialmente legítimos, que não se dão na esfera pública (relativizada por instituições da administração pública, tipos Conselhos, Câmaras etc.), mas inicialmente no exercício democrático de legitimação.

Aliado a isso, temos conhecimento de nove estados brasileiros com desenvolvimento de instrumentos de lei de política para o turismo comunitário. Dentre esses, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e Minas Gerais já estão com a lei sancionada e promulgada. Os demais estão em trâmite ainda como Projeto de Lei Ordinária.

- Rio De Janeiro - 2018: Lei Nº 7884/2018. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências
- São Paulo – 2018: Projeto de Lei Nº 365. Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado de São Paulo.
- Bahia - 2019: Lei Nº 14.126. Institui a Política Pública de Turismo Comunitário
- Ceará - 2021: Projeto de Lei Nº 462/2021. Institui a Política Estadual do Turismo de Base Comunitária no Ceará tramita na AL
- Espírito Santo - 2021 Projeto de Lei Nº /2021. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado do Espírito Santo
- Minas Gerais - 2021 Lei Nº 23763/2021
- Paraná - 2021 Projeto de Lei Nº 138/2021, que estabelece diretivas sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) no estado.
- Goiás - 2021: Lei Nº 21.052. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado de Goiás e dá outras providências.
- Tocantins - 2022 Projeto de Lei Nº. /2022. Institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária.

Democraticamente, por legitimação, por cidadania é que em coletivo, buscamos a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia para que a instância pública seja também ‘movimentada’ por novos fluxos de políticas. Adentrar no ‘engessamento’ da administração pública do Estado não é tarefa fácil, há desafios entre processos administrativos, número de beneficiários, quantidades, regras no estabelecimento de Editais públicos etc. Para isso, é que

se torna necessário também “vestir a roupa de Rede”. A capilaridade em Rede mostra-se, em sua multiatorialidade, níveis de articulação e comunicação ligada a princípios e ética socialmente enraizadas, que anima o trabalho coletivo. Nesse sentido, chamamos atenção para o conteúdo registrado em texto de Lei. A exemplo da Bahia, cujo coletivo se empenhou em expor no texto da Lei 14.126 o entrelace estratégico com a Economia Solidária<sup>39</sup>. Isso ocorre dentro de uma tentativa de dar sentido e coerência aos possíveis caminhos de racionalidades mais plurais para que a implementação da Lei possa assumir, ou seja, um cuidado com os usos e intenções que um dispositivo legal pode assumir, se não for bem “amarrado”, acompanhado e apropriado pelos sujeitos e para os bens legais aos quais visa amparar.

Com a finalidade buscar efetivamente a implementação da Lei 14.126 com os valores do turismo comunitário é que no texto de Lei foi pensada a inserção do Comitê a

### **2.6.6 Participação e Premiação - Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da Organização Não Governamental Ashoka Brasil e CTG**

Em virtude das necessidades financeiras da Rede, até então sem nome, para o deslocamento dos sujeitos para participação presencial em eventos e reuniões etc., constituição de publicidade das iniciativas, fortalecimento de aprendizados, etc., o movimento, desde 2015, já havia identificado a ausência de muitos representantes nos espaços de debates e busca por legitimidade de seus trabalhos pela falta de dinheiro que custeasse os deslocamentos de organizações e representantes espalhados pelo estado da Bahia. O aumento crescente de pedidos de iniciativas e públicos para fazer parte da Rede aumentava, e com isso a questão de autorreconhecimento das práticas de novos membros se fazia necessária, dadas as incompreensões de muitos públicos sobre o que era o turismo comunitário praticado em coletivos da Rede. Apesar de a multiatorialidade em Rede ter princípios e um relativo

---

<sup>39</sup> “A Economia solidária emerge frente ao quadro de valor de onde emana a possibilidade de uma outra economia, fundamentada na economia plural. [...] A visão de economia plural representa um esforço de ampliação da compreensão do que é o econômico levando-se em conta o legado de conhecimento oriundo da antropologia econômica. Com essa visão, a economia deixa de ser vista apenas como econômica de mercado para incluir mais três outros princípios ou formas de economia: a redistribuição, a reciprocidade e o compartilhamento doméstico. A noção de economia plural contém nela mesma duas ideias, quais sejam: 1) ela é intrinsecamente adaptada à possibilidade de uma transição social e ecológica, em razão do pluralismo que ela pressupõe; 2) ela tem o objetivo de garantir o equilíbrio entre os diferentes componentes ou lógicas que a formam. O caráter hegemônico da dimensão mercantil deve ser contido a fim de deixar espaço aos outros componentes, conforme a dupla acepção do verbo conter. Se a economia plural pode conter a lógica de mercado, é preciso então definir precisamente esse conteúdo, isto é, um perímetro em que o mercado seja possível!” (FRANÇA FILHO e EYNAUD, 2019, p. 124).

autoconhecimento de suas práticas, era necessário maior conhecimento dos novos públicos que submetiam pedidos de inclusão.

A atenção e preocupação era também de buscar nos conhecermos melhor, e assim conseguirmos em meio a pluralidade de formas e concepções assegurar os princípios básicos de protagonismo local e de que as iniciativas tivessem seus protocolos e regras de visitação para que não viessem a se tornar mais um tipo de turismo, e sofressem com as problemáticas a que nós resistíamos/resistimos e identificamos como problemas públicos.

A Conselheira e liderança Elisangela Lopes (Vivertur - Matarandiba) apresentou a proposta de participação no Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da organização não governamental Ashoka. Por sermos um Movimento-Rede, as práticas desenvolvidas estavam organizadas, porém sem contornos formais, como CNPJ, ou registros ditos “formais”. A questão se resolveu a partir da consulta e predisposição da Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) - que abriga a iniciativa de turismo de base comunitária Vivertur -, para ser a proponente representante da Rede na inscrição do Desafio. A participação da comissão foi essencial para o levantamento de informações, consultas internas, elaboração e redação do Projeto, intitulado por nós como “Turismo Comunitário da Bahia em Movimento”.

Sob o título do desafio “Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável”, percebemos que o “Desafio” era realmente um desafio. Foi preciso nos dedicarmos por 3 meses de trabalho durante o processo. Da redação do Projeto à etapa final de elaboração e sua defesa de um *Pitch* de apresentação defendido por Aline Bispo, foram diversos levantamentos de informações, registros de imagens, vídeos, textos, testemunhos etc. Os trabalhos ocorreram sob a liderança de Aline Bispo, Júlia McNaught, Elisangela Lopes e Diana Rôde (eu) como mobilizadoras das ações. O coletivo, via troca de mensagens e informações, trabalhou colaborativamente em todo o processo. Dos 173 projetos inscritos e elegíveis do Brasil, após três etapas de análises propostas pela ASHOKA, foram se “peneirando” os projetos considerados mais adequados e atendentes às solicitações do Desafio. Restaram 3 finalistas, dentre os quais estava o nosso Projeto: Rede Batuc - Turismo Comunitário da Bahia em Movimento; Rota da Liberdade (São Paulo) e Turismo CO2 - Guardiões do Clima (Bahia). A

ASHOKA<sup>40</sup> Brasil, junto à CTG<sup>41</sup>, premiou os três projetos vencedores com 100 mil reais, mentoria para suporte e acompanhamento da Rede, com vistas a um processo de aceleração, ocorrido em 2021.

**Figura 15** - Certificado “Trilhando a Transformação: Desafio de Inovações em Turismo Sustentável”



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2022.

Inclusive, anterior ao processo de aceleração, iniciado em dezembro de 2020, no mês de maio do mesmo ano, durante a pandemia da Covid-19, a Comissão animou uma campanha para escolher nome para a Rede. Via o grupo em aplicativo de troca mensagens da Rede ocorreram as escolhas. Após sugestões dos membros, foram escolhidos 03 nomes como opções de escolha, de voto. A eleição foi feita via questionário Google Docs para cada comunidade responder. Não foi definido uma imagem para a Rede neste momento, devido à grande diversidade das

<sup>40</sup> A Ashoka é uma organização sem fins lucrativos que lidera um movimento global para criar um mundo no qual todas e todos se reconheçam como agentes de transformação positiva na sociedade, sendo criada em 1980 na Índia e estando presente desde 1986 no Brasil. Para atingir nosso objetivo, atuamos como um importante elo de pessoas, de organizações e de setores. Já reconhecemos mais de 3.800 empreendedores sociais no mundo todo, sendo 388 no Brasil, e 300 Escolas Transformadoras, 21 delas no país. Nossa estratégia é criar redes e vínculos que proporcionem o fortalecimento de uma massa crítica capaz de incidir em políticas públicas e em instituições — governamentais, não-governamentais e empresariais —, produzir conhecimento e dar visibilidade a soluções inovadoras e de impacto sistêmico para problemas sociais (ASHOKA BRASIL, 20-?).

<sup>41</sup> Criada em 2013, a CTG Brasil é uma empresa da China Three Gorges Corporation, uma das líderes globais em energia limpa. Com investimentos em 17 usinas hidrelétricas e 11 parques eólicos, é a segunda maior geradora privada de energia do país (ASHOKA BRASIL, 2022).

comunidades representadas na Rede. Porém, a grande maioria escolheu Rede BATUC – Turismo Comunitário da Bahia.

O nome foi lançado no 02 de julho de 2020, coincidentemente no dia de comemoração da Independência do Brasil na Bahia, em uma campanha no Instagram da Rede Batuc. Sob esse aspecto, nos preocupamos com a proporção das ações do coletivo e a representatividade da Comissão (formada por 4 membros), surgindo por discussões a necessidade de uma eleição via email e mensagens. A preocupação tinha precedentes da ampla publicidade que a Rede conquistou junto à premiação da Ashoka e sobre o compartilhamento de trabalhos “de escritório”. Dessa forma, foi eleita uma nova comissão em 05 de maio de 2021, com aprovação e legitimação da continuidade da Comissão Estadual atual, com a ampliação de novos membros para formar a atual Comissão de Transição da Rede Batuc - de 2021 a 2022. Foram eleitos 11 membros, com 27 votos de iniciativas de turismo comunitário e 6 membros apoiadores da Comissão atual, formada por: Ananias Viana (Rota da Liberdade, Cachoeira), suplente: Andreza Viana; 2. Elizângela Lopes (ViverTur, Matarandiba), suplente: Evaldo Pereira; 3. Gabriel Dias (Uruguai, Salvador), suplente: Tatiane Anjos; 4. Rosa Leite (Platatur, Salvador), suplente: Raíza Ramos 5; Neomarques Souza (Em Cantos da Chapada, Itaetê), suplente: Rainara Gomes; 6. Gilson Machado (Tur em Movimento, Santo Amaro); 7. Juari Bonfim (Rede Pataxó de turismo, Porto Seguro) 8. Alberto Viana; 9. Aline Bispo; 10. Diana Rôde; 11. Julia McNaught da Silva (ComuniCulturi); 12. Salete Vieira (UNEB Turismo e Hotelaria). Comissão eleita, continuavam os trabalhos de aceleração pela mentoria, um dos prêmios advindos do Desafio da ASHOKA.

#### *2.6.6.1 Precisamos falar da Mentoria!*

Ao vencermos o prêmio do Desafio, passamos por mentorias realizadas pelas organizações Bemtevi<sup>42</sup> com Marianne B. Baumgart e Eduardo; e João Souza, do Favelas<sup>43</sup>. Esse processo se deu com integrantes da Comissão da Rede Batuc disponíveis para o tempo limitado do processo de mentoria. Tivemos encontros com os mentores, tentando adaptar as agendas individuais de cada um, e as agendas do trabalho (voluntário) da Rede.

---

<sup>42</sup> A Bemtevi, fundada em 2015, trabalha com o conceito de Negócios Sociais (cunhado pelo ganhador do Nobel da Paz 2011, Muhammad Yunus); no nicho de empreendedorismo social, desenvolve metodologia de apoio aos Negócios Sociais, concretizada na Jornada Bemtevi, além da viabilização de empréstimos sociais (<https://www.bemtevi.is/bemtevi/>).

<sup>43</sup> João Souza foi um dos mentores, parceiro da ASHOKA pela organização Favela “hub de educação e aprendizagem empreendedora, inovadora, digital e inclusiva”. Para saber mais, acesse: <https://favela.org.br/quem-somos/>.

A Bemtivi nos apresentou o programa de trabalho, o qual buscava acelerar o nosso “empreendimento”. Dessa forma, nos foi apresentada a Jornada do amadurecimento. Essa jornada tratava-se de um *Diagnóstico e Mapeamento do Negócio; cronograma da Jornada do Amadurecimento*, e era composta por sete enfoques: *Solidez da Ideia do Propósito/ impacto socioambiental; Modelo de Negócio; Mercado, Comunicação e Infraestrutura; Teoria de Mudança; Perfil Empreendedor, Equipe e Governança; Plano Financeiro e Documentações e Regularizações - jurídicos e contábeis*. A Jornada do Amadurecimento se perfazia através de etapas, em um cronograma com tempo lógico, predefinido, com o objetivo de elaborar e aprimorar o nosso ‘Plano de Negócio’. Era um modelo baseado em ciclos: I) de proposição, II) entrega e III) validação, que perfaziam a chamada “Teoria da Mudança”, cujo objetivo era de

[...] melhorar a abrangência ou identificar o problema social e/ou ambiental que se propõe resolver, as causas e consequências dessa situação; o impacto (o que descreve a situação social e/ou ambiental transformada de maneira positiva e como se alteram as causas ou as consequências identificadas); as atividades estratégicas (o que será feito para gerar impacto, quais as macroatividades e as atividades que atuam em quais causas ou consequências já identificadas e qual o público-alvo); os recursos ou as principais e mais relevantes matérias primas para o Negócio conseguir atuar (necessários para acontecer: matéria prima, mão de obra, espaço físico, parceiros, fábrica terceirizada, consultores, etc.), quais já possuem e quais precisam providenciar; resultados diretos (resultados iniciais a serem produzidos para alcançar o impacto, podendo ser físicos, como itens produzidos ou intelectuais, como capacitação gerada, etc.); resultados intermediários (ponte entre resultados diretos e impacto), ou as consequências geradas pelos resultados diretos. Esses expressam as mudanças no público ou dimensão e escala de impacto, como fortalecimento, conscientização, democratização etc. [...] (ARQUIVO REDE BATUC, 2022).

Logo que iniciamos o processo de mentoria, o primeiro problema que tínhamos era explicar o que nós éramos! Até aquele momento sabíamos que éramos um coletivo, um movimento em Rede trabalhando em prol de comunidades e territórios fazendo turismo comunitário. Havíamos-nos tornado Rede, pelas proporções e sentidos de articularmo-nos melhor para ‘enfrentar’ a batalha política por meio da administração pública do Estado. Como explicar um Movimento coletivo se movimentando? Eles (os mentores) traziam suas dúvidas e buscas de significações:

[...] é um processo de incubação? Pode ser parecido com um, mas nesse caso a organização já opera e vamos passar por todo o plano de negócio com ela, ajudando a organizar e evoluir”; “Identificam uma necessidade de se organizar, estar mais robusto, melhorar comunicação e Marketing, continuar fortalecendo os princípios de turismo comunitário etc. (ARQUIVO REDE BATUC, 2022).

Nossos mentores já identificavam o outro desafio no processo de “adaptar linguagens dos Negócios Sociais e da Economia Solidária” que seria percorrido, pois eles compreendiam que “o propósito é o mesmo”. Realizamos diversas reuniões virtuais, pois estávamos passando pela reclusão devido à Pandemia da Covid-19, e as discussões e a análise estratégica das nossas atividades quase sempre se davam no campo da explicação e da aplicabilidade das “nossas inovações”. Uma das questões centrais era sobre como seríamos nós, o coletivo, a Rede Batuc, sustentáveis do ponto de vista financeiro.

Não se conseguia compreender como o nosso trabalho tinha se desenvolvido por meio de vínculos, de autorreconhecimento, de justiça social e de resistência alimentados por um inconformismo pautado nas nossas emoções diante das problemáticas que víamos como de origem do turismo convencional – um trabalho voluntário – performados por interesses individuais e coletivos de mudança. Um coletivo de afetados ligados por elos que se percebiam fortes, e que não se condizia com um empreendimento social, ou com uma empresa voltada para o social. Também não somos Estado, ou administração pública. Então como vínhamos desenvolvendo tal empreitada? O que queríamos com todo o trabalho de anos de dedicação, tempo e confiança, já que isso não gerava as nossas sustentabilidades financeiras individuais? Em meio aos dissensos e concílios entre Comissão e Mentoria, buscamos por não responder a essas questões - nem as esquecer -, mas sim continuar com os nossos objetivos iniciais que podíamos significá-los em legitimação e democracia por meio das práticas articulação e mobilização de turismo comunitário.

A mentoria nos provocou ao ponto de nos reorganizarmos, compondo formas de comunicar os nossos princípios e objetivos – repletos de valor ativo, aferidos por Bouldosa (2019). Ao tentarmos explicar o que fazíamos, porque e para quê fomos tragados a revisitar as nossas crenças e formas de ver o nosso trabalho, as nossas formas de ação, que careciam ser reposicionadas para o campo político, pois, mais uma vez, o contexto indicava que o nosso fazer político – a política - nos jogava na encruzilhada nos contextos apresentados por Peres (2020), em que o conhecimento produzido está sempre situado em quadros de valores ativos - e que esses quadros estão em disputa - , e que os fluxos de políticas públicas podem ser vistos como fluxos de produção de conhecimentos, de saberes, de significados e de ativação de novos valores (BOULLOSA, 2019; PERES, 2020).

O processo de aceleração nos ajudou a comunicar a nossa prática em Rede, e por conseguinte para as comunidades e iniciativas trabalharem os princípios em comum, cada um definindo, a partir dos princípios de autogestão, solidariedade e protagonismo comunitário, o que é o “seu” turismo comunitário. Focamos assertivamente em práticas de comunicação para

publicizar as ações do movimento em Rede, podendo assim continuarmos ativados na busca pela implementação da Lei 14.126 como um instrumento que irá fortalecer as práticas de turismo comunitário, em conformidade às suas próprias necessidades.

**Figura 16** - Registro do I Encontro da Rede Batuc em 2021: Pós-Pandemia



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2021.

Dessa forma, iniciamos o processo de pensar e construir a organicidade da Rede Batuc, anteriormente apresentada no início desse capítulo, e que atualmente está em movimento - já publiciza uma logo que representa a Rede Batuc. Um dos primeiros passos alcançados foi a realização de um encontro presencial para discutir os elementos trabalhados na mentoria, e acordar a conformação de sujeitos nos GTs de trabalho para melhorar a comunicação da Rede. A gestão financeira também foi discutida, e previamente atendia às ações redigidas no projeto que já eram trabalhadas anteriormente. Articulação política, comunicação, capacitação, dariam as bases para a comercialização. A comercialização ocorre por meio de cada iniciativa, não havendo uma central ou organização com responsabilidade de comercializar por meio da Rede. Acredito que não seja atribuição do coletivo essa prática.

Desenvolvemos, ainda, a consulta e construção da logo da Rede Batuc, com aplicação dos recursos do prêmio em dinheiro, expressa abaixo.

**Figura 17 - Logo da Rede Batuc**



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2021.

A comunicação conciliada do coletivo em Rede é também uma forma de nos apresentarmos para instituições diversas, cuja lógica do turismo comunitário não é conhecida e/ou conveniente. Enquanto movimento, tínhamos já identidade, porém não argumentada sob formas e estratégias comuns para públicos externos. A comunicação externa vem sendo um dos desafios da Rede. Podemos comunicar questões problemáticas aos que não conhecem a “perspectiva” crítica e a dimensão política do turismo comunitário. Acreditamos, por meio do lazer comunicar as nossas emoções e o que nos afeta nos cotidianos dos coletivos, mas o “como” fazer requer atenção e cuidado, principalmente devido aos territórios das comunidades que praticam o turismo comunitário se manterem lugares vivos, e resguardados seus modos de ser e fazer tradicionais. Para comunicar, entretanto, foi preciso/é preciso fazê-lo por meio de códigos, signos, sentidos e significados. Iniciamos a tarefa interna da construção de um Regimento Interno e de um Portfólio com as organizações que comercializam roteiros e vivências de turismo comunitário. Ambas estão em andamento (em 2022), nesse momento de escrita dessa análise.

### **2.6.7 Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc – novembro de 2021**

Realizamos um Encontro Ampliado da Rede Batuc em novembro de 2021, no qual reafirmamos as ações coletivas da Rede perpassando por cinco eixos principais: articulação política; gestão; comunicação; capacitação e comercialização. A comercialização é o eixo que reflete o trabalho dos demais, porém ainda está por se tecer uma estratégia coletiva própria. Foi dessa forma que os Grupos de Trabalho foram elencados sob atuações simultâneas e coletivas, puxadas pelos guardiões responsáveis pelos GTs, e nós temos trabalhado desde o processo de aceleração proporcionado pelas mentorias.

**Figura 18** - Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc, Uruguai, Salvador



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2021.

Diálogo com a SETUR/BAHIA; Plano de comunicação; Redes Sociais; Campanhas; Produtos, fortalecimento de Identidade visual; Intercâmbios Virtuais; Diálogo com e sobre novos parceiros; Eleições 2023; Gerenciamento do e-mail e da agenda da Rede; Organização dos arquivos Virtuais; Processo de construção do Regimento Interno; Processo de criação de um portfólio da Rede; Pesquisa interna com questionário para levantamento de produtos e serviços; Reuniões virtuais de Planejamento para gestão do prêmio ASHOKA; Levantamento do calendário de eventos das organizações; Capacitações on-line; Tutorial do google drive da Rede; Prestação de contas dos recursos financeiros; Criar uma lista de novas iniciativas em potencial e a Preparação para a eleição da comissão 2023/2024.

No Encontro, debatemos os tópicos abaixo como forma de elaborar/dar sentido aos argumentos que motivam o coletivo a estar junto, a estar conectado, apesar das diferenças étnicas, geográficas e de lugar de trabalho.

- O que é a Rede BATUC?
- Histórico
- O que é o Turismo Comunitário para a Rede BATUC?
- Princípios da Rede BATUC
- Objetivos
- Critérios para participação
- Fluxo para fazer parte da Rede
- Termo de conduta
- Critérios para a exclusão
- Estrutura e Formas de Representação da Rede BATUC
- Formas de participação

- Atividades da Rede BATUC
- Estratégias para Sustentabilidade Financeira da Rede BATUC.

Uma dinâmica durante o Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc, em 2021, foi mobilizada para ‘clarear’ como o coletivo se delineava em Rede. Por meio das questões ‘*o que nos une; o que nos separa; o que temos de melhor; o que podemos melhorar*’, cada um escreveu em papezinhos coloridos o que entendia para cada uma das quatro questões.

**Figura 19** - Encontro Ampliado da Comissão da Rede Batuc, Uruguai, Salvador



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2021.

Nesta construção, vimos o coletivo exposto pelas diversas respostas individuais que se conectavam umas às outras, ou as complementava. Visibilizamos a importância do entendimento da gestão que considera e reconhece outros elementos da organização em Rede como as identidades diversas ao mesmo tempo que enfatiza o sentimento de pertencimento das pessoas/organizações no turismo comunitário. Nos encontros de planejamento, nas discussões, nas capacitações podemos identificar atividades coletivas que servem para evidenciar sentimentos e desejos dos membros, construindo colaborativamente e de forma simbólica e concreta o que é a Rede Batuc e o seu propósito.

Nesses momentos e espaços, escolhas e tomadas de decisões são feitas, para escolhas de estratégias mais assertivas que correspondam aos valores que em Rede foram atribuídos como ligados ao turismo comunitário. É nessa perspectiva que as ações de articulação, gestão, comunicação, articulação e marketing se mantêm como macro ações de trabalho em Rede.

Ao realizarmos um paralelo entre registros que fizemos da Dinâmica do Encontro Ampliado Rede ‘*O que nos une, o que nos separa, o que temos de melhor e o que podemos melhorar*’ junto as entrevistas que fizemos com os integrantes da Comissão da Rede Batuc,

identificamos a presença de valores comuns atribuídos ao turismo comunitário e a necessidade de uma gestão para corresponder a esses valores.

**Quadro 04 – Dinâmica do encontro ampliado da comissão da Rede Batuc 2021**

<b>RESULTADO DA DINÂMICA DO ENCONTRO AMPLIADO DA COMISSÃO DA REDE BATUC 2021</b>	
<b>O que nos Une?</b>	O <b>Turismo Comunitário</b> que é - de <b>Resistência</b> - das comunidades - da <b>Luta</b> -de crescimento - da <b>economia solidária</b> - O <b>Turismo de propriedade comunitária</b> - de Coletivos e de empoderamento do povo - O <b>desejo de difundir as tradições, a cultura e as especiarias dos territórios</b> - <b>Diversidade de saberes e sabores</b> - A <b>força conjunta</b> do trabalho coletivo - <b>Solidariedade</b> - Amor - Bem Comum - Amor ao Próximo - Resistência - Resiliência - <b>Valores</b> - Envolvimento - <b>Propósito</b> - A Luta - O desejo de <b>construir um mundo mais justo</b> , amoroso e igualitário - <b>Desejo de Desenvolver Algo Bom</b> - <b>Expectativas de Melhoras</b> - <b>O fomento ao turismo de Base Comunitária</b> - <b>A Capacidade de Transformação</b> - Objetivos - <b>A Economia Periférica, Solidária e Circulante</b> - Comida, <b>Lazer e Responsabilidade</b>
<b>O que nos separa?</b>	Os ruídos - Individualismo - Distanciamento - A distância e os empecilhos da vida - <b>Superioridade Acadêmica</b> - <b>As burocracias do Estado brasileiro</b> A dor que neutraliza as ações - <b>A fragilidade financeira</b> - A falta de conexões - O Ego - A Intolerância - <b>A falta de recursos para as reuniões</b> - A falta de estrutura no setor de comunicações - A falta de estrutura e acesso a informações - <b>Financeiro</b> - Egoísmo
<b>O que temos de melhor?</b>	A solidariedade - Criatividade e o espírito de luta - União - Organização - A pluralidade e a singularidade agregada em um mesmo lugar para um bem comum e um mesmo batuque - <b>Identidade, pertencimento e simbiose</b> - A Comunhão e a escuta - <b>A capacidade de agregar e unir</b> - <b>Alegria e Identidade</b> - <b>Espiritualidade</b> - A festa, as práticas culturais, história e natureza - <b>A luta pelo mesmo objetivo e pertencimento</b> - Diversidade e vontade de fazer melhor - Nivelamento dos conceitos de turismo comunitário com todos os internos da Rede - <b>Acolhimento</b> - <b>Força de vontade</b> - Nossos atrativos e costumes - Saberes o cooperação - Comunicação e envolvimento
<b>O que podemos melhorar?</b>	Capacitação e nivelamento com todos os integrantes da Rede - Organização, comunicação e conhecimento - <b>Ousadia, integração</b> , atitude proativa - Plano de ação voltado para parceiros internacionais - <b>Entendimento</b> - <b>Capacitação</b> - Tempo de dedicação e reconhecimento - <b>As práticas de fazer turismo comunitário</b> - Sermos mais compreensíveis e solidários - Mais participação e mais formação para as comunidades - Ter mais políticas públicas - Ter dinheiro - <b>Conhecer o projeto do outro</b> - Contatos - Acesso a informação - <b>A comunicação em Rede e o Marketing</b> - Melhorar a nossa organização e ajudar a melhorar as outras iniciativas - <b>A mobilização sociopolítica e econômica</b> - A compreensão humanitária

Fonte: Arquivo Interno Rede Batuc, 2021.

Ao perguntarmos aos entrevistados como eles definiriam a Rede, identificamos nas respostas: a gestão social; um lugar de reencontro e um espaço de afetividade para os participantes. A dimensão afetiva e subjetiva aparecem interligadas a percepção da gestão, como identificamos na fala da entrevistada Aline Bispo ao relatar como ela definiria a Rede Batuc:

A gente ainda carece de uma organização específica, voltada pra área de organização social, de gestão cultural, uma vez que muitas vezes a gente tem fazedores dessa política popular, mas a gente não tem referências que estejam voltadas para nós, pra esses lugares que nos falem. Então, muitas vezes a gente tá ali tateando, tentando encontrar qual a referência ideal que dialogue com o que a gente pretende, com o que nós somos, mas que também seja efetivo em organizar esse nosso trabalho. O que a gente precisa dessa organização. Essa é uma das questões, então eu acho que a rede tem esse caráter de gestão social, dentro da área do turismo comunitário. “eu acho que a rede tem esse caráter de gestão social, dentro da área do turismo comunitário” (BISPO, A; 2022).

A atuação em Rede tem função de apoio prático e apoio emocional para que os pares se façam reconhecer-se enquanto plurais associados. Esse processo de responder aos tópicos supracitados revelou uma discussão importante dentro da dimensão política do turismo comunitário baiano: o turismo comunitário como um valor. Ao visibilizar que estamos diante de um valor, que o turismo comunitário traduz um valor, de um valor político central que se articula a diversos outros valores e que se analisado por meio de quadros ou estruturas definidas anteriormente por dimensões somente econômicas, somente culturais ou ambientais, torna-se passível de atribuições de fracasso.

Assumo nesta análise o valor como elemento que configura a compreensão do turismo comunitário, pois sendo qualificados por muitos adjetivos, tende a perder sua característica política que assumimos aqui neste trabalho.

A partir de nossas entrevistas identificamos, a compreensão essas adjetivações

Então, por mim eu volto a mesma questão, tem uma coisa só que uni e que deve unir todos que participam da rede batuque que é um turismo de protagonismo comunitário, de propriedade comunitária. A comunidade pode ter parcerias com ONGs, universidades, com operadoras de turismo, claro! Mas que, o pertencimento da iniciativa é da comunidade. Então essa é uma coisa que a gente está realmente em processo de reafirmar dentro da rede batuque porque tem muitas leituras e por mim o resto é resto, por mim o turismo comunitário é o coração, aí parte disso, se turismo cultural, turismo rural, turismo de agricultura familiar, turismo de étnico afro, turismo de gastronomia, turismo de aventura, turismo de natureza, tudo isso sim são setores de turismo, mas o modo de se fazer o turismo é o comunitário. E então começa se a gente ver uma coisa muito importante na rede batuque que é essas iniciativas se identificam já estão nesse processo de luta popular coletiva, seja via economia solidária, seja via produtos

associados, seja via o movimento que participa, que seja um movimento pela terra, ou gênero, ou raça! Por atividades de via econômicas, como corporativas, como grupos culturais tudo isso, mas o motivos deles fazerem esse trabalho é pra melhoria da comunidade, fortalecimento dos atores locais (MC'NAUGHT, 2021).

Por meio das ações da Rede Batuc, revelamos a dimensão política do turismo comunitário e por meio dessa análise encontramos o turismo comunitário como um valor e não como um modelo de turismo. É assim que visibilizamos e mostramos as diversas ações direta e indiretamente em Rede ligadas a publicização de valores, identificados também no intercruzar do campo acadêmico das pesquisas sobre o turismo comunitário, como organizados na I CITICON.

### **2.6.8 Apoio na Elaboração da Conferência Internacional de Turismo Comunitário da Bahia (I CITICON)**

No dia 30 de setembro de 2022, realizamos no auditório do campus Jequitaia da UNEB Campus I, em Salvador, a I Conferência Internacional de Turismo Comunitário da Bahia. As apresentações de saberes comunitários e pesquisas acadêmicas ocorreram juntas, e à tarde tivemos momentos de discussão com o convidado e parceiro da Rede Batuc, o Professor Ernest Cañada, da Universidade das Ilhas Baleares e da ALBA SUD/ Barcelona. O evento foi uma parceria da Rede Batuc através do empenho dos colaboradores-pesquisadores junto à Pós-Graduação do Doutorado em Difusão do Conhecimento - PPGDC da UNEB, e com o apoio fundamental da equipe de técnicos e professores do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire - CAECDT da UNEB. Foi coordenado pela professora Clícia Benevides e por discentes do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento da UNEB - PPGDC, professores Salete Vieira e Alberto Viana.

**Figura 20** - Apresentação prévia dessa pesquisa



Fonte: Blog Turismo e Gastronomia Por um Mundo Melhor, 2022.

**Figura 21 - Mesa de Abertura**



Fonte: Blog Turismo e Gastronomia Por um Mundo Melhor, 2022.

Na realização da Conferência, tivemos a presença de alunos da Graduação em Turismo e Hotelaria, e a apresentação de 5 pesquisas em andamento envolvendo a temática do turismo comunitário. 1. Professora Salete Vieira em seu doutorado no PPGDC pela UNEB desenvolvendo a pesquisa intitulada “Saberes e Práticas nas Iniciativas de Turismo em Comunidades Tradicionais da Bahia”, 2. Doutoranda Aline Bispo no Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do sul da Bahia (UFSB) desenvolvendo a pesquisa "Os Sujeitos e práticas emergentes no turismo comunitário em defesa de seus territórios, trajetórias e seus modos de vida no processo contra colonização”, 3. Doutorando em Educação pela UNEB, Tássio Cardoso apresentou sua pesquisa sobre “Encantos e Ré existências Quilombolas: Turismo de Base Comunitária enquanto Práxis Educativa Decolonial e Transmoderna”, 4. O professor Jorge Freitas apresentou os resultados de seu Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS, “Estudo de caso o turismo do Assentamento Eldorado em Santo Amaro” e 5. Diana Rôde, apresentei a previa desta Dissertação “Construção de uma Política Pública ao Revés: de movimento a Rede de Turismo Comunitário da Bahia”, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA).

Esses encontros geram diversas trocas e aproximações, que possibilitam fortalecer a disputa por espaços de narrativas do turismo comunitário, atraindo as Universidades, ao passo que aproximam as organizações e os sujeitos fora dela para apropriarem-se desses espaços institucionalizados. Além dos ‘pesquisadores’ acima listados, tivemos a presença e apresentação de Ananias Viana, educador popular, coordenador do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape - idealizador da Rota da Liberdade -, Tatiane Anjos do Turismo Comunitário de Alagados, Evaldo Pereira, condutor de visitantes da iniciativa de turismo

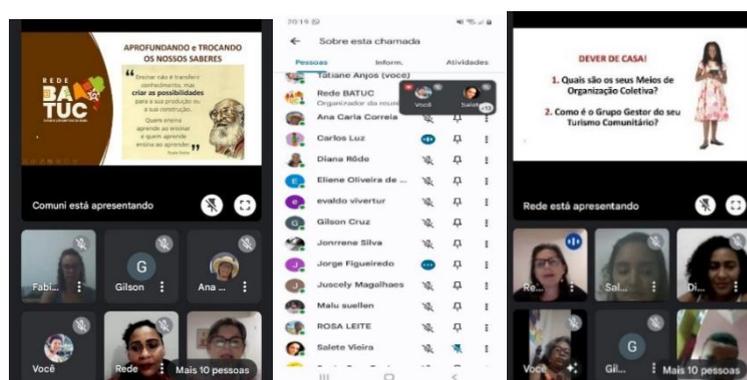
comunitário Vivertur Matarandiba e integrante da comissão estadual da Rede BATUC, e Ícaro Marchesini, da Associação Movimento Mecenaz da Vida, atuante na APA Costa de Itacaré e formulador da Rede Brasil Turismo CO2 Legal \* Guardiões do Clima. Juntamente a outros ouvintes, ainda presenciamos a apresentação do Professor Ernest Cañada, fortalecendo as possibilidades de trocas com a ALBASUD e a Rede Batuc.

### 2.6.9 Capacitação e Trocas de Aprendizagem junto à Rede Batuc (2022)

Temos em desenvolvimento um programa de capacitação, bem como pequenos apoios via membros da Rede em capacitações financiadas pelas próprias organizações de turismo comunitário. A isso junta-se o trabalho em prol do turismo comunitário que os sujeitos vêm protagonizado em meio à Rede Batuc. Esse processo tem movimentado e mobilizado a temática do turismo, formando outros públicos. A atoriação do processo de articulação tem sido constante, tornando-se incomensurável nesta análise. Apresento a título de exemplo alguns movimentos que acompanhamos via as trocas no aplicativo de mensagem da Rede.

- 1) Programa de capacitação que está em fase de desenvolvimento, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das atividades de turismo comunitário de iniciativas integrantes da Rede BATUC. Realizado em formato híbrido, busca contemplar o máximo de iniciativas da Rede BATUC, possibilitando a adesão inicial de 13 comunidades. Está sendo organizado pelo Grupo de Trabalho de Capacitação da Rede BATUC, com integrantes colaboradoras profissionais e comunitários.

**Figura 22** - Registro dos encontros/das capacitações virtuais



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2022.

Os Encontros virtuais tiveram a temática do 1º encontro sobre os fundamentos, definições e princípios do turismo comunitário. O 2º Encontro, com a temática “Identidades, Culturas e Meios de Organização Coletiva”, foi realizado utilizando a mesma metodologia,

porém esta vez com duas convidadas no painel, sendo escolhidas uma comunitária e uma colaboradora profissional com esse perfil.

As transações entre os sujeitos em Rede têm promovido em suas articulações a ativação da Rede com outros públicos.

- 1) Nas imagens seguintes, à esquerda, registro do Curso de Condutores de Visitantes da Resex Cassurubá, financiado pela própria Resex, com a presença de membros da Rede Aline Bispo, Elisangela Lima e Luzia Lopes representando a Rede e realizando contribuições no processo de aprendizagem. À direita a vivência do Curso Técnico em Guia de Turismo e em Hospedagem subsequente do Colégio Central, no Quilombo do Kaonge, em outubro de 2022.

**Figura 23** - Registro dos encontros/das capacitações virtuais



Fonte: Arquivo Rede Batuc, 2022.

- 2) Abaixo, a divulgação da Rede Batuc em uma Capacitação feita por Rogério Mucugê, apoiador da Rede que realizou Oficinas de Elaboração de Roteiros de TBC para comunitários das Ilhas de Tinharé e Boipeba, envolvendo diversas comunidades rurais e quilombolas. Essas atividades foram resultantes de uma parceria entre o Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP e as comunidades de Moreré, Boipeba, Cova da Onça, Monte Alegre, Zimbo, Garapuí e Batateira, com algum recurso da CAR. Indiretamente, promoveu a aproximação entre as organizações locais e o turismo comunitário, surgindo daí o desejo deles se juntarem em Rede Batuc.

**Figura 24** - Registro dos encontros/das capacitações virtuais



Fonte: Grupo de WhatsApp, Rede Batuc, 2022.

Rogério explicou, via aplicativo de mensagens, que

Ilha de Tinharé não é só Morro de São Paulo e, junto com Ilha de Boipeba, não tem só praia e piscinas naturais. Tem muito mais do que isso. As comunidades, com sua cultura, estão sendo colocadas debaixo do tapete, para que se entenda que são territórios vazios. Assim, grandes empresas e grileiros estão invadindo seus territórios para fins de turismo de praia, alguns já retomados por essas comunidades. Exemplo é que as cercas de Boipeba já chegaram nas praias, onde os barraqueiros estão sendo ameaçados de retirada, e em Tinharé, os acessos tradicionais às praias estão sendo cercados (Arquivo Rede Batuc, 2022).

A Ilha de Boipeba/Bahia ainda não tem vinculação direta com a Rede Batuc, porém há aproximações acontecendo como a realizada por um dos membros da Rede, Rogério Mucugê. Sinalizamos que a necessidade de refletir criticamente sobre o próprio turismo comunitário baiano torna-se uma constante importante, tendo em vista que o protagonismo comunitário é definidor de qual o turismo comunitário dessas comunidades. Essa construção traz ressalvas ao que podemos chamar de turismo comunitário na Bahia, por isso uma das atividades dos GTs da Rede é finalizar o regulamento da Rede. Esse regulamento visa estabelecer como critérios os valores que o turismo comunitário das organizações e membros da Rede devem estrategicamente manifestar em suas práticas, inclusive para estar em Rede sob os mesmos valores. Recentemente em 2022, explodiu uma campanha em rede social chamada ‘Salve Boipeba<sup>44</sup>’. Essa campanha faz denúncia e se coloca contra a aquisição de um vasto terreno (aproximadamente 20% da Ilha de Boipeba - localizada na região baixo sul da Bahia), no qual os grandes empresários (Mangaba Cultivo de Coco) visam construir o projeto turístico-imobiliário Ponta dos Castelhanos. As denúncias explicitam que a construção tem aval do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), e é amparada pela Secretária do

<sup>44</sup> Campanha Salve Boipeba: <https://instagram.com/salveboipeba?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==>

Patrimônio da União e acolhido pela Prefeitura Municipal de Morro de São Paulo. Contextos como esse tem sido recorrentes e vem gerando outras ações locais no sentido de enfrentar problemáticas diversas, dentre estas a que tem a questão da terra e das formas de subsistência de comunidades locais vinculadas a ela como um incentivador para pensar o turismo comunitário como um valor que tem potencial de ajudar a fazer frente a modelos do turismo convencional. Essa discussão parte da convicção de não romantizar o turismo comunitário como salvador das mazelas socioterritoriais, pois ele não é. Ele, o turismo comunitário defendido por nós aqui como um catalizador de valores que tem o potencial de ativar comunidades para uma consciência político-prática que é processual e não é automática.

É sobre essa sobreposição de arenas sociais que se configura a arena pública do turismo comunitário que por meio das ações coletivas, acima apresentadas, que a Rede Batuc vem publicizando e construindo – direta ou indiretamente - fluxos da política pública de turismo comunitário na Bahia.

## 2.7 PROBLEMA PÚBLICO: DO EMARANHADO DAS PROBLEMÁTICAS DO TURISMO AO PROBLEMA PÚBLICO E BENS DE PÚBLICA RELEVÂNCIA

Buscaremos então expor e discutir a nossa compreensão sobre a situatividade e historicidade sobre os turismos convencional e comunitário no capítulo seguinte - Capítulo 3, e na sequência, seguiremos para o Capítulo 4 - para firmar a nossa lente analítica da Mirada ao Revés nas Políticas Públicas, para que assertivamente seja embasada a nossa compreensão dos problemas públicos e bens de relevância pública imersos nas ações coletivas e na arena públicas apresentados acima.

Na construção da arena pública do turismo comunitário baiano, visibilizamos que nos discursos do Estado e da iniciativa privada quando se identifica diminuição da demanda turística há a justificativa de necessidade de investimentos na qualificação e padronização para que o turista volte. Quase nunca esteve presente nos discursos, e muito ínfima nas apreensões dos pesquisadores inerentes ao campo do turismo questões sobre as condições de vida dos habitantes das localidades turísticas; sobre quem tem perdido e quem tem ganhado em qualidade de vida e em recursos financeiros nestas localidades. Tampouco, sob a difusão do discurso de geração de emprego e renda do turismo convencional, pouco se pergunta sobre quanto fica, do total de recursos financeiros aplicados e circulando, nas localidades turísticas? Ou melhor, quanto de fato fica no nosso Estado, e quem mais tem ganhado financeiramente? Pouco se pergunta sobre porque há padronização dos artesanatos locais vendidos nos mercados

turísticos? Sobre a invisibilidade da perda de saberes e fazeres locais estar relacionado com prioridades na alocação de recursos em alguns em detrimento muitos outros – artesãos, manifestações culturais, localidades e suas territorialidades intrínsecas. Quem ganha e quem perde?

A busca excessiva pela qualidade na prestação dos serviços turísticos tem também levado a uma padronização do conhecimento sobre o turismo. Há um excesso da ‘sonhada qualidade como hospitalidade’, dos discursos que culpabilizam sempre a necessidade de qualificação da oferta e nunca a qualidade do modelo de turismo convencional e dos seus indicadores, muito menos os efeitos negativos oriundos da forma de conceber, teorizar e analisar as Políticas Públicas e as políticas públicas do turismo convencional.

Essas evidências são também uma referência na nossa apreensão sobre as narrativas que o turismo comunitário vem combatendo, as quais são realizadas nas ações coletivas por meio da Rede Batuc.

O foco do turismo comunitário está na organização local, e menos no turista. Ao que chamamos de vivência pode concentrar práticas diversas, a depender das características da comunidade. Dessa forma as vivências são planejadas a partir do que a comunidade possui em seu cotidiano, ou no que já possuiu. As vivências permitem introduzir o visitante numa espécie de narrativa do cotidiano comunitário, ou em uma apresentação do que se passa nesses cotidianos, uma forma de compartilhar ludicamente além das “belezas” os problemas vividos, e buscar apoio para a valorização de bens atribuídos como relevantes pela multiatorialidade da Rede.

Dessa forma, com vistas a proteger seus “bens”, é que na arena social dos territórios das organizações comunitárias tem se articulado práticas de hospedagem familiar, conhecimento e difusão de pesquisa histórica e memorialística das comunidades, identificação de personalidades locais, salvaguarda dos conhecimentos sobre geografia, fauna e flora locais, reconhecimento dos artistas locais e das manifestações culturais locais. Ressaltam-se ainda nessas práticas a identificação das formas de ser e fazer tradicionais das comunidades como atrativos a serem compartilhados com os visitantes e turistas. Formas de pesca e mariscagem articuladas aos usos na preparação da gastronomia local, formas de cura através das plantas, a subsistência alimentar vinda da agricultura familiar, os passeios pelo mar ou pelo rio, as crenças e a memória da ancestralidade se unem aos quintais e às hortas locais, às matas, das quais fazem parte os modos de vida das comunidades tradicionais e as suas condições de sustentabilidade.

Essas formas de viver têm sido elementos explícitos de atratividade, pois tem se tornado cada vez mais escassas nos contextos de sociedade pós-revolução industrial e das transformações tecnológico-informacionais. O protagonismo local com a propriedade e gestão coletiva do turismo são elementos que exercem atratividade de visitantes. As comunidades urbanas, em áreas periféricas, têm suas práticas de turismo, muito articuladas pelos trabalhos locais para a conquista de direitos básicos, de acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, lazer, alimentação; de oportunidade de trabalho para jovens e mulheres; das questões sobre a mulher, da consciência étnico-racial; sobre o combate a intolerância religiosa; sobre a solidariedade; sobre as práticas de comunicação não violentas; sobre o apoio a empreendedores locais; da elaboração de contra narrativas desenvolvidas para desmistificar as práticas e modos de vida das áreas ditas periféricas, nas quais ao deslocarem o foco de atenção para suas práticas locais, buscam resistir ou subverter questões sociais como o racismo estrutural, a violência e ou estabelecer a sua própria narrativa de suas trajetórias de vida.

As práticas de turismo comunitário em Rede Batuc transpassam o turismo convencional, acentuam a argumentação do aspecto antagônico, ao passo que o transpassa ao resignificar os seus sentidos, signos e significados do fazer turismo, fazendo turismo comunitário. É dessa forma que a nossa apreensão do turismo comunitário praticado pela Rede transpassa o modelo de turismo convencional, sem, portanto, abandoná-lo, seja na cautela de se proteger para não tornar-se mais uma forma padronizada, seja no reconhecimento da necessidade de mudança e de ver o turismo como uma forma de comunicação e sensibilização entre iguais, desde que as pessoas que o praticam estejam conscientes dos perigos que a não gestão, a não participação e legitimidade das comunidades podem afetar ainda mais as suas formas de se sustentar em sociedade. Para podermos ver e interpretá-los, foi preciso compreender as disputas entre termos, significados e sentidos co-construídos em um processo de coletivo – multiatorializado. O que tem nos revelado a política no turismo comunitário pode ser iluminada por:

- Em Rede publicizar que os investimentos que deveriam ser prioritariamente aplicados para as pessoas baianas têm sido aplicados para pessoas turistas (as quais não desenvolvem vínculos permanentes com os territórios);
- As requalificações de infraestrutura na Bahia têm gerado lucro para grandes empreendimentos, em detrimento dos milhares de empreendimentos locais;
- Os pequenos, as pessoas cuja sobrevivência advém dos vínculos em seus territórios têm sido afetadas direta ou indiretamente;

- Os termos Turista e Turismo produzem usos especializados para pessoas não baianas subjacentes aos termos e às suas políticas, o que revela múltiplas exclusões e relocalizações das pessoas baianas à margem do Turismo, pois não são turistas; por isso, é imprescindível que ressignifiquemos os seus quadros valorativos, incluindo no processo de ressignificação a hospitalidade e o lazer das pessoas baianas;

- O fetiche eterno da profissionalização (entenda enquadramento de pessoas baianas aos padrões servis exigidos pela atividade econômica do turismo).

As pessoas baianas sentem-se atendidas pelo estado, mesmo tendo essas políticas em suas 'entrelinhas' implementado uma privatização velada de espaços públicos urbanos e naturais que, após melhorias, passam a ser concessionários para outras pessoas, com recursos financeiros e políticos prontos para explorar os espaços requalificados.

Nesse mesmo aspecto, os argumentos implícitos - principalmente na literatura - no estudo do turismo comunitário, está a invisibilidade de sua dimensão política. Nós estudiosos e pesquisadores estamos carentes de outras racionalidades. A vivência e o fazer coletivo podem ajudar os pesquisadores, assim como me ajudou, a compreender através dessa análise que os estudos têm invisibilizado a dimensão política do turismo comunitário. Se retomássemos grande parte dos estudos feitos, creio que a maioria destes não dá a devida evidência de que estamos em um *estado político*. É a luta pela sobrevivência dos vínculos, perpassa pela espiritualidade dos povos em questão, isso somente pode ser compreendido a partir da *compreensividade das múltiplas racionalidades públicas* inerentes ao povo, no nosso caso, o povo baiano.

Como se falar em espiritualidade por meio de uma racionalidade econômica instrumental? Os convencionalizados modelos de análises positivistas não dão conta de compreender os nossos contextos e outros múltiplos e diversos subcontextos locais. Em nossa forma de análise, identificamos o emaranhado de práticas e temáticas inter cruzadas no/do turismo comunitário. Não recusamos em nossa análise, no âmbito da Rede Batuc, a presença das políticas públicas formalizadas pelo Estado (nas instâncias municipal, estadual e federal) da economia solidária, da cultura<sup>45</sup>, da questão agrária etc.

---

<sup>45</sup> Em 2019, no primeiro mês e ano de governo do Presidente Jair Bolsonaro, foi desfeito o Ministério da Cultura, criado em 1985. Rebaixado para uma superintendência, passa a ter menos importância na definição de políticas públicas e diminuição do orçamento para apoio a cultura. O mesmo equívoco não ocorreu com o Ministério do Turismo, por que? Relembro de Gilberto Gil, quando foi Ministro da Cultura e praticou o que chamou de dimensão experimental: Pontos de Cultura, as ações do campo da diversidade cultural, a extensão do conceito de patrimônio material para patrimônio imaterial, fazendo frente ao que chamou de ameaça ao conceito da identidade (CANELAS RUBIM; KAUARK; MIGUEZ, 2009).

Enfatizamos que o nosso fazer para o trabalho da Rede Batuc tem construído o que não existia, a política pública de turismo comunitário, seja por alargamento das formas de analisar interpretando políticas públicas, seja por construir algo coletivamente, ativando em suas ações uma implicação de democracia e legitimidade conquistada de nossas ações coletivas.

Em nossa apreensão e argumentação da dimensão política no agir democrático e legitimado através do turismo comunitário, enalteçemos as formas de “superar” o problema vivenciado, pois os problemas passíveis de múltiplas leituras e as propostas de alternativas de solução, bem como da implementação dessas, variam de acordo com as especificidades de cada contexto, bem como de como cada arena pública foi constituída. Assim, por dentro da Rede, temos propostas sendo construídas, como demonstramos abaixo:

- i) *Comunicação externa sobre a vida e os usos de territórios tradicionais; descriminalização de movimentos sociais baseados na luta pela terra e da conservação dos territórios tradicionais;*
- ii) *Apropriação de ganhos financeiros do turismo comunitário e convencional para a Bahia e os territórios de Comunidades tradicionais;*
- iii) *Instrumento de compartilhamento de conhecimento e visibilidade para as diferentes etnias e nações dos povos indígenas e quilombolas; suas culturas e ancestralidades, bem como das questões e problemas que os afetam;*
- iv) *Visibilizar as diferentes práticas religiosas, com respeito a sua identidade étnica relacionada às religiões (Candomblé e Umbanda) enquanto ritos de um povo, desmistificando as narrativas folclóricas atribuídas às entidades de culto e religiosas dos povos negros e indígenas na Bahia;*
- v) *Recontar as narrativas, apropriadas pela propaganda e marketing do turismo convencional que se utilizaram da imagem das culturas e religiosidades dos povos e comunidades tradicionais, estereotipando-os em comunicações cujo conteúdo e legitimidade dos usos quase nunca teve o respaldo das comunidades desses povos;*
- vi) *Enfatizar a quantidade e variabilidade de culturas, religiosidade e formas de ser e fazer, indicando as diversas regiões, culturas, práticas religiosas dessas comunidades em um processo de argumentação e construção de narrativa feito pelos próprios sujeitos sob suas próprias determinações e regras sociais.*
- vii) *Articular na academia a criticidade sobre os quadros valorativos aos quais os conhecimentos sobre o turismo, o lazer e a hospitalidade são construídos.*

Um convite para ver a tal “Bahia autêntica”, conforme o Blog Turismo por um Mundo Melhor através de seu mobilizador Alberto Viana vem visibilizando. Ou ainda pela construção de um Programa de Capacitação da Comunicaturi, por Júlia Mc’ Naught que fala a mesma língua das comunidades (mesmo sendo escocesa), se subsidia na filosofia pedagógica freiriana, compreendendo que “antes de vender o azeite de dendê artesanal, os povos precisam que exista dendezeiros”, capacitando inclusive os excluídos por não dominarem a norma linguística escrita – ressignificando a oralidade e metodologias interativas no processo de trocas de aprendizagem na organização do turismo comunitário.

Sob a atuação do Actur (Alagados Turismo Comunitário) que uniu a “velha e a nova guarda” no protagonismo juvenil somando o turismo comunitário como forma mistas de desenvolvimento (autoconhecimento; conhecimento da comunidade; geração de renda e ativismo político) dos jovens e ex-estudantes da Escola Comunitária Luíza Mahin.

O convite para ver a Bahia autêntica, pode ser interpretado ainda, sob a resistência do Gente do Conduru em Serra Grande, que vem abrindo suas casas e desenvolvendo a hospedagem familiar e as Feiras dos Saberes e Sabores como intercâmbio entre ‘centro e periferia’, afetados pela construção do trecho da rodovia BA 001 - Itacaré-Camamu e da concessão do Parque Estadual do Conduru, que desterritorializou pessoas e quebrou seus vínculos anteriores.

Um convite de aquilombamento, da pauta negra em Itacaré através das artes e vivências da Casa do Boneco, e do promover e cuidar da tradição baiana de ‘dar caruru’, em 2022 completando vinte e um anos do Caruru de Ibeji e as Pedagogingas realizados anualmente na Fazenda Quilombo d’oiti, evento de imersão, de acampar no quilombo possibilitando visitantes e turistas fazerem juntos e conhecer a tradição do Caruru.

Do Vivertur - Matarandiba em Vera Cruz sob a luz dos elementos da cultura popular e dos empreendimentos econômicos solidários em sua Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, fazendo o território dialogar, resistir e tecer exigências da Empresa Dow Química Brasil que extrai salgema no subsolo da Ilha/Vila de Matarandiba.

Do Turismo em Movimento recontando e possibilitando o ‘estranho’, visitante os privilegiados por terras, conhecer a questão agrária na Bahia, na Baía de Todos os Santos, em Santo Amaro, ressaltando ainda a importância da agricultura popular e da educação do e no

campo como protagonismo social frente as grandes plantações de Eucalipto que tomam parte das terras de Santo Amaro.

Do reconhecer pelo turismo, as prioridades do ser mulher, do feminino em seus territórios como vem fazendo o Assentamento Caimã Santa Cruz Ponta da Serra em Adustina, no qual ao buscar organizar o turismo comunitário, viram que as mulheres precisavam ser atendidas em suas necessidades territoriais, passando a questão do feminino, da mulher a ser trabalhada ao lado do Turismo Religioso de Base Comunitária – para atender as pessoas que fazem acontecer as tradicionais romarias , como a XXII Romaria da Sagrada Família, que acontece nas terras do assentamento.

A autenticidade da Bahia, pode ser vista na Comunidade do Quilombo do Kaonge que tem no Turismo Étnico Comunitário ensinado a Rede Batuc a visibilizar a produção associada dos territórios, confecções afro-baianas, alimentos e vivências. Tem elaborado anualmente a Festa da Ostra, em 2022 na XII e comercializados Roteiros através da Organização/empreendimento Rota da Liberdade, no Vale do Iguape, Cachoeira.

Na [re]existência de territórios que foram tomados por moradia de veranistas – empreendimentos e condomínios na Contra-Costa da Ilha de Itaparica-Vera Cruz como tem feito o Quilombo do Tereré e Maragogipinho, buscando recuperar a importância dos fazeres do azeite de dendê artesanal e da historicidade da Casa de Farinha para o território ao acolher visitantes, estudantes e turistas em suas terras.

Do Quilombo do Jatimane em Nilo Peçanha, apropriando-se da organização para o turismo étnico comunitário, compreendendo através da Rede que é necessário atribuir valores para o trabalho organizativo e receptivo no turismo, ressignificando o ‘esquecimento’ de organizações profissionalizantes que olharam somente o produto, e esqueceu que pessoas trabalham na organização dos territórios.

Do Em Cantos da Chapada, em Itaetê que vem mobilizando a gestão municipal, e tem buscado reestruturar o turismo local através dos princípios do turismo comunitário em Rede Batuc, como forma de fortalecer o território para as práticas turísticas que invadem a Chapada Diamantina possibilitando, ocupações remuneradas para os jovens que fazem turismo comunitário em Itaetê.

Assentamentos, Quilombos, Comunidades da floresta, do rio e do mar, têm feito esforços de continuar existindo, com conhecimento dos “modos de ser e fazer de seus territórios

baianos”, e nós, enquanto pessoas afetadas pelo turismo temos dedicado eticamente, a partir do lugar de estar na academia, discutir e trabalhar em nossas pesquisas, temas e formatos que possibilitem pessoas como nós, cada vez mais estarem presentes na sociedade e na academia. Dessa forma, apresentaremos as referências que nos amparam para compor essa análise advinda da experiência e que permite-nos acusar a construção da política pública de turismo comunitário baiana por meio de uma perspectiva sociocêntrica. A perspectiva sociocêntrica em políticas públicas indica a importância da historicidade e situatividade do sujeito pesquisado, o que nos leva a construir o capítulo seguinte “Uma Viagem Política: Do Turismo Convencional ao Turismo Comunitário” para argumentar a essa nossa mesoescala de análise.

### 3. UMA VIAGEM POLÍTICA: DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO COMUNITÁRIO

Nesse capítulo, buscamos identificar elementos desencadeadores das ações de trabalho da Rede Batuc para o Turismo Comunitário na Bahia. Esse objetivo é fundamental para analisar como a Rede Batuc vem construindo a política pública do turismo comunitário. Notamos que parte dos elementos que provocaram as consequências da ação da Rede em fluxos de políticas públicas do turismo comunitário tem sua origem na identificação de problemáticas advindas das políticas públicas do chamado turismo convencional. Assim, escolhemos analisar as apreensões do turismo a partir de atores do campo do conhecimento e da política, identificando suas posturas e os efeitos dessas como desencadeadoras de outras concepções das dimensões do turismo que tem culminado na construção da política pública do turismo comunitário. Ao embasar nesse capítulo tais apreensões e suas problemáticas, seguiremos no próximo capítulo para a revelar a atuação do Movimento e a Rede Batuc –, o qual nos permitirá identificar fluxos que ao ser analisados pela Mirada ao Revés nos posiciona para ver e interpretar ações em Rede como constituidoras de fluxos de política pública.

Posto isso à parte, é fundamental explanar aqui o que percebemos nos efeitos problemáticos da apreensão do turismo, que está fortemente ligado ao modelo de política pública do turismo convencional que tem reduzido o turismo a uma atividade econômica industrial. Em nossa análise, compreendemos o turismo enquanto fenômeno social complexo, transdisciplinar e multidimensional (contemplando as dimensões sócio-históricas, econômicas, políticas, culturais e ambientais), advindo das ações (intencionais ou não) e de decisões de uma pluralidade de atores que constroem o que vemos, estudamos e argumentamos do/sobre o turismo (MOESCH, 2000).

Em nossa discussão, reiteramos o uso dos termos ‘turismo convencional’ e ‘turismo de massa’, os quais são diferentes, porém possuem a mesma lógica de apreensão enquanto atividade econômica. Também utilizaremos os termos ‘turismo comunitário’ e ‘turismo de base comunitária’ como sinônimos.

O termo turismo convencional é designado ao turismo cuja forma prática promove grandes fluxos de turistas, grandes fluxos financeiros, incidência de investimentos públicos por financiamentos externo e interno, participação de grandes empresas e redes nacionais e transnacionais. Está associada a esse termo uma perspectiva crítica devida aos efeitos adversos e negativos resultantes de sua prática, relacionado ao incremento da degradação ambiental e dos

tecidos sociais, junto à escassez de planejamento participativo pelo poder público na formação das políticas públicas. Há a sugestão, assim, de uma anomalia de um modelo de turismo “mal desenvolvido”, indicando a predominância da desigualdade na distribuição de riquezas, o reforço das diferenças sociais e os impactos ambientais nocivos gerados pelo turismo convencional (BRANDÃO, 2013; CAÑADA, 2019; CORIOLANO, SAMPAIO, 2013; MALDONADO, 2009; MORAES, IRVING e MENDONÇA, 2018; PANOSSO NETTO, 2010).

### 3.1 EFEITOS ADVERSOS DO TURISMO CONVENCIONAL

Parte dos efeitos adversos do turismo convencional é encontrada na literatura, principalmente nos estudos ligados às transformações espaciais das cidades que denunciam especulação imobiliária, gentrificação turística, turistificação, exploração de recursos naturais e exclusão de povos e comunidades tradicionais: povos originários, pescadores, quilombolas, marisqueiras, ribeirinhos, camponeses etc. Somam-se ainda o *overturism* e a *tourismphobia* como levantes advindos da população residente de países da Europa. Esses efeitos têm causado o deslocamento de povos para outras regiões e a perda de seus espaços e territórios, a dependência econômica local da atividade turística, o aumento de preços e as transformações na cultura e nas relações de sociabilidade (ALVES, CRUZ e MACHADO, 2019; ARAÚJO; MATOS, 2021; BENTO, PRADO e NASCIMENTO, 2021; BISPO, 2020; BRANDÃO, 2013; BRAGHINI; SANTOS; VIEIRA, 2020; MORAES, 2019; RODRIGUES, 2020).

Tais efeitos são também denunciados pela concepção unívoca que levou o turismo a ser construído pelo viés de atividade econômica, equiparando-se às indústrias, naturalizado pela expressão “Indústria sem Chaminés”. Revela-se aqui que a partir dos autores da literatura sobre turismo, visibilizamos um emaranhado de questões e problemas, para nós, visíveis a partir: da atuação dos atores estatais e da literatura acadêmica no delineamento das fronteiras do turismo, as quais permeamos pela busca da apreensão do turismo enquanto fenômeno complexo - diante do inconcluso processo de construção teórico-metodológico do turismo enquanto campo científico (ALVES; CRUZ; MACHADO, 2019; BRANDÃO, 2013; KADRI; BÉRNARD, 2006; MOESCH, 2000; PAKMAN, 2014; SAMPAIO, 2022; TADIOTO; CAMPOS; VIANNA, 2022).

### 3.1.1 Turistificação, Gentrificação Turística, *Overturism* e *Tourismphobia*

A turistificação e gentrificação turísticas são vistas como processos que ocorrem nos espaços físicos e territórios onde o turismo ocorre. Cidades, territórios, lugares ou destinos turísticos. Tem um efeito explícito na dinâmica estrutural dos lugares onde a prática turística acontece. A turistificação por exemplo, é um processo no qual há transformação e apropriação dos espaços públicos, bem como rápidas transformações nas estruturas das cidades; áreas litorâneas e centros históricos (BISPO, 2020; COCOLA-GANT, 2018; GONZÁLEZ-PÉREZ, 2018, 2020; OUASSINI e OUASSINI, 2020).

Conforme Benevides (2003) evidenciou, a turistificação sobre os lugares se dá após esses lugares serem avaliados como lugares potenciais (por possuírem belezas naturais, terras, natureza etc.) ‘disponíveis’ para serem ocupados e negociados, tornando-se lugares ricos de potencialidades – perfazendo a compreensão do espaço físico e das suas transformações. Dessa forma, esses lugares avaliados como ‘potenciais de desenvolvimento turístico’ passam a ser circunscritos a um processo “de planejamento, que tem por objetivo convertê-las, material ou simbolicamente, em recursos e produtos substancialmente destinados ao consumo turístico”, como os litorais e as zonas litorâneas, áreas verdes e de natureza preservadas em espaços de lazer turístico. As culturas, tradições, os hábitos alimentares têm de ser reconfigurados para serem palatáveis aos turistas; a criação e realização de shows, eventos e atividades que pouco dialogam com as tradições e a cultura dos espaços, além da construção de restaurantes, hotéis, shoppings e todo aparato destinado à necessidade da classe turística (BENEVIDES, 2003).

Aliado à turistificação, associa-se a gentrificação turística, que busca ver as transformações espaciais e territoriais, ou seja, gera impacto de segregação social com relação aos espaços físicos turistificados (COCOLA-GANT, 2018; GONZÁLEZ-PÉREZ, 2018, 2020; OUASSINI e OUASSINI, 2020).

A turistificação então colabora para que pessoas comuns, habitantes locais, sem tanto poder aquisitivo frente ao capital de governos e investidores, vendam suas propriedades, porque as propriedades se valorizaram por conta do turismo, bem como porque os padrões de vida e consumo tornaram-se elevados demais para os antigos moradores, transformando-se na gentrificação de pessoas, hábitos, costumes que estavam ligados a espacialidade físico dos lugares, anteriormente não turistificados. A partir da turistificação, ou melhor, de sua característica elementar, que é a de avaliar e tornar lugares em espaços turísticos – priorizando a produção e a oferta de serviços e produtos voltadas para o turista – associa-se à gentrificação turística (BISPO, 2020; COCOLA-GANT, 2018; GONZÁLEZ-PÉREZ, 2018, 2020;

OUASSINI e OUASSINI, 2020).

A gentrificação turística, por sua vez, pode ser compreendida enquanto um termo que diz respeito à substituição da população local e das suas residências por outros - ‘forasteiros’, veranistas, atores e instituições de poder financeiro e/ou político. Esses outros atores investem, adquirem e modificam lugares, propriedades e espaços de convívio, que foram valorizados por obras públicas de melhorias da infraestrutura (reformas e construções de rodovias, portos, aeroportos etc.) (BENEVIDES, 2003; BISPO, 2020).

González-Pérez (2018) afirma que as transformações são evidenciadas pelo aumento do custo de vida e pela transformação e saída da população de suas residências para usufruto de turistas e visitantes. Tem se vinculado a gentrificação turística e turistificação às formas de especulação que são vistas no espaço urbano e lugares turistificados. Apesar disso, González-Pérez (2018) registrou três formas associadas a turistificação e a gentrificação, que denomina como especulações turísticas, como a “financeiras (especulação imobiliária e aumento dos preços dos imóveis); sociais (despejos); funcionais e paisagísticos (transformação simbólica e comercial)” (GONZÁLEZ-PÉREZ, 2020, p. 9).

Esses processos comumente denunciados na literatura têm resultado em mudanças nas relações sociais dos residentes, por conta da substituição dos comércios locais para tipos de comércio especializado na atividade turística, ocasionando a dependência das economias locais do turismo (ALVES, CRUZ e MACHADO, 2019; ARAÚJO; MATOS, 2021; BENTO, PRADO e NASCIMENTO, 2021; BISPO, 2020; BRANDÃO, 2013; CORRUBLE, 2021; GONZÁLEZ-PÉREZ, 2020; MILANO, CHEER e NOVELLI, 2018, 2019; RODRIGUES, 2020).

Os termos overturismo e turismofobia (do inglês *overturism* e *tourismphobia*) se constituíram no ‘desnaturalizar’ das transformações espaciais, sociais e financeiras pela turistificação e gentrificação turística, na perspectiva de moradores e habitantes que tem sofridos e se afetaram ao serem rechaçados por impacto da turistificação e gentrificação turística causadas também pelos modelos de atividade turística de massa, principalmente nas grandes cidades europeias (COCOLA-GANT, 2018; CORRUBLE, 2021; GONZÁLEZ-PÉREZ, 2018; MILANO, CHEER e NOVELLI, 2018; RODRIGUES, 2021; OUASSINI e OUASSINI, 2020).

Rodrigues (2021) associa a gentrificação turística das cidades, em contextos mais atuais, à substituição da população de baixa renda local, em detrimento de uma população de renda maior, bem como de turistas que se hospedam em hotéis e *Airbnb*'s. Ao seguir essas pistas, também identificamos que os efeitos negativos do turismo têm aparecido sob novos termos, porém são resultantes de velhos problemas de efeito da atividade turística, a exemplo

do *overturism* (RODRIGUES, 2021).

Não obstante, quando interpretamos, por exemplo, as pesquisas de turismo na Região Nordeste brasileira, é possível identificar isso e trazer à tona a nossa reflexão de que tais estudos, quando analisados em seu contexto, revelam efeitos de políticas e programas federais que, juntos ao processo sócio histórico dessa região, indicam problemáticas persistentes (ALVES, CRUZ e MACHADO, 2019; ARAÚJO; MATOS, 2021; BENTO, PRADO e NASCIMENTO, 2021; BISPO, 2020; BRANDÃO, 2013; RODRIGUES, 2020; MORAES, 2019)

Nessa perspectiva, Bispo (2020) discute em *Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente* os múltiplos efeitos relacionados à prática da atividade para os moradores de cidades turísticas, demonstrando como a criação de atrativos, facilidades de acesso, equipamentos e serviço em função da atividade turística, se dá pela apropriação do espaço urbano, tornando a atividade turística um “dos principais agentes intervenientes da dinâmica das relações sociais estabelecidas, engendrando um processo dialético de produção de novas territorialidades” (BISPO, 2020, p. 23).

Salientamos o nosso modo de ver as problemáticas do turismo no Brasil a partir dos efeitos adversos da política pública do modelo de turismo convencional, alicerçados sob a constituição do conhecimento, das narrativas, dos discursos de atores das políticas nacional e internacional, bem como das mídias nas quais predominam uma estética de fetiche amparada em políticas públicas do modelo de turismo convencional.

### **3.1.2 Dos Atores Internacionais no Turismo Nacional**

A Organização Mundial do Turismo (OMT) surgiu em 1975, junto a uma sequência de outras instituições<sup>46</sup>, e em 2003 se tornou uma agência especializada da Organização da Nações Unidas (ONU), com o objetivo de gerar conhecimento sobre o mercado de turismo, a promoção de políticas e instrumentos de apoio ao mesmo, o incentivo à educação, a formação, bem como a oferta de capacitações e assistência técnica (PAKMAN, 2014).

Ambas as organizações têm contribuído para apreensões dos conhecimentos e práticas

---

<sup>46</sup> A OMT tem uma história anterior, desde 1925, voltada para o tráfego, deslocamento, as viagens e a publicidade sobre o turismo. Em 27 de setembro de 1970, novos estatutos deram nome e abrangência mundial à organização, fazendo com que essa data passasse a representar o dia internacional do turismo. Em 1975, ocorreu a fundação da OMT, e em 1976 ocorreu a realização da primeira Assembleia Geral da OMT, em Madri, país onde permanece até os dias atuais. Em 2003, a OMT tornou-se uma agência especializada das Nações Unidas, com a missão de promover o turismo sustentável, responsável e universalmente acessível como indutor do desenvolvimento inclusivo. Os órgãos que compõem a OMT são: Assembleia geral, Conselho Executivo, Comissões Regionais e Comitês (PAKMAN, 2014, p. 5-6).

do turismo como atividade econômica por meio das diretrizes propostas aos países signatários de acordos e pactos internacionais, bem como por meio da coleta e análises de dados dos países mundiais imersos no turismo. Os dados levantados alimentam informações mundiais de estatísticas do turismo, no âmbito das Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo (IRTS<sup>47</sup>). A promoção do que vem ou não a constituir elementos da atividade turística para fins de mensuração tendem a dar visibilidade/invisibilidade a complexidade do turismo. Dessa forma, a apreensão dos dados de “chegadas, receitas e despesas, pernoites, tipos de transporte, duração de estadias, e origem dos visitantes”, por exemplo, busca criar uma “linguagem estatística comum”, ou seja, uma “normatização de uma linguagem comum para indexação e pesquisa no âmbito internacional capaz de possibilitar comparações entre os dados obtidos pelos diversos países” (PAKMAN, 2014, p. 11-13), mas que informam prioritariamente o turismo sob lentes econométricas.

A “intrincada malha de relações que envolve governos nacionais, organizações não governamentais, institutos, centros de pesquisa e universidades, tem formulado, adaptado e negociado soluções para lidar com a dimensão geopolítica e instrumental do desenvolvimento” tem levado os atores da academia e da sociedade civil a virem se apoiando na crescente importância do paradigma da sustentabilidade como forma de publicização e inclusão de outras propostas de desenvolvimento do turismo. Despindo-se de ingenuidades, identificamos que a junção da ‘sustentabilidade ao turismo’ acontece, prioritariamente sob os auspícios das diretrizes condicionais para investimentos do BID e de outras instituições internacionais que realizam investimentos nos países signatários da ONU e OMT (BARBIERI; SILVA, 2011; CORRUBLE, 2021; GUIA, 2018)

Concomitante a isso, observamos a articulação e germinação de narrativas, discursos, argumentos e estéticas que embasam a “opinião pública” sobre os benefícios do turismo - enquanto atividade econômica -, por meio das mídias, conferindo uma qualidade de fetiche aos públicos imersos no turismo.

### **3.1.3 Das Mídias e o fetiche do Turismo**

---

<sup>47</sup> A despeito de exemplo, no âmbito das Recomendações Internacionais para as Estatísticas de Turismo (IRTS<sup>47</sup>), de 2008, iniciou-se a recomendação das chamadas Contas Satélites de Turismo (CTS), que são agregados de informações turísticas que ficam articulados às contas nacionais, com base em um Sistema de Contas Nacionais adotado pela ONU, com a função de permitir a mensuração separada do turismo em cada país (PAKMAN, 2014, p. 18).

As diversas mídias têm contribuído para o Turismo como um fetiche, através de imagens, estéticas e cenas padronizadas que mostram desde relatos de viagens, às ‘experiências’ como forma de entretenimento para os telespectadores. Repórteres, artistas, e os atuais influenciadores digitais tem “engrossado o caldo” a despeito de informações sobre os locais turistificados. A mídia ajuda a convencer as pessoas [inclusive] aos residentes de territórios turistificados sobre uma ‘tida’ vocação natural de suas localidades para a atividade turística bem como das significativas melhorias advindas dela. A região Nordeste é um exemplo, lócus próprio da atuação midiática, muitas vezes amparadas na iniciativa privada e pública em torno do chamado marketing turístico. Como identificado por Bento, Prado e Nascimento (2021), a paisagem nordestina composta pelas sub-regiões: Zona da Mata, Sertão, Agreste e Meio-Norte, antes das políticas públicas Estatais de Turismo - como os PRODETUR - tinha a imagem midiática de

[...] fome, pobreza e seca como única imagem associada a uma área classificada de “região problema”. No entanto, uma nova interpretação dos setores econômicos surge sob os auspícios dos mesmos elementos físico-naturais do Nordeste. Obscurecem-se as características hostis, agora notabilizadas pela beleza da paisagem semiárida, onde se vislumbram os benefícios do sol e do ar (BENTO, PRADO e NASCIMENTO, 2021, p. 163).

Dessa forma, a normatividade da turistificação e das gentrificações turísticas foram muito aceitas, pois o paisagismo e a insistente demonstração das requalificações e embelezamento urbanos mostrados na mídia iludem os próprios moradores das localidades alvos do turismo convencional. Ilude não porque as pessoas são ingênuas, mas sim porque ‘qualquer’ melhoria estrutural é bem-vinda, já que antes, (quase) propositalmente, nada era feito, e a imagem retratada era de atraso, pobreza e lócus de invisibilidades por parte do Estado.

A região nordestina, que anteriormente era apenas relacionada a escassez, após a ação do PRODETUR/NE associados a mídia turística publicitária, emerge como território de atrativo turístico capaz de alimentar o consumo energético a partir das chamadas energias limpas/eólica e com o agronegócio através da fruticultura irrigada. Esses novos mecanismos de gentrificação, empregados por elites hegemônicas, segregam as populações tradicionais e promovem o discurso que rotulam camponeses sertanejos como ‘insignificantes’. Esse mesmo Nordeste, ora e outra aparece na mídia, sob leituras de resistência e de ressignificações diversas, mas sempre no lugar do assistencialismo, e pouco na perspectiva transgressora que a região e seu histórico apresentam -inclusive atualmente nas práticas do turismo comunitário.

As mídias são, portanto, importantes atores no contexto do turismo, pois são capazes de

vender qualquer destinação, seja ela turística ou não turística. Tais mídias ensejam fetiches por meio de transmissões de festas populares, de reportagens mostrando como os turistas estão felizes e de como o povo é hospitaleiro e acolhedor ao servir. Essas máximas ajudam na crença de que o turismo convencional, se bem-organizado e planejado, gera empregos e rendas indiscriminadamente. A ideia imagética é também oriunda da influência midiática publicitária de que as pessoas precisam se qualificar e se padronizar. Para servir ao turista, esse discurso midiático tem se tornado crível por muitos.

Assim, frente à escassez de empregos formais, explora-se mão de obra barata, sem que seja analisada a qualidade dos empregos e trabalhos, como nos mostrou Ernest Cañada (2021), ao pesquisar a vida das camareiras dos meios de hospedagem na Espanha. Diante desse cenário, invisibilizamos ainda mais narrativas que versem sobre as hierarquias e qualidade dos empregos gerados pelo turismo, bem como das políticas públicas que o sustenta. Dessa forma, a mídia se configura como um dos atores importantes na configuração e consolidação do modelo de turismo convencional apreendido como atividade econômica (industrial).

### 3.2 DESEMBARCANDO NO TURISMO COMUNITÁRIO OU TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Autores diversos têm estudado o turismo comunitário sob diversas formas. Abordando e ou tentando explicá-lo, identificamos o turismo de base comunitária ou turismo comunitário abordado como um novo eixo do turismo, sobretudo, em países periféricos frente as contradições e os conflitos do turismo” (CORIOLANO, 2019, p.26), como “toda forma de organização empresarial” (BARTHOLO, 2009, p.237), “meios de desenvolvimento e alternativas para o turismo” (BURSTYN; BARTOLO; DELMARO, 2009, p.49); “uma proposta de desenvolvimento apoiada em bases endógenas” (FABRINO, 2013, p.167); como uma metodologia de trabalho ao invés de um segmento de mercado (MIELKE; PEGAS, 2013, p.16); a partir de “uma estratégia em Redes” (MORAES; IRVING; MENDONÇA, 2018, 260), “um conceito técnico-científico em lugares de produção de conhecimento” (MORAES, 2019, p.307); como uma forma de gestão do turismo desenvolvida pela comunidade (BRAGHINI, 2019); uma proposta para o planejamento e o desenvolvimento das localidades através da atividade turística, cujos estudos vêm indicando o “TBC como uma temática em expansão e com produção pulverizada” (GRACIANO; HOLANDA, 2020, p.64).

De acordo com Mielke e Pegas (2013), as situações problemas observadas das análises

dos projetos de Turismo de Base Comunitária que explicavam seu insucesso eram três: 1) acesso ao mercado, 2) governança interna e, 3) gestão das parcerias estratégicas de interesse. Ao se encontrar uma ou mais dessas três situações problemas, era possível presumir a fragilidade de três em cada quatro projetos de turismo de base comunitária (MIELKE; PEGAS, 2013).

Conforme Braghini (2019), em comum, no turismo de base comunitária (ou turismo comunitário) tem-se as pessoas das comunidades tradicionais - ribeirinhas, quilombolas etc. - interessadas ou constituindo esse turismo. Por se tratar de comunidade, possuem lógicas inerentes de sua organização que, em grande medida, não são compreendidas em profundidade pelos critérios de análises convencionais, e quando são analisadas em vieses convencionais, são “consideradas comunidades imaturas ou incapazes, eis aí um risco real de exclusão ou de desqualificação” (BRAGHINI, 2019, p. 44).

Moraes (2019) apontou que ‘distante de representar um consenso’, o “TBC na Rede” está permeado por inúmeras controvérsias e de atores como as organizações não governamentais, os movimentos sociais, as universidades, os órgãos governamentais e o meio-ambiente articulados inicialmente sob estratégias para as lutas em defesa dos territórios tradicionais, que tiveram origem no final da década de 1980 (MORAES, 2019).

A compreensão do histórico do turismo comunitário é imprescindível, pois possibilita identificar os contextos e as situações de atores, ações e temáticas para que possamos analisá-los de forma coerente, em sua diversidade axiológica e multiplicidade de significados compreendendo suas múltiplas racionalidades.

### **3.2.1 O Germinar do Turismo de Base Comunitária (TBC)**

Nas origens do TBC identificadas por Moraes (2019), encontramos o apoio da cooperação internacional através da doação ou financiamento a países da África, Ásia, Oceania, Caribe e América Latina por ONGs como a holandesa *Netherlands Development Organisation*, a suíça *World Wildlife Fund (WWF)*, a inglesa *Tourism Concern*; bem como a atuação da OMT (e da ONU) na aplicação de maiores recursos em África, América Latina e Caribe e no desenvolvimento de iniciativas em consonância aos acordos e pactos firmados após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco 92 que ocorreu há 30 anos, no Rio de Janeiro em 1992 (MORAES, 2019).

O reforço da temática do TBC foi se revelando dentro das temáticas dessas instituições internacionais, e impulsionado por elementos como: Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza, lançado durante a Conferência das Nações Unidas para

Desenvolvimento Sustentável - Rio+10; em declarações internacionais, como a Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote (1995), definida durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada na Espanha; pelas diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e Metas do Milênio; bem como da indicação do ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Junto a esse contexto, a apreensão sobre o TBC toma formas variadas e compreensões pautadas também pela criação de campanhas de informação, educação e de apoio às práticas do turismo ético e de comércio justo em países emissores da Europa (MORAES, 2019).

Isso nos leva para identificar quais são os elementos aglutinadores do turismo comunitário: temas; atores; ações e espaços de práticas aos quais nos conduz a afirmá-lo enquanto um fenômeno social crítico e complexo cuja análise varia em abordagens teóricas, metodologias mais ou menos apropriadas, momentos e contextos multidimensionais.

Moraes (2019) apontou a obra *Tourism: A Community Approach*, de Peter Murphy (1985) como a primeira referência ao significado do termo turismo de base comunitária. Murphy analisou a introdução de ideologias externas e modos de vida estrangeiros em sociedades, como possíveis de ocasionar mudanças de atitudes, valores ou comportamentos que se tornariam inevitáveis porque os turistas interfeririam com maior afluência financeira e de lazer do que muitos residentes (MORAES, 2019; MURPHY, 1985).

Assim, pesquisas sobre o turismo de base comunitária inicialmente foram conduzidas pela relação entre o desenvolvimento turístico e as dinâmicas das comunidades locais, na busca de alternativas para a geração de empregos e para a redução da pobreza, e da inserção de temáticas como solidariedade, respeito mútuo e participação das comunidades locais no compromisso com a atividade turística, fortalecida pelas temáticas e pelos investimentos de instituições internacionais (MORAES, 2019).

### **3.2.2 O turismo comunitário no âmbito das pesquisas acadêmicas**

O aumento das pesquisas acadêmicas sobre o TBC levou a novas apreensões e preocupações no campo acadêmico do turismo, disparando a criação de linhas de investigação interdisciplinares, nas quais o TBC passou a ser pesquisado sobre as titulações de ecoturismo comunitário, turismo rural comunitário, turismo pró-pobres, turismo étnico, turismo social, turismo solidário, turismo responsável e turismo sustentável (MORAES, 2019).

Não obstante, as pesquisas acadêmicas no turismo comunitário, logo inicialmente identificaram que as ações do turismo comunitário tendiam a aparecer também com efeito à resistência de requalificações espaciais e ou sob efeito dos processos de demarcação de terras, da reforma agrária, junto às obras de construção de rodovias, delimitações das Unidades de Conservação Ambiental (UCA); a luta contra a especulação imobiliária em territórios tradicionais; modificações estruturais devido a turistificação que altera as formas de comercialização dos territórios devido a imersão e atração de novos públicos nos comércios locais (BRAGHINI; SANTOS; VIEIRA, 2020; MORAES, 2019).

A partir desse contexto, nota-se também a presença, nas iniciativas de turismo comunitário, de uma forte tradição, em movimentos sociais, de luta por direitos e assunção de deveres da cidadania, somadas à atuação de grupos na prática e defesa de suas culturas e ancestralidade. Esses processos têm contribuído para que o TBC venha sendo organizado por meio de uma ação coletiva e de redes locais, nacionais e internacionais, que têm permitido descrever preocupações comuns e formar alianças entre indivíduos, organizações e movimentos sociais que compartilham a intenção de influenciar agendas de políticas públicas e incitar a reflexão sobre formas de comercialização do TBC, em outros moldes além dos do turismo convencional. Todos os problemas mencionados perpassam as lutas dessas populações pelo direito à defesa e proteção do território e dos recursos naturais e culturais associados aos seus modos de vida (MORAES, 2019).

Assim, há muita confusão a respeito do que seja o turismo comunitário, pois suas características variam de acordo com os territórios de práticas, e tem sido delineado a partir de princípios de prática de cada território e das Redes que se articulam sobre o termo turismo comunitário (VIEIRA; DE JESUS; DE SÁ, 2022)

### **3.2.3 Comunidades Locais e Comunidades Tradicionais e Seus Territórios**

Os debates iniciais sobre o turismo comunitário, articulados aos trabalhos das ONGs, tiveram sua origem em ambientes não acadêmicos. No plano acadêmico, as discussões sobre turismo comunitário foram se articulando a partir dos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBL), que teve sua primeira edição em 1997, sob organização do Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), cuja terminologia usada era ‘turismo local’, ocasionando um

marco para a reflexão crítica sobre a necessidade de desenvolvimento do turismo, a partir de novas bases, à brasileira (MORAES, 2019).

Os territórios nos quais normalmente desenvolvem o turismo comunitário são de comunidades locais e tradicionais, conforme explicitados por Vieira, De Jesus e De Sá (2022). Dessa forma são considerados como de ambientes não convencionais, como as favelas, territórios de povos originários, acampamento de sem-terra e locais de expressiva atuação organizacional local para a salvaguarda de modos de ser e fazer tradicionais, de sentimentos de pertença, de relações com a natureza e meio ambiente, de salvaguarda da ancestralidade, de hábitos e costumes locais que quando não preservados, são esquecidos e se perdem no suceder das gerações (VIEIRA; DE JESUS; DE SÁ, 2022).

De acordo com Vieira, De Jesus e De Sá (2022), as comunidades locais e as comunidades tradicionais apresentam aspectos importantes em comum, através de suas tradições, identidades, seu sentimento de pertencimento, sua territorialidade e seu cuidado com o ambiente no qual estão imersos, ao passo que apresentam hábitos e altas relações de parentalidade. Segundo as autoras, as comunidades tradicionais são protegidas por lei, normalmente abarcadas por políticas instituídas pela Constituição Federal, garantindo suas diversidades pela manifestação de singularidades socioculturais únicas e diferenciadas, com estreita relação com a terra e o meio ambiente, tendo o direito à posse coletiva de suas terras garantidas pela Lei, por serem consideradas mais vulneráveis. As Comunidades Locais urbanas perfazem comunidades com tradições e culturas relacionadas aos seus territórios organizados, consolidando uma longa coexistência nesses locais, porém sem garantia da posse coletiva de seus territórios por instrumento legal (VIEIRA; DE JESUS; DE SÁ, 2022).

Parte dos territórios que desenvolvem o turismo comunitário podem ser qualificados a partir de Povos e Comunidades Tradicionais pela Legislação Federal no Decreto Lei de nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007) sobre a compreensão de grupos que se reconhecem diferenciados culturalmente, com formas próprias de organização social e que habitam e fazem uso de seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007; VIEIRA; DE JESUS; DE SÁ, 2022).

Vale registrar ainda a temática dos territórios sendo debatida, em 1995, no Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo: Sol e Território, promovido também pelo Departamento de Geografia da USP dois anos antes, antecedendo o primeiro Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTB), já deflagrara denúncias com relação aos efeitos socioambientais perversos do PRODETUR-NE, coadunadas sob as contribuições do geógrafo

Milton Santos, que já provocara graves críticas à globalização da economia capitalista, com sua proposição sobre o poder local e a consciência universal (MORAES, 2019).

[...] pretendeu-se debater perspectivas como a valorização e a configuração da endogenia dos recursos, a estrutura horizontal e a importância de fortalecimento do poder local. Toda essa reflexão buscou explicitar que o desenvolvimento do setor, ainda que a partir de recursos externos, deveria partir de uma leitura das localidades onde os projetos turísticos seriam implementados [...] (MORAES, 2019, p. 77).

### **3.2.4 Ações e Atores conformando o Contexto Político do Turismo Comunitário**

Moraes (2019) ressalta a ativação de atores locais no âmbito do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC), no qual se articulava um movimento de entidades, grupos e pessoas que monitoravam as políticas públicas aplicadas à sua região de inserção, tendo como foco as ações iniciadas em 1993, do PRODETUR-NE. Nesse sentido, foi demonstrado como o I ENTBL aconteceu ainda sob a irradiação dos efeitos da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), quando foi pactuada a Agenda 2012, um ponto de partida para o aprofundamento das reflexões sobre os desafios relacionados ao desenvolvimento local (MORAES, 2019).

O primeiro ENTBL ocorreu com discussões pautadas no contexto de debates do turismo na esfera das políticas públicas, no qual:

[...] encontrava-se em andamento, na ocasião, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) que visava à concretização de megainvestimentos na região, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executados pelo Banco do Nordeste. Apesar de o Programa ser dirigido, sobretudo, à implementação de infraestrutura turística, foi desenvolvido sem considerar diretamente os interesses e as demandas das populações locais, gerando, por consequência, inúmeros conflitos e críticas do movimento social. Em contrapartida, à época, encontrava-se também, em implementação, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que propunha proporcionar aos municípios brasileiros com potencialidade turística ferramentas para induzir o desenvolvimento local pela via do turismo. Ou seja, dois programas com objetivos, ações e efeitos contraditórios na efetivação de políticas públicas dirigidas ao setor, que mereciam uma atenção mais aprofundada da academia (MORAES, 2019, p. 76).

Foi no cenário político oriundo dos debates nos ZCC, em 2003, que foi organizado o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável (I SITS), pela ONG Instituto Terramar, em parceria com a Universidade do Estado do Ceará e o Instituto Federal de Educação Tecnológica, sob a temática central “O Turismo Socialmente Responsável para o Desenvolvimento

Sustentável e a Redução da Pobreza”, na qual se germinou as práticas brasileiras do turismo comunitário (MORAES, 2019).

A partir do contexto cearense, vemos como as propostas e diretrizes internacionais para o turismo sustentável se emaranham nas temáticas locais, ativam outros atores e ganham contornos, a priori, singulares. Moraes (2019, p. 81) aponta que “assim, uma arena de discussão e de troca de experiências entre lideranças comunitárias e interlocutores de ONGs atuantes na própria região, representações de comunidades de todas as praias do litoral cearense” se configuraram. Também no âmbito do I SITS observa-se que foi dedicado um espaço reservado para discussão sobre as diferentes formas que alargavam as fronteiras das compreensões sobre o turismo sustentável, com a presença de ONGs internacionais, e de organizações da sociedade civil da Alemanha, Itália, Holanda, Índia bem como de países da América Latina (representados pela REDTURS).

Sob as ressonâncias do I SITS, aponta-se em 2003 a realização do programa de cooperação da Embaixada da França, que fomentou a discussão do termo ‘turismo solidário’ para atores de projetos, instituições de apoio e representantes da gestão pública, culminando no Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável (FITS), ocorrido na França, na cidade de Marselha. Nesse Fórum, sete projetos representaram o Brasil, dada a promoção do turismo solidário feita pelo programa francês: Prainha do Canto Verde (CE), Acolhida na Colônia (SC), Ecoporé (RO), Palmatur (CE), Parque Regional do Pantanal (MS), Aldeia dos Lagos (AM) e Bordados da Caatinga (PI) (MORAES, 2019).

Das diversas temáticas articuladas no turismo comunitário, a partir do contexto supracitado, captamos o brotar do termo ‘turismo solidário’, que se funde às raízes da temática da solidariedade já presentes no contexto brasileiro (associadas aos princípios da Economia Solidária - Ecosol). A articulação proposta pela Embaixada francesa tornou possível a continuidade de discussões sobre o turismo solidário no Brasil e a formação inicial da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (Turisol) em 2003, pelos sete projetos reunidos a partir do FITS, sob o intuito de construir estratégias para fortalecer práticas já existentes, bem como de provocar o interesse de outras práticas comunitárias para o desenvolvimento de um turismo alternativo (BAGAGEM, 2010; MORAES, 2019).

[...] como se construir uma proposta de turismo efetivamente inclusiva, quando o TBC é considerado como produto e as comunidades locais como atrativos? Esta representa uma questão central ainda sem muitos desdobramentos críticos também no contexto da reflexão acadêmica.” Cabe ressaltar que o edital mencionado representou uma ação pontual e isolada do MTur que tentou contemplar o TBC, não se constituindo como um programa em si e nem tendo a continuidade esperada. Além disso, os projetos aprovados

não foram avaliados com base em uma metodologia consistente, para que pudessem ser extraídas algumas lições para orientar desdobramentos futuros (MORAES, 2019, p. 85).

As duas edições dos Seminários Internacionais de Turismo Sustentável (SITS -2003 e 2008), proporcionaram o acúmulo de resultados para a consolidação de terminologias e narrativas, organizadas por autores que se tornaram percussores da visibilidade nacional do termo ‘turismo comunitário’ com efeito em interesses de pesquisas acadêmicas no âmbito nacional. Desse contexto, as autoras Coriolano e Lima organizaram certos princípios (recorrentes) para projetos de turismo comunitário pautados na “integração do Turismo Comunitário às demais atividades econômicas, enfatizando a agricultura, a pesca artesanal e o artesanato”; “acentuar e priorizar a geração de emprego e renda para os residentes nas comunidades, a dinamização do capital local, com ênfase às mulheres e aos jovens”; “assegurar o planejamento descentralizado com o desenvolvimento de uma política de turismo em bases locais”; e, “lutar pela regulamentação fundiária que garanta a posse da terra às comunidades indígenas e pesqueiras e pela regulamentação das unidades de conservação” (CORIOLANO, 2009; MORAES, 2019).

Moraes *et al.* (2020) identificam que, a partir de Fortaleza (Ceará), surgiram as principais contribuições introdutórias ao Turismo Comunitário, conforme vimos a partir do encadeamento dos princípios feitos pelo coletivo da Rede Tucum:

1. As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados, e os projetos são coletivos, de base familiar;
2. O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais.;
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;
4. O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;
5. O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;
6. O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;
7. O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
8. O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental (TUCUM, 2021).

Os princípios do turismo comunitário apontam uma espécie de conciliação, pois derivam das práticas, enquanto a definição conceitual e metodológica é ampla e difusa, correspondendo às abordagens teóricas variadas empregadas pelos pesquisadores do campo/da área do turismo - ora abordado como um modelo de gestão do turismo (BRAGHINI; SANTOS; VIEIRA, 2020), ora como uma prática social (BURSZTYN; RIBEIRO; CRUZ, 2009).

Esse contexto nos auxiliou a argumentar a complexa dinâmica desses atores fazendo

emergir uma atenção ao fluxo desses atores, narrativas e o que cunhamos de ‘apreensões sobre o turismo comunitário’, a partir da elaboração das controvérsias imersas no turismo comunitário, como a de leituras idealizadas e restritas “das dinâmicas socioculturais, que se expressam na armadilha da “vitimização” das populações locais e/ou tradicionais envolvidas no processo e da “redução do TBC a um negócio orientado apenas para a recepção de turistas e para a geração de renda local” (MORAES, 2019; MORAES *et al.*, 2020, p. 146).

Nesse sentido, apesar da informalidade e ausência de recursos financeiros para o apoio, à época da recém Rede Turisol, os esforços para incidir nas políticas públicas brasileiras se faziam necessários, a fim de alcançar os objetivos iniciais da Rede. Em 2007, representantes do Projeto Bagagem, da Acolhida na Colônia, da Prainha do Canto Verde, da Fundação Casa Grande, do Instituto Terramar, da ONG Grãos de Luz e Griô (BA) e do Ministério do Meio Ambiente realizaram um encontro de retomada das ações em Rede Turisol. E, em paralelo a esse Encontro, foi realizada a Reunião técnica no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, na qual enfatizaram os debates sobre o apoio às experiências de turismo comunitário no Brasil - demanda que já era recorrente desde 2003 pelas iniciativas comunitárias, e que fora pauta constante da Rede Turisol (MORAES, 2019).

### **3.2.5 Sobre o Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR nº 001/2008**

Sob a demanda do conjunto de atores de comunidades, dos atores apoiadores como as universidades, ONGs parceiras e do Ministério do Meio Ambiente que tece a ‘costura’ que promoveria o (até os dias atuais) único Edital de Chamada Pública para o apoio de Projetos de Turismo Comunitário, configurando a primeira ação federal de política pública a apoiar outras concepções de valor para o que poderia vir a ser o turismo.

As ações da Turisol se fundamentam em um Turismo Comunitário baseado nos seguintes princípios:

1 - A comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade; 2 - A comunidade deve ser a principal beneficiária da atividade turística, que existe para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação Comunitária; 3 - A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas; 4 - As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante; 5 - Os roteiros respeitam as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível no meio ambiente; 6 - Comunidades e visitantes participam da distribuição justa dos recursos financeiros; 7 - Parceria Social com Agências de Turismo (MORAES, 2019, p. 83 *apud* FONTOURA, 2009, p. 03).

Os princípios propostos pela Turisol tornaram-se referência para muitas ações de prática e pesquisa no âmbito do turismo comunitário, bem como no alicerce das diretrizes que fundamentaram a construção da minuta do Edital do MTUR N° 001/2008. Notamos o termo “gerenciar coletivamente” em um certo amparo, no sentido de comercialização.

A minuta era a referência ao importante Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR n° 001/2008, que viria a selecionar cinquenta propostas de projetos em apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária, com foco no território, para o desenvolvimento local e a inclusão social, por isso, o Edital contemplaria denominações além do Turismo Comunitário, como o solidário e de conservação, com a condição de “busca pela construção de formas alternativas de desenvolvimento turístico”. Nesse edital, as iniciativas de TBC deveriam basear-se “nas premissas de autogestão, de associativismo/cooperativismo, de valorização da cultura local e, principalmente, de protagonismo das comunidades locais no processo de apropriação dos benefícios advindos do turismo” (BRASIL, 2008; MORAES, 2019, p. 84)

Nesse sentido, a partir da obra *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras* (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2008), teve uma apresentação feita pelo Ministro do Turismo à época, Luís Eduardo Pereira Barreto Filho, explicação sobre o turismo de base comunitária, pela qual o Ministro, à época, afirma que a publicação busca refletir acerca de um conjunto amplo de ideias resultados de pesquisas teóricas e empíricas produzidas no âmbito da academia, por especialistas de diferentes formações, as quais demonstrariam a preocupação do Ministério do Turismo em conhecer e apoiar iniciativas de turismo de base comunitária (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2008).

Nessa mesma publicação, há a referência ao Edital MTUR n° 001/2008, do qual foram selecionadas 50 propostas para apoio nos exercícios de 2008 e 2009, representando 19 unidades da federação, e cerca de 100 municípios, com orçamento total previsto de R\$ 7,5 milhões. Porém, em 2008, foram somente formalizados convênio de 22 projetos (redistribuídos, aproximadamente R\$ 150.000 para cada conveniado), nas cinco regiões do Brasil totalizando um investimento de R\$3,36 milhões.

Os resultados dos procedimentos, as diretrizes e estratégias adotadas para o apoio aos projetos de turismo de base comunitária, no âmbito do Edital, foram objetos de análise da equipe técnica do departamento de Coordenação do Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT). No âmbito do DCPAT, os investimentos para as políticas públicas de turismo convencional - ou seja, as que não são de turismo comunitário - totalizaram o valor de R\$40 milhões (aproximadamente 10 vezes mais do que o investimento pontual para o turismo comunitário) “em programas para qualificação em língua estrangeira; formação de

gestores; turismo de aventura, gastronomia, incubação de cooperativas populares da cadeia produtiva do turismo, apoio à comercialização da produção associada ao turismo, entre outros” (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2008, p.12).

Nesse sentido, o Ministério do Turismo, em sua ação pontual de política pública do turismo Comunitário em nível federal, compreendeu - pelo menos no discurso político - o turismo comunitário como uma alternativa de organização para “alguns roteiros e/ou regiões de compatibilizar a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, com a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais” (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2008, p.36).

Moraes (2019) corrobora, em nossa crítica, observando ainda que a mesma ferramenta pontual de política pública - o “MTUR nº 001/2008” - também não conseguiu adaptar as ferramentas administrativas burocratizadas aos contextos das comunidades e dos seus territórios a serem atendidos. Isso ocasionou dificuldades para a gestão imbuídas nas regras e exigências oriundas do plano da esfera pública para a implementação dos recursos pelas iniciativas contempladas no Edital. O Edital, conforme expressou Moraes (2019, p. 84), representava pela parte do MTUR

[...] uma estratégia governamental de apoio ao TBC no país, tendo em vista que representantes governamentais de outros países já haviam exposto, em diversas ocasiões, suas ricas experiências de fomento ao TBC, enquanto não se dispunha de um quadro de políticas públicas brasileiras dirigidas a essa agenda e nenhum compromisso vinculante. Portanto, há de se considerar que o referido edital não foi elaborado e lançado por acaso, considerando que a estratégia de articulação em rede das iniciativas de TBC foi decisiva para conquistar algum tipo de apoio governamental [...].

Talvez por isso, somente 22 dos projetos/das iniciativas aprovados/as chegaram a firmar o Convênio. Ao nosso ver, apesar de importante para o turismo comunitário, a prerrogativa do MTUR gerou uma continuidade da apreensão do turismo enquanto uma atividade prioritariamente econômica, ainda sob as concepções do ‘turismo indústria sem chaminés’. Ao qualificar as iniciativas comunitárias como ‘produtos e serviços turísticos’ com foco na geração de trabalho e renda, as iniciativas de turismo comunitário foram apreendidas como produtos. Moraes (2019, p.207), ao refletir sobre as narrativas elencadas do MTUR, constata que o turismo comunitário para o Ministério representou “mais uma segmentação do mercado turístico” desde o surgimento à consolidação do Edital, configurando “uma contradição” entre as demandas sociais que o fizeram existir e a perspectiva do Estado na prática.

A partir dessas questões, reforçamos as nossas reflexões sobre a insípida ativação do Estado brasileiro para a política pública do turismo comunitário, e a existência de uma série de

realizações de fluxos de política pública implementadas a fim de ‘acordar’ o Estado, e que se questiona sobre as apreensões das instituições públicas do Estado na concepção do turismo comunitário.

### **3.2.6 Formação de Redes, Organização e colaboração para Políticas Públicas do Turismo Comunitário**

As diversas Redes de Turismo Comunitário têm se constituído, formadas e conformadas, quase sempre, em regiões periféricas para o apoio e estímulo a difusão e/ou comercialização do TC, conforme sinaliza Moraes (2020), bem como para a definição de estratégias para enfrentar a condição de negligência da esfera pública com relação a esse tipo de turismo, frequentemente desvalorizado em políticas públicas (MALDONADO, 2009; CAÑADA, 2019; MORAES *et al.*, 2020).

Sob grande medida, essa negligência tem origem na apreensão da política pública de racionalidade funcionalista sob a qual apreende o turismo comunitário como uma ferramenta de desenvolvimento econômico - mesma lógica atribuída ao turismo convencional -, por meio da análise de muitos especialistas do turismo que nutrem suas análises oriundas de quadros de valor voltadas para o gerencialismo do turismo comunitário enquanto atividade de negócio, discutindo a concepção da sustentabilidade do turismo comunitário apreendida prioritariamente pela lógica econômica de mercado em detrimento de outras lógicas e dimensões como a sócio-política. Mielke e Pegas (2013, p. 184) demonstram isso:

É importante realizar que TBC é um negócio onde compra e venda de serviços e produtos que vai além do enquadramento como segmento. Trata-se de um instrumento de combate a pobreza e capacitação social através do desenvolvimento de relações comerciais envolvendo a atividade turística. Sendo que não necessariamente as comunidades devem receber turistas, como ocorre em alguns casos em que membros da comunidade têm contato direto com visitantes na prestação de serviços e/ou na intermediação de venda de produtos, como por exemplo, artesanato.

Dessa forma, as nossas apreensões críticas do turismo e do turismo comunitário, unidos à experiência vivenciada na Rede Batuc, nos permite atribuir uma concepção política por meio das políticas públicas que parta de lentes teóricas apropriadas a argumentar frente as evidências observadas, consequenciais locais onde o turismo comunitário em rede, na Bahia, tem construído a política pública de turismo comunitário baiana. Ao buscarmos identificar as problemáticas do turismo, partimos da concepção do turismo convencional e desembarcamos no turismo comunitário. Compreendemos o surgimento do turismo comunitário/turismo de base comunitária a partir da atuação de diversos atores que emergem nas problemáticas do turismo convencional, das críticas aos modelos turísticos enquanto atividade econômica da ‘indústria

sem chaminés’, bem como resultado das formulações dos atores governamentais internacionais, principalmente com a inclusão da sustentabilidade nas agendas internacionais e nacionais para as políticas e políticas públicas do turismo convencional.

Sob orientação do emaranhado de fatores/problemáticas e lógicas do surgimento do turismo comunitário, é que conseguimos posicionar a nossa perspectiva para compreender a construção da política pública de turismo comunitário na Bahia. É preciso compreender em profundidade as origens dos problemas que fazem emergir um fluxo de atores, processos e temáticas. Descaminhando de visões determinísticas, mas considerando escalas e dimensões complementares, olhamos para o turismo, elaboramos o que há ‘como pano de fundo’ para poder ver a partir dos estudos críticos, em políticas públicas, a possibilidade dessas últimas serem construídas por públicos ativos na formação do turismo comunitário e, nessa pesquisa, no âmbito baiano, no processo de construção de fluxos de uma política pública anteriormente inexistente para o turismo comunitário baiano.

#### 4 EMBARCANDO NO TREM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM DESTINO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO COMUNITÁRIO

A finalidade desse capítulo é compor embasamento teórico que nos permita referenciar a nossa análise da construção da política pública de turismo comunitário baiana por meio de uma perspectiva sociocêntrica. Construimos a nossa discussão a partir de lentes analíticas advindas de propostas, teorias e abordagens dos Estudos Críticos em Políticas Públicas (*Critical Polices Studies*). Esse *locus* tem possibilitado alargar o campo das políticas públicas (BOULLOSA, 2013, 2019, 2020) e Peres (2020), permitindo outras formas de ver, interpretar, pesquisar e analisar.

Para esse objetivo, compreendemos que, nas teorias e abordagens convencionais do campo das políticas públicas, predominam modelos de análise concebidos por meio de uma lógica funcionalista, prescritiva, quase unívoca que advém de uma centralidade atribuída ao Estado em suas ações/inações de governo, em detrimento de outros atores que vêm constituindo fluxos de políticas públicas, como vimos analisando na constituição de políticas públicas do turismo comunitário na Bahia.

Isso foi necessário para ver como uma Rede articulada em torno de uma temática, conforme salientou Moraes (2019), o ‘turismo em Rede’, tem demonstrado uma complexa “trama”, observada através de seus atores, temáticas e contextos que - em nossa análise – movimentam-se de demandantes para constituintes de fluxos de políticas públicas.

Dito isso, salientamos que o campo convencional não valoriza *meso* e *micro* escalas das políticas públicas, pormenorizando as consequências do que tem ocorrido no turismo comunitário baiano. Por isso abordagens brasileiras advindas dos estudos críticos do campo, permitem a reflexão de múltiplas racionalidades de pesquisa e práticas coligadas ao contexto de governo dos problemas vinculados no turismo comunitário. Dessa forma, a “presença ou ausência” do Estado, bem como as abordagens convencionais do *mainstream* das políticas públicas, não dão conta de todos os movimentos e todas as questões levantadas a partir da multiatorialidade, das ações coletivas na arena pública do turismo, como também de apontar os movimentos de busca/resolução de alternativas dos seus problemas públicos. A nossa escolha pela abordagem dos Estudos Críticos da Mirada ao Revés se justifica porque essa abordagem privilegia a análise interpretativa e os atores sociais em uma análise sociocêntrica, reconhece que atores não estatais e materiais não tradicionais de pesquisa são relevantes para compreender a mesoescala de práticas nas políticas públicas e seu movimento como o que a Rede Batuc tem feito. Os Estudos Críticos não são afeitos a modelos, sendo necessário nessa análise a

construção e apresentação do quadro valorativo que montamos para compor a nossa lente referencial analítica. Ancorarmo-nos na abordagem da Mirada ao Revés dos estudos críticos reafirmando sua implicação por se uma abordagem mais democrática e inclusiva que privilegia os atores pequenos, não estatais, os atores periféricos, “os pequenos” rejeitados nas abordagens convencionais do *mainstream* de políticas públicas e do turismo convencional. Dessa forma é possível alargar as fronteiras dos campos tanto do turismo quanto das políticas públicas para caber outros atores.

#### 4.1 POR QUE PRECISAMOS ALARGAR AS FRONTEIRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas surgiram nos Estados Unidos e se espalharam para o mundo, através de diferentes campos do conhecimento. As políticas públicas chegaram na França através das escolas das Ciências Políticas; na Itália através das escolas de Planejamento, e no Brasil, através das Escolas de Administração (BOULLOSA, 2013, 2019).

A aplicação dos conhecimentos gerados para resolver os problemas encontrados constituiu-se pela junção das ciências políticas, administrativas e das Teorias do Estado, no novo campo de estudos das políticas públicas. Em 1940, as políticas públicas nos EUA articularam teoria e prática como forma de resolver problemas enfrentados pelo Estado com relação ao incremento do investimento público; de solucionar problemas sociais; de questões de urbanização; de infraestrutura das cidades; da migração campo-cidade e do aumento populacional atrelado aos problemas causados pela industrialização (CAMPISTA, 2018; FERNANDES; DE AZEVEDO, 2019; MENY e THOENIG, 1992; SOUZA, 2006).

Boullosa (2013, p. 69) afirma que as políticas públicas do contexto norte-americano eram pautadas sob a defesa da “neutralidade” ou da “despolitização de seus estudos”. Concomitante a isso, na Europa, as políticas públicas ganharam foco diante do contexto político do *Welfare State*<sup>48</sup> cujas discussões e práticas estavam associadas a seguridade social baseada na garantia dos direitos sociais, trabalhistas, e na universalização da assistência social para a

---

<sup>48</sup> O *Welfare State* foi um modelo de organização socioeconômica embasado nas teses econômicas Keynesianas. Tinha finalidade em reestabelecer as economias dos países capitalistas desenvolvidos, ao passo que se retomava a capacidade de expansão destes, fazendo frente à tensão social, econômica e política resultado do período entre I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial. A aplicação desse modelo significou uma mudança nas relações entre o Estado, a sociedade e a economia, sendo que as décadas de 1940 a 1960 ficou caracterizada como a “era dourada do capitalismo”, devido as melhorias nas condições de vida no mundo capitalista que configuradas pelo desenvolvimento econômico correlacionado as garantias sociais, ao pleno emprego pode ser constatado nos principais países desenvolvidos (CAMPISTA, 2018).

universalização de acesso à educação, saúde e moradia. Fato este que levava mais equilíbrio as políticas públicas, tornando-as “menos normativas e mais descritivas” (BOULLOSA, 2013, p. 69).

O campo de políticas públicas então tem origem multidisciplinar e continua envolvendo diversas áreas do conhecimento, não sendo estranha sua relação com o turismo. A depender da demanda a ser resolvida podem pautar-se na geografia, psicologia social, administração, economia, ciência política, sociologia antropologia, demografia etc. (CAMPISTA, 2018; FERNANDES; DE AZEVEDO, 2019; SOUZA, 2006).

#### 4.1.1 Os precursores do Campo de Políticas públicas

Celina Souza (2006), ao apresentar o campo das políticas públicas enquanto disciplina do conhecimento, considera que os debates e as discussões sobre o tema ganharam adensamento nas discussões acadêmicas em todo o mundo, alicerçados principalmente nas pesquisas de quatro autores, os quais considera serem os “pais fundadores” da área das políticas públicas: Harold Lasswell Merriam, Hebert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Abaixo, quadro síntese dos “pais fundadores” e suas principais contribuição no campo de públicas, ao qual somamos as contribuições de Thomas R. Dye complementando as bases com que se tem formado gestores e pesquisadores do campo:

**Quadro 05** – Quadro síntese dos “pais fundadores”

<b>Autores Centrais</b>	<b>Contribuição Principal</b>
<b>Harold Dwight Lasswell</b>	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública), propôs as questões orientadoras "quem ganha o quê, por quê e que diferença faz?" para análises de políticas públicas
<b>Herbert Simon</b>	Introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos ( <i>policy makers</i> ).
<b>Charles Lindblom</b>	Questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio - articulando a perspectiva do <i>Policy Cycle</i> .
<b>David Easton</b>	Definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.
<b>Thomas R. Dye</b>	Afirmou que a “política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer”, e, afirmou a existência de problemas públicos, mesmo sem o reconhecimento e intervenção do governo.

Fonte: Adaptado de Souza (2006) e Boullosa (2013, 2019).

Thomas R. Dye, é importante pois começou a pluralizar o campo das políticas públicas ao afirmar que a “política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer”. Dye chamou a atenção para a “existência de problemas públicos que existiriam mesmo sem o reconhecimento e intervenção do governo” – apesar de manter a defesa de certa primazia do governo como promotor de políticas públicas, o espectro de atores envolvidos em tais processos começava a se pluralizar (DYE, 1972, p. 1 *apud* BOULLOSA, 2013, p. 72).

Os percursos do campo abriram caminho para outras teorias e modelos. Identificamos teorias e modelos principais propostos, pelos autores Sabatier; Jenkins-Smith (1993); Baumgartner; Jones (1991); Hecló (1978); Howlett; Ramesh (1995); Haas (1992); Ospina-Bozzi (1998); Kingdom (2003); Lipsky (1980); Grau-Solés (2011); Rittel e Webber (1973); Head (2008); Fischer e Forester (1993); Lascoumes e Lès Gales (2012) que têm oferecido importantes contribuições na modelização para análises em políticas públicas. A partir desses, depreendemos que três pontos focais ganharam relevância: i) os com foco na gestão e na organização, cujas análises priorizam as capacidades do Estado de desenhar e implementar políticas pela análise da eficiência e eficácia dos aparelhos de Estado; ii) os com foco na dimensão discursiva e nos processos sociais vinculados às políticas; e iii) os racionalistas que se referenciam nas teorias da tomada de decisão, com o foco para entender os motivos pelos quais certas políticas são definidas (MENY E THOENIG, 1992; BOULLOSA, 2013, 2019; DE AZEVEDO, 2019).

A esse contexto, juntam-se aos estudos do campo, as análises de comportamentos e conteúdo das decisões tomadas e colocadas em prática pelas autoridades públicas governamentais, as análises das últimas intenções do eleitorado e suas filiações partidária; e, análises dos impactos de uma determinada política governamental. A centralidade do Estado para a resolução de problemas sociais foi naturalizada por meio de demandas diversas apontadas pela sociedade, através de organizações de movimentos sociais, dos sindicatos e das associações de moradores e partidos políticos que buscavam fazer com que suas demandas fossem reconhecidas pelo estado. Dessa forma, atribuiu-se ao Estado e às suas organizações políticas a unívoca legitimidade das capacidades de propor, implementar e avaliar as situações problemáticas e, de indicar se poderiam ser resolvidas através de instrumentos e valores advindos, em grande medida, da racionalidade normativo-prescritiva em políticas públicas (MENY e THOENIG, 1992; BOULLOSA, 2013; CAMPISTA, 2018; FERNANDES; DE AZEVEDO, 2019).

Registramos abaixo, no Quadro 06 as principais teorias que embasam a construção de modelos de análise em política públicas:

**Quadro 06** – Teorias e seus principais autores

TEORIAS	PRINCIPAIS AUTORES
Coalizões de defesa	(Sabatier; Jenkins-Smith, 1993)
Equilíbrio pontuado	(Baumgartner; Jones, 1991)
Redes, comunidades e subsistemas ou subgovernos	(Hecló, 1978; Howlett; Ramesh, 1995; Haas, 1992; Ospina-Bozzi, 1998)
Teoria dos múltiplos fluxos decisórios	(Kingdom, 2003)
Sistemas complexos	(Lipsky, 1980; Grau-Solés <i>et al.</i> , 2011)
<i>Wicked problems</i>	(Rittel; Webber, 1973; Head, 2008)
Comunidades epistêmicas; e de Política, da Virada argumentativa	(FISCHER; FORESTER, 1993)
Ação pública	(Lascoumes; Lès Gales, 2012)

Fonte: Adaptado de Meny e Thoenig (1992); Fernandes; De Azevedo (2019).

O Quadro ‘Teorias e seus principais modelos’ nos permitiu questionar as origens e os motivos que levaram a construção dessas teorias por seus autores. Elas partem de investigações a partir de outras realidades observadas, em outras temporalidades, e, acabam por serem referenciadas em escala global. Essa replicação ou aplicação exigida pela natureza científica, tem invisibilizado contextos, temporalidades, bem como tornando pouco eficazes frente as rápidas transformações que afetam uma grande diversidade de contextos sociais. Por isso os estudos críticos compõe um importante ponto de partida que tem dialogado com a nossa análise do turismo comunitário e sua política pública, apesar de sua origem estrangeira.

#### **4.1.2 Dos Estudos Críticos em Políticas Públicas**

Os estudos críticos em políticas públicas comportam diversas abordagens e lentes teóricas; contudo, explicitamente, conciliam três posicionamentos complementares, pelos quais: 1) erguem-se sobre a crítica ao cientificismo positivista, à neutralidade normativa, bem como ao modelo elitista de democracia liberal-tecnocrática; 2) acolhem a linguagem e as práticas comunicativas como materiais centrais de pesquisa; e 3) propiciam múltiplos caminhos de análise. Possibilitam ainda o estudo das diversas racionalidades coexistentes nos contextos de políticas públicas, sendo um ‘horizonte’ que tem amparado e embasado as abordagens contra *mainstream*, referenciadas principalmente pelas “revistas especializadas, quanto das sociedades de fomento à produção científica, não obstante sua pouca difusão, ainda, no contexto brasileiro”

(BOULLOSA, 2019, p. 91). Dentre essas novas abordagens, 4 ganham destaque: “argumentativa, a interpretativista, a narrativa e a mirada ao revés” (BOULLOSA, 2019, p. 91) – pelas quais tem sido construídos novos caminhos de estudo, pesquisas e produção de políticas públicas.

Como efeito para nós, as novas abordagens possibilitam questionar sobre se há um *locus* único de enxergar as políticas públicas? Se esse *locus* é de domínio do Estado? Compreendemos que a sociedade é mais ampla que o Estado, e que o Estado deve representar a sociedade, mas nunca vai sê-la por completo. Não é, portanto, exclusividade do Estado, nas práticas e contextos atuais (2022), o *locus*, de fato, condensador social das relações políticas, economias, culturais, ambientais e políticas da sociedade. Nesse sentido, percebemos como condição limitante para interpretar e compreender a construção das políticas públicas do turismo comunitário na Bahia, se nos limitarmos aos modelos analíticos prescritivos, e pré-estabelecidos, mesmo que estes colaborem em nossa análise. Para nos possibilitar olhar para o que tem ocorrido no campo do turismo comunitário e das suas políticas públicas, foi necessário mirar ao revés, para visibilizar ações coletivas, fluxos, sentimentos, argumentos, narrativas que têm construído uma política pública.

Não daríamos conta dos fluxos e da complexidade do que apresentamos no Capítulo 2, se nos amparássemos, por exemplo, na abordagem e modelos como o do *Policy Cycle* concepção manualística das Políticas Públicas por meio dos Ciclos, dado que tudo que vemos esteve e está em movimento, em processo de construção. Ao tomarmos como possibilidade compreender a ação de uma Rede de atores incidindo no turismo comunitário ora formando pautas e discursos, ora implementando ações de organização em gestão social, incidindo na comunicação e informação, na articulação política, e publicização de questões de direitos sociais, de temáticas (questão agrária, da economia solidária, de gênero e da ocupação dos solos e territórios etc.).

#### 4.2 MIRADA AO REVÉS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Abordagem da Mirada ao Revés – proposta por Boullosa (2013, 2019) - apresenta uma das poucas abordagens no Brasil que partem da lógica crítica em políticas públicas e que propõe problematizarmos o *locus* da produção de conhecimento. Assim, ao propor a observação do *locus*, de uma posição *ao contrário/ao revés*, vemos questões a partir de uma *relação periferia-centro*; ao invés de convencionais formas de ver e produzir conhecimento baseadas em uma *relação centro-periferia*.

Essa postura colabora para erguer nosso posicionamento diante das múltiplas temporalidades e espacialidades com as quais convivemos (BOULLOSA, 2019), e que por

muito tempo foram invisibilizadas ou inexistentes, a partir dos lócus de produção e reconhecimento dos saberes pelas estruturas convencionais que imperam nas estruturas tecnológicas, sociais e de saber.

Mirada ao Revés é uma abordagem sociocêntrica, que propicia o pensar sobre e o fazer de “um modelo normativo, crítico e situado” (BOULLOSA, 2019, p. 98), que nos permitiu ver e interpretar (PERES, 2020) os contextos de políticas públicas como espaços onde coexistem múltiplas e diferentes racionalidades (BOULLOSA, 2019). As políticas públicas são assim tomadas a partir de seus contextos, como “fluxos de instrumentos, práticas e argumentos, ativados por uma multiatorialidade que está interessada em problemas públicos e que tende a buscar alternativas de solução de um problema ou bem percebido como de pública relevância” (BOULLOSA, 2019, p. 96).

Dessa forma, analisa-se políticas públicas “como fluxo axiológico de uma multiatorialidade ativada em experiências públicas/contextos de governo de problemas considerados de pública relevância ou em contextos de preservação de bens públicos” (BOULLOSA, 2013, 2019, p.96), nos abrindo caminhos para novas possibilidades de análises no contexto da realidade atual – como nessa pesquisa, observadas nas consequências de uma multiatorialidade ativada em Rede Batuc.

Ao ‘mirar ao revés’ junto a concepção de “experiência publica” defendida por Peres (2020, p. 32), é possível “ressignificar o conceito de políticas públicas” e interpretar outros fluxos multiatorial, multissensorial, multidimensional, *multi-intensional* etc. (PERES, 2020, p. 24) com o auxílio da Mirada ao Revés. Permite-nos ainda, elaborar reconfigurações teórico-metodológicas, como proposta de estudo e análise, compreendendo as políticas públicas como processos de busca em detrimento de objetos imutáveis (BOULLOSA, 2013, 2019, 2020; PERES, 2020).

Isso nos coloca diante de um campo dinâmico que é permeável e sofre mutações cabendo “além de instrumentos, ações, intenções e argumentos” outras dimensões como as “afetivas, sensoriais e subjetivas das situações de políticas públicas” (PERES, 2020, p. 38-39).

Dessa forma, nos posicionamos invertendo o olhar, junto a compreensão de Boullosa (2013, 2019, 2020), permitindo-nos ver que os fluxos

[...] passam a ser multidirecionais, não lineares e o processo decisional torna-se plural. Assim, as políticas públicas são constituídas a partir das contribuições e da interação entre diversos atores em um espaço sociopolítico, com regras e dinâmicas próprias (BOULLOSA, 2019, p. 6).

Nesses fluxos, quem governa é quem se atoriza nos processos, e as ações de governo entram no curso das políticas públicas, independentemente da qualidade dos atores em governo.

Dessa forma, ao olharmos para a Rede Batuc (e por dentro da Rede), vimos as *ações de governo* da Rede que não são *do governo* para compreender os processos e fluxos que permitirão fazer a nossa análise apontando como se tem construído a política pública de turismo comunitário baiana. Diante do que acima exposto, na definição proposta por Boullosa (2013, p. 77-78) Políticas Públicas são:

[...] fluxo de ações e intenções ativadas por diferentes atores que buscam governar (inclusive definindo) problemas públicos ou bens públicos de acordo com suas compreensões de tais problemas ou bens, mas, também, de acordo com seus poderes de governabilidade, de mobilizar recursos e de influenciar os demais atores que conformam aquela específica arena pública.

Esse olhar invertido em torno dos estudos das políticas públicas implica em visibilizar a postura do analista - a minha postura - e de seu quadro de “valor ativo” direcionado em uma análise da política pública. A inserção da perspectiva do observador/analista em direção ao problema público, unido à ação de governo, é parte dos elementos do processo e fluxo da política. Ou seja, essa análise, bem como a publicação dos resultados identificados e interpretados, passará a compor também o fazer das políticas públicas por meio do turismo comunitário baiano. A política (*Policy*) é ‘pública’ porque o(s) problema(s) que *reúne(m)* as ações voltadas para a sua definição e seu tratamento é (são) “público(s)”. Ou seja, o adjetivo de ‘público’ é dado pela ‘qualidade do problema’ (BOULLOSA, 2013, 2019).

Dentro dessa atual perspectiva, os atores capazes de promover ações de governo sobre um problema considerado de pública relevância são aqueles que se outorgam algum grau de governabilidade sobre o processo de política pública, levando a uma construção de uma arena relativa à área de atuação. A esse processo múltiplo dado por uma “multiatorialidade situada” é que se mobilizam fluxos de instrumentos, práticas e argumentos, e que permite-nos ver um contexto de governo de problemas. Essa perspectiva ao revés compreende que as políticas públicas são um universo para além de leis, normas, procedimentos administrativos, fenômenos objetivos, decisões e/ou escolhas. Não despreza, portanto, que os atores decidam, escolham, tenham intenções, tenham programas organizados e/ou um projeto compreensível (BOULLOSA, 2013, 2019).

Ao ‘mirar ao revés’, as características de uma política pública apresentam possibilidades de serem construídos analíticos definidos a partir de um problema que deve ser socialmente reconhecido como público. Nessa perspectiva, Boullosa (2019) apresenta a política pública sob a *Mirada ao Revés* como uma abordagem *sociocêntrica* retroalimentada por uma espécie de compreensividade das múltiplas racionalidades coexistentes em políticas públicas, pois a

*racionalidade compreensiva pública* comporta as múltiplas e diferentes racionalidades expressas na complexidade social.

Por meio dessa abordagem, assume-se a *reflexividade* como um “motor da aprendizagem”, ao mesmo tempo em que compreendemos que os processos de análises em políticas públicas devem ser uma forma de fazer *pesquisa implicada* - ao invés de pesquisa aplicada – além de entender que *fazer política significa também fazer ciência* (PERES, 2020, p. 46).

A análise pela a *Mirada ao Revés* nos direciona para alternativas de um projeto de sociedade no qual os direitos e valores são elementos imprescindíveis para que tenhamos nos resultados de pesquisa a democracia como um elemento sempre presente. Em suma, a *Mirada ao Revés* toma as políticas públicas como um processo ou, de certa forma, um “produto” derivado de uma ação pública coletiva processual, complexa e multiatorial voltada à resolução de um problema considerado de pública relevância – que pode envolver degradação e consumo de bens públicos (segurança, saúde, moradia etc.), ou ainda a preservação e reconstrução de tais bens, que tem com sujeitos de ação o resultado de um coletivo - a Multiatorialidade (BOULLOSA, 2019).

#### **4.2.1 Multiatorialidade**

A multiatorialidade é ativada sob um conjunto de valores, de ações e intenções, predominantes em experiências públicas que se organizam contextos de governo de problemas considerados de pública relevância ou em contextos de preservação de bens públicos, ancorando-se em uma visão sociocêntrica dos processos de políticas públicas (BOULLOSA, 2013, 2019).

É a multiatorialidade que ativa os fluxos de instrumentos, práticas e argumentos esta

[...] em contínua transformação, que não pode ser definida a priori e que é sempre situada no tempo e no espaço, porque se constrói no próprio fluxo, como êxito de diferentes práticas de uso, ativadas por diferentes grupos, os quais, ao consolidar suas gramáticas, vão se tornando público em tais e de tais fluxos - em um processo que Dewey (1927) chamou de publicização (construção de público) (BOULLOSA, 2019, p. 92).

A multiatorialidade pode ser compreendida em sua “complexidade, incerteza e posicionalidade” (BOULLOSA, 2019, p. 97), integrando, assim, movimentos ativados pela diversidade, o que pode ser mais bem compreendido, “em outras palavras, por meio da

multiatorialidade, que atoriza a articulação entre atores” (BOULLOSA, 2019, p. 97)

A multiatorialidade pode ser vista por “uma espécie de reflexividade pública que se dá na e pela ação, mais do que engajada, está implicada em um processo de transformação social” (BOULLOSA, 2019, p. 99).

À medida que os problemas são delineados, eles também delineiam os seus públicos, ou seja, constituem *públicos*. Esses públicos formados e deformados no processo de publicização e da problematização das questões que lhes afetam, não são públicos inertes, receptores de mensagens midiáticas ou de ações políticas, mas sim perfazem coletivos constituídos em função dos próprios processos de associação, de cooperação e de comunicação em torno de um problema, o que os leva à ação coletiva (CEFAÏ, 2013; DEWEY, 1927; BOULLOSA, 2013, 2020; BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021; CEFAÏ, 2013, 2017; PERES, 2020).

A Multiatorialidade, termo atribuído por Boullosa (2013, 2019), expõe um poder de ação de como atores coletivos, congregados em torno dos mesmos interesses e das mesmas preocupações, delimitam problemas que têm alcance público, e em ação de governo (BOULLOSA, 2013) e, ao fazê-lo, constituem-se como um “público”. Os fluxos multiatoriais (BOULLOSA, 2013, 2019) se transformam continuamente a partir da combinação de diferentes elementos.

Isso engendra uma “racionalidade compreensiva pública” advinda com e de “diferentes modelos explicativos de racionalidades possíveis, passíveis, pelo menos parcialmente, de serem reconstruídos a partir de seus quadros de valor ativos, sobretudo quando no curso da experiência situadas e com posicionalidade crítica” (BOULLOSA, 2019, p. 101).

As ações coletivas e a arena pública se dão a partir dos problemas públicos, e esses problemas são ativados por sujeitos – um público ativo - coletivo, múltiplo que, ao multiatorizar-se, trazem consigo fatos objetivos ou subjetivos nos quais se engajam mais atores diversos, com interesse e valores múltiplos, atribuição de sentidos e significados múltiplos, vindo e trazendo significados e sentidos para a compreensão, ação e arena voltada para o público problema.

As características do problema público são advindas, construídas e amadurecidas na arena política, sendo o problema social uma construção coletiva, plural, êxito de muitas interpretações e particularizações sobre e para ele (BOULLOSA, 2013), enquanto o problema público é uma dessas tantas interpretações possíveis que justificam diferentes mobilizações da multiatorialidade, incluindo essa analista que vos escreve (BOULLOSA, 2013, 2019; PERES, 2020) sobre a política pública do turismo comunitário.

#### 4.2.2 O Público: Problemas Públicos e Problemas Sociais

As ações coletivas e as arena públicas se dão a partir dos problemas públicos, e esses problemas são ativados por sujeitos – um público ativo - coletivo, múltiplo, que, ao multiatorizar-se, traz consigo fatos objetivos ou subjetivos nos quais se engajam outros atores diversos, com interesses e valores múltiplos, com diferentes atribuições de sentidos e significados, costurando a compreensão e o fazer de suas ações - no fazer/aprender-fazendo -, construindo uma arena voltada para um certo público e um determinado problema público.

As características do problema público são advindas, construídas e amadurecidas nessa arena. Dessa forma, o que se entende como problema social, passa a ser um ‘problema público’, depois que passa por interpretações e construções coletivas, plurais, êxito de muitas interpretações e particularizações coletivas feitas por meio de ações coletivas em uma arena pública. Dessa forma, o problema público é uma destas tantas interpretações possíveis que justificam diferentes mobilizações da multiatorialidade, incluindo essa analista que vos escreve (BOULLOSA, 2013, 2019; PERES, 2020).

Isso leva a estarem conectados a diferentes acontecimentos, eventos heterogêneos, diante de diferentes contextos institucionais, estando formados também por comportamentos, cultura, movimentos diversos etc. São, portanto, compostos de múltiplas arenas por meio das quais as ações coletivas são protagonizadas (BOULLOSA, 2013, 2019; BOULLOSA e PERES, 2022; PERES, 2020).

De Dewey (1927), em *The Public and Its Problems*, depreendemos a importante discussão sobre e da definição de problemas e identificação de públicos, das simbioses entre fato e valor e entre público e político, bem como de elementos orientadores para a construção de comunidades. Ao ter discutido as suas noções sobre Estado e democracia, Dewey ressaltou as características que transformam os governos em ação, recorrendo ao reconhecimento da ativação de público, como sendo *um estado político* (DEWEY, 1927, p. 292). O autor enfatiza que esse “estado político” é encontrado nas transações anteriores ao que se reconhece como Estado. Para isso, a definição, bem como as alternativas para os problemas, deve ter como base a democracia centrada na ação pública - para nós, na ação coletiva (CEFAÏ, 2017), e na experiência de se estar num *estado político* (o público) (DEWEY, 1927).

Dewey (1927) reforçou a compreensão dos problemas públicos ao afirmar que quando a dinâmica de problematização e publicização dos problemas ultrapassam os que são afetados diretamente pelo problema público é que se inicia o Processo Político. Em consonância a perspectiva deweana, a definição da situação problemática vai além de uma questão de

criatividade, mas também de instauração de instituição, pois no processo de definição das situações problemáticas, se faz crescer uma arena de expressão e argumentação e isso leva à multiatorialidade (BOULLOSA, 2019) a ganhar um poder de ação como atores coletivos, que por meio de ações coletivas, congregaram-se em torno dos mesmos interesses e das mesmas preocupações ao delimitarem problemas que têm alcance público. O público imerso nesses processos, estando ativado em um estado político ao terem delineado seus problemas, situações problemáticas e definido os bens de relevância pública, traça inclinações por meio de formulações de críticas e de denúncias que são apresentadas por mediações estéticas que dão forma e sentido ao problema.

Um problema público para Dewey (1927), não ocorre no vazio; ele é construído e vai sendo pré-formatado por precedentes, cujas marcas desse problema podem ser encontradas em uma “cultura pública” (DEWEY, 1927, p. 38). Os problemas não nascem como sociais e nem como públicos, eles são construídos e transmutam dos problemas sociais para os problemas públicos. A leitura deweana se dá a partir da dúvida, ou seja, de questionamentos que os atores fazem de uma situação problemática para a construção de argumentação e de modelizações das ações coletivas (BOULLOSA, 2019; DEWEY, 1927; PERES, 2020).

Para Boullosa (2013), as características do problema público são também advindas, construídas e amadurecidas na arena política, sendo que o problema social é uma construção coletiva, plural, êxito de muitas interpretações e particularizações sobre e para ele. Um caso, ou uma conjuntura só assume o caráter de problema público quando se torna assim reconhecido intersubjetivamente, passando a ser discutido pelos atores políticos interessados (BOULLOSA, 2013).

Nesse processo, os atores constroem significados e sentidos para os problemas que observam. A partir disso, os atores comunicam as suas leituras do problema interpretado, buscando mobilizar a opinião pública, ao passo que imputam significados no processo de construção (BOULLOSA, 2013, 2019; BOULLOSA *et al.*, 2021; CEFAÏ, 2017; DEWEY, 1927; FISCHER, 2016). Esses fluxos juntos vão formando uma sobreposição de arenas que se expressam em uma espécie de nova arena - a *arena pública* (MAJONE, 1997; BOULLOSA e PERES, 2022; PERES, 2020; PERES, BOULLOSA e BESSA, 2021a, 2021b).

### **4.2.3 Das Arenas Públicas e Ações Coletivas**

A arena pública perfaz um lugar de produção, engendrado por um problema, de circulação e de trocas intensas de argumentos, que envolvem sensibilizações, preocupações, mobilizações, pesquisas, experimentações, disputas etc. (CEFAÏ, 2017). Essa concepção de arena, se difere da concepção de estudos convencionais em políticas públicas, como a empreendida partir de Lasswell que considerou ‘arena’ como ‘uma situação em que funcionários estatais estão envolvidos’ diretamente. Como define Cefai (2013, 2017), trata-se de compreender a noção de esfera pública de outra forma, isto é, passando a compreendê-la sob uma outra ótica onde, atualmente, os espaços públicos são mais híbridos, dinâmicos e até mesmo virtuais, caracterizados por múltiplos atores em interação. Dessa forma, Cefai (2017) passa a usar a expressão “arena pública” para estudar essas atuais configurações (CEFAÏ, 2017).

Diferentemente da esfera pública, a arena pública pode ser interpretada como uma rede que se forma em torno de *public issues* (questões problemas vistos pela multiatorialidade) em um espaço de confrontação e de cooperação, no qual os problemas públicos são (re)significados e compartilhados, e vários atores e instâncias - para além e não centralizados do Estado e de seus aparelhos estatais -, se articulam e se mobilizam (CEFAÏ, 2017).

A nossa compreensão de arenas públicas, de acordo com Cefai (2017) “são meios onde coletivos se formam e se regulam em torno de expectativas mútuas, crenças complementares e hábitos conjuntos” (CEFAÏ, 2017, p. 43). A perspectiva do autor, reforça o que Boullosa (2019; 2019) discuti como sendo uma arena pública que também é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam.

Já a nossa afiliação as arenas públicas, de acordo com Cefai (2017, p. 208), embasa que a arena pública que a rede Batuc vem construindo “são meios onde coletivos se formam e se regulam em torno de expectativas mútuas, crenças complementares e hábitos conjuntos”. Junto às contribuições desse autor, tem-se que “uma arena pública é diferente de um mercado (lógica do lucro por meio da troca), de um campo (lógica de dominação entre grupos sociais) ou de uma ágora (lógica da argumentação e da deliberação)” (CEFAÏ, 2017, p.208). Isso conforma a nossa assertiva de que a dimensão política do turismo comunitário, pois suas narrativas indicam o ultrapassar da lógica finalística da comercialização turística.

Desse ponto de vista, as arenas públicas não são redutíveis aos mercados em que se agregam estratégias racionais ou aos campos de relações de força entre dominantes e dominados. Também não são redutíveis às ágoras de troca de argumentos, e exigem um alargamento dessa visão discursiva ou dialógica da razão pública. Nesse sentido, Cefai (2017)

aponta que existem arenas sociais de todo tipo, mas só quando “esses mundos de mundos sociais, que configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições, são ordenados visando realizar um bem público ou evitar um mal público é que se fala de arenas públicas” (CEFAÏ, 2017, p. 208).

Essa diversificação apresentada pelo autor, coaduna com as narrativas do turismo comunitário que conjectura uma arena ampla de discussões para além da econômica, industrial, de mercadoria fetichista. Sua natureza é complexa e tem inerência política. Isso, nos ajuda a pensar que a política e as “controvérsias no turismo comunitário” expostas por Moraes (2019, p.257), podem se apresentar enquanto uma arena pública que, quando pesquisada superficialmente, não nos permite adentrar para além da lógica individualizada, de mercado, campo ou de ágora. Mas ao tomarmos em perspectiva que as ações coletivas desencadeadas por uma multiatorialidade, performando públicos a medida em que formam suas próprias interpretações de ‘seus’ problemas públicos, aí sim, vemos então conformar uma arena pública.

Captamos então que as arenas públicas são feitas de um processo complexo, interativo e generativo. Se as arenas sociais fossem tomadas pela característica da racionalidade econômica, essa configuraria apenas uma das modalidades possíveis da ação em uma arena social. A arena pública do turismo comunitário indica a ultrapassagem da exacerbada atenção da racionalidade econômica dada ao turismo, desacentuando o valor mercadológico e de sua relação imperativa no turismo. Isso tem ressignificado, um estilo de dominação atribuído ao turismo há muito colonizado por lógicas econômicas, e envolvido em um processo de financeirização, em que o estado de direito social ficou inerte diante da multiplicação dos dispositivos de controle de atores da iniciativa privada e do Estado.

Compreendemos que há diferentes concepções dentro da arena do turismo convencional e de massa, entretanto, ao complexificar o turismo comunitário considerando o que Cefai (2017, p.205) chama de “mundos sociais”, vemos a conjuntura de uma arena pública.

Peres (2020) elabora que uma arena pública é um espaço de reflexividade coletiva, eminentemente plural e conflituosa, por meio da qual uma comunidade se auto estabelece, conforme indicado por Dewey (1927), com suas controvérsias, suas investigações e suas experimentações.

Aproximando-se dessas perspectivas, em nossa análise, as evidências argumentadas indicam que a construção da política pública de turismo comunitário na Bahia, em sua organicidade em rede, tem criado uma arena própria – a arena pública do turismo comunitário baiano. Dessa forma, ao pesquisar sobre as arenas públicas desembocamos numa espécie do que Cefai (2017) caracteriza como uma topografia da experiência pública recheada de

“horizontes indo da intimidade à exibição, com suas zonas de segredo de equipe ou de instituição e com sua arquitetura distribuída por auditórios, cenas e bastidores” que podemos interpretar também a partir das ações coletivas que conformam a arena pública.

O conceito de ação coletiva está consolidado em função do público que o ativa – nesse caso, a multiatorialidade. A ‘ação coletiva’ é a ação dos sujeitos em prol de alternativas de resolução do(s) problema(s) público(s) que lhes afeta(m), e/ou a ação tomada para a seguridade de um bem que os sujeitos consideram como relevante para si. Por outro lado, a noção de ‘ação pública’ diz respeito às ações/reações das autoridades públicas ou aos arranjos institucionais/corporativos como responsáveis pela resolução de um dado problema por meio da representatividade, para que atuem na resolução de problemas e proteção de bens considerados públicos (CEFAÏ, 2013; PERES, 2020).

#### **4.2.4 Da Apreensão à Argumentação**

Ao orientarmo-nos por meio da abordagem da *Mirada ao Revés*, os Estudos Críticos em Políticas Públicas, tem apontado a importância das apreensões dos argumentos e quadros valorativos como sendo indissociáveis do processo de análise de políticas públicas.

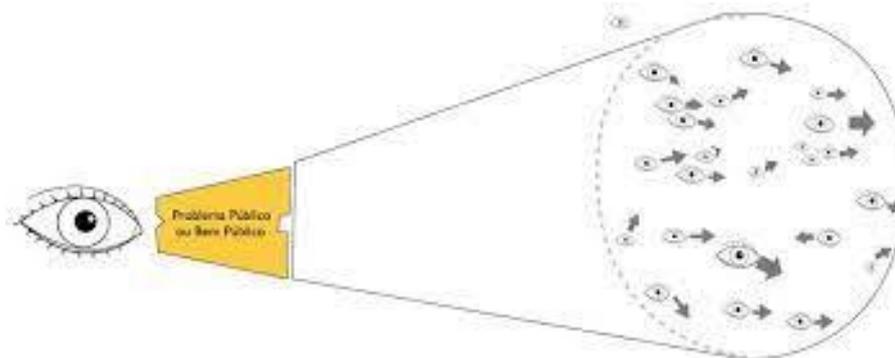
Frank Fischer e John Forester (1993) contribuíram para radicalizar a perspectiva crítica sobre a análise de políticas públicas, pois enfatizam a centralidade dos argumentos no processo de políticas públicas, evidenciando a indissociabilidade entre fato e valor. Os autores organizaram a obra *The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning*, um conjunto de textos de diversos autores, evidenciando a Virada Argumentativa nos processos de Políticas Públicas. Frank Fischer e John Forester (1993) reuniram na obra o consenso do reconhecimento de que a linguagem não é um instrumento neutro, mas um sistema de ideias através do qual as pessoas dão significado ao mundo, interagem e moldam suas ações (BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021; FISCHER; FORESTER, 1993).

Dessa forma, a atenção que atribuímos aos processos mais amplos de argumentação, é devido ao fato de atores diferentes entre si serem construtores de arquiteturas de persuasão e valoração, com base em seus pontos de vista, e que as levam consigo por meio de suas ações - públicas ou coletivas -, ao formar arenas sociais/públicas, reorganizando e incidindo sobre as ideias e valores em disputa (FUKS, 2000; MAJONE, 1997; BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021).

Assim, na *Mirada ao Revés*, o processo de argumentação tem um significado importante, na medida em que Bouldosa (2013, 2020) enfatiza que o analista do processo de políticas

públicas é parte da multiatorialidade, pois é também um ator ativo no processo, sendo que as políticas públicas são construtos de análise e ação – fato que ganha destaque nos termos e na experiência como formas de análise através do método autoetnográfico. A modelização proposta por Boullosa (2013) nos embasou para compreender que nos tornamos também autores ao analisar e descrever as políticas públicas.

**Figura 25** – Modelização da ação problematizada do conjunto de atores resultante da compreensão do processo de políticas públicas pela Mirada ao Revés



Fonte: Boullosa (2013, p. 78).

#### 4.2.5 Da Argumentação à Interpretação de Potenciais Experiências Públicas

Ao tomarmos a nossa experiência como pública, temos junto a Peres (2020) uma possibilidade de ver e interpretar as nossas ações, arena e vivência repletas de elementos estéticos e de movimentos, que se eu não lesse, *autoetnografasse* e interpretasse, jamais imaginaria o quanto de coisas viemos fazendo e aprendendo fazendo, embaixo de tensões e muitas vezes ‘utopias’ e sonhos. Peres (2020, p. 29) exprime bem esse sentimento:

É como se a tensão e os conflitos, há muito presentes nas ruas e na vida cotidiana – entre arte e política, popular e erudito, cultura e entretenimento, centro e periferia, saber científico e saber popular – e, sobretudo, as tensões entre políticas públicas estadocêntricas (pensadas e construídas em espaços institucionalizados) e as ‘micro’ ou ‘nanopolíticas’ levadas a cabo, diariamente, em espaços informais, tantas vezes marginais (marginalizados?) ou periféricos (periferizados?) ganhassem uma nova arena de diálogo, de negociação e de ação.

Recolocando e reinterpretando a minha experiência em Movimento e na Rede Batuc, construí lentes – sobrepondo teorias, categorias e princípios dos estudos críticos em políticas públicas e da experiência pública - para ver de dentro e assim compreender o Movimento e a Rede como inconclusos, em processo, em movimento e que podem mudar, não configurando um status de fórmula mágica para a solução de todas as problemáticas do turismo ou dos

vínculos das pessoas com os seus territórios, mas sim como uma forma democrática e legítima de agir em coletivo, sem esquecer o significado da “denúncia de problemas sociais, de protesto e de resistência aos poderes hegemônicos, como também se torna cada vez mais evidente sua capacidade de transformar territórios e de transformar a vida dos que se engajam no movimento” (PERES, 2020, p. 29).

Assim, compomos o nosso quadro analítico, no qual Boullosa (2019, p. 5) chama de novos “quadros de valor ativos”, que representam para onde olhamos e porque identificamos o que identificamos.

**Quadro 07 – Quadro valorativo**

QUADRO VALORATIVO ANALÍTICO	
PRINCIPAIS	
MOESCH; PANOSSO NETO; BRANDÃO; BISPO; MORAES, dentre outros	Leitura Crítica do Turismo
BOULLOSA (2013; 2019; 2020;2022)	Mirada ao Revés: Políticas Públicas como fluxos multiatorial e multissensorial; Pesquisa Implicada Compreendendo a natureza das Políticas Públicas do Turismo, para identificar invisibilidades no Campo.
DEWEY (1927)	Formação de Públicos e Problemas Públicos/Publicização Radicalização Democrática/Engajamento Público como “Um estado político”
SOUZA; SECCHI; BOULLOSA (2013; 2019); PERES	Políticas Públicas: Historicidade e Situatividade
PERES (2020)	Experiência Pública; Experiencia Estética; Indissociabilidade dos Planos de Pesquisa
CEFAI	Identificação do Problema – <i>Issues</i> (questões) Ação Coletiva e Arena Pública
FRANK FISHER	Argumento; Virada Argumentativa; Criticizar os Quadros Valorativos

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A nossa questão central de pesquisa - “Como a Rede Batuc vem construindo a política pública de turismo comunitário na Bahia?” - foi estabelecida após a leitura da abordagem Mirada ao Revés. Isso nos levou a “viajar” reflexivamente por meio de leituras críticas do/pelo campo do turismo e pela/da política pública, nos posicionando, especificamente, para embasar essa análise, por meio da minha vivência no Movimento e na Rede Batuc. Assim, buscamos regatar nessa análise as ações, intenções, os sentidos e as significações no trabalho coletivo com o turismo comunitário na Bahia, interpretando-os como fluxos de políticas públicas. Antes disso, adentraremos para ver o que já existe reconhecido e visibilizado como política pública do turismo.

#### 4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Ao longo da recente história das políticas públicas de turismo no Brasil temos identificado nas políticas públicas do turismo uma racionalidade extremamente instrumental voltada para o desenvolvimento econômico (CRUZ, 2005). Isso nos dá o desejo de questionar se são de fato políticas públicas do turismo. Porém conforme expomos anteriormente, as análises em políticas públicas foram bastante aprisionadas no aparato da Análise Racional de Políticas Públicas, e por isso, caso não problematizássemos reflexivamente as leituras de políticas públicas, poderíamos correr o risco de invisibilizar a existência de políticas públicas do turismo – repedindo esse equívoco para as políticas públicas do turismo comunitário. Posto esse risco à parte, podemos ver que tais políticas têm beneficiado em grande proporção os grupos de elevado poder aquisitivo.

Dito isso, selecionamos algumas das ações de políticas públicas do Estado brasileiro, que fundamentam a nossa leitura crítica do campo do turismo. São ações da esfera federal, que tomamos a partir de Manzano e Panosso Netto (2021), autores que reatualizaram os principais movimentos do poder executivo para o turismo brasileiro entre 1930 e 2020. Esses estudiosos nos auxiliam a compreender como, a partir da dimensão política da atuação federal no turismo, é possível indicar algumas causas que amparam a nossa compreensão do comportamento de diversos atores e suas temáticas (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

#### **4.3.1 Políticas Públicas de Turismo a partir de seus atores: Ação Federal brasileira no Esforço para Regulamentação do Setor**

Desde a década de 1930, as políticas federais do turismo têm orientado a lógica mercadológica-industrial do turismo no território brasileiro. Apesar da inserção da preocupação com as áreas sociais e econômicas (na década de 2000), as ações do estado foram cruciais na delimitação das fronteiras do turismo. Em seu conjunto pode-se observar como estas ações desencadearam os cursos superiores de turismo no país; colaboraram na construção do turismo como atividade econômica; inseriram a iniciativa privada como ente importante no desenvolvimento do setor etc. As formas de colocar em prática as ações e programas federais do turismo replicam modelos ideais (externos) e obliteram as problemáticas pré-existentes nos territórios, principalmente no Nordeste brasileiro, cujas transformações promovidas pelo PRODETUR-NE isentas de intencionalidades prejudiciais colaboraram a incrementar.

Na década de 1930, o turismo segue a orientação desenvolvimentista observada a partir dos países europeus, decorrente da criação de um novo órgão no Departamento de Imprensa em Propaganda - a Divisão de Turismo. Na década de 1950, houve a formação da Comissão

Parlamentar de Inquérito para diagnosticar os problemas da atividade e propor medidas legislativas para o desenvolvimento do setor (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

A partir da década de 1960, período da Ditadura Militar, sob o chamado “milagre econômico” e da ênfase no processo de industrialização, entre as ideias desenvolvimentistas e nacionalistas que o turismo brasileiro ganha status de atividade econômica, formalmente associada ao setor industrial, encontra-se a origem da ligação entre a concepção de turismo e indústria no Brasil (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

A década de 1970 também foi marcada pelo surgimento dos primeiros<sup>49</sup> cursos superiores, bem como da regulamentação do ‘currículo mínimo’ para os cursos de turismo. A partir da década de 1980, o Estado brasileiro lança propagandas dos recursos ambientais para atrair turistas, e em 1990 o turismo ecológico é publicizado como novo produto através do catálogo de produtos turísticos da Embratur - o Pantanal e a Amazônia. Essas ações ocorreram por conta da criação da Política Nacional de Meio Ambiente em 1981, que se destinou às questões relacionadas à preservação do meio ambiente na década de 1980<sup>50</sup> (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

Somente em 1988 a promoção e o incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico é regulamentada no Art.180 da Constituição de 1988, o que gera visibilidade para que a atividade turística possa admitir a dimensão social no dispositivo de políticas públicas. Em 1992, o Decreto nº 448/92, expõe explicitamente em Lei, a atividade do turismo como fator de desenvolvimento, e geração de emprego e renda” (NOIA *et al.*, 2007 *apud* MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021, p. 206).

Em 1994, há o ordenamento das políticas públicas do turismo para a municipalização do turismo por instituição federativa, pela Política Nacional de Turismo 1996/1999. Em 1995,

---

<sup>49</sup>Curso superior de turismo da Faculdade de Turismo do Morumbi, em 1971, e dos cursos da Universidade Católica de Petrópolis, da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, todos em 1972. Tal movimento se deu pela necessidade de formação de mão de obra especializada em nível superior, dado o crescimento que a atividade turística apresentava na época.

<sup>50</sup> Foi também na década de 1980 que o Brasil passou pelo processo de redemocratização, após quase 21 anos de regime militar. A descentralização foi um tema central da agenda no período. O modelo cooperativo adotado combinou a manutenção de áreas próprias de decisão autônoma das instâncias subnacionais; descentralização no sentido forte de transferência de autonomia decisória e de recursos para os governos subnacionais e a transferência para outras esferas de governo de responsabilidades para a implementação e gestão de políticas e programas definidos em nível federal. Essa tendência pôde ser observada nas políticas públicas de turismo que foram implementadas após a Constituição de 1988, com a definição de programas em nível federal e a transferência de recursos, de autonomia e responsabilidade de execução aos governos subnacionais (ARAÚJO, 2012 *apud* MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

a ‘municipalização do turismo’ gerou a terceirização de atividades para entidades privadas, por conta da promoção da gestão descentralizada, do fortalecimento de órgãos estaduais e municipais, sob o incentivo de entidades privadas executarem atividades nas quais a esfera pública delegou execução (SOLHA, 2004 *apud* MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

No ano de 2003, houve a Criação do Ministério do Turismo – MTur, da Política Nacional de Turismo e seu documento estruturador – o Plano Nacional de Turismo além da criação do Programa de Regionalização do Turismo – PRT. Buscou-se gerir questões de ordem econômica, social, cultural, ambiental, espacial e política nas propostas de desenvolvimento da atividade turística no Brasil, priorizando a descentralização e o envolvimento de uma maior diversidade de atores sociais (KANITZ *et al.*, 2010 *apud* MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

A Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008) definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, havendo o chamamento público através do Edital 01/2008 do MTur para o financiamento de projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC), realizado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente.

Em 2013-2016, foi lançado o Plano ‘O Turismo fazendo muito pelo Brasil’, após três anos do início do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Publicado antes da Copa do Mundo, que se daria no Brasil, em 2014, e das Olimpíadas de 2016, buscava “incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos” (MTUR, 2013 *apud* MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021, p.32), sendo uma das metas do Plano transformar o Brasil no terceiro maior Produto Interno Bruto turístico do mundo até 2022.

Em 2018, sob a presidência de Michel Temer, foi lançado o PNT 2018/2022 ‘Mais emprego e renda para o Brasil’, após a eleição do governo Jair Bolsonaro, foi reaprovaado o mesmo plano PNT 2018/2022 através do Decreto nº 9.791, em 14 de maio de 2019 (MTUR, 2018). Nos Planos que cobrem o intervalo de 2013-2022 há a manutenção da regionalização enquanto estratégia de gestão descentralizada, através do Programa de Regionalização do Turismo - PRT como também o incentivo a inovação como fator primordial para a competitividade (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

O atual PNT 2018/2022 apresenta entre suas diretrizes a melhoria da qualidade e competitividade, bem como a promoção da sustentabilidade, alinhando a estratégia de desenvolvimento do turismo aos tratados internacionais de sustentabilidade, com foco na

declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas, na promoção do ano de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

O PNT 2018/2022 reformulou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) alicerçando a perspectiva de que mesmo os municípios que não possuem uma clara vocação para o turismo, podem se ‘beneficiar da atividade’ se estes desempenharem um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender turistas, permitindo ganhos para toda a região (MTUR, 2017). Também houve a extinção do Ministério da Cultura, e a criação da Secretária Especial de Cultura lotada na pasta do Ministério do Turismo. Em 2020 houve a extinção do Embratur e a criação da Agência brasileira de Promoção Internacional do Turismo – a Nova Embratur, criada sob Medida Provisória nº 907 (MANZANO; PANOSSO NETTO, 2021).

Os poucos estudos e as poucas análises em políticas públicas no/do turismo têm, sobremaneira, restringido as análises de políticas públicas aos seus instrumentos (planos, programas, Leis etc.). Soma-se a isso o uso de abordagens instrumentais e funcionalistas para a área de turismo e da administração, para buscarem estudar e propor resolução de problemas correlacionados ao desenvolvimento econômico através do setor de turismo. Por meio dessa lógica, os problemas podem ser resolvidos por meio do aumento da demanda turística internacional, da coordenação das atividades turísticas, do embelezamento e da adequação física através da reestruturação das cidades - que impactou muito a especulação imobiliária e os problemas urbanos -, da criação de curso superior para formar profissionais capazes de estudar e aplicar melhorias para o comportamento de demanda turística, dando incremento na demanda.

#### *4.3.1.1 Um pouco do que nos afeta: Situando o PRODETUR-NE*

Por meio do Prodetur e de seus efeitos no Nordeste e na Bahia, temos a identificado a possibilidade de explicitar, em parte, que o problema público do turismo comunitário tem sido cada vez mais articulado as mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais de origem nesse Programa. Conforme enfatizou Janaina Peres (2020, p. 137), “A invisibilidade e a ininteligibilidade dessas práticas, no campo de estudos em políticas públicas, podem ser atribuídas a diversos fatores, como elemento ‘obscurecedor’ comum destacamos a historicidade do próprio conceito de políticas públicas” - em nosso caso, as políticas públicas do turismo.

O envolvimento de grupos da iniciativa privada - proprietários dos setores imobiliário e hoteleiro, das áreas de alimentos e bebidas, dos meios de transporte, principalmente o transporte aéreo - articularam o *governo do estado*, configurando e comprometendo as ações estatais para o turismo, dando maiores benefícios aos grupos da iniciativa privada, através de ações de

incentivos fiscais, requalificações urbanas e paisagísticas etc. Aliado a isso, há o comprometimento com as diretrizes mundiais advindas dos organismos internacionais que, em troca, aprovam os financiamentos internacionais para as diversas obras de melhoramento que beneficiam mais certos grupos sociais e lugares físicos sob disputa de governadores e prefeitos que, através do turismo, realizam projetos urbanos de requalificação, os quais são propagandeados como se fossem conquistas dos políticos e não da política. Dessa forma, imperam no turismo os “territórios usados e territórios negligenciados” (CRUZ, 2005), e esse processo tem produzido a abrangência do delineamento de problema público.

Criado em 1994, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE) foi resultado da demanda do BNDS de buscar fomentar algumas atividades econômicas que alavancariam o crescimento e desenvolvimento econômicos do Nordeste. Esse Programa se deu junto à criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), também em 1994 (desativado em 2002), cujo objetivo era descentralizar a gestão do planejamento turístico, dar mais autonomia aos municípios, e o PRODETUR/NE se deu também junto à implementação da Política Nacional de Turismo (PNT) em 1996. Os estados foram os responsáveis por selecionar quais os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo, bem como elaborar os planos de ação e definição dos projetos, os chamados Planos de Desenvolvimento do Turismo Integrado Sustentável (PDTIS), a partir dos quais se respaldava a necessidade dos investimentos (CRUZ, 2005; SILVA, 2022).

O PRODETUR-NE foi idealizado pelo governo brasileiro, a época sob o Ministério dos Esportes e Turismo<sup>51</sup>, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BNDES, e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) junto dos governos dos estados do Nordeste (ALVES, CRUZ & MACHADO, 2019; ARAÚJO; MATOS, 2021; BENTO, PRADO & NASCIMENTO, 2021; BISPO, 2020; BRANDÃO, 2013; MORAES, 2019; SILVA, 2022; DE FREITAS SILVA, ALEDO e DANTAS, 2021).

Em suas duas fases, o Programa foi experimentado no Nordeste, perfazendo o PRODETUR/NE I e PRODETUR/NE II, e atualmente, em forma de extensão para todo o Brasil, seguindo uma terceira fase atualmente em curso (BARBOSA, 2017; SILVA, 2022).

O fomento ao turismo na região Nordeste foi implementado pelo Programa, principalmente com a instalação de infraestrutura turística, o fortalecimento da gestão pública, a qualificação dos serviços e marketing, através dos objetivos específicos de atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão; gerar oportunidades de emprego para a

---

<sup>51</sup> O Ministério do Turismo (MT) viria a ser criado mais de uma década depois, em 2003.

população local; melhorar os níveis de renda; aumentar as receitas públicas; beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados e aumentar a capacidade dos estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos (KIOTANI, 2016; BARBOSA, 2017; SILVA, 2022).

Estudos e pesquisas têm se manifestado e apresentado uma relação positiva entre o crescimento no número de turistas *per capita* e o crescimento econômico (MARTIN *et al.*, 2004), mesmo que elas apresentem ressalvas em seus resultados, como apenas terem efeitos mais evidentes na população com maior renda - apenas para países de baixa e média renda, mas não em países com alta renda (FAYISSA; NSIAH; TADESSE, 2009). E, quando se fala em redução da pobreza, o efeito mais evidente é na população com maior renda (BLAKE *et al.*, 2009; MARTIN *et al.*, 2004; FAYISSA; NSIAH; TADESSE, 2009).

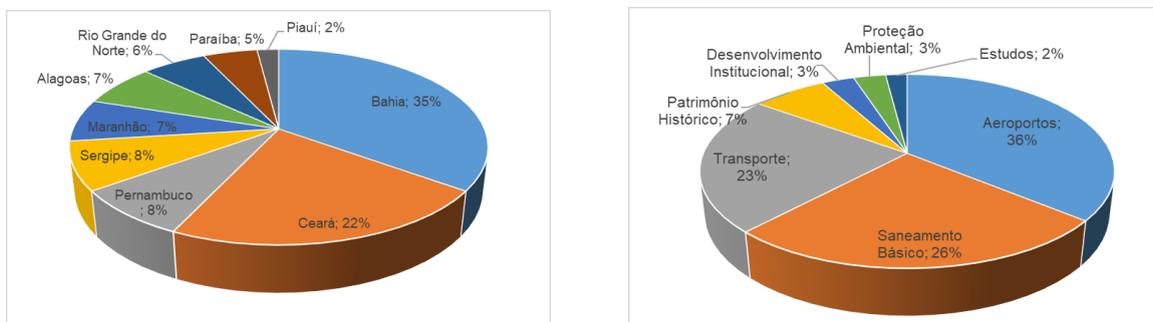
Os investimentos para tal empreitada tiveram por parte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vinculado à contrapartida estadual, e sob a execução do Banco do Nordeste, os investimentos na primeira Fase foi de US\$ 625,26 milhões – desigualmente distribuídos entre Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e encerrou-se em 2005. A, na segunda Fase US\$ 411 milhões de dólares, investidos desigualmente em 6 estados nordestinos, e tendo inserido ao Programa um na Região Sudeste: o estado de Minas Gerais, encerrando-se em no ano de 2012 (SILVA, 2022).

De acordo com Silva (2022), a Bahia recebeu 35% dos US\$ 625,26 milhões de investimentos na primeira fase (dos nove estados nordestinos, Ceará e Bahia concentraram 57% desses investimentos), com foco em infraestrutura geral. Na segunda fase, foram investidos na Bahia 21% dos US\$ 411 milhões de dólares - onde Bahia e Ceará concentraram 42% dos investimentos –, e ficaram de fora 3 estados: Sergipe, Alagoas e Maranhão, englobando um estado que não é da Região Nordeste: Minas Gerais. Relembramos os 9 Estados da Região nordestina: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia. Silva (2022, p.46) apresentou a existência de “algum efeito em renda e trabalho” e “efeito nulo em variáveis como educação, saúde, pobreza e desigualdade”, indicando que “os problemas socioeconômicos da região, sendo necessária a formulação de políticas distributivas”.

Conforme vemos, a partir de Silva (2022) e por Barbosa (2017), a urbanização de cidades consideradas turísticas no Nordeste se deu via financiamento internacional, no qual os recursos aplicados obedeceram ao interesse de atores do setor público e privado. A estruturação dos chamados *polos turísticos*, em suma, acaba por selecioná-lo para o uso de turistas e pessoas

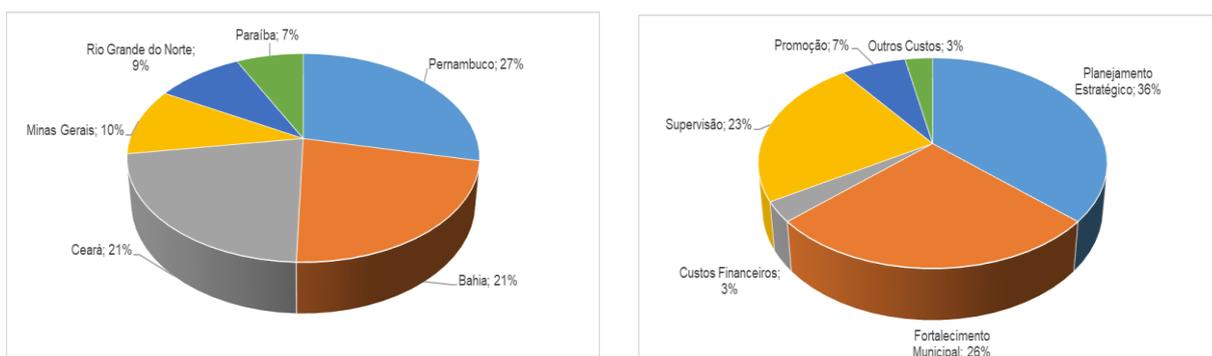
com capacidade de pagar por acessar áreas públicas e serviços considerados de “qualidade” em detrimento de outro - os residentes (BARBOSA, 2017; SILVA, 2022).

**Figuras 26 e 27 - PRODETUR/NE: Fase I**



Fonte: Silva (2022, p. 16-17).

**Figuras 28 e 29 - PRODETUR/NE: Fase II**



Fonte: Silva (2022, p. 19).

Silva (2022, p. 46) confere o sucesso do PRODETUR/NE ao objetivo de atração de fluxo turístico para o Nordeste, mas afirma não ter sido evidenciada a “melhora relativa nos indicadores socioeconômicos em municípios participantes”. Acrescenta que há a possibilidade da “falta de conexão com a população local na tomada de decisão, ou da forma como o turismo foi pensado na região, muitas vezes concentrada na mão de grandes grupos empresariais e com pouca participação popular”, e sugere que isso possa explicar o fracasso do Programa em relação às variáveis socioeconômicas (SILVA, 2022).

Barbosa (2017, p. 89) citou as fortes disputas no âmbito do turismo nordestino, bem como as disputas ocorridas à época da pesquisa-seleção feita para “a indicação dos municípios turísticos prioritários, a forte influência dos partidos políticos e a excessiva expectativa do poder municipal para o recebimento dos recursos financeiros”.

As políticas públicas de turismo, como o PRODETUR, agem sobre os territórios e tornam-se políticas territoriais. São financiadas, muitas vezes, por instituições estrangeiras, de

modo a impulsionar e fomentar uma atividade econômica em específico, que dependem de decisões e padrões de instâncias superiores para sua execução. Assim, indiretamente, influencia uma gama de outros serviços complementares geradores de lucro para bancos nacionais e internacionais, empresários e de receitas para o Estado (CRUZ, 2005; BARBOSA, 2017).

A responsabilidade concebida ao Estado por meio de políticas públicas “subsidiaria estrategicamente o desenvolvimento das atividades econômicas, como o turismo” (BARBOSA, 2017, p. 55), fato esse que tem sido comumente denunciado nos estudos de análises do PRODETUR/NE, não pela sua capacidade em gerar alcance positivo para suas metas originárias, mas por ter, essa política pública sido uma das responsáveis pela alocação das infraestruturas urbanas básicas e instalação de empresas. Barbosa (2017, p. 256) enfatiza a seleção de territórios do Nordeste nos quais estão sob as “ações de grupos hegemônicos”, e que foram “selecionadas estrategicamente para serem dotados de recursos públicos”, enquanto pequenos núcleos receptores “promovem o turismo comunitário de forma precária” assinalando a autora, a falta de incentivo do Estado no Turismo Comunitário (BARBOSA, 2017, p. 256).

Além do Estado e do capital privado mais influentes do turismo, outros grupos sociais apresentam forte interesse na organização e no planejamento da atividade turística nos territórios, como comunidades em núcleos receptores. As organizações comunitárias representam os interesses dos residentes frente ao avanço ou recuo do turismo, ou ainda na luta pelos benefícios e denúncias aos desgastes que a atividade provoca nos lugares (BARBOSA, 2017).

Nesse contexto de Nordeste da implementação da Política Pública PRODETUR/NE I e II, servindo de “amostra” de sucesso a se espalhar pelo Brasil pelo PRODETUR - terceira fase do Programa, há consequências, e efeitos que afetando outros atores têm gerado efeitos contemporâneos que foram invisibilizados enquanto um lugar de políticas públicas, pois cresce no território social, para além dos espaços de exercício do poder estatal.

Prefeituras de pequenos municípios conseguiram mais recursos federais, estaduais ou empréstimos de agências de fomento para garantir a implantação de serviços de saneamento básico, abastecimento de água, pavimentação de ruas e construção de áreas de lazer para as comunidades, mesmo não atingindo de maneira igualitária. Daí porque o turismo vai além de atividade econômica, mas sobretudo atividade política. Em algumas comunidades do Nordeste brasileiro, o turismo é trabalhado como alternativa de renda familiar. Entretanto, há comunidades que resistem e passam a ser protagonistas na organização do turismo comunitário. Como forma de contraposição ao eixo do turismo convencional, o turismo comunitário promove outra forma de turismo, envolvendo famílias residentes de núcleos receptores ou

potencialmente turísticos nos benefícios que o turismo pode trazer aos lugares (BARBOSA, 2017).

Essas ‘ação’ e ‘inação’ (BOULLOSA, 2013; PERES, 2020) desses ‘atores/autores’ no campo de prática e conhecimento do turismo tem contribuído para o problema de políticas públicas do turismo, pouco evoluída e contida na percepção da preponderância do estado, das suas continuidades/descontinuidades em relação a gestão dos governantes. A lógica exploratória do turismo continua a mesma, os problemas resultantes dessa lógica estrutural continuam invisibilizados frente ao discurso desenvolvimentista e servil do turismo (CRUZ, 2005).

A partir da apreensão desse cenário, outros atores têm se mobilizado na busca por outras fronteiras do turismo, de fato mais combativas, propondo e implementando outras lógicas de prática do turismo, que tentam dar conta de sua complexidade e evidenciar os problemas advindos do modelo industrial, ao passo que questionam para quais públicos os benefícios do turismo servem, os discursos e argumentos que ludibriam públicos – inclusive os dos analistas em políticas públicas – como da afirmação de Barbosa (2017, p. 256, grifo nosso) “A região *Nordeste* deixa de ser problema e vergonha para os nordestinos que passam a gostar de morar onde as pessoas gostam de fazer turismo”.

#### 4.3.1.2 *Pistas de Problemáticas Vinculadas ao Prodetur na Bahia*

##### **Quadro 08** – Panorama do Nordeste

• População – habitantes (2020) 15,0 milhões
• Principais cidades Econômicas: Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Simões Filho, Vitória da Conquista
• PIB (2018) em bilhões R\$ 268,7
• Participação do PIB da Região Nordeste: 28,2%
• Bahia possui 37,2% dos meios de hospedagem do Nordeste brasileiro
• Litoral da Bahia: o maior do Brasil (com quase 940km)

Fonte: Adaptado de Araújo (2021).

De acordo com Araújo (2021), a Bahia teve 20,47% dos recursos totais do PRODETUR, atualizado pelo autor para as três fases: PRODETUR/NE I e II, e PRODETUR/BRASIL,

perfazendo o montante de US\$ 389 bilhões. Para o autor, o extenso litoral baiano, o maior do Brasil (com quase 940km), favoreceu o surgimento de um maior número de polos turísticos (ARAÚJO, 2021).

Na Bahia, o PRODETUR /NE resultou em investimentos direcionados à realização de obras de infraestrutura urbana e à recuperação de vias e aeroportos, desequilibradamente os investimentos foram intencionalmente lotados em alguns municípios em detrimentos de outro: Ampliação da Rodovia Estadual BA-001: Trecho Ilhéus-Itacaré, Trecho Itacaré-Camamu e o Trecho Porto Seguro-Trancoso; da Construção da ponte sobre o Rio Santo Antônio e o acesso viário para o Aeroporto Regional de Valença; Grande parte dos investimentos foram direcionados para Porto Seguro, principalmente com a construção do aeroporto internacional e das rodovias que permitiram maior fluxo, oriundo dos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, pela Costa do Descobrimento (ARAÚJO, 2021).

O Observatório das Metrôpoles (2009) citado por Araújo (2021), identificou conflitos em Serra Grande (distrito de Uruçuca) durante a execução de implantação do Trecho Itacaré-Camamu pelos “futuros efeitos” da rodovia na região da Mata Atlântica. A solução dada pelo poder estatal foi a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, além da exigência de prestação de recursos para a APA de Itacaré/Serra Grande (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009, p. 47 *apud* ARAÚJO, 2021).

Além das obras, requalificações etc., as ações da SETUR - BA, por meio do Prodetur na Bahia, têm realizado diversos estudos, como a exemplo do “Estudo de Demanda Turística Atual e Potencial da Baía de Todos-os-Santos”, com foco no turismo náutico e cultural. Os estudos buscam “dimensionar e caracterizar a demanda e pautar a identificação dos tipos de produtos a serem trabalhados prioritariamente” (PRODETUR/BAHIA, 2022).

A importância atribuída ao litoral baiano e à Baía de todos os Santos (CRUZ, 2005), é atualmente vinculada ao turismo, embora beneficie regiões carentes dessas estruturas. Conforme identificaram Bento, Prado e Nascimento (2021), dos 35 municípios litorâneos na Bahia, 34 tiveram ou terão investimentos via Prodetur (BENTO; PRADO; NASCIMENTO, 2021).

Antes mesmo de as obras estarem finalizadas, e durante as execuções do Prodetur, a Bahia já atraía megaempreendimentos imobiliários, como *megaresorts*, a exemplo do caso do *megaresort* construído em Sauipe, se beneficiando da Requalificação da Linha Verde e da criação do Pólo Turístico da Costa dos Coqueiros (BENTO; PRADO; NASCIMENTO, 2021).

**Figura 30 – Municípios estratégicos**



Fonte: Adaptação do Plano de Trabalho de Estudos de demanda turística atual (2016).

A exemplo de obras atuais em andamento, observamos:

- Base Náutica da Penha | Ribeira/Salvador;
- Atracadouro Solar do Unhão | MAM | Salvador;
- Atracadouro do Museu Wanderley Pinho |Candeias;
- Museu Wanderley Pinho | Candeias;
- Terminal Turístico de Botelho | Ilha De Maré | Salvador;
- Terminal Turístico de Bom Jesus dos Passos |Salvador;
- Base Náutica de Itaparica;
- Atracadouro de Mutá | Jaguaripe;
- Terminal Turístico de Jaguaripe;
- Terminal Turístico de Cachoeira;
- Base Náutica de Salinas da Margarida;
- Base Náutica de Cacha Pregos.

Em 2022, está em processo a concessão de seis estruturas náuticas tratadas como equipamentos turísticos: quatro bases náuticas (Penha, Salinas, Itaparica e Cacha Pregos) e os dois terminais turísticos (Botelho e Bom Jesus dos Passos), e as obras serão concedidas para operação da iniciativa privada (PRODETUR/BAHIA, 2022).

Essa breve apresentação do Prodetur, é uma amostra parcial do que tem sido feito e do que será feito. Esses estudos realizados e entregues em 2016, validam intervenções ainda a se realizar em 2022. Esses breves resultados aqui levantados, superficialmente, servem como exemplo, inclusive para futuras pesquisas, bem como para significar as ações coletivas da Rede Batuc no turismo comunitário da Bahia, bem como para significar os problemas(s) público(s) que em rede tem-se trabalhado.

Sugerimos que muitos dos municípios e territórios, direta ou indiretamente ‘tocados’ pelo Prodetur na Bahia têm movido pessoas e comunidades para o turismo comunitário, inclusive muitas através de suas organizações de/pela área. Por outro lado, os estudos ainda enquadram a participação política atual como um tipo de turismo cultural.

#### **4.4 Interpretando os Problemas Públicos como Propostas: Mirando ao Revés nas Políticas Públicas do Turismo Comunitário da Bahia**

A nossa apreensão sobre as práticas principais que energizam e põem em movimento a Rede Batuc tem fundamento na concepção de outras racionalidades, múltiplas e diversas, para a concepção de turismo, bem como nas análises e na publicização de práticas próprias do Turismo Comunitário. Essas outras racionalidades têm sido encontradas e reconhecidas por meio da multiatorialidade que envolve o turismo comunitário.

A reflexividade e a compreensão dessas racionalidades advêm da experiência e aprendizados coletivos. Reconhecendo o turismo comunitário, também, como um campo de disputas simbólicas, os argumentos são importantes para buscar dar forma e sentido ao emaranho de problemáticas do turismo. Esse emaranhado tem origens e causas diversas, porém, imprevisivelmente se encontra implicitamente na arena pública do turismo comunitário. No âmbito da literatura, o turismo comunitário pode ainda ser traduzido por meio de uma lógica antagônica em relação ao turismo convencional, porém essa é apenas uma parte das problemáticas. A depender do contexto e histórico de onde o turismo comunitário é observado, essa lógica pode ser mais ou menos dominante.

Na Bahia, essa lógica predomina podendo ser correlacionada ao Prodetur/Ne, mas ela não explica os elos em multiatorialidade. Em nossa análise em tela, confirmamos que o modelo de desenvolvimento do turismo convencional como atividade econômica acirrou desigualdades espaço-territoriais, denunciadas através dos termos “turistificação”, “especulação imobiliária” e “gentrificação turística”. Esse modelo pouco tem avaliado os reais resultados da atividade

turística no campo social, nos destinos, nas pessoas que têm sido afetadas diretamente e indiretamente pela criação de mais fronteiras, levantadas pela constante bandeira da qualidade para o atendimento turístico, invisibilizando a qualidade de vida dos residentes ou da pessoa/profissional que trabalha no atendimento.

Ainda mais quando identificamos que a origem da multiatorialidade em Rede Batuc, tem origens diversa e já se apresentam como públicos problematizados e publicizados (DEWEY, 1927) em seus espaços de trabalho. “Um problema público não é resultado de uma situação objetiva, mas da identificação e da definição coletiva de uma situação indeterminada” que chamamos de emaranhado de problemáticas do turismo, e que se desenrola por meio de ações coletivas e da arena pública “por meio de processos normativos, discursivos, argumentativos, interpretativos e, conseqüentemente, políticos” (PERES, 2020, p. 39).

A Rede Batuc é viva, se move e acompanha os fluxos sociais, sendo ela mesma um fluxo e *lócus* de tantos outros fluxos que ao se movimentar, de Movimento à Rede Batuc, retirou das sombras do turismo, a dimensão política do turismo. O rastreamento da Multiatorialidade em Rede e sua ação coletiva permitem que visibilizemos a articulação ‘do Movimento à Rede’, como um ator importante. Ao atorar a articulação da multiatorialidade (BOULLOSA, 2019), sob as lentes *Mirada ao Revés*, vimos que o agir coletivo emana outros diversos fluxos de questões sociais atuais, por nós interpretados e reconstruídos a partir da leitura crítica de estudos em políticas públicas e turismo, amparadas nos Estudos Críticos para construirmos nosso quadro de valor ativo. A partir disso mobilizamos a apreensão da experiência pública (PERES, 2020) compreendendo que por meio dos argumentos (FISCHER, 2017), advindos das ações coletivas, criou-se uma arena pública (CEFAÏ, 2016) do turismo comunitário baiano.

Temos o bem público como o conjunto de bens que uma dada sociedade considera como imprescindível para uma razoável vivibilidade” e cujo usufruto se baseia em uma “não rivalidade e não exclusividade do uso” (BOULLOSA, 2013, p. 77). Dessa forma, apresenta-se também em múltiplos níveis e escalas, que na formação da arena pública é visível uma busca por autoproteção dos tecidos sociais que costuram indivíduos, comunidade e Rede em seus territórios. A autoproteção de seus vínculos com a cultura, ancestralidade, o meio natural – natureza, mares, rios, fauna e flora – tem possibilitado inovar socialmente e atribuir múltiplos fluxos de sentidos e significados ao turismo comunitário trabalhado pela Rede Batuc.

Ao amparar nossa interpretação nos estudos críticos em políticas públicas, vimos aqui revelando a dimensão política do turismo comunitário. Essa dimensão política se revela frente

a inexistência de uma política pública do turismo comunitário pelo estado brasileiro, ao mesmo tempo em que inaugura um processo de busca por políticas públicas que por meio dos estudos críticos em políticas públicas revela categorias importantes existentes nas políticas públicas.

**Quadro 09 – Mirando ao Revés na Rede Batuc**

<b>Estudos Críticos em Políticas Públicas: Mirada ao Revés; Experiência Pública</b>		
<b>Movimento e a Rede de Turismo Comunitário da Bahia</b>		
<b>Categorias em Análise</b>	<b>Identificadas</b>	<b>Como [eu] Interpreto</b>
<b>Multiatorialidade</b>	Organizações do Turismo Comunitário Colaboradores Apoiadores Parceiros Articulação entre Atores Articulação entre Temáticas	Através de mobilizações dos Contextos: internacional; nacional; e local; Interesses diversos: fazer; ensinar; organizar; interferir; participar; comercializar; persuadir
<b>Problemas e Bens de Pública Relevância</b>	Problemas: Diversos, difusos em vários níveis e escalas: atribuídos a inexistência de uma política pública que atenda às necessidades para do Turismo comunitário (individual, comunitário e em Rede); Bens: Manutenção dos diversos Vínculos das pessoas aos seus respectivos territórios	Problema: As invisibilidades de outros valores atribuídos ao turismo na Bahia Bens: Autoproteção dos Vínculos das pessoas baianas com seus territórios Culturas; Saberes e Fazeres Tradicionais; Gastronomia;
<b>Ação Coletiva</b>	Articulação Política Capacitação Comunicação Gestão Comercialização	Territórios e Comunidades; Academia; Instituições públicas e Privadas; Definindo estratégias
<b>Arena Pública</b>	Oriunda de Arenas coletivas: questões agrária, de juventude, da mulher, da ancestralidade, do meio ambiente, da economia solidária, dos quilombos, dos afrodiaspóricos, dos povos originários, questões da ancestralidade dos povos etc.	Sob processos de Democracia e Legitimação que criam Espaços e comunicando narrativas e argumentos; em diversos espaços públicos; privados; comunitários; Institucionais; acadêmicos; ao passo que antagonizam a arena do Turismo Convencional, ressignificando Turismo, lazer e Hospitalidade

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A nossa apreensão sobre as práticas principais que energizam e põem em movimento a Rede Batuc tem fundamento na concepção de outras racionalidades, múltiplas e diversas, para a concepção de turismo, bem como nas análises e na publicização de práticas próprias do

Turismo Comunitário. Essas outras racionalidades têm sido encontradas e reconhecidas por meio da multiatorialidade que envolve o turismo comunitário.

A abordagem da Mirada ao Revés vem respaldando a nossa análise por suprir uma lacuna de pesquisa do estudo das políticas públicas, ao nos permitir incluir a ação coletiva de atores que “não são do governo na compreensão do processo ou fluxo de políticas públicas” (BOULLOSA, 2013, p. 83). A inversão de perspectiva sob a proposta de abordagem da Mirada ao Revés (BOULLOSA, 2013, 2019, 2020) uniu-se às recomendações de que devemos abandonar a busca por causas e forças e voltar-se para a análise do que está acontecendo e de como isso acontece (DEWEY, 1927). Dessa maneira, foi possível analisar que a Multiatorialidade, realizando ações coletivas em Movimento e em Rede Batuc, formava uma arena pública no estado da Bahia e, nesse processo, houve a constituição de um campo de experiência cujos modos de ver, dizer e fazer foram coletivos.

Ao nos alinharmos à perspectiva de política pública pela Mirada ao Revés, iluminamos a ação coletiva em Rede. Isso tornou-se possível ao ressignificar o nosso trabalho em prol do turismo comunitário, sob uma análise de ações coletivas em torno de alternativas para se resolver em problemas (*issue*) considerados em Movimento e em Rede como uma questão que tem relevância pública.

Peres (2020) ressalta o que buscamos fazer em nossa análise - não só ver e interpretar ‘experiências públicas’, como também reconhecê-las e estudá-las como parte essencial do fluxo de políticas públicas. A partir dos encontros, das reuniões, capacitações, dos debates, intercâmbios e eventos, nos quais esses públicos foram se formando e se multiatorizando, conformando a multiatorialidade do turismo comunitário em Rede, trouxeram consigo um arcabouço de temáticas, articulações e questões “*issues*”. Identificamos que os sujeitos que iniciaram o Movimento de Turismo Comunitário na Bahia e, conseqüentemente a Rede Batuc, trouxeram consigo diversas questões as quais tornaram-se partes implícitas e explícitas do turismo comunitário baiano.

Destacamos em nossa análise, as ações coletivas implícitas em Rede, como a questão da terra; as políticas públicas da Reforma Agrária, as ferramentas legais de reconhecimento da posse das terras dos povos Quilombolas, a tutela brasileira com relação aos povos originários e das questões relacionadas à demarcação das terras indígenas e dos direitos relacionados à cidadania diferenciada; as questões da organizações da cultura popular, questões sobre as políticas públicas de apoio as manifestações e das organizações culturais populares, questões

dos empreendimentos de Economia Solidária (Ecosol); as políticas públicas de apoio à Economia Solidária; as questões dos ‘povos das águas’ ribeirinhos, marisqueiras e pescadores, povos tradicionais das zonas litorâneas, das zonas rurais, das periferias da cidade, da questão ambiental, das políticas públicas para o meio ambiente, do PRODETUR/NE, e das questões da apreensão sobre a sustentabilidade.

Imbricadas à multiatorialidade, constam as questões que lhes afetam diretamente enquanto sociedade, uns mais afetados que outros em certas questões que pairam, ora com maior ou com menor intensidade, porém são mais explícitas e evidentes de serem reconhecidas, como as questões da violência e do racismo estruturais; a questão das mulheres; as questões de gênero; as questões da juventude; da saúde, da saúde mental; dos idosos; da questão étnico-racial; da educação; da agricultura familiar; da agroecologia; da intolerância religiosa, da aculturação, do desenvolvimento social etc.

Os fluxos de sentidos e significados expressos em ações coletivas perpassam pela compreensão de diversas temáticas, todas podendo ser/estar argumentadas como sendo do turismo comunitário na Bahia. Isso porque elas afetam aos sujeitos engajados num fazer defender seus territórios, sua sobrevivência. Para isso, a multiatorialidade vem promovendo, organizando seus territórios para novas possibilidades de práticas, sem perder o que lhes mantém vivos, e vinculados a suas memórias, territórios, modos de ser e fazer tradicionais.

Por meio dessa “multiatorialidade” (BOULLOSA, 2013), vemos também uma “rede sociotécnica” (MORAES, 2019) que tem comportado uma articulação de atores humanos e não humanos no turismo comunitário e que, em nossa análise, iluminamos a atorização da articulação dos atores em prol do turismo comunitário na Rede Batuc como mais um ator. Os sujeitos e atores por nós rastreados engendram uma diversidade de práticas que surgiram como um “movimento” - o Movimento de Turismo Comunitário da Bahia, posteriormente autodenominado Rede de Turismo de Base Comunitária da Bahia – Rede BATUC, e que poderá travestir-se em outros formatos (BOULLOSA, 2013; MORAES, 2019)

Os vínculos entre os sujeitos - uma das formas de articulação - aparecem nas narrativas da Comissão da Rede, bem como na comunicação de suas ações no turismo comunitário. Então, a rede BATUC é uma organização que vem de um movimento social, e continua sendo um movimento coletivo, um espaço afetivo de acolhimento. Esse lugar afetivo, em que vez ou outra a gente expõe as nossas angústias, os nossos medos, em que a gente encontra esse lugar de apoio, de afeto, cotidianamente. As características diversas dessa multiatorialidade, as

singulariza quando, em multiatorialidade argumentam suas dores, pesares e glórias. Elemento comum é o sofrimento e inconformismo de processos históricos pelos quais passaram, afetados distintamente, mas afetados. Assim publicizam-se. Reconhecem-se enquanto sujeitos cujo elo do momento, está em “resistir, cocriar e transformar”.

É assim que os problemas públicos têm nos afetado direta e indiretamente, e nos levado por emoções, desconformismos e sonhos “a constituir comunidades de investigadores e arenas públicas, a desencadear fluxos públicos e coletivos de aprendizagem” (PERES, 2020, p. 44).

A situatividade e historicidade do Movimento em Rede de Turismo Comunitário, seu empenho inconsciente ao compor fluxos de política públicas tem revelado a dimensão política do turismo comunitário. A nossa questão central de pesquisa “Como a Rede Batuc vem construindo a política pública de turismo comunitário na Bahia?” foi estabelecida após a leitura da abordagem *Mirada ao Revés*. Isso nos levou a “viajar” pelo campo do turismo e da política pública, nos posicionando, especificamente para embasar uma análise de minha vivência no Movimento e na Rede Batuc. Um resgate de ações, intensões, sentidos e significações no trabalho coletivo com o turismo comunitário na Bahia. O problema público e bens de pública relevância nos permite ressignificar a hospitalidade e o turismo, germinadas da multiatorialidade pelo protagonismo das comunidades e dos atores sociais ligados às comunidades que trabalham e pesquisam a partir da realidade na qual são/estão imersos, ancorados em uma responsabilidade ética e humana, implicada no agir coletivo e democrático da sociedade em busca por legitimação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS “RETRATOS” DA NOSSA VIAGEM

A nossa questão central de pesquisa *como a Rede Batuc vem construindo a política pública de turismo comunitário na Bahia* foi estabelecida após identificarmos um forte apelo por políticas públicas pelos praticantes do turismo comunitário. Uma situação constante em quase todo território nacional, igualmente a vivenciada em Rede Batuc, Bahia. Associado a isso tivemos a felicidade de acessar abordagens brasileiras vinculadas aos Estudos Críticos em Políticas Públicas. Essa lente analítica propiciou que realizássemos a pesquisa em políticas públicas do turismo comunitário, configurando um certo ineditismo dessa pesquisa.

Por meio desses estudos críticos, concebemos que outras organizações, outros fluxos e outras expressões podem constituir políticas públicas, o que, a priori, nas abordagens tradicionais do campo das políticas públicas, somente se observará mediante alguma forma ou primazia da atuação/intervenção do Estado. Mirar na sociedade nos levou a ‘viajar’ pelo campo do turismo e da política pública escolhendo embasar uma análise que também considera a experiência de atores pequenos, de atores convencionalmente excluídos no turismo, como nós – Rede Batuc. Dessa forma, identificamos que nossos resultados contribuem para as pesquisa em políticas públicas, principalmente para análises que buscam investigar as políticas públicas a partir da sociedade – uma perspectiva sociocêntrica como locus configurador de políticas públicas.

A análise e discussão em políticas públicas e turismo comunitário trazem para superfície ações coletivas e arenas públicas onde é possível delinear problemas públicos e bens de pública relevância pelos quais se aglutinam atores em diferentes escalas. Esses atores agem para buscar intervir nesses problemas ou proteger o que entendem como bens relevantes as suas existências por meio do turismo comunitário. Esses problemas e bens não são facilmente identificados ou observados, justamente por serem misturados em múltiplas temáticas que discutimos por meio do que compreendemos como emaranhado de problemáticas do turismo.

Autoetnografar a experiência nos lançou na ‘encruzilhada’, fazendo-nos ver nessa viagem, com outras lentes, as formas de interpretar as ações coletivas como constituidoras de arenas públicas através dos fluxos do turismo comunitário que dão contornos a sua política pública. Ao lançar luz sobre a arena pública, identificamos que essas ações, em coletivo, criaram uma arena pública onde os argumentos e as narrativas sobre o turismo convencional e sobre o turismo comunitário são politicamente debatidas e construídas. Caso tomássemos organizações

como a Rede Batuc e suas iniciativas pela racionalidade instrumental, logo classificaríamos que as que têm demandas de turistas esporádicas são frágeis e/ou destinadas ao fracasso. Isso se daria caso abstraíssemos a natureza dessas iniciativas e organizações de sua manifestação política na defesa de seus territórios. Dessa forma, visibilizamos o emaranhado de problemáticas do turismo comunitário, que interpretamos em análise oriunda da experiência em Rede, por meio do método autoetnográfico, e, do referencial usado para corporificar a situatividade e historicidade dos problemas e bens públicos que o turismo comunitário busca incidir, através da Rede Batuc, como dispomos a seguir:

- O questionamento do *status quo* do Modelo de Turismo Convencional e dos seus quadros de valor subjacentes à racionalidade econômica industrial;
- A problematização das formas de estudos analíticos do turismo convencional aplicados ao turismo comunitário ou turismo de base comunitária;
- A crença de alguns estudantes e pesquisadores do turismo alinhados ao *mainstream* da Análise Racional das Políticas Públicas (ARPP);
- A crença de que especialistas em políticas públicas do turismo, Órgãos Públicos do Estado, as diretrizes das Organizações Internacionais do Turismo e a Iniciativa Privada são os únicos formadores de políticas públicas;
- Proposital invisibilidade da origem dos problemas diversos advindos das práticas do Modelo de Turismo Convencional e de Massas;
- Os discursos implícitos que insistem em localizar os problemas do turismo como oriundos da má gestão do Modelo nos destinos turísticos;
- Denúncias resultantes do *overturism*, gentrificação turística, desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, mercantilização da cultura e da hospitalidade nas diversas espacialidades turísticas;
- A carência de um horizonte epistemológico, historicizado e contextualizado nos estudos do/sobre o turismo;
- As políticas públicas do turismo convencional como geradoras de argumentos para ação coletiva do turismo comunitário na Bahia, como o PRODETUR/NE;
- A questão da terra, agrária, dos territórios como elemento de resistência para a multiatorialidade conformada em Movimento de Turismo comunitário;

- A ancestralidade dos povos originários e em diáspora apreendidos por meio da solidariedade e da economia solidária para dar sentido às suas formas organizativas e à sua gestão;
- A interpretação da sustentabilidade como inerente aos modos de ser e fazer tradicionais da Bahia, considerando a sustentabilidade como a própria existência das comunidades tradicionais e locais;
- A desmercantilização do lazer e a ressignificação dos turismos e da hospitalidade como formas democráticas de lazer;
- A disputa de territórios naturais, como parques naturais e Áreas de Proteção Ambientais;
- Ressignificação nos usos dos territórios sob a escolha e autogestão das próprias comunidades;
- A organização e protagonismo comunitário sob a construção de protocolos próprios para visitação - que não se dá pelo domínio do Estado ou da Iniciativa privada, mas por regras e protocolos elaborados pelas comunidades;
- O turismo comunitário assumido também como um meio de atividade econômica, ao invés de uma finalidade econômica, ativado pelas dimensões sociopolítica, sociocultural e socioambiental;
- A ressignificação dos discursos sobre o turismo mercadoria implícitos na mídia jornalística;
- As produções desenvolvidas nas comunidades como caminho de geração de trabalho e renda locais;
- A juventude imersa na prática do turismo comunitário ressignificando e potencializando espaços de desenvolvimento político, social, econômico, ambiental e cultural;
- Da despadrãozização dos elementos dos povos negros e dos povos originários - cultura, vestimentas, alimentos, artes, danças, música, territórios -, tomados como atrativos mercadológicos;
- O deslocamento da perspectiva unívoca 'do que o turista quer, sente e gosta' para 'o que as comunidades querem intercambiar, quando elas podem, e sob quais regras';
- A preocupação, cautela e o controle para que o turismo comunitário não seja confundido ou venha a se tornar semelhante ao turismo convencional;

- O recontar das histórias dos territórios, promovendo a descriminalização das periferias e dos seus processos em tornarem-se periferias – uma espécie de comunicação estética por meio do turismo e do lúdico;
- Preocupação com as mudanças climáticas, escassez de áreas naturais, promovendo a valorização das áreas naturais e a cobiça dos territórios de comunidades tradicionais;
- Promoção de maior contato dos seres humanos com a natureza, os quais têm sido ameaçados pela urbanização e pelas mudanças climáticas;
- A questão da invisibilidade da solidão proveniente do individualismo e dos transtornos sociais e psicológicos que tem aparecido junto ao avanço das tecnologias telecomunicacionais;
- Do racismo institucional, geográfico, de classe e etnia que invisibiliza a cor e a condição social dos cargos e funções dos trabalhadores no turismo.

Da identificação desse emaranhado de problemáticas – delineados pela articulação de turismo e políticas públicas - essa pesquisa ressalta o alargar das fronteiras nas análises de políticas públicas. Demonstramos uma mesoescala de prática de políticas públicas, ao deslocar a investigação dos ‘big players’ para a atuação da Rede Batuc. Isso corrige a situação de nunca os haveremos visto como coletivo que tem constituído a própria política pública. A partir da Mirada ao Revés, passei a ver e interpretar as nossas ações coletivas - de articular, capacitar, comunicar, gestar e comercializar - como uma vivência política que constrói a arena pública do turismo comunitário na Bahia. Sem a atorização da Rede Batuc, o contexto do turismo comunitário certamente seria outro. Os processos de interação atorização e articulação promovidos por meio das ações da Rede Batuc conformam uma arena pública que amplia e ultrapassa a privilegiada dimensão econômica do turismo, miopeamente validada pela funcionalidade econômica do turismo-atividade e da comercialização do turismo.

Acusamos a invisibilidade e ininteligibilidade que atingem o turismo comunitário são também resultante do modos operandi de analistas de políticas públicas, na academia e na administração pública que utilizam modelos preconcebidos para resolver problemas públicos, ou utilizam teorias e abordagens ultrapassadas, ou descontextualizadas, inviáveis para outros atores, para novas situações e para as transformações dos diferentes contextos sociais brasileiros. Por serem demasiadamente tecnicistas, as convencionais lentes para estudar ou propor políticas públicas corroboraram para estreitar as análises do turismo comunitário como uma atividade estritamente econômica, quase sempre enfatizando as estatísticas e

probabilidades de fracasso. Porém pouco se questionam sobre se o fracasso não está nos modelos usados em tais análises. Ao ultrapassar essa barreira epistemológica, nossa análise permitiu revelar uma dimensão existente e anteriormente invisibilizada no turismo comunitário: a sua dimensão política. A dimensão política emerge visibilizando a materialização da mesoescala de políticas pública. Isso corrobora para os que buscam reflexivamente conceber o turismo enquanto fenômeno social complexo compreendendo as múltiplas racionalidades encontradas na sociedade brasileira, como foco no Nordeste. Esse é um resultado por meio dessa análise de como a Rede Batuc tem constituído/construído fluxos de políticas públicas.

Vimos, de forma sociocêntrica, nos atorizando na dimensão política, e essa tem revelado porque fazemos o que fazemos e como fazemos. Dessa forma, compreendemos que construímos fluxos políticos que são dinâmicos e estão em movimento, o que sugere pesquisas futuras para compreender como mudam esses fluxos, se poderão tornar-se uma política pública do estado. Essas oportunidades de pesquisa, devem preocupar-se em historicizar e contextualizar o problema público do turismo comunitário estudado. Buscar identificar se e como se configura a arena pública do turismo comunitário. Reiteramos a necessária superação da atenção exagerada atribuída à racionalidade funcional (econômica/ mercantil) que é bastante atrelada ao turismo [convencional, de massas]. Isso certamente resolverá a barreira epistemológica que muito tem invisibilizado a dimensão política dos turismos – convencional e comunitário.

Apresentamos os valores como atrelados a dimensão política do turismo comunitário. Os valores aparecem muitas vezes em meio aos princípios do turismo comunitário. Por isso torna-se difícil definir o que é turismo comunitário, pois é manifestado por valores múltiplos, alguns comuns aos diversos praticantes do turismo comunitário, outros identificados ao compreender a historicidade e situatividade da prática que se deseja pesquisar. Nessa análise, resolvemos isso ao compreender o turismo comunitário como um catalizador de valores.

Não obstante, torna-se urgente a necessidade de discernimento entre: os valores subjacentes de marcos e definições usadas pelo Estado e organismos internacionais que tem modelizado o turismo como atividade (mercantil); dos valores de outras múltiplas realidades e dimensões do turismo, principalmente as sociopolíticas, oriundas de estudos e pesquisas situadas nos contextos brasileiros, como os nordestinos. Nesse contexto, apresentamos eticamente o nosso quadro valorativo, um arcabouço construído para embasar essa pesquisa, fato que revela e corrobora para visibilizar a necessidade de construção de bases

epistemológicas apropriadas para o estudo dos turismos, permitindo visibilizar outras dimensões e práticas das que vivenciamos na atualidade.

A construção do registro histórico da atuação da Rede Batuc em prol do turismo comunitário na Bahia é um marco relevante de resultado dessa pesquisa, interpretadas por meio das ações coletivas da Rede Batuc - de articular, capacitar, comunicar, gestar e comercializar – como ações constituidoras de fluxos de políticas públicas do turismo comunitário. E, mais uma vez, ressaltamos que se políticas públicas são fluxos, então esses achados de pesquisa são provisórios – como retratos de uma viagem, passíveis de mudanças, e, portanto, lócus em potencial de outras e novas pesquisa em turismo comunitário.

Por fim, apresento uma interpretação de turismo comunitário como um catalizador de valores que tem revelado a dimensão política do turismo comunitário. Por meio da Rede Batuc, é também um processo político, centrado socialmente para autoproteção dos vínculos das pessoas [afetadas pela concepção funcional-instrumental do turismo e de suas políticas públicas que o toma como atividade-econômica/industrial] com seus territórios, afetos, culturas, modos de ser e fazer tradicionais ancorados no protagonismo e capacidade organizativas de públicos que sentem, interpretam e constroem democraticamente outras possibilidades solidárias de transformar as múltiplas realidades em seus cotidianos.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Tony E.; HERRMANN, Andrew F. Expanding our autoethnographic future. *Journal of Autoethnography*. v. 1, n. 1, p. 1-8, 2020.

AGUM, Ricardo; RISCADO Priscila; MENEZES Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Agenda Política* 3 (2), p. 12-42, julho/dezembro – 2015 ISSN: 2318-8499. Disponível

em:<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/67/63>.

Acesso em: 14 mai. 2021.

ALDECUA, María José Fernández. Turismo comunitario y empresas de base comunitaria turísticas: ¿Estamos hablando de lo mismo? *El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad*, n. 20, 2011.

ALVES, Sherliton da Silva; CRUZ, Rennisy Rodrigues; MACHADO, Fabiano Duarte. Formação Econômica de Alagoas: da Agroindústria Canavieira's Indústria “Sem Chaminés” (Turismo) – A Redenção Econômica ou mais uma Frustração Alagoana? Em: *Políticas Públicas e Relações Sociedade/Natureza*. [Livro eletrônico] / Vanice Santiago Fragoso Selva et al. (Organizadores) - Ananindeua: Itacaiúnas, 2019. Disponível em:

[https://editoraitacaiunas.com.br/wp-content/uploads/2019/02/ebook\\_edma\\_politicas.pdf](https://editoraitacaiunas.com.br/wp-content/uploads/2019/02/ebook_edma_politicas.pdf).

Acesso em 12 mai. 2022.

ANDION, Maria Carolina Martinez; GONSALVES, Aghata Karoliny Ribeiro. Ação pública e inovação social. *Revista Organizações & Sociedade* – v. 26, n. 89, p. 221-248, abr./jun. 2019 DOI 10.1590/1984-9260892 | ISSN Eletrônico – 1984-9230.

ANJOS, Tatiane. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

ARAÚJO, Eno Feitosa. Turismo e Planejamento no Nordeste brasileiro. In: *Espacialidades Turísticas: do regional ao global* / Organização Alexandre Queiroz Pereira, Eustógio Wanderley Correia Dantas. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

ARAÚJO, Luana L. B.; MATOS, Fábio de O. Turismo e Mobilidade na Zona costeira do Nordeste brasileiro. In: *Espacialidades Turísticas: do regional ao global* / Org. Alexandre Queiroz Pereira, Eustógio Wanderley Correia Dantas. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

ASHOKA BRASIL. *Desafio para o Turismo Sustentável*. 2020. Disponível em: [https://www.ashoka.org/pt-br/search?search\\_term=Desafio](https://www.ashoka.org/pt-br/search?search_term=Desafio). Acesso em: 22 ago. 2022.

BAHIA. *Lei nº 14.126 em 24 de setembro de 2019*. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado. Disponível em <https://cpisp.org.br/lei-ordinaria-no-14-126-de-24-de-setembro-de-2019/#:~:text=1%C2%BA%20%E2%80%93%20Fica%20institui%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,Identidade%20no%20Estado%20da%20Bahia>. Acesso em: 12 set. 2022.

BARBIERI, J. C.; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM. Revista de Administração Mackenzie* [online]. 2011, v. 12, n. 3. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004>.

BARBOSA, Luciana Maciel. *Políticas territoriais de turismo: concepções e impactos do PRODETUR no nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, 2017.

BARRETO, Margarida. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Papirus Editora, 2013.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 2009. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p. 45-54.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A*, 31-especial. Ano 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>.

BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos (Orgs.). *A entrevista na pesquisa qualitativa - Perspectivas em análise da narrativa e da interação*. Rio de Janeiro: Quartet / FAPERJ 2013.

BENEVIDES, I. P. O turismo e seu planejamento governamental no Ceará. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.) *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.

BENI, M. C. *Sistema de turismo: construção de um modelo teórico referencial para aplicação de pesquisa em turismo*. São Paulo: ECAIUSP, 1988.

BENI, M. C. Sistema de Turismo – SISTUR. *Estudo do Turismo face à Moderna Teoria de Sistemas*. Disponível em: <http://www.gdimata.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Sistema-de-Turismo-SISTUR.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BENTO, Gabriela; PRADO, Nayrison; NASCIMENTO, Frederico. Dinâmicas imobiliárias e complexos turísticos no Nordeste do Brasil. In: *Especialidades Turísticas: do regional ao global / Organização: Alexandre Queiroz Pereira, Eustógio Wanderley Correia Dantas*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 161-189, 2021.

BISPO, A. S. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

BISPO, Aline Santos. *Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro. 114 f. 2020.

BLAKE, Adam *et al.* Tourism and poverty releaf. *Annals of Tourism Reserach*, v. 35, n. 1, p. 107-126, 2008.

BLAKE, Adam *et al.* *Tourism and poverty relief*. Texto para discussão 237, FGV EESP – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (Brazil), 2010.

BOBÔ. *Assembleia aprova projeto de turismo comunitário do deputado Bobô*. 20-?. Disponível em: <http://deputadobobo.com/noticia/45307/assembleia-aprova-projeto-de-turismo-comunitario-do-deputado-bobo>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BOMFIM, Anari Braz. *Patxohã, língua de guerreiro*: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, campus Porto Seguro, 2012. 127 f.

BOULLOSA, Rosana de F.; AMORIM, Simone. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 59-69, 2013. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/52>. Acesso em: 20 out. 2021.

BOULLOSA, Rosana. de F. Mirando ao revés as políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. *Publicações da Escola da AGU*, série especial, p. 89-105, 2019.

BOULLOSA, Rosana de F. O. *et al.* Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Avaliação*, V. 10, n 1, 2021. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110005>.

BOULLOSA, Rosana de F. Para onde tem nos levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também falar sobre avaliação em políticas públicas. *NAU Social*, v. 11, n. 21, p. 441-456, 2020.

BOULLOSA, Rosana de F. *Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas*: história, teoria e método, 2020.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Gestão social e avaliação. In: João Martins de Oliveira Neto & Jeová Torres Silva Junior (Org.), *Gestão Social* (1st ed., pp. 267-288). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ UANE/BID/STDS. 2017.

BOULLOSA, Rosana de Freitas *et al.* Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Avaliação*, v. 10, n. 1, p. 0-0, 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaína L. P. The democratic transformation of public policy through community activism in Brazil. *Policy & Politics*, 50(3), 341-361. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/030557321X16498834538186>. Acesso em: 20 out. 2022.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. *Organizações & Sociedade*, v. 28, p. 317-342, 2021b.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por uma mirada ao revés nas políticas públicas: notas sobre a construção de um percurso de pesquisa. In: *VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2013*.

BRAGHINI, Claudio Roberto; PICANÇO, Cristiane Santos. Construção de Conhecimento para o Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá. Em: *Turismo de base comunitária [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá –Sergipe*. Org. Claudio Roberto Braghini, Aracaju, 286 p. 2020.

BRAGHINI, Claudio Roberto; SANTOS, Thatiana Carvalho. Comunidades Litorâneas que se Visitam e se fortalecem para o Ecoturismo de Base Comunitária em Sergipe. Em: *Turismo de base comunitária [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá –Sergipe*. Org. Claudio Roberto Braghini, Aracaju, 286 p. 2020.

BRAGHINI, Claudio Roberto; SANTOS, Thatiana Carvalho; VIEIRA, Lício Valério Lima. Reflexões Sobre o Turismo de Base Comunitária – TBC. Em: *Turismo de base comunitária [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá –Sergipe*. Org. Claudio Roberto Braghini, Aracaju, 286 p. 2020.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. *Eixos do Turismo: Convencional e Contra Hegemônico em Jericoacoara – Ce*.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Políticas públicas e urbanização turística: o Prodetur-NE e as experiências em balneários litorâneos do Nordeste brasileiro. *Bahia análise dados*, Salvador, v. 23, n. 4, p. 745-763, out./dez. 2013. Disponível em: [https://espacoepoder.org/wp-content/uploads/2021/11/ad\\_estado.pdf#page=65](https://espacoepoder.org/wp-content/uploads/2021/11/ad_estado.pdf#page=65). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: Passado, Presente e Caminhos Futuros da Pesquisa Sobre Análise de Políticas. *Revista Política Hoje - Volume 25, n. 1 (2016)*, p. 71-90. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3710>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 2009. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p. 76-90.

BUZALKA, Juraj. Scale and ethnicity in Southeast Poland: tourism in the European periphery. *Etnográfica*, Lisboa, v.13, n. 2, p. 373-393, nov. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087365612009000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365612009000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 27 abr. 2021.

CAÑADA, Ernest/ Alba Sud. *Estratégias empresariais que precarizam o trabalho turístico*. 2020. Disponível em: <https://www.labormovens.com/post/estrategias-empresariais-precarizam-trabalho-turistico>. Acesso em: 20 out. 2022.

CAÑADA, Ernest. *Trabalho e organização das camareiras na Espanha - uma experiência interseccional*. Em N. F. Araújo, V. J. R. Alves, M. J. Magalhães, T. S. Melo (ed.). *Seminário Internacional Gêneros e interdisciplinaridades: "A práxis da interseccionalidade na contemporaneidade"*. p. 184-200. Brasília: Editora Otimismo. 2020. ISBN: 978-65-89538-00-4.

CAÑADA, Ernest. VII. *Producción Orgánica y Turismo Comunitario: Cambio De Rumbo en el Desarrollo Rural. La Experiencia de Asoprola en Altamira de Biolley, Costa Rica, 2019*. Disponível em: [researchgate.net](https://www.researchgate.net). Acesso em: 13 set. 2022.

CAMPANARO, Priscila Kikuchi. Branquitude e religião: uma análise autoetnográfica sobre ser uma mulher branca no candomblé. *Mandrágora*, v. 27, n. 2, p. 91-113, 2021.

CAMPISTA, Melissa Diaz. *Relações entre Estruturas Formais de Investigação em Turismo (EFIT) e as Políticas Públicas de Turismo (PPTur) em nível federal no Brasil: entre a expansão, consolidação e... Convergência?* Dissertação de mestrado. Ciências Sociais. ICH – Instituto de Ciências Humanas. UFJF. 2018. 314 p.

CAMPOS FILHO, A. V. de C. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet, 2022*.

CAMPOS FILHO, Alberto Viana de. *Tecituras sobre educação do campo, economia solidária e turismo comunitário como territórios educativos na pós-graduação lato sensu*. Dissertação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Amargosa, BA, 2016. 95f.

CANELAS RUBIM, A. A.; KAUARK, G.; MIGUEZ, P. Entrevista com Gilberto Gil. *Políticas Culturais em Revista* [S. l.], v. 1, n. 2, 2009. DOI: 10.9771/1983-3717pcr.v1i2.4245. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/4245>. Acesso em: 20 out. 2022.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (61), 25-5. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3w5FW3p>. Acesso em: 15 set. 2022.

CARNEIRO, Rosamaria. Cartas para mim ou sobre mim? Notas autoetnográficas de um puerpério não silenciado. *Revista Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, 2021.

CASTRO, I. E. Turismo e ética. In CORIOLANO, L. N. M. T. *Turismo com ética*. 2. ed. Fortaleza: Editora Funece, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. *Communication-Technologie-Société*, Volume 14, Numéro 75, 1996, pp. 43-66. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-1996-1-page-43.htm>. Acesso em 20 abr. 2021.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>.

CLEMENTINO, M. L. *Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do nordeste*. Produto x - Nota Técnica: desenvolvimento urbano. (Relatório técnico do Instituto Interamericano de Colaboração a Agricultura – IIAC, Proposta técnica 166). Brasília, 2013.

COCOLA-GANT. Tourism gentrification. In L. Lees & M. Phillips. *Handbook of Gentrification Studies*. Edward Elgar Publishing. 2018. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=-ihWDwAAQBAJ>. Acesso em: 17 jan. 2023.

COIMBRA DE SÁ *et al.* Práticas Culturais e Protagonismo Comunitário: possibilidades de convergência entre o candomblé, a capoeira e o turismo de base comunitária. In: *Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno*. Org. Francisca de Paula Santos da Silva. Salvador: EDUNEB, 2013. 314p.

COMUM, Nosso Futuro. *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1991

CONCEICAO, Cálidon Costa. Modelo analítico de governança regional de turismo - MAGRET. *Rev. Bras. Pesq. Tur.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 123-139, Aug. 2020. Epub Aug 07, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1822>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CORIOLOANO, L. N. M. T. SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários de America Latina y turismo comunitario en rebote a los megaemprendimientos transnacionales. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 3 (1). 2013. P. 4-15.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 2009. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p. 277-288.

CORRUBLE, Clarisse. Overtourism and the Policy Agenda: From Destinations to the European Union-Balancing Growth and Sustainability. *Bruges Political Research Papers* 83/2021, 2021.

COSTA, Alicia Araújo da Silva. *Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 262 f., 2020.

COSTA, João Henrique; SOUSA, Michele. *Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e*

Experiências Brasileiras. p. 92-107. Org. Bartholo, Sansolo e Bursztn. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CUÉTARA, L. M. *et al.* Producto turístico de naturaleza para el desarrollo de comunidades rurales en Manabí, Ecuador. *Revista de Ciencias Sociales (Ve)*, XXVIII (2), 287- 299, 2022.

CZARNIAWSKA, Barbara. *Narratives Social Science Research*. London: Sage Publications, 2014.

CZARNIAWSKA, Barbara. The Fate of Counter-Narratives. In: fiction and in actual organizations. In. FRANDSEN, S.; KUHN, T.; LUNDHOLT, M. (ed.). *Counter-narratives and Organization*. New York: Routledge, 2017, p. 195-207.

DA CRUZ, Gilson Machado. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

DA SILVA DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Do renascimento à vida sociorreligiosa: revirando memórias de uma bicha preta macumbeira. *Grau Zero*. Revista de Crítica Cultural, v. 9, n. 2, p. 51-66, 2021.

DA SILVA, Joselina; DE OLIVEIRA, Fabrícia do Nascimento Silva. Autoetnografia negra feminista: uma experiência educativa de pensadoras negras. *Nodos y Nudos*, v. 7, n. 50, 2021.

DE FREITAS SILVA, Marília Natacha; ALEDO, Antonio; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Turismo, desenvolvimento e vulnerabilidade social na região Nordeste*.

DE PAULA, Francisca. *Entrevista concedida pela plataforma WhatsApp Messenger*, 2022.

DE SOUSA ARRUDA, Agnes; MIKLOS, Jorge. O peso e a mídia: estereótipos da gordofobia. *LÍBERO*, n. 46, p. 111-126, 2020.

DENCKER, A. de F. M. *Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura, 2007.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yonna S. (2000). “Preface”. In: *Handbook of Qualitative Research – Second Edition*. London: Sage.

DEWEY, John. *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt, 1927.

DIAS, Wilson José Vasconcelos *et al.* *Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios*. 2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/625>. Acesso em: 03 out. 2022.

DÍAZ, M. C. *Estruturas formais de investigação em turismo e políticas públicas de turismo: expansão, consolidação e convergência?* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

DO NASCIMENTO, Ives Romero Tavares; SILVA, Herton Alexandre Santos; DA SILVA PEREIRA, Vanessa. Análise da ação de atores sociais no processo de implementação de políticas públicas: uma proposta de aplicação da metodologia arena de atores. *Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC*, v. 6, n. 2, p. 63-77, 2020.

DÖRING, Katharina. *O Samba da Bahia: Tradição pouco conhecida*. Ictus, Salvador: v. 5, p. 69-92, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ictus/article/download/34238/19733>. Acesso em: 14 mai. 2021.

DOS SANTOS, William Soares. Narrativa como instrumento de compreensão e mudança social. *Revista Indisciplina em Linguística Aplicada*, v. 2, n. 2, 2021.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. *Historical social research/Historische sozialforschung*, p. 273-290, 2011.

EMBRATUR. *Quem somos*. EMBRATUR: Lei de acesso à informação. 2004. Disponível em: [http://www.embratur.gov.br/lai\\_embratur\\_secom/opencms/menu/embratur/quemsomos.html](http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/opencms/menu/embratur/quemsomos.html). Acesso em: 14 abr. 2018.

ENGELMAN, Robert. *Além do blablá da sustentabilidade*. Salvador. 1ª Ed. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>. Acesso em: 12 mai. 2021.

ERTEL, Varlei Rui. *O turismo como objeto de estudo das Ciências Sociais: um olhar para as publicações e o diálogo com a Sociologia Econômica*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina.

ESTATUTO CENTRO CULTURAL VALE DO IGUAPE. Arquivo CECVI, Cachoeira – BA, 2013.

EUGENIO-MARTIN, Juan Luis; MARTÍN MORALES, Noelia; SCARPA, Riccardo. Tourism and Economic Growth in Latin American Countries: A Panel Data Approach (February 2004). *FEEM Working Paper* No. 26, 2004. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=504482> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.504482>.

FABRINO, Nathália Hallack. *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. *Revista do Serviço Público*, n. 69, p. 53-84, dez. 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 3, p. 813-836, dez. 2011. 210

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, 50 (6), pp. 959-979, nov. /dez. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FARO, A. R. *et al.* Quando as comunidades fazem suas barreiras frente à pandemia: estratégias de defesa da vida e dos territórios das comunidades caiçaras de Trindade e praia do

Sono, Paraty-RJ, Brasil. *Rev. Tamoios*, v. 17, n. 1, p. 03-28, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/57985>. Acesso em: 18 jan. 2022.

FAXINA, Fabiana; FREITAS, L. B. A. Análise de Implantação do Turismo de Base Comunitária em Terra Caída, Sergipe, Brasil. *Tur., Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 23, n. 1, p. 242-262. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983). Acesso em: mar. 2021.

FAYISSA, B.; NSIAH, C.; TADESSE, B. Tourism and Economic Growth in Latin American Countries: Further Empirical Evidence. *Working paper*, Department of Economics and Finance. Murfreesboro, TN: Middle Tennessee State University, 2009.

FEBAFES. *Feira Baiana Da Agricultura Familiar E Economia Solidária*. Disponível em: <http://www.Sdr.Ba.Gov.Br/Noticias/2019-11-18/Feira-Baiana-Da-Agricultura-Familiar-Sera-Destaque-Na-Fenagro-2019>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; DE AZEVEDO, Lia Almeida. Teorias e modelos de políticas públicas: uma revisão das abordagens sobre o processo de políticas. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 28, n. 1, 2019.

FERNANDES, Katia Maria *et al.* *Um estudo da relação dialógica entre Anfitrião e Um deus dormiu lá em casa: destronamento e coroamento*. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2015.

FERNANDES, M. S.; GABRIELLI, L. A. G.; MARINHO, R. S. Preservar é re-existir: A luta das comunidades caiçaras da Península da Juatinga com a presença e a ausência do turismo durante a pandemia de Covid-19. *Ensaio de Geografia*, v. 7, n. 13, p. 88-104, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/eg.v7i13.47113>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FERREIRA, A. L.; SILVA, A. F. C. A estruturação do Turismo e do Imobiliário nas metrópoles nordestinas: conceitos básicos e antecedentes. In: *Turismo e imobiliário nas metrópoles* (pp. 117-130). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

FISCHER, F; GOTTWEIS, Herbert. Introduction. In: *The Argumentative Turn Revisited: public policy as a communicative practice*. Durham: Duke University Press, 2012. p. 1-30.

FISCHER, F. *et al.* *Handbook of Critical Policy Studies*. Northampton: Edward Elgar Pub., 2016.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. *Revista NAU Social*, v. 7, n. 2, p. 163-180, 2016.

FISCHER, Frank; FORESTER, John. Introduction. In: *The argumentative turn in policy analysis and planning*, p. 1-17. Durham: Duke University Press, 1993.

FOLHA UOL. *Amsterdã se rebela contra o turismo em massa*. 9 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2018/08/amsterda-se-rebela-contra-o-turismo-em-massa.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2021.

FÓRUM ABRATUR. *Métodos de internacionalização da pesquisa em turismo no Brasil* / Organização: Fernando Cesar Sossai, Éwerton Cercal, Yoná da Silva Dalonso – Joinville, SC: 2019. 22-24 maio. 2019. Anais III Fórum ABRATUR – 2019. Editora UNIVILLE, 2019.

FÓRUM ECONOMICO MUNDIAL. *The Travel & Tourist Competitiveness Report*, 2019. Disponível em: <https://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2019/rankings/>. Acesso em: 20 set. 2022.

FRADE DA MATA, G. M. Igualdade Participativa e Políticas Públicas: O Caso de Conselhos Gestores de Turismo. *CS Online - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17383>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; EYNAUD Philippe. *Solidariedade e Organizações: pensar uma outra gestão*. – Salvador: EDUFBA, Ateliê de Humanidades, 2020.

FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. *Revista Brasileira de Sociologia das Emoções* 12 (36): 720-736, 2013.

FREITAS, C. C. S. *O discurso epistemológico sobre turismo e sua transposição nos programas de pós-graduação do Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2018.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 49, p. 79-94, 2000.

GIUDICE, Dante Severo. *Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia*. 2011. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12471>. Acesso em: 11 out. 2022.

GOMES SOBRINHO, Lirandina. *Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe-UFS, São Cristóvão, 339f, 2011.

GONZÁLEZ-PÉREZ, Jesús M. The dispute over tourist cities. Tourism gentrification in the historic Centre of Palma (Majorca, Spain). *Tourism Geographies*, v. 22, n. 1, p. 171-191, 2020.

GOTMAN, A. Hospitalidade em sentido próprio e figurado. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, volume 16, n.03, p. 160-174, 2019.

GRACIANO, P. F.; Holanda, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (1), p. 161-179, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>. Acesso em: 27 mai. 2020.

GRÃOS DE LUZ E GRIÔ, 2022. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/apresentacao/quem-somos>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. *Analyzing narrative reality*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2009.

GUIA, George Alex da. *Trajelórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe*. Tese Doutorado. FAU – Doutorado em arquitetura e urbanismo. UNB – Universidade de Brasília, 2018.

HADDAD, Sérgio. O Fórum Social Mundial como um espaço educador. *Educação & Sociedade*, v. 41, 2020.

HENZ, Aline Patrícia. *Turismo e desenvolvimento econômico regional*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 500f. 2021.

HOLT, N. L. Representation, legitimation, and autoethnography: an autoethnographic Writing Story. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/160940690300200102>. Acesso em: 10 out. 2021.

IBRAM. Brasília ambiental. *Você sabe o que é uma APA?* Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/voce-sabe-o-que-e-uma-apa/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

II Fórum Global sobre Turismo Sustentável-II FGTS. *Declaração de Salvador*. Salvador 2018. Disponível em: <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 abr. 2018.

JÚNIOR, João Carvalho de Souza. *Entre ecos e reflexos: uma autoetnografia das performances de masculinidades online no Grindr*. Tese de dissertação. Mestrado em Letras. Universidade Federal de Sergipe. 2021.

KADRI, B. *et al.* Towards ‘tourism science’? *Téoros*, Revue de Recherche en Tourisme, v. 25, n. 1, p. 62-64, 2006. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20063153496>. Acesso em: 27 abr. 2022.

KADRI, Boualem. La construction des connaissances en tourisme à l’université: la production de mémoires et thèses liés au tourisme à l’UQAM (1978 à 2005). *Teóros*. Revue de recherche en tourism, v. 25, n. 25-2, p. 78-80, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/teoros/1453>. Acesso em: 10 out. 2021.

KIYOTANI, Ilana Barreto. PRODETUR/PB: as políticas do turismo para as transformações do urbano. *Anais do Seminário da ANPTUR*, 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/342.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A Ação Pública Abordada Pelos Seus Instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, [S. l.], v. 9, n. 18, 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>. Acesso em: 6 nov. 2022.

LEIRO, Jacinta Marta Tavares. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

LEITE, A. Z. *et al.* Propulsores Do Desenvolvimento Socioeconômico Em Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil. *REVISTA NERA*, [S. l.], n. 60, p. 48–72, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i60.8118. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8118>. Acesso em: 29 set. 2022.

LIMA, E. L. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

MAJONE, Giandomenico. *Evidencia, argumentación y persuasión en la formulación de políticas*. New Haven: Yale University Press, 1989. 1ª Ed. Eletronica (espanhol) Fondo de cultura económica, 1997.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. Em: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44, 2009.

MANZANO LOPES, M.; PANOSSO NETTO, A. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, v. 5, n. 2, p. 200-224, 24 ago. 2021.

MAURO, Victor Ferri. *Turismo em terra indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/259>. Acesso em: 20 set. 2018.

MCNAUGHT, Julia. *Entrevista concedida na cidade de Cachoeira – BA*, 2021.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. *Revista Campo-Território*, 14 (Dez.), 2020. <https://doi.org/10.14393/RCT143401>.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. *Las políticas públicas*. 1992. Disponível em: [http://recom.blog.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/28/2018/04/Meny-Thoenig\\_Cap-1-y-2.pdf](http://recom.blog.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/28/2018/04/Meny-Thoenig_Cap-1-y-2.pdf). Acesso em: 09 mai. 2022.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Revista Turismo em análise*, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.

MILANO, Claudio. *Overtourism and Tourismphobia: Global trends and local contexts*. Barcelona: Ostelea School of Tourism & Hospitality, [S. l.], 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mata Atlântica*. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/mata-atlantica>. Acesso em: 24 mai. 2022.

MIRANDA, Ananias Nery. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

- MISHLER, Eliot (1986). *Research Interviewing: Context and Narrative. Storylines: craftartists' narratives of identity*. Cambridge MA: Harvard University Press. (2002). "Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo". In: *Identidade - recortes multi e interdisciplinares*. Trad. Claudia Buchweitz. Campinas: Mercado de Letras/CNPQ, p. 97-119.
- MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. Contexto, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/577.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MOESCH, Marutschka Martini. O domínio material e conceitual do turismo. *ANPATUR*. Anais. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo\\_23.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf). Acesso em: 14 set. 2022.
- MOESCH, Marutschka Martini. O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo. *Revista Cenário: Revista Interdisciplinar Em Turismo e Território*, Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-28, 2013.
- MOLINA, S. *Conceptualización Del Turismo*. México: Limusa. 2000.
- MOLINA, S. *Fundamentos del nuevo turismo*. México: Centro de Emprendimiento e innovación, 2005.
- MORAES, Edilaine Albertino de *et al.* Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122 | 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>. Acesso em: 14 set. 2022.
- MORAES, Edilaine Albertino de; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Turismo -Visão e Ação*, v. 20, n. 2. 2018.p. 249-265.
- MORAES, Edilaine Albertino de. *Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil*. Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2019.
- MOREIRA, Fernando. *Por causa do comportamento de turistas, Amsterdã vai tirar do Centro famoso distrito de prostituição*. Extra, 3 de fev. de 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/page-not-found/por-causa-do-comportamento-de-turistas-amsterda-vai-tirar-do-centro-famoso-distrito-de-prostituicao-24867653.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- MTUR. *Marcos Conceituais*. Disponível em: [www.turismo.gov.br/](http://www.turismo.gov.br/). Acesso em: 14 ago. 2018.
- MURPHY, P. *Tourism: A Community Approach*. Routledge. RLE Tourism, 1º Ed. Ano 1985. <https://doi.org/10.4324/9780203068533>
- NEVES, Sandro Campos. *A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGA/UFBA, Salvador, 2012.

NITYNAWÃ. *Manual das atividades de etnoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

NOIA, Angye Cássia; JÚNIOR, Astor Vieira; KUSHANO, Elizabete Sayuri. Avaliação do Plano Nacional de Turismo: Gestão do Governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Arranjos institucionais para a gestão metropolitana. Relatório de Pesquisa. Projeto Observatório das Metrôpoles. *Território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. CNPq – Institutos do Milênio, 2009.

OLINTO, ANDREA *et al.* *O Ecossistema Manguezal*. Portal de ecologia aquática. Disponível em:

[http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70&Itemid=409](http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=409). Acesso em: 24 mai. 2022.

OMT - Organización Mundial del Turismo. *Código Internacional para la Protección de los Turistas*. OMT, Madrid. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284423460>. Acesso em: 14 set. 2022.

OMT - Organización Mundial del Turismo. *Panorama del turismo internacional*. Ed. 2019, OMT, Madrid. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284421237>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ONU. *Sobre a OMT*. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/acerca-de-la-omt>. Acesso em: 25 mai. 2022.

OUASSINI, A., OUASSINI, N. Between a rock and the Kasbah: Tourism gentrification, cultural repackaging, and identity in Tangier. *Journal of Asian and African Studies*, 56(4). (2020). <https://doi.org/10.1177/0021909620943631>.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. Capítulo 5, p. 193-228.

PAKMAN, Elbio Troccoli. **Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico**. *XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, v. 24, 2014. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.

PANOSSO NETTO, Alexandre; ARIAS CASTAÑEDA, E.; CASTILLO NECHAR, M. Análise das Visões de Turismo no México. *Revista Turismo Em Análise*, 23(2), 286-307. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i2p286-307>. Acesso em: 14 set. 2022.

PANOSSO NETTO, Alexandre; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* 8(1), 120-144. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>. Acesso em: 14 set. 2022.

PANOSSO NETTO, Alexandre; NOGUERO, F. T. & Jager, M. Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos. *Turismo em Análise*. 22(3): 539 –560. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p539-560>. Acesso em: 14 set. 2022.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Perspectiva crítica do turismo: proposições éticas e filosóficas a partir da realidade latino-americana. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v. jun./2018, p. 9-21, 2018.

PERES, Janaina Lopes Pereira; BOULLOSA, Rosana de F.; BESSA, Luiz F. M. O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social. *NAU Social*, v. 12, n. 22, p. 493-515, 2021a.

PERES, Janaina Lopes Pereira. *Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF*. Tese de doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, 2020.

PERFIS SETORIAIS DOS PARQUES NATURAIS. Disponível em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Parques>. Acesso em: 03 set. 2022.

PIERCE, J. Emotions and the Policy Process: Enthusiasm, Anger and Fear, *Policy & Politics*, 49: 4, 595-614, 2021.

PL./23.080/2019. *Consulta Projeto de Lei*. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-23.080-2019>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PLANO DE TRABALHO/ESTUDO DE DEMANDA TURÍSTICA DA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS. 2016. Disponível em: <http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Estudo-de-Demanda-Produto-1-Plano-de-Trabalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

PORTELA, Francileuda Farrapo *et al.* Como nasce uma patroa? Problematizações autoetnográficas dos privilégios interseccionais de classe, raça e gênero/How is a boss born? Self-ethnographic problems of intersectional privileges of class, race and gender. *Revista de psicologia*, v. 14, n. 52, p. 300-316, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2702/4276>. Acesso em: 14 set. 2022.

PRODETUR/BAHIA. *Projeto e ações*. Disponível em: <http://www.prodeturbahia.turismo.ba.gov.br/projetos/>. Acesso em: 20 out. 2022.

RAMOS, Simone Amorim. *Migração de escala em instrumentos de políticas públicas: natureza e fronteiras de aprendizagem*. 111f. Il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17337/1/Ramos%2C%20Simone%20Amorim.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

REDE BATUC. *Movimento de Turismo Comunitário da Bahia*. Disponível em: <http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REDE TUCUM. *Princípios do Turismo Comunitário*. Disponível em: <http://www.redetucum.org.br/rede-tucum/principios-do-turismo-comunitario/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REDE TURISOL. *II Encontro Nacional Turisol*. Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; ARANHA, Maria de Fátima Santiago. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS). Grupo de Trabalho: Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Disponível em: <http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R2164-1.PDF>. Acesso em: 03 out. 2022.

ROCHA, E. S., COSTA, L.A., ANJOS, F. A. Perspectiva sistêmica nos artigos publicados nos anais dos seminários da anptur. *Revista Turismo, Visão e Ação*, 19(3), 614-631. 2017.

RODRIGUES, Felipe Ishara. *Overtourism –As novas e velhas questões do turismo de massa*. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RODRIGUEZ, Cecília. Venice Is Fed Up With Cruise Ships And Angry Protesters Are Blocking Them. *Forbes*. 2016. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ceciliarodriguez/2016/09/29/venice-is-fed-up-with-cruise-ships-and-angry-protesters-are-blocking-them/?sh=58d6f54d3f61>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável*. São Paulo: Papyrus, 1997.

SAMPAIO, Eliane Avelina de Azevedo. *Cientificidade nos estudos do turismo*. Teorias, dicotomias e o desafio da consolidação epistemológica. 2022. Disponível em: <http://riull.ull.es/xmlui/handle/915/27189>. Acesso em: 14 set. 2022.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Editora: Cengage Learning Cidade: São Paulo. Ano: 2014. ISBN 978-8522113538.

SEIXAS, C. L., CARON, M. F. Análise dos Artigos Publicados na Revista Turismo em Análise entre os Anos de 2004 e 2015. *Revista Turismo em Análise*, 29(1). 2018.

SILVA, Deni Iuri Soares Candido da. *Ser bicha e professor: uma análise autoetnográfica da condição sexual gay e a receptividade em contextos educacionais sendo assumidamente gay*. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialista em Gênero e Diversidade na Educação. UNILAB – Universidade Federal da integração Latino-americana. 2021.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. *Entrevista concedida pela plataforma WhatsApp Messenger*, 2022.

SILVA, K.T.P; RAMIRO, R.C; TEXEIRA, B.S. Fomento a turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SILVA, Livia Carolina de A.; BRAGHINI, Claudio Roberto. Saber Técnico e Saberes Locais Para o Ecoturismo de Base Comunitária: O Patrimônio Natural na Ilha Mem De Sá, em Sergipe. Em: *Turismo de base comunitária [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá –Sergipe*. Org. Claudio Roberto Braghini, Aracaju, p. 286 p. 2020.

SILVA, Luciano Nunes *et al.* Perspectivas e possibilidades no cenário pós-pandêmico: da mirada ao revés e da teoria do decrescimento. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, v. 8, n. 3, p. 667-674, 2020.

SILVA, Marco Aurélio Carvalho da. *Impacto socioeconômico do turismo em municípios brasileiros: avaliação do PRODETUR/NE I e II*. Dissertação de Mestrado. Escola de economia de São Paulo. FGV- Fundação Getúlio Vargas. 2022.

SIMMONS, Joanna. *Overtourism in Dubrovnik*. Responsible Travel. Disponível em: <https://www.responsibletravel.com/copy/overtourism-in-dubrovnik>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SKULPICHESTRAT, Jutarat. *Thailand closes dive sites to halt damage to reefs*. 2011. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-thailand-reefs/thailand-closes-dive-sites-to-halt-damage-to-reefsidUSLNE70J02220110120>. Acesso em: 09 mai. 2022.

SOUSA, Plínio Guimarães de. *Turismo em assentamentos de reforma agrária no Nordeste do Brasil* / Plínio Guimarães de Sousa. – 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Maria Marineide de *et al.* *Arranjo produtivo local de confecções da rua do Uruguai/Itapagipe*, 2010.

SOUZA JÚNIOR, João Carvalho de. *Entre ecos e reflexos: uma autoetnografia das performances de masculinidades online no Grindr*. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Andrew->

Herrmann/publication/338983942\_Expanding\_Our\_Autoethnographic\_Future/links/5e36510e a6fdccd9657ec051/Expanding-Our-Autoethnographic-Future.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

SPINK, Peter Kevin; BURGOS, Fernando. Os limites da abordagem de implementação: vulnerabilidade urbana a partir do outro lado da rua. *Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil*, p. 99, 2019

TADIOTO, M. V.; CAMPOS, L. Jung de; VIANNA, S. L. G. Epistemologia do turismo: um estudo sobre as correntes teóricas predominantes nas publicações em turismo Ibero-Americanas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, e-2361. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2361>. Acesso em: 15 set. 2022.

TASSO, João Paulo Faria; MOESCH, Marutschka Martini; NOBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Rev. Bras. Pesq. Tur.*, São Paulo, v. 15, n.1, 2141, Apr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TRILHAS GRIÔ. 2022. Disponível em: [trilhagriochapada.org.br](http://trilhagriochapada.org.br). Acesso em: 28 dez. 2022.

TURISMO COMUNITÁRIO, ECOGASTRONOMIA E OUTRAS CORRENTES ALTERNATIVAS E SOLIDÁRIAS. 2011. Disponível em: <http://turismoegastronomiaporummundomelhor.blogspot.com/2011/03/apresentacao.html>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TURISOL. Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em: set. 2022.

URANO, Débora Goes; DE MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo. Community-Based Tourism And Networks: An Analysis Of The Collaborative Relationships In The Tucum Network, BRAZIL. *Podium*, v. 9, n. 3, p. 408-434, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/15916>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VALDUGA, V.; GARDOLINSKI, S. A.; FARIA, A. B. C.; SILVA, J. L. K. Hospitalidade, acolhimento e amorosidade no turismo: uma análise bibliométrica. *Ateliê do Turismo*, v. 5, n. 2, p. 1-19, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12422>. Acesso em: 27 abr. 2022.

VIANA, Alberto. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

VIANA, José Ítalo Bezerra. *As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017. 255f.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa. A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa. *Revista de Políticas Públicas*, v. 19, n. 1, p. 77-90, 2015.

VIEIRA, Salete; DE JESUS, C. B; DE SÁ, N. C. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: Desafios e Perspectivas. *Turismo e Sociedade*, v. 14, n. 3, 2022.

VIEIRA, Salete. *Entrevista concedida pela plataforma Google Meet*, 2022.

VILAR José Wellington Carvalho; CUNHA, José Carlos Santos. A Ilha Mem de Sá no Contexto do Litoral Sul de Sergipe: Da “Invisibilidade” Histórica à Apropriação das Paisagens. Em: *Turismo de base comunitária* [recurso eletrônico]: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá –Sergipe. Org. Claudio Roberto Braghini, Aracaju, 286 p. 2020.

VILAS, Carlos M. Política y políticas públicas en América Latina. El Estado my las políticas públicas en América Latina. Cristina Fioramonti y Paula Anaya (org). *La Plata: AECID/COPPPAL/Honorable Cámara de Senadores de la Provincia de Buenos Aires*, 2011, págs. 37-74. Universidad Nacional de Lanús. Disponível em: <http://cmvilas.com.ar/index.php/articulos/12-politicas-publicas/27-politica-y-politicas-publicas-en-america-latina>. Acesso em: 09 mai. 2022.

WALMSLEY, Andreas; KOENS, Ko; MILANO, Claudio. *Overtourism and employment outcomes for the tourism worker: impacts to labour markets*. Tourism Review, 2021.

WTO. *World Tourism Organization*. Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 55-75.

ZHANG, S.; CHAN, Esw. A modernism-based interpretation of sustainable tourism. *Int J Tourism Res*. 2020; 22: 223– 237. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jtr.2330>. Acesso em: 27 abr. 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

#### **I. Sobre o Entrevistado:** Nome/ Idade/Trajatória Profissional

#### **II. Sobre a Organização Rede Batuc**

1. Como você definiria a Rede Batuc?
2. Como foi que vocês se tornaram integrantes da Rede?
3. O que significa “fazer parte da Rede Batuc”?
4. Qual é a temática mais sensível que a Rede Batuc busca trabalhar?

#### **III. Sobre o Turismo Comunitário**

1. Por que, que você acha que foi necessário ter essa bandeira do Turismo Comunitário?  
Como é que isso surge?
1. Qual a motivação em fazer parte da Rede Batuc? O turismo comunitário agrega o que com seu trabalho?
2. O que é esse turismo comunitário de vocês, com que vocês trabalham?
3. Como vocês veem o objetivo a prática de turismo em relação a comercialização e os ganhos financeiros?
4. Por que que não dá para trabalhar com o turismo comum de massa, turismo convencional?
5. Como você vê a diferença entre o Turismo Comunitário com o Turismo de Massa?
6. Como você descreve o diálogo/a relação dos órgãos oficiais de turismo da Bahia sobre o turismo comunitário?
7. Você acha que a Rede Batuque busca os mesmos objetivos que os trabalhos de vocês no turismo comunitário?
8. Você acha possível falar do Turismo Comunitário sem falar do Turismo Convencional?
9. Em quais formas de resistência vocês e a Rede Batuc atuam?
10. Como as desigualdades a partir do turismo comunitário podem ser combatidas ou/e superadas?

## ANEXOS

### ANEXO A – Declaração Salvador



### DECLARAÇÃO DE SALVADOR II FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL- II FGTS



Nós, 93 pessoas integrantes de 63 organizações de 9 países (Alemanha, Austrália, Brasil, Benin, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Índia e Inglaterra), incluindo representantes de 9 estados brasileiros (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe) reunidas na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, no município de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, durante os dias 14 e 15 de março de 2018, realizamos o II Fórum Global sobre Turismo Sustentável – II FGTS como uma atividade autogestionária integrante eixo temático Democratização da Economia do Fórum Social Mundial- FSM 2018.

O II FGTS construiu o posicionamento da sociedade civil e seus apoiadores perante questões contemporâneas do turismo convencional e da sociedade em geral que afetam os povos e comunidades, bem como da discussão e afirmação de um turismo comunitário e sustentável em todo o mundo, como uma estratégia de criação, resistência e transformação da atividade turística convencional para um turismo desejável sob os princípios da sustentabilidade e da solidariedade.

Os participantes do II FGTS reafirmam o potencial do turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local com sustentabilidade, a partir de experiências exitosas protagonizadas por povos e comunidades, que são conduzidas a partir de princípios como os da economia solidária, que contestam as formas hegemônicas de turismo convencional e de massa, que muitas vezes se apresentam como insustentáveis: segregadoras, predatórias e invasivas contra os povos, seu ambiente e suas culturas.

Entendemos que resistimos de forma global, mas agimos de forma local. Dessa forma:

### **Resistimos contra quê?**

Nós nos encontramos em um momento planetário em que a vida na terra nos faz refletir frente a fatos que demandam um posicionamento. Nossa postura está intimamente ligada à nossa evolução enquanto seres humanos. Assim, precisamos resistir aos modelos de desenvolvimento que fomentam o consumo inconsequente a partir de projetos e empreendimentos que priorizam o turismo de massa, predatório e excludente. Esses modelos refletem em desdobramentos, tais como: a exploração do trabalho, a depredação dos recursos naturais, culturais e históricos, ao racismo institucional e ambiental e à violação dos direitos humanos, em especial das comunidades e dos povos excluídos e discriminados. Como consequência, também precisamos resistir a uma mercantilização de nosso patrimônio material e imaterial, que leva à padronização de um modelo hegemônico, que culmina na descaracterização da nossa identidade e banalização de nossas culturas.

O que vivenciamos hoje é um contexto de políticas públicas de manutenção de privilégios de poucos com o estabelecimento de uma competitividade perversa e a acumulação de renda para os grandes capitais, com a transferência de recursos e oportunidades para uma minoria corporativista.

Além disso, resistimos à omissão dos governos a esta realidade, que desfavorece o diálogo e caminha para a eliminação dos espaços da cidadania, o que fragiliza ainda a expansão de processos de educação e capacitação condizentes com a diversidade de nossos territórios e a economia solidária.

### **Transformar e criar com quais ações?**

Diante do contexto acima (resistências) identifica-se a necessidade de fortalecimento das redes de turismo de base comunitária considerando-se a legitimidade e autonomia das iniciativas das comunidades para isso. Ressalta-se a importância de conferir às comunidades o protagonismo do seu desenvolvimento com aportes de instrumentos e ferramentas de apoio, tecnologias sociais e marcos regulatórios, de maneira a promover:

- a formação e o diálogo entre as instituições de educação formais e não formais, os órgãos de fomento e iniciativas de TBC no sentido de criar metodologias, conteúdos e práticas que atendam às reais necessidades das comunidades e visitantes e que estejam alinhadas à ecologia dos saberes;
- o fortalecimento e integração em rede, englobando as iniciativas de turismo comunitário existentes e atuantes no país e a conexão com outras redes regionais, nacionais e internacionais;
- a participação efetiva nos processos de tomada de decisão e na formulação de ações e políticas que congreguem as necessidades das comunidades e sua articulação com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais visando à captação de recursos;
- a inventariação da memória, do patrimônio material e imaterial para fortalecimento das identidades e territórios e sua utilização como base para a criação de um sistema de registro de iniciativas do turismo de base comunitária;

- a utilização de canais já existentes como as redes sociais e outras plataformas de divulgação e promoção de turismo sustentável para dar mais visibilidade às iniciativas de turismo de base comunitária do Brasil e do mundo;
- e o estímulo ao relacionamento do turismo de base comunitária com a economia solidária e o consumo consciente.

### **Como e quando serão realizadas as ações?**

Foi entendimento do grupo que a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) pode e deve ser fortalecida pela união e trabalho de voluntários que querem e podem contribuir para o fortalecimento de *outro turismo*.

Nesse sentido, para fortalecer os trabalhos dentro da Rede Turisol de forma pragmática, estão se estabelecendo Grupos de Trabalho (GTs) compostos por voluntários dispostos a colaborar com os temas (1) Políticas Públicas e Educação, (2) Comunicação e Comercialização e (3) Articulação em Rede.

O GT de Políticas Públicas e Educação deverá fazer uma solicitação formal ao Ministério do Turismo para a criação de um Programa de Apoio ao Turismo Solidário e Comunitário. Esse GT também deverá buscar apoio interministerial e acionar pastas como Trabalho, Meio Ambiente, Cultura, entre outras. As boas práticas de estados e municípios, bem como de outros países, deverão ser sintetizadas e compartilhadas para inspirar outras localidades. O GT deverá, ainda, discutir e fomentar formas de apoiar a educação formal e não formal para as comunidades que estão desenvolvendo ou querem desenvolver o turismo.

O GT de Comunicação e Comercialização será responsável pelo levantamento de informações sobre as iniciativas de turismo comunitário e solidário do Brasil e deverá criar parcerias para divulgação e comercialização dessas iniciativas em curto prazo. Em médio prazo será pensada uma plataforma de divulgação unificada, bem como outras estratégias de ampliação da visibilidade territorial e identitária.

As ações do GT de Articulação incluem a organização de encontros virtuais e presenciais para dar vida à Rede e aos GTs. Inclui ações de articulação da rede nacional com as redes da América Latina e do mundo, bem como a oxigenação da rede com o convite a novos membros. Deverá, também, fomentar o fortalecimento institucional da Rede Turisol.

Foram apontadas, ainda, ações que podem criar impacto rápido e empoderamento como: a criação de um grupo de comunicação por mídias sociais para as comunidades com a finalidade de trocar experiências e mesmo intercâmbios entre as iniciativas; a realização do cadastro das iniciativas de turismo comunitário no CADSOL; a criação de redes regionais para o fortalecimento local e a aproximação das iniciativas de turismo comunitário com os grupos e ações da Economia Solidária.

Organizações/pessoas presentes no encontro: ABBTUR, Agência de Turismo Comunitário Rocinha Original Tour, APTS, Apoemas, Araribá Turismo & Cultura, Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, Escola de Belas Artes-UFBA, Casa do Boneco de Itacaré/Quilombo Doiti, Chamman, ComuniCulturi, Coopafeba/MLT, Eco-Benin (Benin), Equations (India), Fórum de Turismo da Rocinha, Fundação Casa Grande, Fundação de Petitinga, Grupo Guarapés Paraná, Grupo de Pesquisa Gestão de Territórios Criativos - UFV, GAPIS-UFRJ, Instituto de Permacultura EcoVida São Miguel, Instituto Brasil de Estudos, Pesquisas e de Gestão Estratégica de Competências, Agência Conectando Territórios, ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Cultural e Ambiental, Lopes Trovão - Vila do Pincel, Rosa e Sertão, IFBA, MNU-CE, Imagine Peace, MNLM, Movimento Regenera Rio Doce, ONG Rede Brasilidade Solidária, Na Chapada Turismo, Platatur Salvador, Projeto Bagagem, Projeto Tainha TBC, Projeto Mutirão Mais Cultura,

Pueblo Mapuche (Chile), Raízes Desenvolvimento Sustentável, Rede Cearense de Turismo Comunitário-Tucum, Fórum de Turismo da Rocinha-Rio, Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária, Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade, Movimento Slow Food, SKTour-Salvador, TAAF Tourism Advocacy and Action Forum, Teia dos Povos, Toursbahia, Elisa Spampinato, Tourism Watch – Bread for the World, Turismo e Afins, T+M Produções, UCSAL, UFBA, UFMG, UFRN – Natal, UFRRJ, UFSB, UFMS, UNEB, UnB, Unirio, Universidade Unisa (Austrália), ViverTur de Matarandiba, Rota do Sisal/Assentamento Lagoa do Boi.

## **ANEXO B – Regimento da Rede Batuc (Documento em construção em 2022)**

### **REGIMENTO DA REDE BATUC**

Este documento reúne diretrizes para atuação das organizações comunitárias e atores não-governamentais que atuam coletivamente no âmbito da Rede BATUC, em prol do turismo comunitário no Estado da Bahia, orientados pela propriedade, a gestão e o benefício comunitários.

#### **O que é a Rede BATUC?**

Uma rede de atores e organizações plurais e diversas que protagonizam o Turismo Comunitário, utilizando-o como instrumento em busca dos seus ideais, cultura, história, território, resistência e transformação e protagonismo.

#### **Histórico**

As articulações coletivas das iniciativas em prol do fortalecimento do turismo comunitário tiveram início na Bahia em 2003 e em Salvador em 2007, das quais se destacam as seguintes atividades coletivas:

**2007** – Início do projeto de turismo comunitário em Salvador, pela Associação Estrela Brasil, apoiado pela Travel Foundation e a CESE, em parceria com iniciativas populares do Calafate, Uruguai, Alto do Cabrito, Dois de Julho e APAE Calçada. A Plataforma entrou no projeto em 2009.

**2009** – Premiação internacional no “Virgin Holidays Responsible Tourism Awards”, na categoria Engajamento Cultural, via Associação Estrela Brasil

**2013** – Ciranda do Turismo Comunitário de Salvador

**2015** – Encontro Estadual de Articulação para o Encontro Nacional da Rede Turisol  
– representação da Bahia em encontro nacional em Brasília

30/07/2015 - Criação do Movimento do Turismo Comunitário da Bahia no fimdo Encontro Estadual de Articulação para o Encontro Nacional da Rede TURISOL

**2017** – Proposta da Lei Estadual do Turismo Comunitário da Bahia, via Deputado Estadual Bobô.

**2018** – Realização do II Fórum Global de Turismo Sustentável, como parte do Fórum Social Mundial 2018 em Salvador

15/03/2018 - Lançamento da Declaração de Salvador do II Fórum Global Sobre Turismo Sustentável, sediado e organizado pelo próprio movimento de turismo comunitário da Bahia.

**2019** – 24/09/2019 - Promulgação da Lei Estadual de Turismo Comunitário nº 14.126/2019 (marco legal).

Realização do 1º Seminário de Turismo Comunitário e participação na Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), na FENAGRO, Salvador

25/11/2019 - Criação da Rede de Turismo Comunitário no seminário da FEBAFES com apoio da SDR

**2020** – 02/07/2020 - Lançamento do nome da Rede BATUC - Turismo Comunitário da Bahia, no Dia da Independência da Bahia

Premiação como um dos três vencedores do Desafio de Inovações em Turismo Sustentável promovido pela Ashoka Brasil/CTG.

**2021** - Eleição da Comissão Estadual 2021/2022

Mentoria com a Ashoka e a Bem-te-vi

Julho - Realização da reunião da Comissão Estadual no Quilombo do Kaonge

Novembro - Realização da reunião ampliada da Comissão Estadual em Salvador

## **O que é o Turismo Comunitário para a Rede BATUC?**

Um modelo de gestão do turismo construído pela comunidade, cujos princípios se baseiam no protagonismo comunitário, economia solidária, sustentabilidade, valorização da vida, da cultura e do meio-ambiente. Somado à construção e manutenção de políticas públicas e ações independentes que mobilizam a comunidade em favor do conhecimento em movimento, da criatividade, afetividade, força e alegria dos atores comunitários.

## **Princípios da Rede BATUC**

- Sustentabilidade;
- Promoção da Cultura, das Tradições e das Inovações locais;
- Promoção da Economia Solidária e do comércio justo;
- Propriedade, gestão e benefícios coletivos da comunidade;
- Adoção de práticas de mínimo impacto na cultura local e no meio ambiente.

## **Objetivos**

- Proporcionar o fortalecimento das organizações de turismo comunitário pertencentes à rede
- Difundir e conhecer novas vivências no turismo e fora dele
- Sensibilizar a sociedade/comunidades para o turismo comunitário
- Promover o conceito do turismo comunitário
- Estimular a trocas de experiências, vivências e saberes entre culturas entreos atores pertencentes a rede
- Construir relações com organizações públicas, privadas e do terceiro setor relacionadas com o turismo

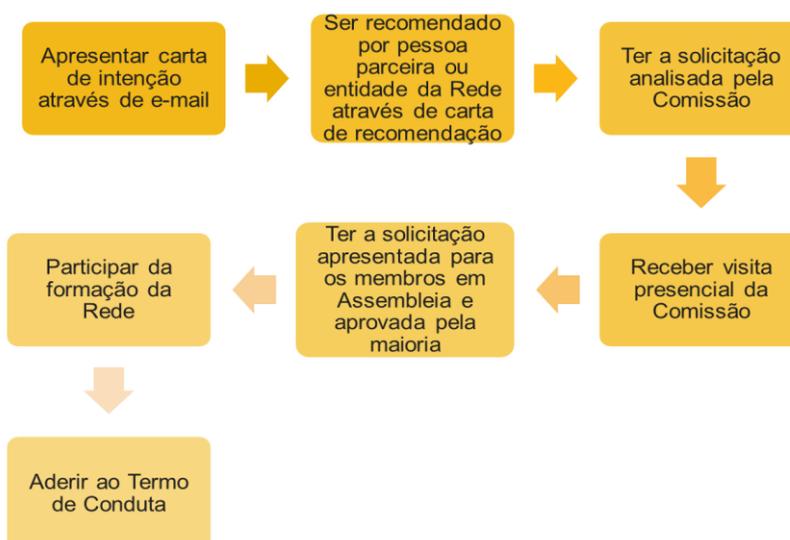
## **Critérios para participação**

- Apresentar solicitação formal para entrar na rede através de carta de intenção;
- Ser recomendado por pessoa parceira ou entidade da Rede através de carta de recomendação;
- Possuir histórico de trabalho comunitário;
- Possuir mínimo de um ano de experiência com o turismo comunitário, incluindo o período de mobilização comunitária interna ou participação em processos de capacitação;

- Apresentar organização com gestão coletiva comunitária;
- Possuir protagonismo da comunidade no âmbito social, cultural, ambiental e econômico;
- Atestar pertencimento comunitário/participação cultural (anexar documentos comprobatórios);
- (Fomentar a geração de trabalho e renda em seus territórios).

### Fluxo para fazer parte da Rede

Para se tornar um membro da Rede BATUC é necessário:



**Obs.:** Os custos de visita e capacitação são de responsabilidade do requerente.

## **Termo de conduta**

Uma vez aprovada a solicitação de participação será necessária a adesão dos princípios e práticas através do termo de conduta, que contempla os seguintes aspectos:

- Ser fiel ao termo de conduta e ao regimento da rede;
- Atestar respeito a diversidade da Rede;
- Participar das formações e capacitações da rede;
- Estabelecer relações de comprometimento e desempenhar papéis específicos;
- Divulgar as redes sociais da rede;
- Zelar pela imagem pública da rede;
- Apresentar avanços e compromisso com a qualidade de serviços/produtos;
- Apresentar disponibilidade de contribuir com o fundo financeiro da rede (Pensar nas formas de contribuição) **pode ser através de edital, colocando rubrica para rede nas áreas de capacitação e intercâmbio?;**
- Diante da captação de recursos ou algum edital, incluir rubrica financeira voltada para formação técnica da rede;

## **Critérios para a exclusão**

A decisão de exclusão será feita em Assembleia da Rede a tendo como base os seguintes critérios:

- Não cumprimento dos princípios e do termo de conduta e do regimento da Rede BATUC;
- Realização de ações e procedimentos que desrespeitem os procedimentos éticos adotados pela Rede BATUC;
- A ausência de participação ativa no processo de comunicação e representação das atividades da Rede BATUC, sem nenhuma justificativa, por mais de 06 meses.

## **Estrutura e Formas de Representação da Rede BATUC**

A participação na Rede BATUC se dará através das seguintes formas:

**Membros:** Todos indivíduos que compõem a Rede.

**Organizações:** Coletivos, iniciativas, empreendimentos de turismo comunitário.

**Colaboradores:** Pessoas ligadas ou não às organizações

**Parceiros:** Empreendimentos, agências, operadores, guias, monitores de turismo.

**Apoiadores:** Financiadores das atividades na Rede.

Essa participação se dará através da presença e/ou representação em:

**Assembleia geral:** A Assembleia é a instância máxima de decisão da Rede e é formada por todos os/as participantes da estrutura da Rede BATUC e tem a tarefa de deliberar sobre:

- Elaboração, aprovação e alteração de documentos internos como regimentos, termos de conduta e outros documentos similares que visem à organização, normatização e estruturação da Rede;
- Aprovação de adesão e/ ou exclusão de participantes da Rede;
- Eleição da Comissão Estadual;
- Definição sobre taxas e contribuições dos seus membros;
- Definição sobre as exceções não contempladas no presente documento.

A Assembleia realiza-se anualmente (virtual ou presencial) e reúne todos os membros participantes, podendo ser aberta a convidados.

Todos os membros ativos terão direito a voto. E a deliberação se dará em função da maioria presente em assembleia.

**Comissão Estadual:** É uma instância de gestão formada por membros voluntários com atribuições consultivas e deliberativas. Deve ser composta por XX membros Poderia ser três de cada (XX titulares, XX suplentes), em sua maioria por lideranças comunitárias, com papéis previamente definidos (definir quais) e representação territorial e identitária.

A escolha dos membros será através de eleições, a serem realizadas a cada dois anos em Assembleia Geral. As candidaturas ocorrerão mediante sugestão e/ou manifestação de interesse de qualquer membro da Rede.

Os membros eleitos terão mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato. De modo que a Comissão nunca seja renovada completamente, serão realizadas eleições a cada dois anos. Para que isso possa acontecer, o grupo de membros eleitos - na gestão 2021 - cumprirá mandato de apenas dois anos.

**Reuniões da Comissão Estadual:** Deverão ser realizadas periodicamente de forma ordinária a cada dois meses e extraordinária em função das demandas surgidas.

Diante de eventuais necessidades, as reuniões da Comissão Estadual poderão contar com a presença de outros membros, parceiros e convidados externos à Rede, configurando a Reunião da Comissão Ampliada. Para tanto, tais participações devem ser previamente informadas, justificadas e contar com a aprovação da maioria dos membros da Comissão.

**Secretaria Executiva:** Está submetida à Comissão Estadual e tem como atribuição realizar a comunicação institucional, receber e emitir correspondências e fazer a gestão de projetos da Rede.

**Grupos de Trabalho:** É formado por membros da comissão e membros da rede que se disponham a participar e darão suporte à Secretaria Executiva na gestão de projetos, através dos seguintes eixos:

- **Articulação:** Responsável por planejar e executar ações junto ao poder público, entidades privadas e outras organizações da sociedade civil;
- **Capacitação:** Responsável por planejar e executar atividades de qualificação para os colaboradores e organizações que fazem parte da Rede, bem como para parceiros externos mediante identificação das necessidades.
- **Comunicação:** Responsável pelas atividades de comunicação externa, tais como: gerenciamento das redes sociais, divulgação.
- **Gestão:** Responsável por planejar e executar ações ligadas à governança da rede. Tais como gestão de projetos, captação de recursos, prestações de contas.

**Observação:** Outros eixos não contemplados no presente documento podem ser incorporados diante das necessidades apresentadas pela Rede e de projetos específicos.

### **Formas de participação**

- Compartilhamento de práticas e informações pertinentes com a rede;
- Apresentação de diagnóstico comunitário/resposta a formulários com informações locais;
- Representações locais que multipliquem (em seus territórios e em suas redes locais) as informações sobre a Rede BATUC
- Divulgação da Rede BATUC em (quando forem procurados por mídia espontânea) reportagens, programas e jornais, em atividades de sua iniciativa/ Usar a logo
- Apresentação de diagnóstico comunitário, através de resposta a formulários com informações locais;

- Divulgação (quando forem procurados por mídia espontânea) da Rede em reportagens, programas e jornais, em atividades de sua iniciativa.

### **Atividades da Rede BATUC**

Cabe a Rede BATUC, através da Comissão Estadual, da Secretaria Executiva e dos Grupos de Trabalho, a realização das seguintes atividades:

- Realização de reuniões virtuais em função de um calendário previamente estabelecido no planejamento anual da rede, de alguma demanda específica e sempre que demanda por algum membro da Rede.
- Consulta e levantamento de dados através de documentos colaborativos;
- Realização de visitas técnicas e/ou intercâmbios nas comunidades participantes;
- Atualização e interação nas redes sociais e outros canais virtuais da Rede;
- Buscar formas de financiamento para viabilizar a realização e a participação dos membros nas das atividades da Rede.
- Realização de eventos de intercâmbio, seminários, formações e capacitações periódicas por meio virtual e presencial.

### **Estratégias para Sustentabilidade Financeira da Rede BATUC**

A Rede BATUC é uma articulação autônoma, laica e apartidária, independente de recursos públicos e privados que deve buscar estratégias para sua sustentabilidade financeira de acordo com os princípios e critérios coletivos, como por meio de:

**Contribuição dos Membros** - através de valor (mensal/anual) a ser definido anualmente em Assembleia;

**Doação de Apoiadores** - através de instituições públicas e privadas, movimentose grupos sociais organizados e pessoas físicas que mantêm uma relação de proximidade com as ações e propostas da Rede BATUC.

**Captção de recursos públicos e privados** - através de chamadas públicas, editais, emendas parlamentares, leis de incentivo e termos de fomento/colaboração abertos pelo poder público e/ou pessoas jurídicas que forneçam recursos ou premiações.

**Geração de renda** - através de realização de eventos e prestação de serviços, como consultoria, com percentual da renda revertida para a Rede; E da comercialização de produtos, que podem ser doados para revenda ou produzidos pela própria Rede.

**Financiamento coletivo** - através de campanhas realizadas pela internet ou presencialmente para captação de valores variáveis para uma determinada ação.

## ANEXO C



"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado"

**Categoria:** Leis Ordinárias

**Número do Ato:** 14126

**Data do Ato:** terça-feira, 24 de Setembro de 2019

**Data de Publicação no DOE:** quarta-feira, 25 de Setembro de 2019

**Ementa:** Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências.

### LEI Nº 14.126 DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

#### **Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de atribuição prevista no art. 80, § 7º da Constituição do Estado da Bahia, combinando com o art. 41, XXII, da Resolução n.º 1193/85 (Regimento Interno), faço saber que o Plenário da Assembleia aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Pública de Turismo Comunitário a ser realizada nas áreas de interesse turístico e nos Territórios de Identidade no Estado da Bahia.

**Parágrafo único** - O turismo comunitário, entendido para efeitos desta Lei como sinônimo de turismo de base comunitária, poderá ser realizado nas áreas em que existam povos e comunidades da cidade, do campo, das florestas e das águas:

- I**- povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II** - comunidades e terras indígenas;
- III** - comunidades quilombolas;
- IV** - comunidades de pescadores artesanais;
- V** - unidades de conservação;
- VI** - favelas e comunidades populares urbanas;
- VII** - comunidades de assentamentos rurais de reforma agrária e do crédito fundiário e similares, reconhecidos pelos órgãos oficiais de reforma e desenvolvimento agrário;
- VIII** - outras comunidades de agricultores familiares reconhecidas pela legislação específica, incluindo as comunidades do alimento do *Slow Food*;

**IX - povos e comunidades tradicionais de terreiros.**

**Art. 2º** - O desenvolvimento da atividade econômica do turismo comunitário nessas áreas deverá ser feito, prioritariamente, na forma da economia solidária, sob colaboração de um Comitê Gestor composto minimamente por organizações representativas da sociedade civil, das instituições públicas educacionais, do Governo Estadual e da iniciativa privada, coordenada pela autoridade do turismo estadual e com composição a ser definida em regulamento próprio, observando os seguintes preceitos:

- I** - os guiamentos serão feitos por profissionais credenciados no Ministério do Turismo – Cadastur;
- II** - o trabalho de condução de visitantes nas comunidades, compreendendo atividades informativas e interpretativas sobre os ambientes e aspectos naturais e culturais deverá ser feito por condutores locais das iniciativas de turismo comunitário;
- III** - as agências de turismo externas às localidades deverão contratar guias, condutores de visitantes, empreendedores locais ou monitores locais, prioritariamente das respectivas comunidades para visitação nas áreas de turismo comunitário;
- IV** - o comércio local nas áreas de turismo comunitário será incentivado com práticas de autogestão com base nos princípios da economia solidária;
- V** - as pessoas jurídicas deverão ser constituídas sob a forma de associações ou cooperativas, prioritariamente constituídas por moradores das respectivas comunidades, ou através do microempreendedorismo;
- VI** - fica proibida a exploração que exponha os moradores destas comunidades à tratamento cruel, desumano ou degradante, conforme prevê a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

**Parágrafo único** - O exercício da atividade turística comunitária por pessoas jurídicas que não as previstas no art. 2º, IV, desta Lei, fica condicionado à atuação nas respectivas comunidades, mediante acordo estabelecido com as mesmas e por meio de ações sociais ou repasse de verbas para as mesmas.

**Art. 3º** - A orientação e o fomento da atividade turística nas comunidades, bem como a aplicação das políticas de incentivo e das recomendações em caráter educativo, é dever da Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia – SETUR.

§ 1º - Os demais órgãos do Executivo Estadual deverão elaborar políticas, programas, projetos e ações de caráter complementar às políticas da SETUR na área de turismo comunitário.

§ 2º - A SETUR deverá realizar gestões e parcerias com entes das três esferas, com o governo e com organismos de cooperação internacional visando à captação de recursos complementares para políticas de incentivo ao turismo comunitário da Bahia.

§ 3º - É defeso aos prestadores de serviços turísticos comunitários:

- I** - prestar serviços de turismo sem o devido cadastro na Secretaria de Turismo estadual, municipal ou no Ministério do Turismo (Cadastur), quando previsto em legislação específica, ou com este vencido;
- II** - não solicitar a renovação de seu cadastro aos responsáveis;
- III** - não manter em suas instalações livro de registro de reclamações e o Certificado de Cadastro fornecido pela autoridade competente;
- IV** - não apresentar, na forma e no prazo estabelecido pelas autoridades competentes, informações e documentos referentes ao exercício de suas atividades, empreendimentos, equipamentos e serviços, bem como ao perfil de atuação, qualidades e padrões dos serviços por eles oferecidos;
- V** - omitir ao turista número de cadastro, símbolos, expressões e demais formas de identificação determinadas pelo Ministério do Turismo em impressos e materiais de divulgação e promoção;
- VI** - deixar de fornecer os dados e informações relativos ao perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo-os por nacionalidades, e ao registro quantitativo de hóspedes, taxa de ocupação, permanência média e números de hóspedes por unidade habitacional.

**Art. 4º** - O descumprimento do disposto no artigo anterior sujeita o infrator à aplicação de advertência por escrito, ou cancelamento de classificação e do cadastro, após amplo processo educativo de orientação e capacitação.

**Art. 5º** - Caberá às secretarias ou diretorias municipais de turismo, designar funcionários para atuarem no acompanhamento, colaboração e fomento dos processos que caracterizam o turismo comunitário para a gestão pública e na condução dos processos referentes às mesmas.

**Parágrafo único** - Caberá a estes funcionários o levantamento de dados necessários para a inclusão, obrigatoriamente, do turismo comunitário no Plano Plurianual (PPA) das secretarias onde exista essa demanda, bem como a gestão de termos de parceria, convênios e contratos com outros setores da administração pública e com entidades privadas e da sociedade civil na implantação desta política pública.

**Art. 6º** - Caberá ao Poder Executivo promover a devida urbanização, regularização fundiária e manejo ambiental necessários para que os territórios que possuem atrativos turísticos de base comunitária possam se desenvolver social e economicamente.

**Art. 7º** - As atividades do turismo comunitário se basearão nos seguintes princípios:

**I** - sustentabilidade;

**II** - promoção da cultura e tradições locais;

**III** - promoção de economia solid

- IV** - promoção da agroecologia;
- V** - promoção da propriedade, gestão e benefício coletivos da comunidade;
- VI** - adoção de práticas de mínimo impacto na cultura local e no meio ambiente;
- VII** - educação através do aprendizado e conhecimentos gerados para visitantes e comunidades.

**Art. 8º** - Os responsáveis pela atividade turística nestes territórios deverão ter identificação visível para o reconhecimento do turista.

**Parágrafo único** - No caso da licença para o transporte dos turistas devem ser utilizadas as formas de registro e de inspeção adotadas pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia - SETUR, atendendo às especificidades de cada local.

**Art. 9º** - Será instituído um Comitê Gestor, sem ônus para a Secretaria de Turismo, integrado por representantes do Governo, da sociedade civil e da iniciativa privada das áreas de turismo e áreas afins como: agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, cultura, meio ambiente, segurança, assistência social e economia solidária, renovado a cada dois anos, tendo como fórum a Secretaria Estadual de Turismo, para acompanhar a implantação desta política bem como sua execução.

**Art. 10** - As atividades do turismo comunitário serão divulgadas em meio impresso, eletrônico, digital e virtual, da mesma forma que são feitas as demais divulgações das ações turísticas, respeitadas as especificidades dessa modalidade e de cada iniciativa.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DA BAHIA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2019.

*Deputado NELSON*

*LEAL Presidente*